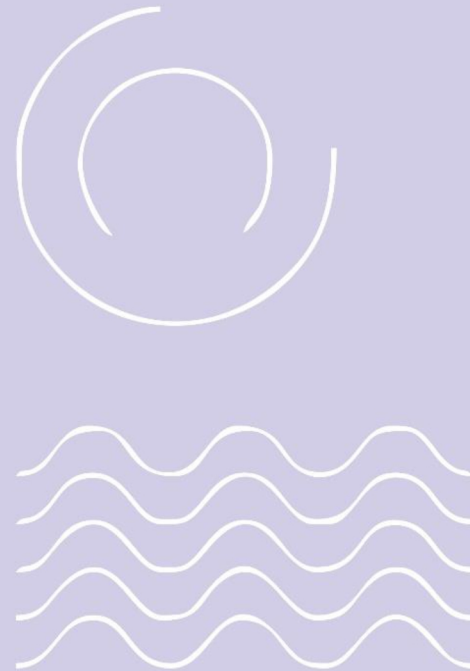


CÂMARA MUNICIPAL DE BAIÃO



DIAGNÓSTICO SOCIAL

2024 - 2028





Mensagem do Presidente do CLAS

O objetivo principal de um *diagnóstico social* é identificar problemas, necessidades, recursos, e potencialidades presentes na comunidade. Com base nessas informações, são elaboradas propostas de intervenção ou políticas públicas, que visam promover o desenvolvimento social, a inclusão, a igualdade e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

O mundo atual apresenta desafios e também oportunidades, potenciados por fatores, socioeconômicos, climáticos, tecnológicos, pandêmicos ou migratórios, que requerem um olhar muito atento e formas de atuação devidamente adequadas ao contexto por parte dos Municípios e demais agentes de desenvolvimento, numa abordagem articulada e holística.

O Município de Baião definiu, desde há muito, as questões sociais como prioridade na sua estratégia de desenvolvimento local. Os inúmeros projetos que ao longo de quase duas décadas se têm implementado num território com as características humanas e físicas do de Baião, traduzem uma forte aposta nas pessoas. Por isso desde a primeira hora estivemos na linha da frente do processo de descentralização e de transferências de competências do estado, designadamente na ação social, bem como na adoção plena dos objetivos e das metas aprovadas pelas Nações Unidas, para um futuro sustentável, através de uma responsabilidade partilhada.

Neste contexto, o *Diagnóstico Social de Baião*, constituir-se-á para o território, como uma ferramenta prática e orientadora, que permitirá catalisar esforços e iniciativas conjuntas que contribuam para uma melhoria contínua da qualidade de vida de todos os baioneses, materializados no documento estratégico subsequente - o *Plano de Desenvolvimento Social*.

Este documento, que se apresenta como uma *radiografia* da situação atual, será decisivo, para a definição de estratégias colaborativas e participativas, destacando as potencialidades e recursos que podem ser mobilizados para promover as mudanças necessárias, ou seja oferecer um diagnóstico completo e atualizado da realidade social de Baião, de forma a sustentar tomadas de decisão e a definição de políticas públicas sempre mais adequadas aos desafios que se nos deparam.

Desenvolvido no âmbito da Rede Social, que se assume, desde a sua génese até à atualidade, como um modelo de organização e de trabalho articulado e de parceria, tendo por base uma metodologia de análise conjunta dos problemas e da rentabilização dos recursos existentes, pretende cumprir o objetivo do desenvolvimento social, integrado, participado e sustentado dos territórios.

Ao assumir a responsabilidade de fazer a abertura deste documento estratégico, não poderia terminar, sem deixar uma palavra de reconhecimento a quem, na Autarquia, teve a responsabilidade mais direta na elaboração do presente documento, a todas as instituições, dos diferentes setores de atuação, pela sua contribuição, bem como um agradecimento a todas as entidades que gentilmente forneceram as informações solicitadas.

Trabalhar para o bem-estar social de todos, é e continuará a ser a nossa prioridade!

O Presidente do CLASB

Paulo Pereira, Dr.

FICHA TÉCNICA

Título:	Diagnóstico Social de Baião 2024-2028
Descrição:	<p>O DS é um instrumento dinâmico sujeito a atualização periódica, resultante da participação dos diferentes parceiros, que permite o conhecimento e a compreensão da realidade social através da identificação das necessidades, da deteção dos problemas prioritários e respetiva causalidade, bem como dos recursos, potencialidades e constrangimentos locais” (Artigo 35º do DL 115/2006)</p> <p>O presente Diagnóstico Social é elaborado no âmbito do programa da Rede Social, tratando-se de uma atualização do existente, datado de 2014, tendo sido introduzidas inovações quanto à sua estrutura e metodologia de elaboração; procedeu-se à organização das problemáticas em perfis temáticos pretendendo tornar possível a visão do concelho numa leitura global e logicamente organizada em quatro grandes áreas temáticas multiproblemáticas; Área do Risco; Área da Vulnerabilidade Social, Área da Pobreza e Exclusão Social e, por fim a Área da Exclusão Estrutural</p>
Data da conclusão	14/03/2024
Autoria e Coordenação do Projeto	Arlete Miranda Socióloga - Pelouro dos Assuntos Sociais do Município de Baião Consultor Científico Externo Sociólogo António Baptista
Apoio	Sandra Mendes Geógrafa – Pelouro do Urbanismo -Serviços de Planeamento e Urbanização João Fragoso Gabinete de Comunicação, Informação e Imagem do Município Baião (Capa e Contracapa)
Entidades parceiras:	Conselho Local de Ação Social de Baião (CLASB) Núcleo Executivo do CLASB
Presidente	Município - Paulo Pereira CLASB- Filipe Fonseca
Aprovação	Conselho Local de Ação Social de Baião: 28/03/2024

Sumário Executivo

O presente Diagnóstico Social de Baião 2023 constitui-se como um instrumento fundamental ao planeamento e organização da intervenção social concelhia, sustentando e orientando, conseqüentemente, o Plano de Desenvolvimento Social e os respetivos Plano de Ação anuais, assegurando a adequação dos mesmos à realidade concelhia e à crescente complexidade do contexto social atual.

O "Diagnóstico Social é um instrumento dinâmico sujeito a atualização periódica, resultante da participação dos diferentes parceiros, que permite o conhecimento e a compreensão da realidade social através da identificação das necessidades, da deteção dos problemas prioritários e respetiva causalidade, bem como dos recursos, potencialidades e constrangimentos locais" (Artigo 35º do DL 115/2006, de 14 de junho - Programa Rede Social¹).

O processo de desenvolvimento da Rede Social incorpora ciclos de planeamento participado que se iniciam com o Diagnóstico Social, passando pelo Plano de Desenvolvimento Social e respetivos Planos de Ação Anuais, e, no final de cada ciclo de vigência, os concelhos deverão apresentar novos e atualizados instrumentos de planeamento estratégico.

É neste contexto que o presente Diagnóstico Social se traduz nesse novo ciclo de planeamento, que se iniciou com a elaboração e aprovação da Carta Social Municipal (2023-2026), tendo sido introduzidas inovações quanto à sua estrutura e metodologia de elaboração, nomeadamente quanto à organização das problemáticas em perfis temáticos pretendendo tornar possível a visão do concelho numa leitura global e logicamente organizada em quatro áreas temáticas multi problemáticas; **Área do Risco; Área da Vulnerabilidade Social, Área da Pobreza e Exclusão Social e, por fim a Área da Exclusão Estrutural.**

Está estruturado em torno de quatro áreas distintas;

1- Caracterização do território, designadamente nas vertentes geográfica, demográfica e socioeconómica.

2- Caracterização das diferentes problemáticas sociais integradas em quatro perfis temáticos:

- ✓ Área do Risco;
- ✓ Área da Vulnerabilidade Social;
- ✓ Área da Pobreza e Exclusão social;
- ✓ Área da Pobreza Estrutural.

¹ Decreto-Lei n.º 115/2006 – Regulamenta a o Programa da Rede Social, definindo o funcionamento e as competências dos seus órgãos, bem como os princípios e regras subjacentes aos instrumentos de planeamento que lhe estão associados, em desenvolvimento do regime jurídico de transferência de competências para as autarquias locais

3- Mapeamento SIG de indicadores estatísticos gerais e das problemáticas (incidência territorial), Nesta secção, pretendeu-se ir além de um Diagnóstico geral, centrado no município como um todo, realizando e cartografando a incidência territorial de alguns indicadores estatísticos gerais e perfis temáticos(pré-definidos pela equipa do Projeto) ao nível das freguesias, numa lógica de obter um retrato mais pormenorizado de cada uma das freguesias, por referência a esses mesmos perfis temáticos e respetivas problemáticas sociais.

4- Quadro síntese das ações por problemática e perfis temáticos

Aqui procedeu-se a uma síntese das problemáticas prioritárias identificadas em cada um dos quatro perfis temáticos abordados, dos respetivos grupos alvo e das principais linhas de intervenção, que será a alavancagem para o posterior documento de planeamento – Plano de Desenvolvimento Social.

De salientar que o presente documento foi produzido de forma consensualizada e, no essencial, uniformizada pelos 11 municípios da sub-região da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, com a supervisão e orientação científica do Professor António Batista e tem a vigência de 5 anos, período após o qual será atualizado.

Índice

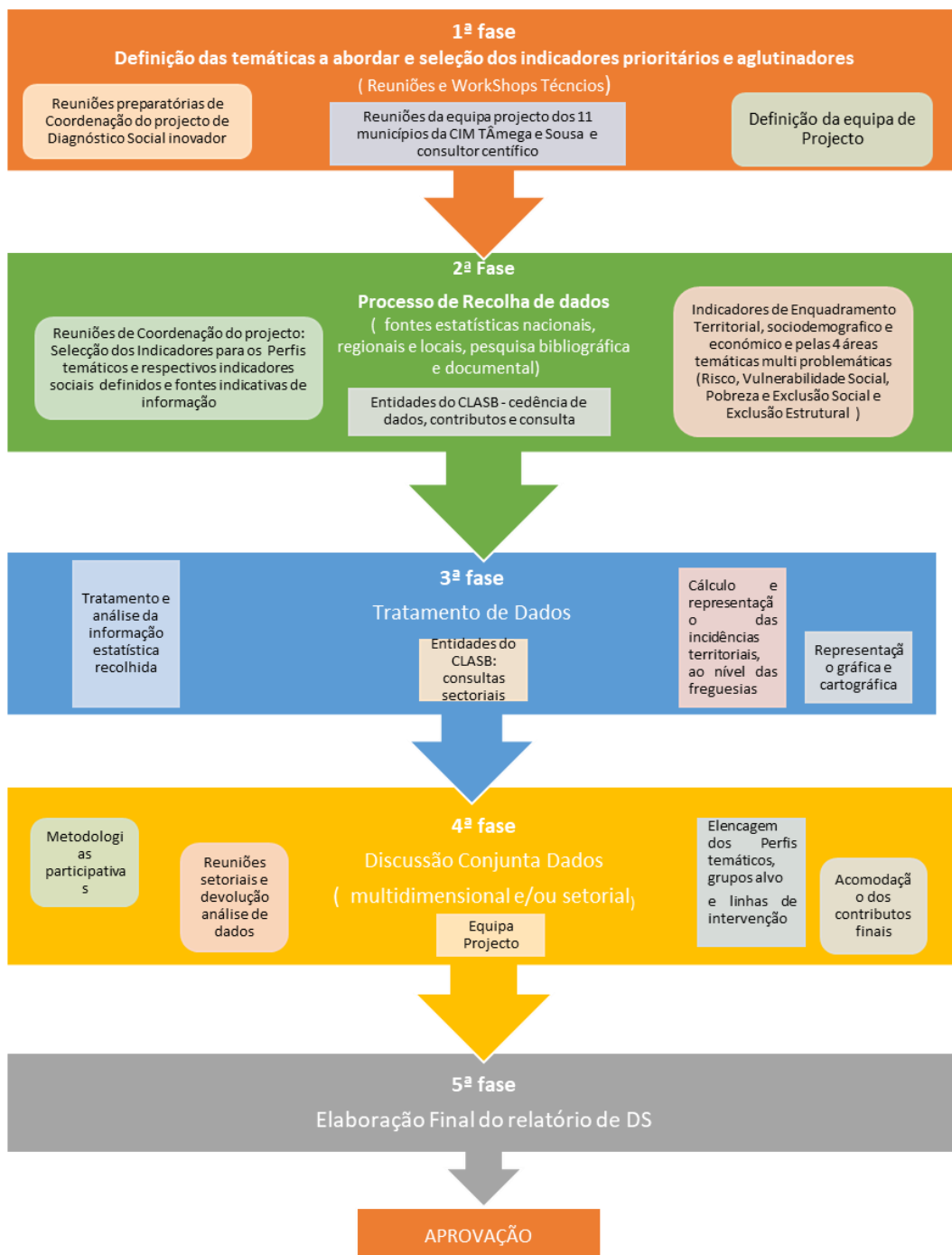
Percurso Metodológico-----	8
1 Enquadramento do concelho	
Dados geofísicos e administrativos-----	10
2 Baião em números (Indicadores Estruturais)	
2.1. Dinâmica Demográfica-----	12
2.2 Educação e Formação-----	30
2.3. Dinâmica Socioeconómica-----	37
2.4 Justiça e Segurança-----	60
2.4 Indicadores de Saúde-----	61
3 Perfis Temáticos desafiantes - Problemáticas Sociais	
3.1. - Área do Risco	
3.1.1 Crianças e Jovens em Situação de Privação-----	74
3.1.2 Crianças e Jovens em Risco e Perigo-----	94
3.1.3 Violência Doméstica-----	111
3.1.4 Emergência Social-----	120
3.2. - Área da Vulnerabilidade Social	
3.2.1 Seniores e Pessoas Idosas-----	133
3.2.3. Pessoas com deficiência/Incapacidades ou dependência-----	148
3.2.4 Migrantes e Refugiados-----	159
3.3.- Área da Pobreza e Exclusão Social	
3.3.1 Dependências-----	170
3.3.2 Saúde Mental-----	181
3.3.3 Disfuncionalidade e Desestruturação Individual e Familiar-----	184
3.4. - Área da Exclusão Estrutural	
3.4.1 Desemprego Longa Duração-----	189
3.4.2 Desemprego Jovem e Jovens NEET-----	191
3.4.3 Habitação-----	194
4. Mapeamento SIG das problemáticas sociais	
4.1 Mapeamento dos indicadores estatísticos gerais-----	202
4.2. Mapeamento das problemáticas sociais (incidência territorial)-----	211
5 Quadro síntese das ações, por problemática	
5.1. Quadros Síntese das Ações propostas, por área-----	221
5.2. Conclusões Finais: Desafios para o PDS-----	254
Índice de Figuras-----	255-256
Índice de Tabelas-----	256-259
Índice de siglas e acrónimos-----	260
Anexos-----	261

Percurso metodológico

O presente documento foi produzido de forma concertada e uniformizada pelos 11 municípios da sub-região da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, também designada por CIM Tâmega e Sousa, com a supervisão e orientação científica do Professor António Batista, sendo que as opções metodológicas adotadas são o corolário natural dessa orientação.

A concretização do “Diagnóstico Social” obedeceu a uma metodologia específica que integrou um conjunto articulado de fases (Figura 1).

Figura 1- Percurso metodológico



Metodologicamente, a primeira fase de trabalho de elaboração do presente documento consistiu num conjunto de reuniões preparatórias da Coordenação municipal do projeto com o Consultor Científico que culminaram na estabilização e definição comum aos 11 municípios do Tâmega e Sousa dos indicadores a retratar neste trabalho, a saber;

- Indicadores de Enquadramento Territorial, sociodemográfico e económico;
- Organização das problemáticas sociais em quatro áreas temáticas multi problemáticas; Área do Risco, Área da Vulnerabilidade Social, Área da Pobreza e Exclusão Social e, por fim, a Área da Exclusão Estrutural e a definição dos seus indicadores chave a retratar em cada uma das áreas;
- Seleção dos indicadores chave das quatro áreas temáticas a cartografar, por freguesia, e dos indicadores alvo a serem submetidos a um cálculo de indecência ao nível das freguesias, definindo-se a base desses mesmos cálculos de indecência, por cada um dos indicadores.

Quanto à organização das problemáticas sociais em quatro áreas temáticas multiproblemáticas, importa esclarecer a abrangência de cada uma delas. Assim, as quatro áreas temáticas foram organizadas de acordo com o perfil comum das problemáticas sociais analisadas, de modo a fazê-las corresponder a tipologias de intervenção específicas. Estas tipologias de intervenção decorrem de um quadro metodológico específico e do seu comum enquadramento institucional de suporte.

Assim;

Área do Risco

Inclui as problemáticas das Crianças e Jovens em Situação de Privação e em Risco; a Violência Doméstica e a Emergência Social

Área da Vulnerabilidade Social

Inclui as problemáticas dos Séniores e Pessoas idosas; das Pessoas com Incapacidade e Deficiência e dos Migrantes e Refugiados

Área da Pobreza e Exclusão Social

Inclui a problemática social das Dependências; Saúde Mental; Disfuncionalidade e Desestruturação Individual e Familiar

Área da Exclusão Estrutural

Estão incluídas problemáticas sociais do Desemprego longa Duração, Jovens NEET e Habitação.

Numa segunda e terceira fase foi utilizada a metodologia de pesquisa e análise documental (quantitativa e qualitativa) disponível nas diversas fontes estatísticas oficiais, regionais e locais, e institucionais locais, após o que se passou à etapa seguinte de sistematização e organização da informação recolhida, de Cálculo e representação das incidências territoriais, ao nível das freguesias e representação gráfica e cartográfica.

A estas fontes juntou-se um manancial de informação - essencialmente qualitativa - obtido através da auscultação das entidades que integram o Conselho Local de Ação Social [CLAS] de Baião, designadamente por via da realização

de diversos Focus Group em torno dos perfis temáticos previamente definidos e das correspondentes problemáticas sociais mais prementes no concelho.

Com o envolvimento direto e ativo de todas as instituições parceiras e interlocutores privilegiados do CLASB e equipas de trabalho técnico com intervenção direta na vulnerabilidade social foi possível;

- Definir e priorizar as problemáticas por área temática,
- Identificar os principais grupos alvo/vulneráveis
- Identificar as principais áreas de intervenção
- Identificar os recursos e projetos, por área temática
- Definir as principais linhas de intervenção por área temática

A organização da informação nestas duas etapas, serviu de suporte e contextualização da análise crítica efetuada pelos parceiros institucionais da Rede Social quer na definição de problemas, recursos e necessidades, quer para a perspetivação da intervenção futura (quarta etapa).

A sistematização dos dados estatísticos e qualitativos recolhidos, possibilitou a elaboração de quadros síntese das ações por problemáticas e perfis temáticos.

Numa quarta etapa, procedeu-se a uma síntese das problemáticas prioritárias identificadas em cada um dos quatro perfis temáticos abordados, dos respetivos grupos alvo e das principais linhas de intervenção, que será a alavancagem para o posterior documento de planeamento – Plano de Desenvolvimento Social.

Finalmente, na quinta e última parte, foi concluído relatório Final de documento e submetido para apreciação e deliberação do CLASB. A devolução desta base de conhecimento aos membros que integram o CLAS e à generalidade da comunidade encontra-se organizada em função desses quatro perfis temáticos, da sua incidência territorial pelas diferenciadas freguesias que o concelho integra, culminando na elencagem dos desafios centrais que se consideram cruciais para o futuro do concelho em matéria de desenvolvimento e coesão social.

Capítulo I

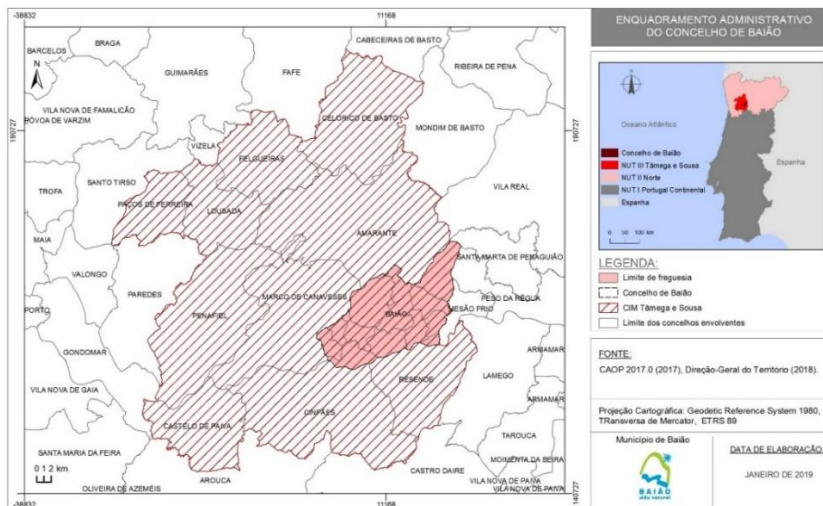
1. Enquadramento do concelho

Dados geofísicos e administrativos

O Concelho de Baião encontra-se integrado na NUT III Tâmega e Sousa, e integra o distrito do Porto.

No referente aos limites geográficos de Baião definidos no Mapa 1, o Concelho traça linhas de delimitação com os Concelhos de Amarante, e Marco de Canaveses, ambos do distrito do Porto, de Mesão Frio, Peso da Régua, e Santa Marta de Penaguião, do distrito de Vila Real, e os de Cinfães e Resende, pertencentes ao distrito de Viseu.

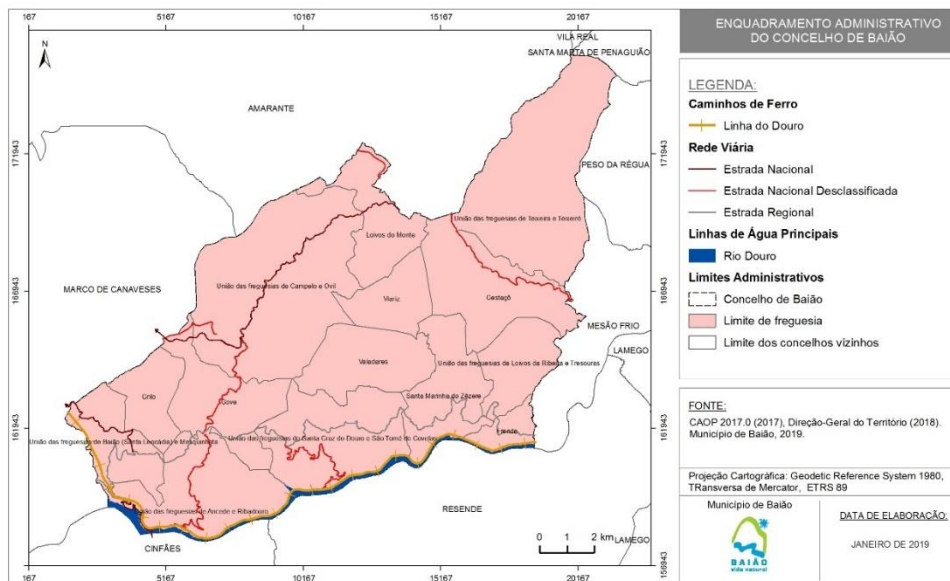
Figura 2| Mapa1| - Enquadramento Regional do Concelho de Baião



Fonte: Município Baião – Carta Social 2022

Relativamente ao enquadramento administrativo e territorial, Baião compreende uma área territorial de 174,5 km², que se localiza na extremidade nascente do distrito do Porto, e está inserido na região Norte de Portugal, concretamente, na sub-região do Tâmega (NUTS III).

Figura 3| Mapa 2 Enquadramento Administrativo do Concelho de Baião



Fonte: Município Baião

Decorrente da reorganização administrativa consagrada na Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, algumas das freguesias do Concelho foram agregadas passando, das 20, a ser constituído por 14 freguesias: Frende, Gestação, Gôve, Grilo, Loivos do Monte, Santa Marinha do Zêzere, União de Freguesias de Ancede e Ribadouro, União de Freguesias de Baião (Santa Leocádia) e Mesquinhata, União de Freguesias de Campelo e Ovil, União de Freguesias de Loivos da Ribeira e Tresouras, União de Freguesias de Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas, União de Freguesias de Teixeira e Teixeira, Valadares e Viariz .

Possui uma área total de 174,5 km², com uma distribuição heterogénea pelas diferentes freguesias que o constituem. O município engloba 3 vilas: Ancede, Campelo (sede do concelho) e Santa Marinha do Zêzere.

2. BAIÃO EM NÚMEROS (Indicadores Estruturais)

2. 1. Dinâmica demográfica

Densidade Populacional

Do valor de densidade populacional, de 100,5 hab/km² em 2021, constata-se uma diminuição comparativamente aos 117,6 hab/km² no ano de 2011. A tendência decrescente no contingente absoluto da população residente tem vindo a acentuar, também, a menor densidade populacional do concelho de Baião no âmbito da sub-região do Tâmega e Sousa.

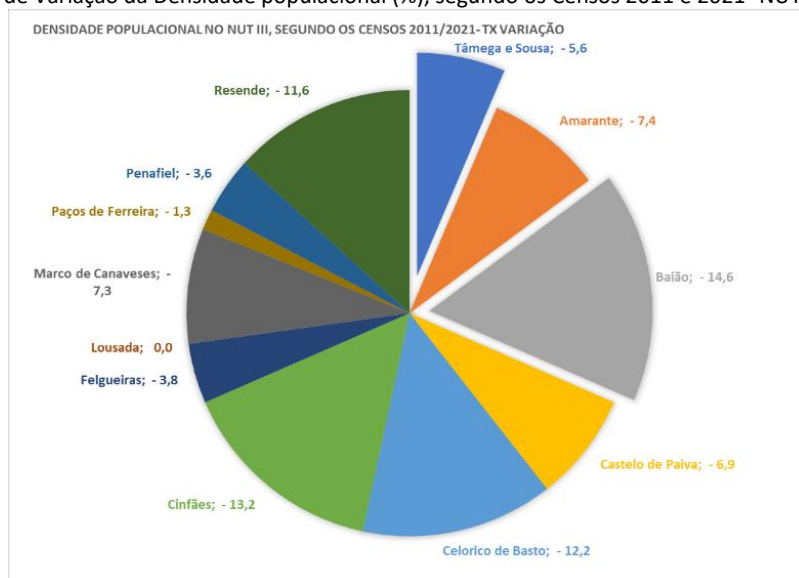
Tabela 1| Densidade populacional (N.º/km²), do Concelho, segundo os Censos 2011 e 2021

Âmbito Geográfico	N.º médio de indivíduos por Km ²	
	2011	2021
Portugal	114,5	112,2
Norte	173,3	168,5
Tâmega e Sousa	236,4	223,1
Amarante	186,7	173
Baião	117,6	100,5
Castelo de Paiva	145,5	135,5
Celorico de Basto	111	97,4
Cinfães	85,4	74,1
Felgueiras	501,7	482,5
Lousada	493,2	493
Marco de Canaveses	264,7	245,4
Paços de Ferreira	793,6	783,1
Penafiel	340,5	328,1
Resende	92,1	81,5

Fonte: INE - XV e XVI Recenseamento Geral da População

Os resultados definitivos dos Censos 2021 indicam que Portugal sofreu uma diminuição no número médio de indivíduos por Km² no período intercensitário 2011-2021 de (-) 2,01%. A região Norte acompanhou este comportamento demográfico negativo (-2,77%), bem como os concelhos que integram o NUTS III Tâmega e Sousa (-5,63%). O concelho de Baião registou numa década, uma diminuição na densidade populacional de (-) 14,6%. Segundo os dados de 2021, as zonas rurais perderam 40% da sua população nos últimos 30 anos e Baião acompanhou essa tendência nacional.

Figura 4 | Taxa de Variação da Densidade populacional (%), segundo os Censos 2011 e 2021- NUT III e Municípios



Fonte: INE - XV e XVI Recenseamento Geral da População

População residente

Na última década, em termos absolutos, Baião acompanhou a tendência de decréscimo populacional do País, da região Norte e da sub-região do Tâmega e Sousa, conforme informação das tabelas e gráficos que se seguem.

Tabela 2 | População residente segundo os Censos 2011 e 2021: Variação Absoluta

Anos	2021
Portugal	-219 112
Norte	-103 096
Tâmega e Sousa	-24 278
Amarante	-4 148
Baião	-2 988
Castelo de Paiva	-1 147
Celorico de Basto	-2 455
Cinfães	-2 697
Felgueiras	-2 217
Lousada	-23
Marco de Canaveses	-3 909
Paços de Ferreira	-745
Penafiel	-2 636
Resende	-1 313

Fonte: INE - XV e XVI Recenseamento Geral da População

Tabela 3 | População residente segundo os Censos 2011 e 2021 (total e variação)

Local de residência	total		Taxa de variação (2011- 2021) (%)
	2011	2021	
Portugal	10562178	10343066	-2,07
Norte	3689682	3586586	-2,79
Tâmega e Sousa	432915	408637	-5,61
Amarante	56264	52116	-7,37
Baião	20522	17534	-14,56
Castelo de Paiva	16733	15586	-6,85
Celorico de Basto	20098	17643	-12,22
Cinfães	20427	17730	-13,2
Felgueiras	58065	55848	-3,82
Lousada	47387	47364	-0,05
Marco de Canaveses	53450	49541	-7,31
Paços de Ferreira	56340	55595	-1,32
Penafiel	72265	69629	-3,65
Resende	11364	10051	-11,55

Fonte: INE - XV e XVI Recenseamento Geral da População

Entre 2011 e 2021, Portugal sofreu uma variação negativa da população residente de (-) 2,07%, a região Norte (-) 2,79% e a sub-região do Tâmega e Sousa (-) 5,61%, sendo que nesta o Concelho de Baião foi aquele onde este indicador demográfico revelou um comportamento negativo mais acentuado (-) 14,56%, (- 2 988 indivíduos) acompanhando a tendência de alguns concelhos vizinhos, como Cinfães (-) 13,2% e Celorico de Basto (-) 12,22% e os concelhos de Lousada, Paços de Ferreira, Penafiel e Felgueiras foram aqueles concelhos desta sub-região com taxas menos acentuadas de perda de população.

Figura 5| Taxa de variação da população residente (%), NUT I, II e III, segundo os Censos, 2011- 2021



Fonte: INE - XV e XVI Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística

No Concelho de Baião, verificamos que os 17 534 indivíduos residiam maioritariamente no território da União das freguesias de Campelo e Ovil (3.686), seguido da freguesia de Santa Marinha do Zêzere (2469) e da União das freguesias de Ancede e Ribadouro (2334), sendo as mesmas sede das 3 Vilas que o concelho integra. Inversamente, nas Freguesias de Loivos do Monte (301), de Viariz (396), do Grilo (472) e de Frende (580) são aquelas onde se regista um menor número de residentes.

Tabela 4|População residente: total e por sexo, município e freguesias, segundo censos 2011-2021

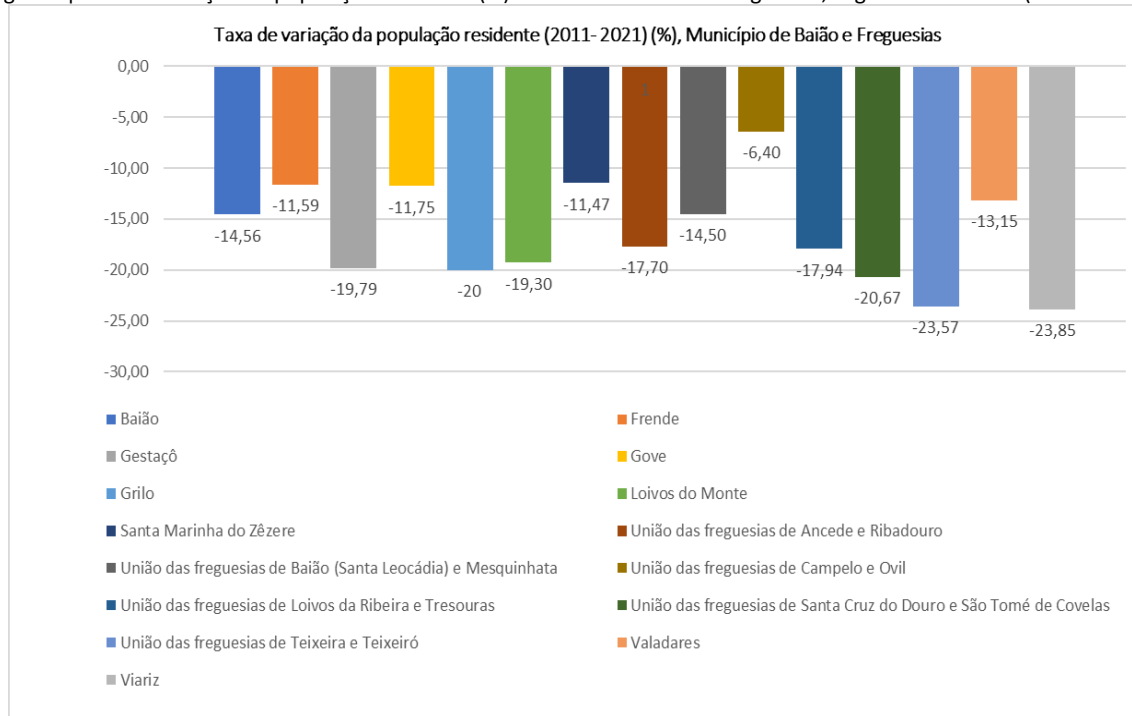
Local de residência (à data dos Censos 2021)	2011			2021		
	Total	H	M	Total	H	M
Baião	20522	9811	10711	17534	8341	9193
Frende	656	324	332	580	283	297
Gestaô	1263	600	663	1013	484	529
Gove	1974	976	998	1742	865	877
Grilo	590	293	297	472	241	231
Loivos do Monte	373	173	200	301	149	152
Santa Marinha do Zêzere	2789	1308	1481	2469	1168	1301
União das freguesias de Ancede e Ribadouro	2836	1367	1469	2334	1115	1219
União das freguesias de Baião (Santa Leocádia) e Mesquinhata	855	414	441	731	330	401
União das freguesias de Campelo e Ovil	3938	1836	2102	3686	1713	1973
União das freguesias de Loivos da Ribeira e Tresouras	853	412	441	700	341	359
União das freguesias de Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas	2085	995	1090	1654	778	876
União das freguesias de Teixeira e Teixeiraó	946	455	491	723	336	387
Valadares	844	414	430	733	352	381
Viariz	520	244	276	396	186	210

Fonte: INE – Censos 2021

A taxa de variação da população residente (2011- 2021) nas freguesias do concelho de Baião mostra que todas as freguesias perderam população, sobretudo Viariz, com uma perda de (-23, 85%), seguida da União de freguesias de Teixeira e Teixeiraó (- 23,57%) e da União das freguesias de Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas (-

20,67%). A freguesia onde se registou menos perda de população em termos percentuais foi a União de Freguesias Campelo e Ovil (-6,40%), localidade sede do Concelho.

Figura 6 | Taxa de variação da população residente (%) Concelho de Baião e Freguesias, segundo os Censos (2011- 2021)



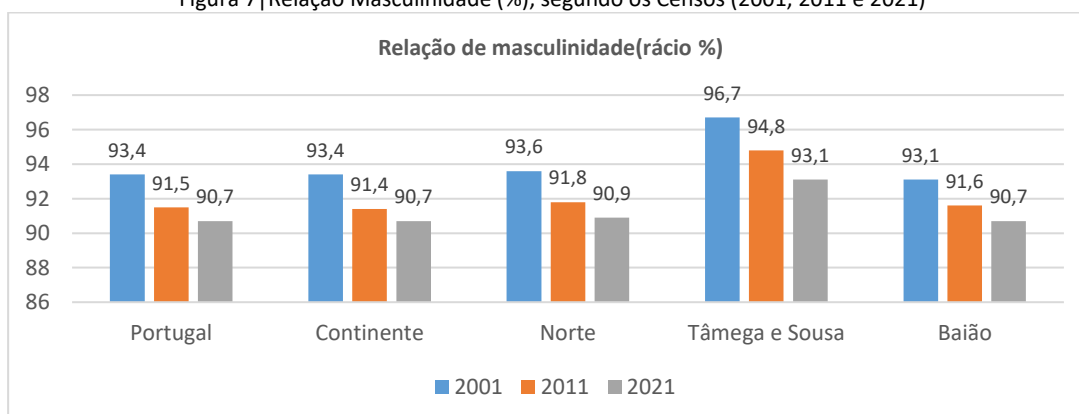
Fonte: INE - XV e XVI Recenseamento Geral da População

A variação da população residente nas freguesias do Concelho de Baião, entre o período analisado, revela uma concentração da população na União de Freguesias de Campelo e Ovil, na freguesia de Santa Marinha do Zêzere e da União das freguesias de Ancede e Ribadouro, sendo as mesmas sede das 3 Vilas que o concelho integra.

Relação masculinidade

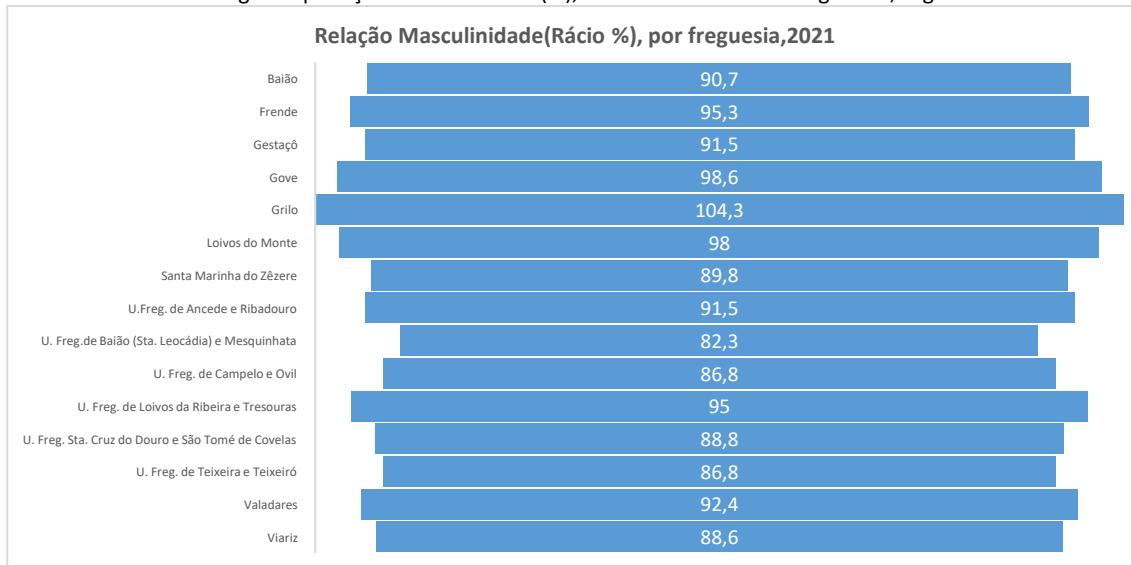
O território de Baião no indicador da “relação de masculinidade” tem acompanhado as tendências que se registaram nos últimos períodos intercensitários. Apresenta uma descida percentual no número de indivíduos do sexo masculino (por cada 100 do sexo feminino à nascença) pelo que o diferencial da relação de masculinidade, no período em análise, tornou-se ligeiramente desigual.

Figura 7 | Relação Masculinidade (%), segundo os Censos (2001, 2011 e 2021)



Fonte: INE – Censos 2021

Figura 8 | Relação Masculinidade (%), Concelho de Baião e Freguesias, segundo os Censos 2021



Fonte: INE – Censos 2021

Estruturas Etárias

Se observarmos a população residente do concelho distribuída pelos quatro grandes grupos etários percebemos que houve uma evolução regressiva dos seus totais populacionais entre 2011 e 2021, nomeadamente nas faixas etárias dos 0-14 anos (-37,37%), dos 15-24 anos (-14,9%) e dos 25-64 anos (-14,49%). Inversamente, o grupo etário dos 65 ou mais anos apresentou neste período uma variação positiva (+5,06%).

Tabela 5 | Distribuição da população residente (N.º) por grandes grupos etários, segundo censos 2011-2021

Grupo etário	2011	2021	Varição (%)
0-14	3112	1949	-37,37
15-24	2655	1999	-24,67
25-64	10921	9558	-12,49
65 e +	3834	4028	5,06
total	20522	17534	-14,56

Fonte: INE - XV e XVI Recenseamento Geral da População

Além do cenário da variação da população residente em 2021 no Concelho, importa verificar do seu impacto nas freguesias, sobretudo no grupo etário dos 0-14 anos e no etário dos 65 e mais anos. Constatou-se que no grupo etário dos 0-14 anos, apesar de negativas em todas as freguesias, assume maior relevância nas freguesias de Loivos do Monte (-60,27%), na União de Freguesias de Teixeira e Teixeira (-49,64%), na União de Freguesias de Santa Cruz Douro e Covelas (-47,79%) União Freguesias de Loivos da Ribeira e Tresouras (-47,58%). Inversamente, no grupo etário dos 65 ou mais anos, as freguesias de maior relevância percentual positiva, são Freunde (41,23%), Loivos do Monte (19,18%).

Tabela 6| Taxa de Variação da população residente (2011-2021), por grupos etários município Baião e Freguesias

Local de residência	Taxa de variação da população residente (2011- 2021) (%), por grupo etário				
	Grupo etário				
	Total	0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 e mais anos
	%	%	%	%	%
Baião	-14,56	-37,37	-24,67	-12,49	5,06
Freunde	-11,59	-35	-39,47	-16,84	41,23
Gestaçô	-19,79	-41,76	-35,26	-16,34	-6,03
Gove	-11,75	-37,72	-14,29	-8,94	9,59
Grilo	-20	-44,33	-44,95	-8,81	0
Loivos do Monte	-19,30	-60,27	18,42	-25,93	19,18
Santa Marinha do Zêzere	-11,47	-37,21	-15,58	-9,43	7,77
União das freguesias de Ancede e Ribadouro	-17,70	-40,81	-24,71	-16,73	3,39
União das freguesias de Baião (Santa Leocádia) e Mesquinhata	-14,50	-22,22	-44,36	-11,43	7,55
União das freguesias de Campelo e Ovil	-6,40	-25,93	-13,63	-3,55	8,03
União das freguesias de Loivos da Ribeira e Tresouras	-17,94	-47,58	-30,25	-10,66	-6,91
União das freguesias de Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas	-20,67	-47,79	-36,52	-19,65	4,17
União das freguesias de Teixeira e Teixeiró	-23,57	-49,64	-33,04	-21,71	-7,20
Valadares	-13,15	-28,46	-29,06	-10,69	5,41
Viarez	-23,85	-38,67	-22,58	-29,82	0,93

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Saldos Populacionais

Em 2021, o saldo populacional total (diferença entre o número de nascimentos e o de mortes acrescido da diferença entre o número de imigrantes e o de emigrantes) no município de Baião é naturalmente negativo, em resultado dos saldos populacionais negativos, natural e migratório.

Tabela 7| Distribuição dos saldos populacionais (N.º): total, natural e migratório, segundo os censos 2011 e 2021

	Saldo Total		Saldo Natural		Saldo Migratório	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	-30 323,00	-19 587,00	-5992	-45 220	-24331	25 642
Norte	-6361	-5 928,00	-53	-12 288	-6 308	6 360
Tâmega e Sousa	-394	-1 581,00	613	-939	-1007	-642
Baião	-167	-184	-68	-145	-99	-39

Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente

No saldo natural regista-se um maior número de mortes do que nascimentos e no saldo migratório são mais as pessoas que saem do concelho do que as que entram, não havendo por isso um equilíbrio positivo.

Taxa Bruta de Natalidade e Fecundidade

Em todo o País, quer a taxa de natalidade quer a taxa de fecundidade têm sofrido um recuo nos últimos 10 anos, mais acentuado na taxa de natalidade. A taxa de natalidade permite-nos saber quantos bebés nascem por 1000 habitantes residentes e a taxa de fecundidade qual é o número de nascimentos por cada 1000 mulheres em idade fértil, ou seja, entre os 15 e os 49 anos de idade.

Tabela 8| Taxa de natalidade e fecundidade (%0), no concelho e na região, segundo os censos 2021

	Taxa bruta de natalidade (%)		Taxa Bruta de fecundidade (%0)	
	2011	2021	2011	2021
Portugal	9,2	7,7	38,6	35,8
Norte	8,5	6,9	34,6	32
Tâmega e Sousa	8,8	6,8	33,9	29,9
Amarante	8,2	5,8	32,5	26,8
Baião	7,6	4,4	31	20,9
Castelo de Paiva	7,8	5,4	31,9	24,9
Celorico de Basto	7,9	5,4	33,1	26,3
Cinfães	8,1	6,1	35,5	31
Felgueiras	8,6	6,8	31,5	29,4
Lousada	9,4	7,5	34,3	30,5
Marco de Canaveses	9,2	6,9	34,9	29,9
Paços de Ferreira	9,9	7,7	37,7	32,9
Penafiel	8,9	7,9	33,5	33,9
Resende	8,1	5,2	35,9	26,6

Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos e Estimativas Anuais da População Residente, 2021

No que respeita à taxa bruta de natalidade, o valor registado na Sub-Região do Tâmega e Sousa em 2021 situou-se nos 6,8 ‰, sendo que no conjunto dos 11 municípios desse território, 7 apresentam valores inferiores e apenas 4 registam valores superiores. Baião é aquele onde se regista a taxa de natalidade mais baixa (4,46 ‰).

No que respeita à taxa bruta de fecundidade, o valor registado na Sub-Região do Tâmega e Sousa em 2021 situou-se nos 20,9 ‰, sendo que no conjunto dos 11 municípios desse território, 7 apresentam valores inferiores e apenas 4 registam valores superiores. Baião é aquele onde se regista a taxa de fecundidade mais baixa (20,9 ‰).

A taxa de fecundidade também pode ser calculada para diversas idades, permitindo saber como se distribui o número de nascimentos por cada 1000 mulheres em idade fértil, por grupo de idade da mulher.

Tabela 9| Distribuição da taxa de fecundidade (%0,) por grupo etário, em 2021

	Total	Grupos etários						
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49
Portugal	35,8	5,8	27,6	64,1	93,1	61,1	15,9	1,3
Norte	32	4,1	21,6	55,1	87,4	6,5	14	0,9
Tâmega e Sousa	29,9	4	22,2	62,3	84,2	44,5	0,2	0,6
Baião	20,9	0	10,1	55,9	80,5	20,6	3,4	0

Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos e Estimativas Anuais da População Residente, 2021

No concelho de Baião, em 2021, o grupo etário das mulheres onde se registou a taxa mais elevada de fecundidade foi no dos 30 aos 34 anos (80,5%), seguido pelo grupo das que tinham entre os 25 e os 29 anos de idade (55,9%).

Nados-vivos

Analisando o indicador demográfico dos nados-vivos das mães residentes em Portugal verifica-se que 31,19% das crianças nasceram na Região Norte e nesta 11,15% nasceram na Sub-região do Tâmega e Sousa. Do total dos nascimentos desta Sub-região, Penafiel foi o que mais peso percentual representou nesses nascimentos (19,83%), seguido do concelho de Paços de Ferreira (15,42%), sendo que os concelhos de Baião e de Resende foram os que menos contribuíram para esse valor total, 2,78% e 1,87%, respetivamente.

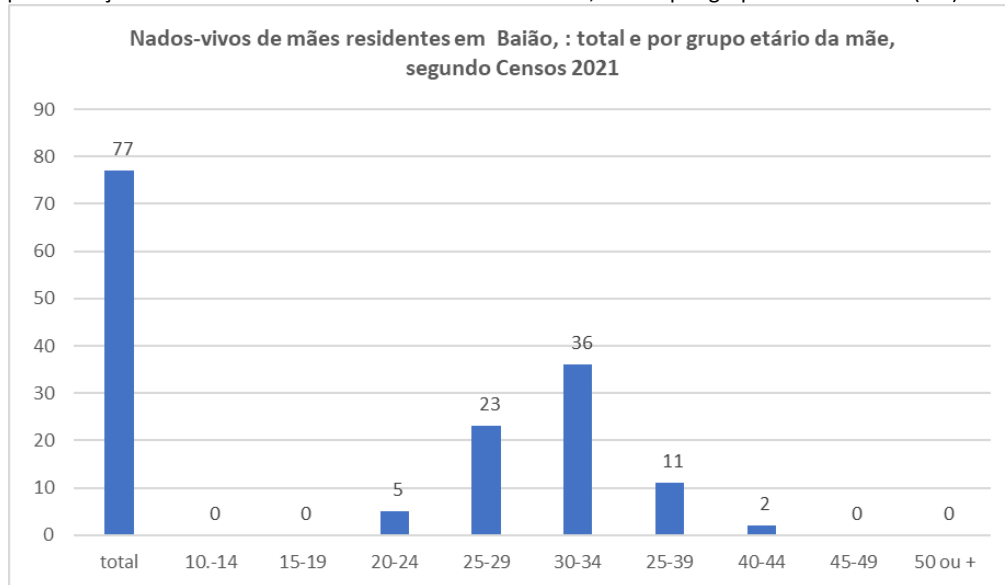
Tabela 10| Distribuição dos nados-vivos de mães residentes, total e por grupo etário da mãe (N.º) no concelho e na região, 2021

	Nados-vivos de mães residentes em Portugal: total e por grupo etário da mãe									
	Total	10.-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50 ou +
Portugal	79 582	16	1 483	7 546	17 233	26 384	20 160	6 235	485	38
Norte	24 825	5	367	2 126	5 246	8 630	6 446	1 872	126	7
Tâmega e Sousa	2 768	0	45	283	735	959	581	154	10	1
Amarante	301	0	3	20	74	113	70	20	1	0
Baião	77	0	0	5	23	36	11	2	0	0
Castelo de Paiva	84	0	1	7	21	33	18	3	1	0
Celorico de Basto	95	0	1	3	18	39	27	6	1	0
Cinfães	108	0	1	22	28	32	19	6	0	0
Felgueiras	377	0	9	32	113	130	70	22	1	0
Lousada	354	0	5	34	96	124	74	20	1	0
Marco de Canaveses	344	0	8	41	75	113	86	19	2	0
Paços de Ferreira	427	0	7	48	126	155	69	22	0	0
Penafiel	549	0	9	61	140	173	132	32	1	1
Resende	52	0	1	10	21	11	5	2	2	0

Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos e Estimativas Anuais da População Residente, 2021

Tal como foi verificado na análise do indicador da taxa de fecundidade por grupo de idade da mulher, naturalmente que quanto aos valores absolutos dos nados-vivos de mães residentes por grupo etário da mãe se reforça o fenómeno sociodemográfico da maternidade tardia em todo o território nacional, já que voltamos a perceber que é no grupo etário das mulheres dos 30 aos 34 anos (36) onde se registou a esmagadora maioria dos nascimentos, seguido pelo grupo das que tinham entre os 25 e os 29 anos de idade (23).

Figura 9 | Distribuição dos nados-vivos de mães residentes em Baião, total e por grupo etário da mãe (N.º) em 2021



Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos e Estimativas Anuais da População Residente, 2021

Em Baião, distribuindo o total dos nados vivos em 2021, por grupo etário da mãe, aquele que apresenta o valor mais elevado é o dos 30 aos 34 anos (com 46,75% do total), seguida do intervalo de idades a que corresponde os 25 e os 29 anos de idade (com 29,87% do total) e dos 35-39 (com 14,28% do total).

Se analisarmos os nados-vivos por nível de escolaridade completo da mãe, verificamos, em termos absolutos que a nível do território nacional a esmagadora maioria das mães possuía níveis de ensino superiores ao 2º ciclo (ou seja o 3º ciclo, Secundário ou Superior).

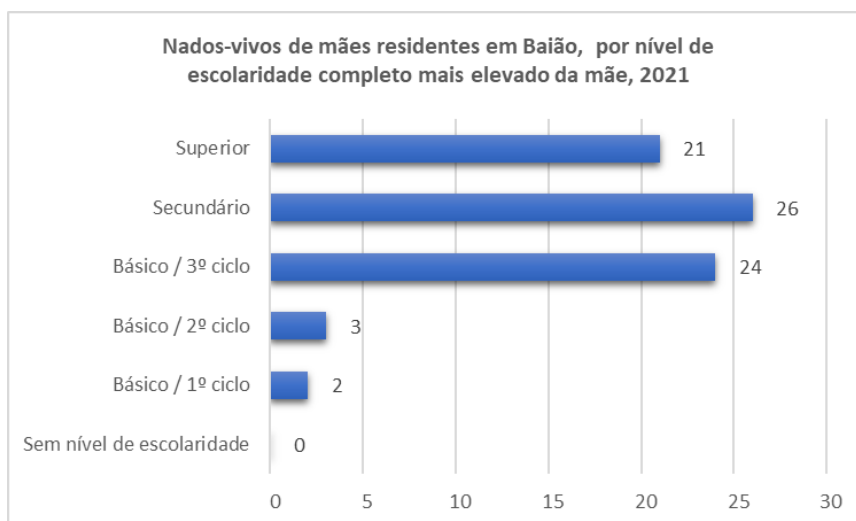
Tabela 11 | Nados-Vivos de mães residentes: total e por nível de escolaridade completo da mãe, NUT III e municípios, 2021

	Nados-vivos de mães residentes: total e por nível de escolaridade completo mais elevado da mãe						
	Total	Sem nível de escolaridade	Básico / 1º ciclo	Básico / 2º ciclo	Básico / 3º ciclo	Secundário	Superior
Portugal	79 582	181	1 375	3 371	11 270	26 619	31 617
Norte	24 825	29	314	1 035	3 816	8 632	10 060
Tâmega e Sousa	2 768	5	50	171	660	1 031	718
Amarante	301	2	2	8	41	79	89
Baião	77	0	2	3	24	26	21
Castelo de Paiva	84	0	0	4	23	37	19
Celorico de Basto	95	0	1	7	34	25	27
Cinfães	108	0	4	8	19	57	18
Felgueiras	377	1	8	20	101	124	112
Lousada	354	1	6	28	95	135	84
Marco de Canaveses	344	0	10	20	77	150	75
Paços de Ferreira	427	0	6	37	107	156	111
Penafiel	549	1	10	36	122	219	152
Resende	52	0	1	0	17	23	10

Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos e Estimativas Anuais da População Residente, 2021

Em termos relativos, as mães que possuíam o 3º ciclo completo representavam no País 14,16% , na Região Norte 15,37%, na Sub-região do Tâmega e Sousa 23,84% e no Concelho de Baião 31,16%, as mães que possuíam o Secundário Completo representavam no País 33,44% , na Região Norte 34,77%, na Sub-região do Tâmega e Sousa 37,24% e no Concelho Baião 33,76%, por fim as que possuíam o Ensino Superior, no País 39,72% , na Região Norte 40,52%, na Sub-região do Tâmega e Sousa 25,93% e no Concelho Baião 27,27%.

Figura 10| Distribuição dos nascidos-vivos de mães residentes em Baião (nº) por nível de escolaridade completo mais elevado da mãe, em 2021



Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos e Estimativas Anuais da População Residente,2021

Analisando de forma isolada o concelho de Baião, ao nível de escolaridade completo mais elevado da mãe, os dados revelam-nos que 34% das mães tinham o ensino secundário completo, 31% tinham o 3.º ciclo do ensino básico e 28% o ensino Superior.

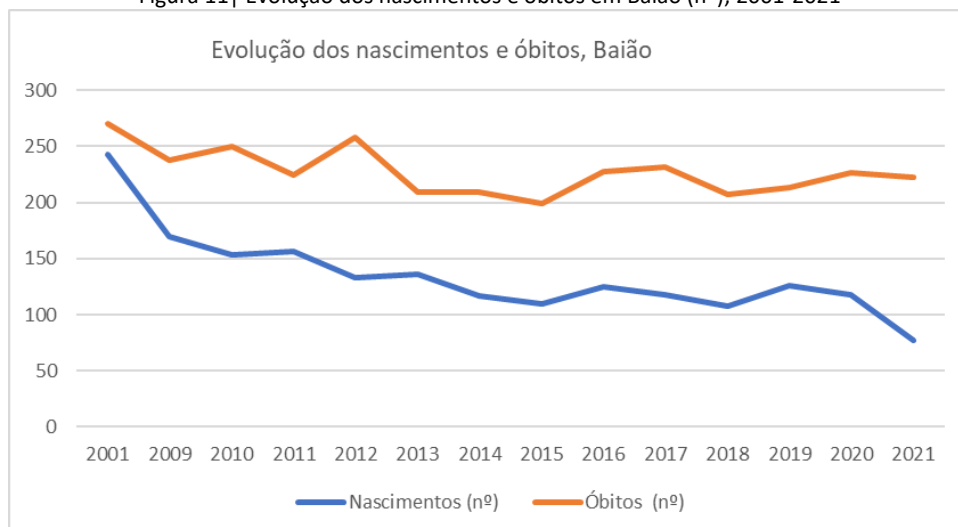
Para melhor perceber os indicadores demográficos anteriores, que apontam para a contração da população residente em Baião ao longo da última década, apresentamos em seguida o número de nascimentos e o número de óbitos ao longo dos últimos anos para também melhor se perceber do enquadramento e oscilações demográficas ocorridas até à atualidade.

Tabela 12| Evolução dos nascimentos e óbitos(nº) em Baião 2001-2021

Anos	Nascimentos (nº)	Óbitos (nº)
2001	243	270
2009	170	238
2010	153	250
2011	156	224
2012	133	258
2013	136	209
2014	117	209
2015	110	199
2016	125	227
2017	118	232
2018	108	207
2019	126	213
2020	118	226
2021	77	222

Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos e Estimativas Anuais da População Residente,2021

Figura 11 | Evolução dos nascimentos e óbitos em Baião (nº), 2001-2021



Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos e Estimativas Anuais da População Residente, 2021

Efetivamente, ao longo dos últimos anos o número de óbitos foi sempre superior ao número de nascimentos, o que justifica a variação negativa do saldo natural bem como a variação negativa da população dos 0 aos 14 anos e nesta é significativo o aumento gradual da idade média das mães das crianças que nascem e por fim do seu crescente grau de escolaridade, sendo que também são variáveis explicativas do fenómeno sociodemográfico da maternidade tardia.

Indicadores de envelhecimento, segundo os Censos

O agravamento do envelhecimento da população residente em Baião é comum ao que acontece no País, na região Norte e na Sub-região do Tâmega e Sousa, onde o predomínio da população idosa sobre a população jovem é uma tendência da maioria dos territórios.

Os resultados dos Censos 2021 permitem constatar que o esforço da sociedade sobre a população ativa se agravou na última década e indicador tenderá a agravar-se, a menos que se verifique um aumento da natalidade.

Tabela 13 | Indicadores de Envelhecimento, segundo os censos, 2001,2011 e 2021

Local / Anos	Rácio - %												Proporção - %		
	Índice de envelhecimento			Índice de dependência total			Índice de dependência de jovens			Índice de dependência de idosos			Índice de longevidade		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Portugal	102,2	127,8	182,1	47,8	51,3	57,0	23,6	22,5	20,2	24,2	28,8	36,8	41,4	47,9	48,7
Continente	104,5	130,6	184,6	47,7	51,6	57,5	23,3	22,4	20,2	24,4	29,2	37,3	41,4	47,9	48,8
Norte	79,8	113,3	184,1	45,9	47,5	53,5	25,5	22,3	18,8	20,4	25,2	34,7	40,4	46,7	46,5
Tâmega e Sousa	56,7	82,3	150	48,4	45,4	46,7	30,9	24,9	18,7	17,5	20,5	28	39,8	46,8	45,1
Baião	88,9	123	207	55,6	51,2	51,7	29,4	22,9	16,9	26,2	28,2	34,9	42,3	50,6	49,7

Fonte: INE

No que diz respeito ao índice de envelhecimento, em Baião, por cada 100 jovens com menos de 15 anos, existiam 207 idosos em 2021. Valor que aumentou na última década, pois em 2011 verificavam-se 123 idosos por cada 100 jovens com menos de 15 anos.

O índice de dependência de jovens diz-nos os encargos potenciais que pesam sobre a população ativa. Em Baião, por cada 100 indivíduos em idade ativa, existem 16,9 jovens. Valor que diminuiu na última década, pois em 2011 essa proporção cifrou-se em de 22,9 jovens.

O índice de dependência de idosos permite medir os encargos potenciais que pesam sobre a população ativa. Em Baião, por cada 100 indivíduos em idade ativa existem 34,9 idosos. Valor que aumentou na última década, pois em 2011 essa proporção cifrou-se em de 28,2 idosos.

O índice de dependência total é um indicador que permite uma perceção mais abrangente sobre o esforço que a sociedade exerce sobre a população ativa, ou seja, permite medir os encargos potenciais que pesam sobre esta população. Em Baião por cada 100 indivíduos em idade ativa dependem 51,7 idosos e jovens. Valor que não oscilou muito na última década, já que em 2011 essa proporção se cifrou em de 51,2.

O índice de longevidade traduz o número de pessoas com 75 e mais anos por cada 100 pessoas com 65 e mais anos. Quanto mais alto é o índice, mais envelhecida é a população idosa.

Portugal apresenta no ano de 2021 valores de 48,7, a região Norte 46,5, a Sub-região do Tâmega e Sousa 45,1 e Baião 49,7, significando que por cada 100 pessoas idosas com 65 e mais anos, existem 49.7 pessoas com 75 e mais anos, sendo mais representativo este índice na população feminina.

Tabela 14|Índice de longevidade, por freguesia, 2021

	Índice de longevidade (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] e Sexo		
	HM	H	M
Baião	49,73	44,95	53,23
Frende	41,61	36,99	45,45
Gestaçô	51,70	49,18	53,85
Gove	43,13	38,41	46,70
Grilo	50,56	52,63	49,02
Loivos do Monte	40,23	42,11	38,78
Santa Marinha do Zêzere	50,46	45,06	54,55
União das freguesias de Ancede e Ribadouro	48,07	48,17	48
União das freguesias de Baião (Santa Leocádia) e Mesquinhata	50,29	42,42	55,24
União das freguesias de Campelo e Ovil	54,89	46,50	60,71
União das freguesias de Loivos da Ribeira e Tresouras	47,43	41,56	52,04
União das freguesias de Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas	50,89	43,26	55,88
União das freguesias de Teixeira e Teixeira	49,77	51	48,74
Valadares	50,64	44,44	54,84
Viariz	47,71	39,13	53,97

Fonte: INE

A freguesia do Concelho de Baião com um índice de longevidade maior é a União de Freguesias de Campelo e Ovil (54,8) e menor a freguesia de Loivos do Monte.

Índice de sustentabilidade potencial

O índice de sustentabilidade potencial é outro indicador que possibilita uma avaliação sobre o esforço que a população idosa exerce sobre a população em idade ativa e complementa a leitura relativamente aos indicadores sobre envelhecimento, anteriormente apresentados.

Trata-se de um Índice que mede a relação entre a população em idade ativa e a população idosa, representada habitualmente pelo quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos.

Tabela 15| Evolução do Índice de Sustentabilidade Potencial, segundo os Censos 2001, 2011 e 2021

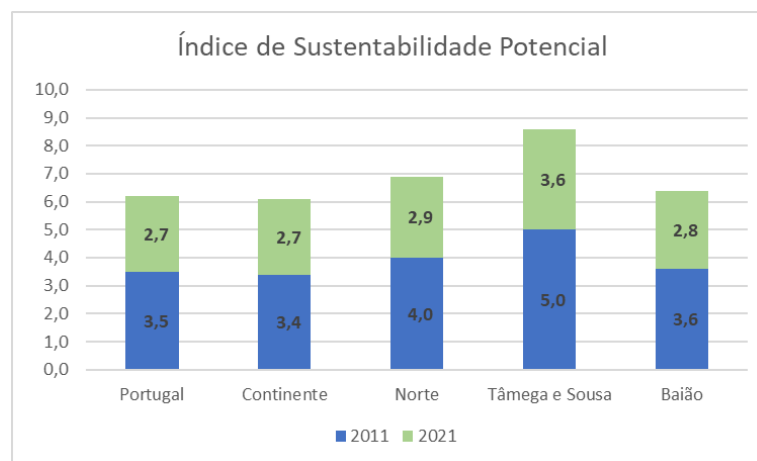
	Índice de Sustentabilidade Potencial		
	2001	2011	2021
Portugal	4,1	3,5	2,7
Continente	4,1	3,4	2,7
Norte	4,9	4,0	2,9
Tâmega e Sousa	5,7	5,0	3,6
Amarante	5,3	4,3	2,9
Baião	3,8	3,6	2,8
Castelo de Paiva	5,2	4,4	3,2
Celorico de Basto	3,5	3,4	2,7
Cinfães	3,4	3,2	2,5
Felgueiras	7,0	5,8	3,8
Lousada	7,6	6,5	4,6
Marco de Canaveses	5,9	5,4	3,8
Paços de Ferreira	8,2	6,4	4,3
Penafiel	6,4	5,5	3,8
Resende	3,0	2,9	2,5

Fonte: INE

Verificamos um agravamento no índice de sustentabilidade no País, no Norte, na sub-região do Tâmega e Sousa e em todos os municípios que esta sub-região integra.

Segundo os Censos 2021, em Baião este indicador é de 2,8, o que significa que há 2,8 ativos por cada indivíduo com 65 ou mais anos. Na última década este indicador agravou-se, pois, em 2011 era de 3,6 ativos por cada indivíduo com 65 ou mais anos.

Figura 12 | Índice de Sustentabilidade Potencial, 2011-2021



Fonte: INE

O maior desafio demográfico situa-se, certamente, no envelhecimento da população na base e no topo da pirâmide etária. O envelhecimento da população é um indicador de desenvolvimento das nossas sociedades pois está muito associado à melhoria das condições de vida e de saúde implicando o aumento da esperança de vida.

Em Portugal, no triénio 2020-2022, a esperança de vida à nascença é de 80,96 anos, sendo superior nas mulheres (83,52 anos) comparada à dos homens (78,05 anos) e a Esperança de vida aos 65 anos é de 19,61 anos, o que significa que, em média, aos 65 anos uma pessoa pode esperar viver mais 19,61 anos, sendo superior essa esperança nas mulheres (20,98 anos).

Tabela 16 | Esperança de Vida à Nascença e aos 65 anos, por sexo, Portugal, 2020-2022

PORTUGAL	Esperança de vida à nascença (anos)			Esperança de vida aos 65 anos (anos)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
2020 - 2022	80,96	78,05	83,52	19,61	17,76	20,98

Fonte: INE -Tábuas de mortalidade

Na Região Norte, no triénio 2020-2022, a esperança de vida à nascença é de 81,53 anos e na Sub-região do Tâmega e Sousa é de 80,83 anos e a Esperança de vida aos 65 anos é de 19,88 anos, o que significa que, em média, aos 65 anos uma pessoa pode esperar viver mais 19,88 anos.

Tabela 17 | Esperança de vida à nascença e aos 65 anos, Portugal, NUTS I, NUTS II e NUTS III, 2020-2022

	Esperança de vida à nascença (anos)	Esperança de vida aos 65 anos (anos)
	2020 - 2022	2020 - 2022
Portugal	80,96	19,61
Continente	81,07	19,67
Norte	81,53	19,88
Tâmega e Sousa	80,83	19,37

Fonte: INE, Tábuas de mortalidade.

População residente com 65 e mais anos

Em Baião, do total das 4.155 pessoas residentes com *64 e mais anos de idade*, em 2022, 1.770 são homens e 8.988 são mulheres. Dentro deste grupo etário, 1981 possuem mais de 75 anos, dos quais 1215 são mulheres e 766 são homens.

Tabela 18| População residente, no grupo etário dos 65 e mais anos e subgrupo dos 65-74 e 75 e mais anos, Baião, Censos 2011 e 2021

Período de referência dos dados (1)	Local de residência	População residente (N.º) por Local de residência, Sexo e Grupo etário (Por ciclos de vida); Anual											
		Sexo											
		HM				H				M			
		Grupo etário (Por ciclos de vida)											
		Total	65 e mais anos	65 - 74 anos	75 e mais anos	Total	65 e mais anos	65 - 74 anos	75 e mais anos	Total	65 e mais anos	65 - 74 anos	75 e mais anos
2022	Baião	17257	4155	2174	1981	8269	1770	1004	766	8988	2385	1170	1215
2021	Baião	17436	4074	2084	1990	8298	1720	961	759	9138	2354	1123	1231

Fonte: INE: (1) 2021, Estimativas Provisórias de População Residente - valores revistos em março de 2023

Associado ao envelhecimento está, inegavelmente, um processo de forte feminização da população que se vai tornando mais visível à medida que a idade avança – as mulheres representam 57,4% das pessoas com *65 e mais anos* e 67,4% das que têm *85 e mais*.

Tabela 19| População residente, com 85 e mais anos, por sexo, Baião, Censos 2011 e 2021

Período de referência dos dados (1)	População residente (N.º) por Sexo e Grupo etário dos 85 e + anos					
	Sexo					
	HM		H		M	
	Grupo etário					
	Total	85 e mais anos	Total	85 e mais anos	Total	85 e mais anos
2022	17257	618	8269	201	8988	417
2021	17436	639	8298	210	9138	429

Fonte: INE (1) 2021, Estimativas Provisórias de População Residente - valores revistos em março de 2023

Caraterização das estruturas familiares: Famílias clássicas e unipessoais

Pela tabela seguinte, verificamos que entre 2011 e 2021, o nº absoluto de famílias clássicas residentes em Portugal, na região Norte e na Sub-região do Tâmega e Sousa aumentou, mas nesta última os concelhos de Cinfães, Baião e Resende foram os que registaram uma ligeira diminuição do nº de famílias residentes (- 476, - 465 e - 160, respetivamente) e inversamente os concelhos mais urbanos foram os que registaram um aumento mais significativo.

Se do conjunto das famílias clássicas, nos detivermos especificamente no nº de famílias unipessoais, melhor caracterizadas de seguida, verificamos que a tendência de crescimento é comum ao País e à Sub-região Tâmega e Sousa, bem como a todos os municípios que compõe esta Sub-região, denotando-se o fenómeno do envelhecimento, do isolamento social, das baixas taxas de natalidade e da evolução das taxas de envelhecimento.

Tabela 20| Famílias Clássicas e Unipessoais (nº), segundo censos 2011-2021

Anos	Famílias clássicas		Famílias unipessoais	
	Total		total	
	2011	2021	2011	2021
Portugal	4 043 726	4 149 096	866 827	1 027 871
Contínente	3 869 188	3 968 951	834 680	988 119
Norte	1 330 892	1 380 696	228 923	290 181
Tâmega e Sousa	143 935	148 154	17 506	24 756
Amarante	19 410	19 646	2 694	3 711
Baião	7 169	6 704	1 099	1 328
Castelo de Paiva	5 575	5 608	642	871
Celorico de Basto	6 779	6 612	1 117	1 423
Cinfães	7 254	6 778	1 199	1 386
Felgueiras	19 002	19 900	2 032	3 015
Lousada	15 257	16 705	1 453	2 329
Marco de Canaveses	17 717	18 011	2 136	2 950
Paços de Ferreira	17 908	19 098	1 653	2 658
Penafiel	23 794	25 182	2 710	4 190
Resende	4 070	3 910	771	895

Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos e Estimativas Anuais da População Residente, 2021

Ressaltamos que dentro das famílias Clássicas Unipessoais, as formadas por *Pessoas com 65 e mais anos* têm crescido em Portugal, na região Norte, na Sub-região do Tâmega e Sousa e Baião acompanha essa tendência.

Tabela 21| Evolução de Famílias Clássicas Unipessoais e com 65 e + anos (Nº), NUT III e municípios

Anos	Famílias clássicas unipessoais					
	Total			65+ anos		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Portugal	631 762	866 827	1 027 871	321 054	406 942	517 146
Norte	159 894	228 923	290 181	84 003	109 884	148 006
Tâmega e Sousa	12 256	17 506	24 756	7 798	9 719	13 154
Amarante	1 802	2 694	3 711	1 090	1 469	2 049
Baião	939	1 099	1 328	693	711	802
Castelo de Paiva	461	642	871	295	394	506
Celorico de Basto	859	1 117	1 423	607	678	827
Cinfães	1 009	1 199	1 386	750	795	870
Felgueiras	1 386	2 032	3 015	814	1 060	1 574
Lousada	891	1 453	2 329	500	722	1 128
Marco de Canaveses	1 487	2 136	2 950	926	1 156	1 565
Paços de Ferreira	874	1 653	2 658	473	766	1 255
Penafiel	1 824	2 710	4 190	1 130	1 466	2 087
Resende	724	771	895	520	502	491

Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos e Estimativas Anuais da População Residente, 2021

Nos últimos 10 anos, o concelho de Baião tem visto aumentar o número das famílias clássicas unipessoais, passando para mais 229 famílias entre 2011 e 2021, totalizando 1328 em 2021. Importa aqui realçar que 60,3% destas famílias clássicas unipessoais são formadas por idosos/as que vivem sozinhos/as (802 famílias).

População estrangeira

Segundo o INE - Censos 2021, houve um aumento de 40,6% de estrangeiros a residir em Portugal face aos valores de 2011. Pelos dados disponíveis, constata-se a tendência de aumento desse peso percentual em 2022 em todo o território nacional.

Em 2021, o grupo de pessoas de nacionalidade estrangeira representa 6,7% do total de população que reside no País, 2,8% na região Norte, 0,8% na Sub-região do Tâmega e Sousa e 0,7% no Concelho de Baião.

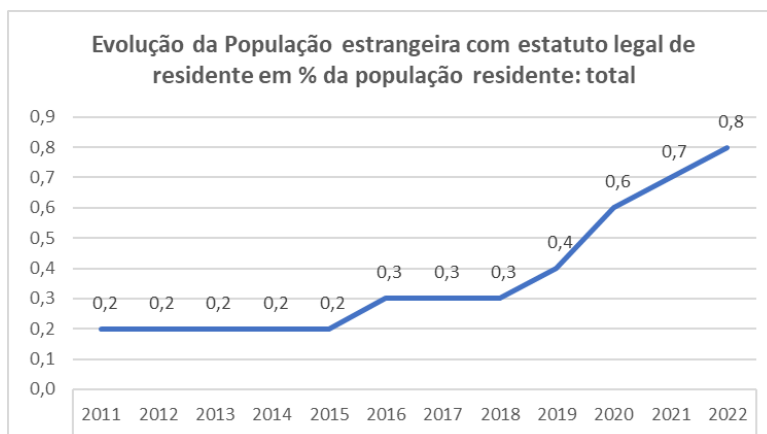
Tabela 22| Proporção da população estrangeira residente, segundo os Censos 2021 e 2022, Portugal, NUTS I, NUTS II e NUTS III

Anos	2021	2022
Portugal	6,7	7,5
Norte	2,8	3,3
Tâmega e Sousa	0,9	1,1
Amarante	0,9	1,1
Baião	0,7	0,8
Castelo de Paiva	0,7	1,2
Celorico de Basto	0,6	0,7
Cinfães	0,7	1,1
Felgueiras	0,8	1,0
Lousada	1,1	1,3
Marco de Canaveses	1,0	1,3
Paços de Ferreira	0,8	1,0
Penafiel	0,9	1,0
Resende	0,6	0,6

Fonte: INE

Desde 2011 que assistimos a um aumento do seu peso percentual na população residente no Município, conforme gráfico que se segue.

Figura 13| Evolução da População Estrangeira no Município Baião-2011-2022



Fonte: INE

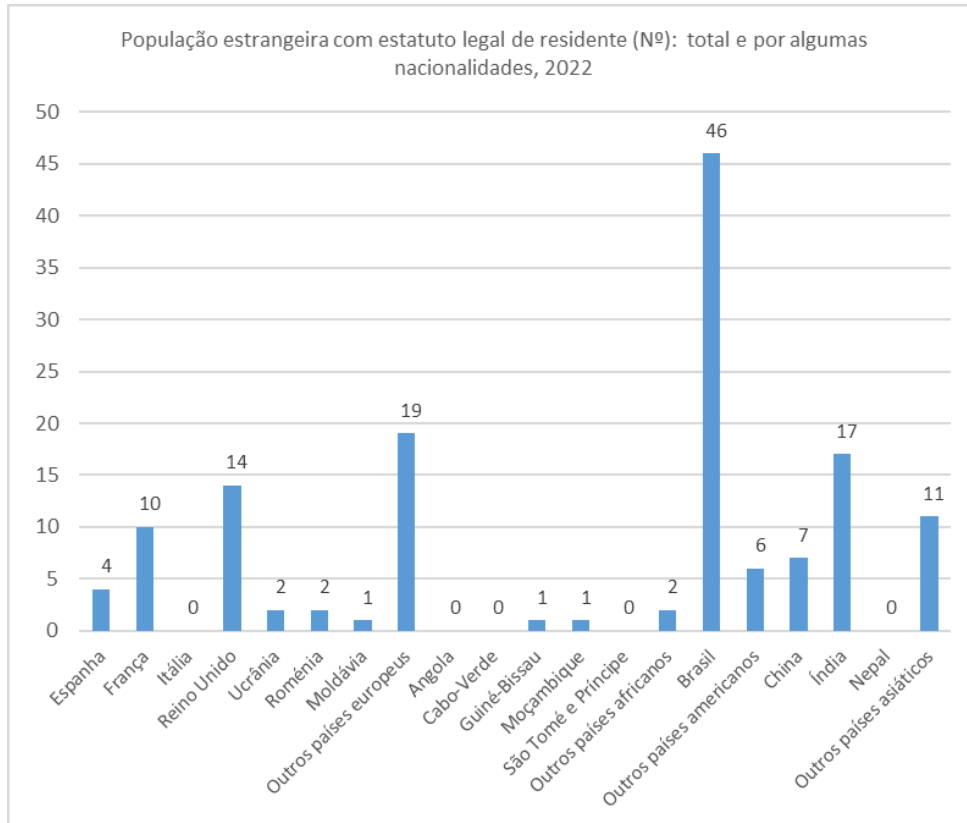
Em termos absolutos o Concelho de Baião, contabilizava 143 indivíduos residentes com estatuto legal de residente. De notar que 32 % dos estrangeiros são naturais do Brasil.

Tabela 23|Evolução (Nº) da População estrangeira com estatuto legal de residente, Baião, 2013-2022

População estrangeira com estatuto legal de residente: total indivíduos									
2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
43	42	46	49	62	63	75	105	124	143

Fonte: INE

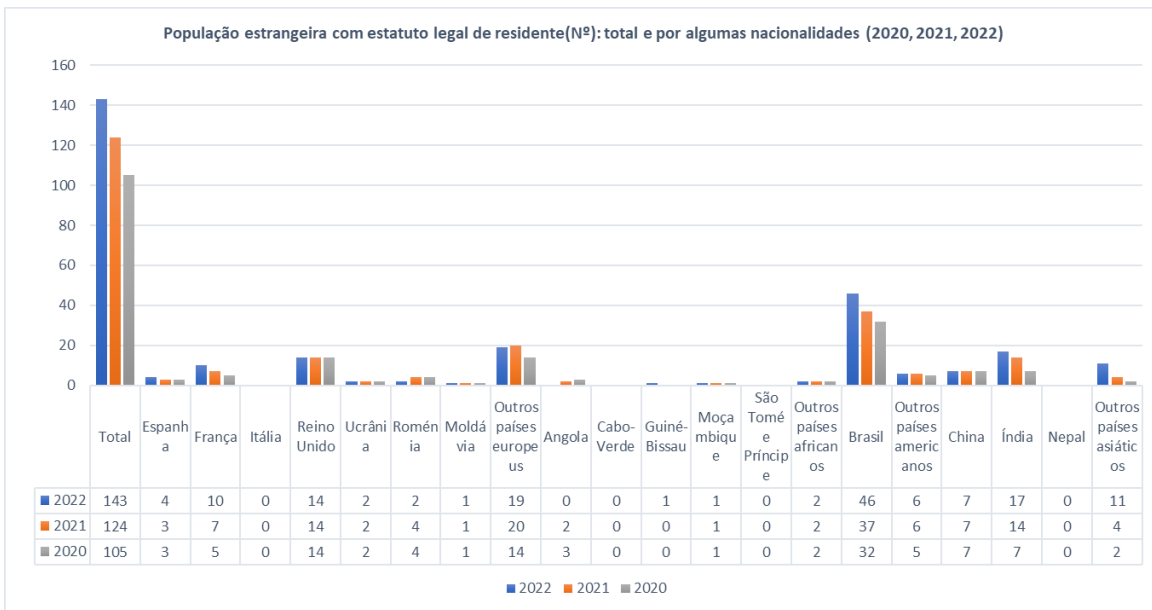
Figura 14| População estrangeira, com estatuto de residente (Nº), por nacionalidades, Baião, 2022



Fonte: INE

Nos últimos três anos, verificamos que os estrangeiros de nacionalidade brasileira se traduzem nos mais representativos, contudo os estrangeiros de países asiáticos são os que traduzem um aumento mais acentuado nestes últimos anos.

Figura 15 | Evolução da População Estrangeira no Município, por nacionalidade, 2020,2021 e 2022



Fonte: INE

2.2. Educação e formação

Em 2021, o Concelho de Baião apresenta a segunda maior taxa de analfabetismo registada na sub-região Tâmega e Sousa (6,7%), superando de forma significativa os valores médios observados na região Norte e na sub-região Tâmega e Sousa. Trata-se de um analfabetismo com clara predominância no feminino.

No período intercensitário em análise a taxa de analfabetismo do Concelho de Baião apresentou um decréscimo significativo, porém constitui o terceiro menor decréscimo registado no contexto sub-regional, eventualmente por força do peso específico dos residentes com mais de 65 anos.

Tabela 24 | População analfabeta residente com 10 e mais anos segundo os Censos: total e por sexo Portugal, NUTS I, NUTS II e NUTS III

	Taxa de analfabetismo segundo os Censos: total e por sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	5,2	3,1	3,5	2,1	6,8	4,0
Continente	5,2	3,0	3,4	2,0	6,8	4,0
Norte	5,0	3,0	3,2	2,0	6,6	3,9
Tâmega e Sousa	6,3	3,8	4,4	2,8	8,0	4,8
Amarante	7,3	4,5	5,2	3,3	9,1	5,5
Baião	10,2	6,7	7,5	4,8	12,7	8,4
Castelo de Paiva	5,7	3,3	3,5	2,0	7,7	4,5
Celorico de Basto	10,0	6,4	6,6	4,2	13,2	8,3
Cinfães	9,4	5,5	7,1	4,4	11,5	6,5
Felgueiras	5,1	3,2	3,4	2,2	6,6	4,1
Lousada	5,1	3,1	3,4	2,2	6,6	3,8
Marco de Canaveses	5,6	3,4	3,8	2,5	7,3	4,3
Paços de Ferreira	3,8	2,5	2,6	1,8	4,9	3,3
Penafiel	5,4	3,4	4,0	2,5	6,8	4,2
Resende	13,6	8,5	10,6	6,7	16,5	10,2

Fonte: INE

À escala da freguesia constata-se que os territórios da União de freguesias de Teixeira e Teixeiró e da freguesia de Loivos do Monte ocupam o 1º e o 2º lugar das taxas mais elevadas de analfabetismo do Concelho e inversamente os territórios das freguesias do Gôve, Santa Marinha do Zêzere, da União de Freguesias de Ancede e Ribadouro e da União de freguesias de Campelo e Ovil, aqueles que possuem as menores taxas, abaixo mesmo da média do concelho.

Tabela 25| Distribuição da população residente (Nº) com 15 ou mais anos, Município e freguesias, por nível de escolaridade

	Taxa de analfabetismo (%) por Local de residência e sexo, Censos 2021		
	HM	H	M
Baião	6,70	4,85	8,35
Frende	6,23	2,27	9,93
Gestaçô	6,86	5,47	8,16
Gove	3,48	2,41	4,52
Grilo	6,41	6,02	6,79
Loivos do Monte	12,94	9,22	16,55
Santa Marinha do Zêzere	5,50	4,55	6,34
União das freguesias de Ancede e Ribadouro	5,82	4,24	7,26
União das freguesias de Baião (Santa Leocádia) e Mesquinhata	7,46	4,58	9,89
União das freguesias de Campelo e Ovil	5,85	4,04	7,39
União das freguesias de Loivos da Ribeira e Tresouras	6,14	3,73	8,38
União das freguesias de Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas	9,51	6,97	11,72
União das freguesias de Teixeira e Teixeiró	13,89	11,95	15,57
Valadares	8,33	6,13	10,40
Viariz	8,26	4,17	11,79

Fonte: INE

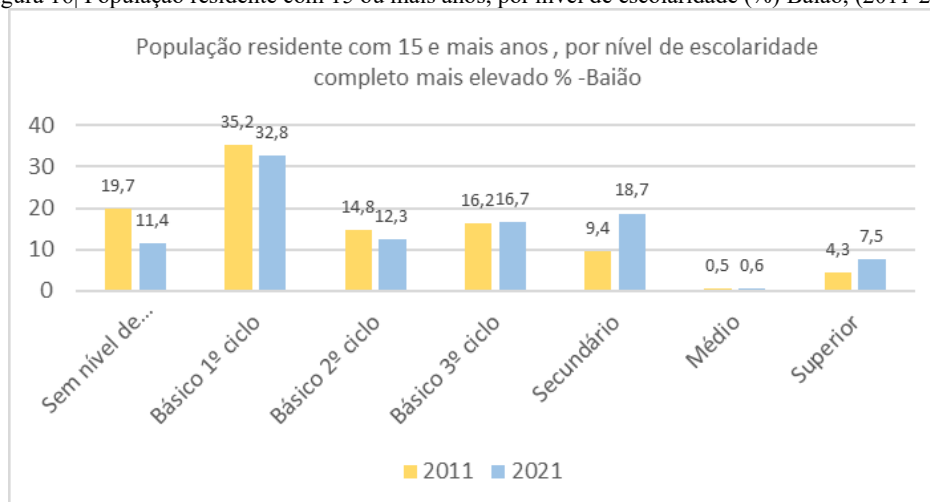
Não obstante o indicador de analfabetismo, o Concelho de Baião regista uma melhoria significativa dos níveis de qualificação da população residente, entre 2001 e 2011.

Tabela 26| Distribuição da população residente (Nº) com 15 ou mais anos, por nível de escolaridade – Baião, (2021)

População residente com 15 e mais anos segundo os Censos: total e por nível de escolaridade completo mais elevado															
Total		Sem nível de escolaridade		Básico 1º ciclo		Básico 2º ciclo		Básico 3º ciclo		Secundário		Médio		Superior	
2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
17 410	15 585	3 429	1 779	6 123	5 108	2 568	1 923	2 825	2 610	1 634	2 908	82	95	749	1 162

Fonte: INE

Figura 16| População residente com 15 ou mais anos, por nível de escolaridade (%) Baião, (2011-2021)



Fonte: INE

Baião, registou numa década um crescimento significativo da proporção de residentes com graus de escolaridade mais elevados, duplicando os seus valores percentuais.

À escala da freguesia constata-se que é na União de freguesias de Campelo e Ovil, na Freguesia de Santa Marinha do Zêzere e na União de Freguesias de Ancede e Ribadouro que se concentra o maior contingente absoluto de pessoas residentes que não possui qualquer grau de escolaridade ou possui apenas o ensino básico. No mesmo sentido, se contata que é simultaneamente nas mesmas freguesias que se concentra o maior contingente absoluto de pessoas residentes que possuem o nível de escolaridade mais elevado, embora, e comparativamente ao indicador anterior, em valores absolutos mais reduzidos.

Tabela 27 | Distribuição da população residente (Nº) com 15 ou mais anos, por nível de escolaridade, Município e Freguesias, censos 2021

População residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), e Nível de escolaridade mais elevado completo	Nível de escolaridade mais elevado completo					
	Total	Nenhum	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Ensino superior
Baião	15585	1779	9641	2908	95	1162
Freunde	528	57	349	83	3	36
Gestaço	914	107	619	129	4	55
Gove	1534	108	1012	301	12	101
Grilo	418	44	280	69	6	19
Loivos do Monte	272	56	168	34	0	14
Santa Marinha do Zêzere	2194	217	1350	473	9	145
União das freguesias de Ancede e Ribadouro	2086	219	1285	414	9	159
União das freguesias de Baião (Santa Leocádia) e Mesquinhata	640	89	413	94	10	34
União das freguesias de Campelo e Ovil	3209	286	1781	725	26	391
União das freguesias de Loivos da Ribeira e Tresouras	635	71	406	107	1	50
União das freguesias de Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas	1512	209	955	255	8	85
União das freguesias de Teixeira e Teixeira	653	178	369	73	4	29
Valadares	640	94	415	105	2	24
Viariz	350	44	239	46	1	20

Fonte: INE

Analisando a taxa de incidência dos níveis de escolaridade da população residente com 15 ou mais anos de idade, à escala das freguesias, verifica-se que em todas as 14 freguesias mais de 70% das pessoas aí residentes possuem níveis de escolaridade reduzidos, (não possui qualquer grau de escolaridade ou possui apenas o ensino Básico), sendo que é na União de Freguesia da Teixeira e Teixeira que esse peso percentual é mais elevado (83,7%), seguida da freguesia de Loivos do monte, com 82,3% e da Freguesia de Valadares, com 79,53%.

Inversamente, a União das freguesias de Campelo e Ovil e a União das freguesias de Loivos da Ribeira e Tresouras e a União das freguesias Ancede e Ribadouro constituem três das freguesias onde o peso percentual dos seus residentes com o Ensino Superior é mais representativo (12,18% e 7,87%, respetivamente).

Tabela 28 | taxa incidência por freguesia dos níveis de escolaridade mais baixos e mais elevados, por freguesia

	Taxas de incidência por freguesia, dos níveis escolaridade, por relação à População residente com 15 e mais anos de idade			
	População residente com 15 e mais anos de idade		Taxa Incidência dos níveis escolaridade mais reduzidos(nenhum ou o Ensino Básico)	Taxa Incidência do nível escolaridade mais elevado(Ensino Superior)
	Nº	%		
Baião	15585		%	%
Frende	528	100	76,89	6,8
Gestaçô	914	100	79,43	6,01
Gove	1534	100	73,01	6,58
Grilo	418	100	77,51	4,5
Loivos do Monte	272	100	82,35	5,14
Santa Marinha do Zêzere	2194	100	71,42	6,6
União das freguesias de Ancede e Ribadouro	2086	100	72,19	7,62
União das freguesias de Baião (Santa Leocádia) e Mesquinhata	640	100	78,43	5,31
União das freguesias de Campelo e Ovil	3209	100	64,41	12,18
União das freguesias de Loivos da Ribeira e Tresouras	635	100	75,11	7,87
União das freguesias de Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas	1512	100	76,98	5,62
União das freguesias de Teixeira e Teixeiró	653	100	83,76	4,44
Valadares	640	100	79,53	3,75
Viáriz	350	100	80,85	5,71

Fonte: INE e calculos da autora

Síntese - Dinâmica Demográfica

❖ Território:

- O Concelho de Baião encontra-se integrado na NUT III Tâmega e Sousa e integra o Distrito do Porto;
- Composto por 14 freguesias;
- Compreende uma área territorial de 174,5 km² e uma densidade populacional, de 100,5 hab/km² em 2021, registou numa década, 2011-2021, uma diminuição na densidade populacional de (-) 14,6%;
- Entre 2011 e 2021, sofreu uma variação negativa da população residente de (-) 14,56%, (- 2 988 indivíduos);
- Com 17 534 indivíduos residentes, maioritariamente residentes no território da União das freguesias de Campelo e Ovil (3.686), seguido da freguesia de Santa Marinha do Zêzere (2469) e da União das freguesias de Ancede e Ribadouro (2334), sendo as mesmas sede das 3 Vilas que o concelho integra. Inversamente, nas Freguesias de Loivos do Monte (301), de Viáriz (396), do Grilo (472) e de Frende (580) são aquelas onde se regista um menor número de residentes.

❖ Demografia

- Evolução regressiva dos totais populacionais entre 2011 e 2021, nomeadamente nas faixas etárias dos 0-14 anos (-37,37%), dos 15-24 anos (-14,9%) e dos 25-64 anos (- 14,49%). Inversamente, o grupo etário dos 65 ou mais anos apresentou neste período uma variação positiva (+ 5,06%);
- O grupo etário dos 0 aos 14 anos de idade, representava 11% da população residente, dos 15 aos 24 anos de idade, 11%, dos 25 aos 64 anos de idade, 55% e dos 65 ou + anos de idade, 23%;
- Registou saldos populacionais negativos; no saldo natural (- 145) registou um maior número de mortes do que nascimentos e no saldo migratório (-39) são mais as pessoas que saem do concelho do que as que entram, resultando num Saldo Total negativo (- 184);
- Baião é o Concelho onde se registou a taxa de natalidade mais baixa (4,46 ‰) na Sub-Região do Tâmega e Sousa em 2021;
- Baião é o concelho onde se regista a taxa de fecundidade mais baixa (20,9 ‰) na Sub-Região do Tâmega e Sousa em 2021;
- O grupo etário das mulheres onde se registou a taxa mais elevada de fecundidade foi no dos 30 aos 34 anos (80,5%), seguido pelo grupo das que tinham entre os 25 e os 29 anos de idade (55,9%);
- Do total de 77 nados-vivos registados em 2021, é no grupo etário das mulheres dos 30 aos 34 anos onde se registou a esmagadora maioria dos nascimentos (36 nados-vivos), seguido pelo grupo das que tinham entre os 25 e os 29 anos de idade (23 nados-vivos) e pelo grupo das que tinham entre os 25-39 anos (11 nados-vivos);
- 34% das mães doa nados-vivos tinham o ensino secundário completo, 31% o 3.º ciclo do ensino básico e 28% o ensino Superior;
- Registaram-se 222 óbitos;

- O Índice de envelhecimento de 207,0% é superior ao País (182,1%), à Região Norte (184,1%) e à região CIM Tâmega e Sousa (150,0%);
- O Índice de dependência total de 51,7% é inferior ao País (57,0%), à Região Norte (53,5%) e superior à região CIM Tâmega e Sousa (46,7%);
- O Índice de dependência de Jovens de 16,9% é inferior ao País (20,2%), à Região Norte (18,8%) e à região CIM Tâmega e Sousa (18,7%);
- O Índice de dependência de Idosos de 34,9% é inferior ao País (36,8%) e superior à Região Norte (34,07%) e à região CIM Tâmega e Sousa (28,0%) ;
- O Índice de Longevidade de 49,7% é superior ao País (48,7%), à Região Norte (46,5%) e à região CIM Tâmega e Sousa (45,1%);
- Os estrangeiros representavam apenas 0,7% da população residente no município, sendo os de nacionalidade brasileira os mais representativos, seguidos dos oriundos de países asiáticos;
- A Taxa de analfabetismo de 6,7% é superior ao País (3,1%), à Região Norte (3,0%) e à região CIM Tâmega e Sousa (3,8%), sendo ainda superior no sexo feminino (8,4%) quando comparada com o sexo masculino (4,8%)
- Níveis de escolaridade da população residente: 11,4% não detinha nenhum nível de escolaridade, 32,8 % detinha o 1º Ciclo, 12,3% o 2º ciclo, 16,7% o 3º ciclo, 18,7% o ensino Secundário 0,6% o ensino Médio e 7,5% o Ensino Superior.

 **Grandes Desafios demográficos:**

Para além do impacto na estrutura da população residente, o atual processo do envelhecimento contempla outras dimensões:

- O aumento de pessoas idosas que vivem sós (711 em 2011; 802 em 2021), com frequência sem retaguarda familiar. Este facto associado a maiores dificuldades de mobilidade e à existência de barreiras nas acessibilidades acentua o isolamento e o sentimento de solidão. São este grupo de pessoas que têm necessidade de assistência e ajuda que por vezes não encontram na rede de parentesco nem de vizinhança e por isso expostas a situações de maior vulnerabilidade social que necessitam de apoio da rede formal, de projetos inovadores e respostas inovadoras;
- ✓ O processo de envelhecimento da população não é alheio a um aumento das situações demenciais e de dependência exigindo competências específicas por parte das pessoas cuidadoras (formais e informais) que carecem de constante atualização. No concelho não existem respostas sociais específicas para situações demenciais e as respostas sociais existentes não estão adaptadas/qualificadas para prestar cuidados a pessoas com problemas demenciais; por outro lado importa atender às necessidades dos Cuidadores informais, promovendo apoios para o descanso do cuidador;
 - ✓ O aumento dos níveis de escolaridade da população que terá necessariamente repercussões ao nível das exigências de qualidade e diversidade dos serviços prestados pelas entidades de apoio a pessoas idosas. Por outro lado, situações como as de saúde pública que atualmente se vive reforçam a importância de respostas de pequena dimensão e da prestação de serviços no domicílio;
 - ✓ O envelhecimento da população coloca também desafios ao modo como o território é planeado, incluindo a sua rede de mobilidade e infraestruturas de apoio. As pessoas mais velhas, em especial, têm necessidade de viver em meios envolventes que lhes proporcionem apoio e capacitação, para compensar as mudanças físicas e sociais associadas ao envelhecimento e uma rede de transportes que garantam acesso à saúde e espaços de fruição sociocultural e recreativa;
 - ✓ O envelhecimento populacional tem consequências no domínio da saúde fazendo sentir a necessidade de novas respostas de saúde mental; a prestação de cuidados continuados; necessidade de forte articulação entre serviços de modo a que sejam solucionadas as situações em que, após período de hospitalização, há alta médica mas não é possível a chamada “alta social”, pois ou não existe rede familiar ou social de apoio ou não existem, no meio social em que a pessoa se insere, recursos para a continuidade de alguns cuidados;
 - ✓ O envelhecimento da população requer ainda, por parte da sociedade em geral (onde incluem instituições e indivíduos), uma maior prevenção e um maior investimento na promoção sustentada de hábitos de vida saudável, procurando contribuir para reduzir/contrariar os fatores de morbilidade que os indicadores de saúde nos revelam;
 - ✓ Com o envelhecimento surgem novas necessidades do ponto de vista da habitação. Uma habitação adequada, com boas acessibilidades e possibilidades de acesso aos serviços comunitários e sociais é fator de independência e qualidade de vida para as pessoas idosas. A necessidade de manutenção das casas; a existência de barreiras físicas no exterior ou dentro das próprias habitações que dificultem a mobilidade; o valor dos arrendamentos, são algumas das questões que influenciam a qualidade de vida das pessoas idosas em termos habitacionais. Projetos de apoio para intervenções de obras de beneficiação e adaptação das casas dos idosos, promoção de respostas inovadoras como Habitação Colaborativa, o Cohousing e as Ecoaldeias são formas de habitação comunitária que oferecem muitos benefícios para os idosos. A habitação colaborativa é um modelo de moradia partilhada em que os moradores vivem em unidades privadas, mas partilham áreas comuns, como cozinhas, salas de estar e jardins;
 - ✓ Por fim, e tendo por base um estudo de Sibila Marques (2011) relembra-se que o “*idadismo é um problema grave na sociedade portuguesa*”. Tomando como base o European Social Survey de 2009 os resultados revelam que a “discriminação em relação à idade é a principal forma de discriminação sentida pelos portugueses (17%) atingindo valores superiores à discriminação em relação ao sexo (13%) ou à etnia (11%). Para mais, em Portugal esta forma de discriminação parece atingir sobretudo as pessoas mais velhas: 20,8% dos indivíduos entre os 65.79 anos e 31,6% dos indivíduos com mais de 80 anos já se sentiram discriminados por causa da idade.²”. As formas de discriminação podem ir desde o insulto, à negação de resposta por parte de um serviço até às formas mais subtis de tratamentos paternalistas ou de sobre proteção. Importa não ignorar que o envelhecimento não é apenas o atingir de uma determinada idade pois “chegar a uma certa idade” significa também entrar uma fase da vida em que aumentam as probabilidades para que algumas mudanças aconteçam: passagem da vida ativa para a reforma; quebra de rendimentos

² Sibila Marques, Discriminação da 3ª Idade, Lisboa, FFMS :19, Edição de 2011

associada à mudança de situação; viuvez; redução das redes de sociabilidade e de apoio; aumento de um sentimento de desvalorização social. Neste sentido, as respostas, os projetos e as medidas de protecção social requerem ajustamentos consideráveis, que passam pela sensibilização e promoção de políticas de envelhecimento ativo que permitam aos cidadãos viver de uma forma mais saudável e mais produtiva, contribuindo para uma mudança ideológica profunda no modo como encaramos o envelhecimento e as pessoas idosas.

O fenómeno da diminuição estrutural da natalidade:

Em paralelo com o envelhecimento da população tem estado uma diminuição estrutural da natalidade com quebra do índice de fecundidade, das taxas de natalidade e conseqüente diminuição do número de nascimento – em 2021 nasceram 77 crianças (nados-vivos) de mães residentes em Baião, menos 166 crianças do que em 2001 e menos 79 que em 2011. O aumento gradual da idade média das mães das crianças que nascem, o seu crescente grau de escolaridade, são também fatores explicativos do fenómeno sociodemográfico da maternidade tardia.

Em 2021 residem no concelho de Baião 1.949 crianças com menos de 15 anos, traduzindo-se numa variação negativa de – 37, % face a 2011 (em termos absolutos de -1.163 crianças) neste grupo etário. Representava 11,12% da população residente, registando-se uma diminuição percentual desta faixa etária de cerca de - 4,04% relativamente a 2011, cuja proporção era de 15,16%, o que significa que as crianças se vão tornando “um bem escasso”. No total, residiam em Baião 2.716 crianças e jovens com idades até aos 18 anos de idade, representando este intervalo de idades 15,4% da população residente.

Os efeitos conjugados da redução das taxas de natalidade, do aumento da esperança média de vida e o conseqüente envelhecimento da população são questões transversais ao território nacional e levantam questões estruturais e pertinentes que não encontrarão respostas milagrosas no presente trabalho de Diagnóstico nem exclusivamente nas políticas públicas locais. Neste ponto pretendemos contribuir para a discussão local sobre estes dados e identificar alguns dos desafios que se colocam à comunidade institucional e civil baionense, grandemente suportados na informação estatística disponível e na riqueza dos estudos relativos às atitudes em matéria de fecundidade que o INE disponibiliza, através dos inquéritos relativos à fecundidade de 2013 e 2019³.

É hoje, inegável que as transformações na economia, no trabalho e nos valores culturais, conduziram a que decisão de ter filhos/as seja fortemente permeada por considerações várias: o projeto de vida pessoal de homens e de mulheres; a vontade de disponibilizar aos filhos/as não só um determinado nível de vida como também o acesso a um conjunto de oportunidades; e a disponibilidade pessoal para viver o tempo dessa relação parental (Mendes, 2018: 76⁴; Cunha, 2014⁵). Estas tendências parecem comprovar a relevância dos indicadores económicos e sociais no comportamento das taxas de natalidade e sublinha-se a centralidade de políticas integradas de apoio às famílias que criem condições para as decisões de parentalidade e acompanhem as diferentes necessidades dos pais e mães e das crianças ao longo do seu ciclo de crescimento.

A diminuição do número de crianças na sociedade e nas famílias fica a dever-se a vários fatores, nomeadamente;

- ✓ Aos **custos financeiros associados à maternidade e paternidade** É de recordar que a presença das crianças num agregado familiar continua a estar associada a um risco acrescido de pobreza. De acordo com os dados do Inquérito ao Rendimento e Condições de Vida 2021-2022⁶, o risco de pobreza diminuiu, em geral, para os agregados sem crianças dependentes (14,8%, menos 2,4 p.p. em relação a 2020) e para os agregados com crianças dependentes (18,0%, menos 1,7 p.p. do que no ano anterior). Todavia, numa análise detalhada da composição familiar permite concluir pela existência de um grupo cujo posicionamento relativo em termos de pobreza piorou entre 2020 e 2021: as famílias constituídas por dois adultos e duas crianças viram o seu risco de pobreza aumentar de 11,8% para 12,8%;
- ✓ À tendência para ter filhos em idades mais avançadas devido a **percursos escolares mais prolongados e a carreiras profissionais**, o que faz surgir outros fatores, como os de natureza biológica e física, que colocam dificuldades acrescidas à gravidez, o número de filhos alcançados e à redução do contingente absoluto de mulheres em idade fértil;
- ✓ **Ao papel primordial que ainda é atribuído às mulheres** no cuidado das crianças e das tarefas domésticas o que, num contexto de maior participação das mulheres no mercado de trabalho, acrescenta responsabilidades e, sobretudo, tempo de trabalho para os elementos do sexo feminino. Num estudo realizado, em 2015⁷, sobre os usos do tempo de homens e de mulheres, evidencia-se

³ INE (2014), Inquérito à Fecundidade 2013. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P. e Fundação Francisco Manuel dos Santos; Parecer de Iniciativa do CES sobre A Natalidade: Uma Questão Económica, Política e Social (Aprovado no Plenário de 11/1/22) 76 / 79 INE (2020), Inquérito à Fecundidade 2019. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P. INE (2021), Inquérito à Fecundidade 2019: Estudos sobre fecundidade em Portugal. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

⁴ Mendes, Maria Filomena (2018) “O contexto nacional: Declínio da fecundidade em Portugal numa perspetiva de século”. Em Conselho Económico e Social (coord) Desafios Demográficos: a Natalidade. Coimbra: Edições Almedina;

⁵ Cunha, Vanessa (2014) «Quatro décadas de declínio da fecundidade em Portugal». Em: INE/FFMS (Eds). Inquérito à Fecundidade 2013. Lisboa: INE/FFMS, 19-28;

⁶ Esta informação refere-se ao país não havendo dados disponíveis para o concelho. <https://www.gee.gov.pt/pt/indicadores-diarios/ultimos-indicadores/32632-rendimento-e-condicoes-de-vida-ine> ; [file:///C:/Users/CPCJ/Downloads/20ICOR2022%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/CPCJ/Downloads/20ICOR2022%20(1).pdf) ;

⁷ Perista, et all, 2016, Os Usos do Tempo de Homens e de Mulheres em Portugal, CESIS/CIT, disponível em: https://www.cesis.org/admin/modulo_projects/upload/files/inut_livro.pdf.

que o tempo investido em trabalho não pago é, para as mulheres, em média, muito superior ao dos homens. O Inquérito à Fecundidade 2019⁸ revela que se mantém a tendência de redução do número de filhos e que foram sobretudo as mulheres que referiram fazer habitualmente as tarefas relacionadas com o cuidado da casa e dos filhos. A acrescer a esta responsabilidade, é inegável que também recai nas mulheres os cuidados aos seus familiares (ascendentes) dependentes e idosos. Nesta dimensão, torna-se relevante políticas de apoio às famílias e à promoção da igualdade entre mulheres e homens na repartição do cuidado. Os papéis e estereótipos associados às mulheres e aos homens continuam a ter uma forte influência na divisão do trabalho entre mulheres e homens em casa, nos locais de trabalho e na sociedade em geral, e tendem a perpetuar um círculo vicioso dos obstáculos à igualdade entre mulheres e homens. As mulheres de todas as idades permanecem como principais prestadoras de cuidados às crianças, a idosos/as, a pessoas com deficiência às famílias e comunidades, no domicílio e nas instituições privadas e públicas. Neste campo da **prestação informal de cuidados**, deve-se referir e valorizar a importante participação da população mais velha cujo papel na sociedade é recorrentemente desvalorizado esquecendo-se o apoio que, na linha da tradição familiar portuguesa, os/as avós prestam na guarda e movimentação dos netos/as.

- ✓ A descida da natalidade está, pois, longe de ser consequência única e exclusivamente de opções individuais. Aliás, o Inquérito à Fecundidade referido revela que “tanto os homens como as mulheres desejam mais filhos que aqueles que esperam vir a ter e esperam ter mais filhos que aqueles que na realidade têm.” São identificadas as causas que conduzem a que mulheres e homens não tenham filhos ou tenham menos filhos do que desejariam ter, ou mais tarde do que planeavam, com destaque para a precariedade laboral, os baixos salários e a estagnação salarial, os longos e desregulados horários de trabalho que dificultam a conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar, assim como os elevados custos da habitação, com os jovens a ser especialmente afetados;
- ✓ Aquele Inquérito revela também que 89,8% das mulheres e 85,9% dos homens consideraram dever existir **incentivos à natalidade**, agrupados em 4 domínios: condições de trabalho, acesso a serviços para ocupação dos filhos, rendimentos das famílias com filhos e outras medidas;
 - Relativamente ao domínio condições de trabalho, a medida de incentivo mais frequentemente referida como a mais importante foi “**flexibilizar os horários de trabalho para mães e pais com filhos pequenos**”: 52,9% dos homens e 45,7% das mulheres referiram-na. A medida “alargar os períodos de licença parental para mães e pais” foi mais referida por mulheres (33,7%) do que por homens (25,9%). “Aumentar as oportunidades de trabalho a tempo parcial para mães e pais” foi a medida menos assinalada como a mais importante, o que pode estar relacionado com facto de Portugal estar entre os países da União Europeia com a menor proporção de trabalhadores (sobretudo de mulheres) a tempo parcial.
 - No contexto do acesso a serviços para ocupação dos filhos, “**alargar a rede e o acesso a creches, jardins-de-infância e Atividades de Tempos Livres (ATL)**” foi a medida de incentivo mais frequentemente referida como a mais importante (53,1% das mulheres e 48,7% dos homens). “**Alargar os horários de funcionamento de creches, jardins-de-infância e ATL**” e “assegurar o transporte das crianças para as creches, escolas e ATL” não foram consideradas tão importantes.
 - Relativamente às medidas no âmbito dos rendimentos das famílias, mulheres e homens apresentam uma distribuição distinta naquelas que assinalaram como as mais importantes. Se para as mulheres a medida considerada como a mais importante foi “aumentar os subsídios relacionados com educação, saúde, transporte, habitação e alimentação dos agregados com filhos” (41,0% das mulheres, que compara com 36,8% dos homens), para os homens aquela que aparece como sendo mais regularmente assinalada como a mais importante medida neste contexto é “reduzir os impostos para as famílias com filhos, incluindo aumentar as deduções fiscais para quem tem filhos” (42,8% dos homens, que compara com 37,0% das mulheres). Contudo, ambas visam a necessidade de aumento do rendimento disponível das famílias.
 - No que respeita a outras medidas que não integram os três domínios referidos anteriormente, “atribuir incentivos fiscais às entidades empregadoras com práticas de gestão que apoiem trabalhadores com filhos” foi assinalada como a mais importante por quase metade das mulheres (48,3%) e mais de metade dos homens (52,7%).
- ✓ O acesso ao **abono de família e a condição de recursos**.
Ao longo do tempo o abono de família foi sendo redesenhado na sua abrangência e modalidades - de uma medida universal de apoio à natalidade transformou-se progressivamente numa medida destinada a apoiar os rendimentos das famílias com filhos mais carenciadas. Equacionar o retorno à universalidade desta prestação, reservando outro tipo de políticas para o combate à pobreza das famílias com filhos. Alguns autores, investigadores/as têm apontado que o abono de família tem um carácter reduzido como incentivo alargado aos diferentes segmentos sociais em matéria de natalidade, dado que os seus montantes tendem a ser bastante diminutos para escalões de rendimento que não estando em situação de pobreza se debatem, contudo, com despesas significativas nos seus orçamentos familiares ao longo do seu ciclo de vida das crianças e jovens, além de não ser uma prestação universal (Leitão, 2018)⁹.
- ✓ **Apoios pecuniários regulares**: pouca evidência empírica de grandes sucessos.
A maioria da investigação empírica internacional constata que as transferências regulares de dinheiro têm efeitos pequenos, embora positivos sobre a taxa de natalidade. Poucos estudos verificaram, contudo, se as transferências de dinheiro tiveram uma influência a longo prazo na natalidade. A investigação que existe mostra que os efeitos a longo prazo são tipicamente pequenos

⁸ file:///C:/Users/CPCJ/Downloads/03InqFecundidade_2019.pdf

⁹ Leitão, Mafalda (2018) “Natalidade e políticas de família” Em Conselho Económico e Social (coord) Desafios Demográficos: a Natalidade. Coimbra: Edições Almedina.

(se existirem), o que sugere que as transferências de dinheiro normalmente encorajam as pessoas a ter filhos/as mais cedo, mas raramente a terem famílias maiores (UNFPA, 2019¹⁰).

- ✓ **Incentivos financeiros após parto ou “cheque-bebé”:** Algumas leituras comparativas que têm surgido na literatura internacional concluem que os incentivos financeiros aquando do nascimento demonstram frequentemente um efeito positivo sobre a natalidade, mas o seu impacto a longo prazo é reduzido e acontece sobretudo em classes menos escolarizadas e de baixos rendimentos. A razão apontada é o facto de cobrir uma pequena porção dos encargos financeiros com as crianças (UNFPA, 2019). Pagamentos de pequenos montantes fixos, como baby bónus, pagos no momento do nascimento, são pouco suscetíveis de influenciar a natalidade e comportamento em grande escala. Políticas como esta podem influenciar a procriação de alguns segmentos sociais, especialmente os segmentos de menores rendimentos e menos instruídos, mas com efeitos globais relativamente modestos. Incentivos monetários generosos dirigidos tanto a famílias de baixos como de altos rendimentos, podem eventualmente trazer resultados mais significativos, mas também implicam custos elevados
- ✓ **Várias medidas na área da habitação,** desde o investimento em habitação a preços controlados (através da reabilitação de património devoluto e da aposta no parque habitacional público), passando pela garantia de que o novo edificado urbano só é licenciado se uma percentagem relevante desse imóvel for vendida a preços controlados, nomeadamente a jovens famílias, até à alteração o regime do arrendamento urbano, criando medidas adequadas de protecção dos arrendatários.

2.2. Dinâmica Socioeconómica

A caracterização do mercado de trabalho é um dado fundamental para compreender a estrutura socioeconómica do concelho. A distribuição das pessoas nas empresas e setores de atividade clarifica a base em que as problemáticas sociais ocorrem e as mutações em curso nesta mesma base.

A remuneração e o rendimento permitem-nos, igualmente determinar os níveis médios de recursos com que as pessoas e famílias do concelho de Baião organizam a sua vida e em que patamares de resiliência a crises e ruturas se encontram.

População ativa e inativa

O Concelho de Baião, de acordo com os Censos em 2021, registou um total de 7 093 indivíduos em idade ativa (entre os 15 e os 64 anos idade), representando 40,4% da população residente, dos quais apenas 658 se encontravam em situação de desemprego (9,2%) e 6. 435 empregados (90,7%).

Em 2021 existiam 7093 pessoas ativas no mercado de trabalho de Baião tendo este número descido desde os Censos de 2011, sobretudo na população sexo masculino. Em 2021 Do conjunto de pessoas ativas, 58,9% eram Homens e 41,0% Mulheres.

A população inativa (quem não está empregado nem desempregado, como é caso dos estudantes, domésticos, reformados, incapacitados e outros inativos) representa 59,5% da população residente, o que evidencia o esforço da sociedade sobre a população inativa.

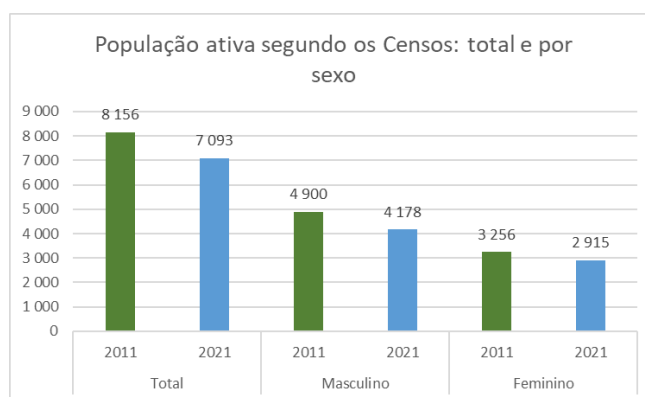
¹⁰ UNFPA (2019), Policy responses to low fertility: How effective are they? Working Paper No. 1, Population & Development Branch (Por Tomáš Sobotka, Anna Matysiak e Zuzanna Brzozowska)

Tabela 29| População Ativa e Inativa, Município e freguesias, 2021

	Pop. Residente nº	População ativa (N.º)	População empregada (N.º)	População desempregada (N.º)	População inativa (N.º)
	total	total	Total	Total	total
Baião	17534	7093	6435	658	10441
Freunde	580	215	179	36	365
Gestaçõ	1013	347	312	35	666
Gove	1742	774	691	83	968
Grilo	472	185	176	9	287
Loivos do Monte	301	103	95	8	198
Santa Marinha do Zêzere	2469	1052	930	122	1417
União das freguesias de Ancede e Ribadouro	2334	971	880	91	1363
União das freguesias de Baião (Santa Leocádia) e Mesquinhata	731	268	244	24	463
União das freguesias de Campelo e Ovil	3686	1685	1560	125	2001
União das freguesias de Loivos da Ribeira e Tresouras	700	265	239	26	435
União das freguesias de Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas	1654	622	567	55	1032
União das freguesias de Teixeira e Teixeiró	723	193	181	12	530
Valadares	733	280	259	21	453
Viariz	396	133	122	11	263

Fonte: INE

Figura17| População Ativa, por sexo, Baião 2021



Fonte: INE

População Empregada

De 2011 para 2021, a população empregada diminuiu ligeiramente (- 142 indivíduos), sendo que assistimos a uma reconfiguração na sua distribuição por setor de atividade uma vez que aumentaram as pessoas empregadas no setor Primário e Terciário(económico), não obstante ser evidente que é o setor Terciário, que, no seu conjunto, absorve a maioria da força de trabalho.

Segundo Censos 2021, 52% da população estava empregada no setor Terciário (destes 51,82% no setor social e 48,1% no setor económico) ,42 % no setor Secundário e 5,4% no setor Primário.

É o Setor Terciário que absorve a maioria da força de trabalho.

Tabela 30| População Empregada (Nº), total e por setor de atividade económica, 2011-2021

Período de referência dos dados	Local de residência à data dos Censos	População empregada (N.º), total e por Sector de atividade económica				
		HM				
		Sector de atividade económica				
		Total	Sector primário	Sector secundário	Sector terciário (social)	Sector terciário (económico)
2021	Baião	6435	349	2721	1621	1744
	Freunde	179	14	51	56	58
	Gestaçõ	312	28	141	71	72
	Gove	691	20	357	125	189
	Grilo	176	9	98	36	33
	Loivos do Monte	95	7	48	13	27
	Santa Marinha do Zêzere	930	60	369	256	245
	U. Freg. Ancede e Ribadouro	880	23	385	196	276
	U. Freg. de Baião (Santa Leocádia) e Mesquinhata	244	19	102	50	73
	U. Freg. de Campelo e Ovil	1560	45	552	542	421
	U. Freg. de Loivos da Ribeira e Tresouras	239	30	93	40	76
	U. Freg. de Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas	567	45	223	155	144
	U. Freg. de Teixeira e Teixeiró	181	21	94	27	39
	Valadares	259	22	132	40	65
Viarez	122	6	76	14	26	
2011	Baião	6577	291	2981	1624	1681
	Freunde	210	15	74	59	62
	Gestaçõ	392	46	164	89	93
	Gove	654	25	378	113	138
	Grilo	188	10	119	24	35
	Loivos do Monte	84	5	55	7	17
	Santa Marinha do Zêzere	926	38	396	243	249
	U. Freg. Ancede e Ribadouro	961	22	458	208	273
	U. Freg. de Baião (Santa Leocádia) e Mesquinhata	256	7	134	53	62
	U. Freg. de Campelo e Ovil	1435	24	486	529	396
	U. Freg. de Loivos da Ribeira e Tresouras	230	19	92	47	72
	U. Freg. de Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas	653	26	305	155	167
	U. Freg. de Teixeira e Teixeiró	207	22	86	43	56
	Valadares	245	26	143	37	39
Viarez	136	6	91	17	22	

Fonte: INE

No intervalo entre 2011 e 2021, verificamos aumentou o número de empresas/empregadores com 10 ou mais empregados, o número de Trabalhadores por conta própria e, ainda, outras situações na profissão. No mesmo período diminuíram os Empregadores com menos de 10 empregados e os Trabalhadores por conta de outrem.

Tabela 31| População empregada (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Situação na profissão

		Situação na profissão					
		Total	Empregador/patrão com menos de 10 empregados	Empregador/patrão com 10 ou mais empregados	Trabalhador por conta própria ou isolado	Trabalhador por conta de outrem	Outra situação
2021	Baião	6435	334	275	452	5203	171
2011	Baião	6577	415	106	447	5504	105

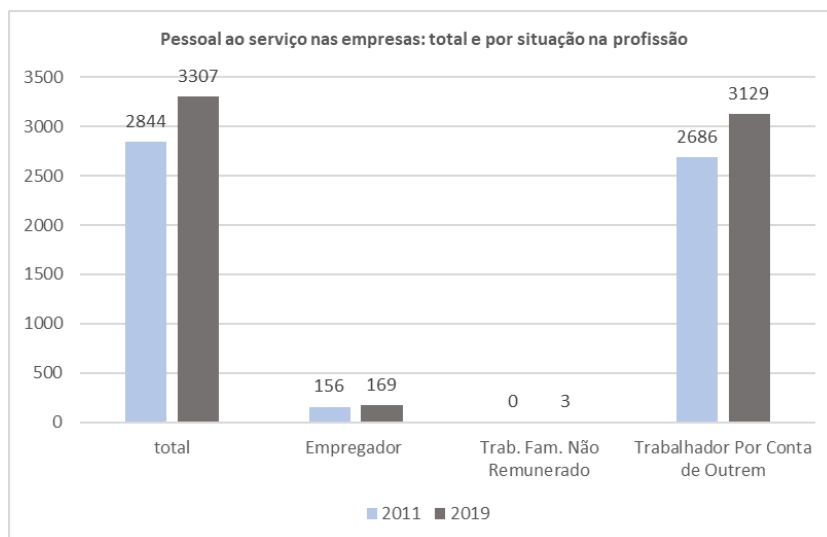
Fonte: INE

Analisando as pessoas ao serviço nas empresas, por situação na profissão¹¹, verificamos que de 2011 para 2019 aumentou quer o número de empresas/empregadores quer o número de trabalhadores por conta de outrem. Em

¹¹ A situação na profissão é a que distingue os trabalhadores por conta própria dos trabalhadores por conta de outrem.

2019 existiam 3.307 pessoas ao serviço nas empresas¹², sendo que 94,6% delas eram trabalhadoras por conta de outrem, situação que absorve a quase totalidade da força de trabalho.

Figura 18| PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS: Total e por situação na profissão, 2011-2019



Fonte: INE

Num universo de 3 307 pessoas ao serviço nas empresas, 64% respeitavam pessoas do sexo masculino e 36% pessoas do sexo feminino.

Se observarmos a distribuição do pessoal ao serviço nas empresas por sexo e situação na profissão em 2019, verificamos que no caso da população masculina, as pessoas empregadoras representam 6% e o pessoal por conta de outrem representa 94%, num universo de 2 124 pessoas ao serviço nas empresas do sexo masculino.

Tabela 32| PESSOAL DO SEXO MASCULINO AO SERVIÇO NAS EMPRESAS: total e por situação na profissão 2011-2019

	Total		Situação na profissão							
			Empregador		Membro Ativo de Cooperativa de Produção		Trabalhador Familiar não Remunerado		Trabalhador Por Conta de Outrem	
	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019
Portugal	1 525 423	1 718 250	125 310	123 395	738	576	742	462	1 395 945	1 589 470
Norte	552 777	613 433	46 864	47 526	130	104	297	169	504 652	564 363
Tâmega e Sousa	63 592	69 551	5 089	5 270	3	3	23	18	58 440	64 199
Baião	1 834	2 124	111	127	---	0	---	3	1 721	1 991

Fonte: INE

Verificamos que a proporção da população masculina trabalhadora por conta de outrem está em linha com a Sub-região do Tâmega e Sousa onde a proporção se cifrou nos 92,3% (1.991) enquanto que as pessoas empregadoras do sexo masculino representam 7,5%.

¹² NOTA: Os valores apresentados referem-se a todas as pessoas coletivas ou singulares com trabalhadores ao seu serviço, com exceção da administração central, regional e local e os institutos públicos (sendo para estas entidades apenas aplicável relativamente aos trabalhadores em regime de contrato individual de trabalho) e a empregadores de trabalhadores de serviço doméstico.

Por sua vez, se observarmos a distribuição do pessoal ao serviço nas empresas por sexo e situação na profissão em 2019, verificamos que no caso da população feminina, as pessoas empregadoras representam 4% e o pessoal por conta de outrem, representam 96%, num universo de 1.183 pessoas ao serviço nas empresas do sexo feminino.

Tabela 33 | Pessoal do sexo feminino ao serviço nas empresas: total e por situação na profissão

	Situação na profissão									
	Total		Empregador		Membro Ativo de Cooperativa de Produção		Trabalhador Familiar não Remunerado		Trabalhador Por Conta de Outrem	
	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019
Portugal	1 271 349	1 512 709	53 410	53 385	349	294	925	583	1 214 988	1 454 355
Norte	438 304	519 537	18 680	19 275	159	98	314	234	418 646	498 780
Tâmega e Sousa	47 194	54 390	1 951	2 049	0	0	20	13	45 192	52 271
Baião	1 010	1 183	45	42	0	0	0	0	965	1 138

Fonte: INE

Verificamos que a proporção da população feminina trabalhadora por conta de outrem está em linha com a Sub-região do Tâmega e Sousa onde a proporção se cifrou nos 96,1%, enquanto que as pessoas empregadoras do sexo feminino representam 3,7%.

As tabelas anteriores demonstram que a proporção de mulheres empregadoras é muito menor que a dos homens e que a entrada das mulheres no mercado de trabalho por conta de outrem é mais reduzida relativamente aos homens.

Se observarmos a distribuição dos trabalhadores por conta de outrem¹³ por nível de escolaridade constatamos que no intervalo entre 2011 e 2019 se verificou uma significativa alteração. Neste período, Baião diminui as percentagens de trabalhadores nos escalões de escolaridade mais baixos e aumentou significativamente os escalões mais elevados, sobretudo ao nível do 3º ciclo, secundário e pós e do nível superior, à semelhança do ocorrido no País, na região Norte e na Sub-Região do Tâmega e Sousa.

Tabela 34 | População empregada por conta de outrem, segundo nível de escolaridade, 2011-2019

Anos	Nível de escolaridade													
	Total		Inferior ao básico / 1º ciclo		Básico / 1º ciclo		Básico / 2º ciclo		Básico / 3º ciclo		Secundário e Pós Secundário		Superior	
	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019
Portugal	2 610 933	3 043 825	23 348	11 908	425 980	278 923	448 910	372 217	661 741	803 688	622 252	940 962	422 522	627 357
Norte	923 298	1 063 143	7 146	3 488	169 527	108 641	207 364	170 021	229 846	281 696	186 235	304 838	121 653	193 330
Tâmega e Sousa	103 632	116 470	989	543	25 564	18 254	33 434	28 543	24 337	33 343	12 911	25 794	6 293	9 924
Baião	2 686	3 129	...	27	948	605	580	679	584	849	293	676	225	290

Fonte: INE

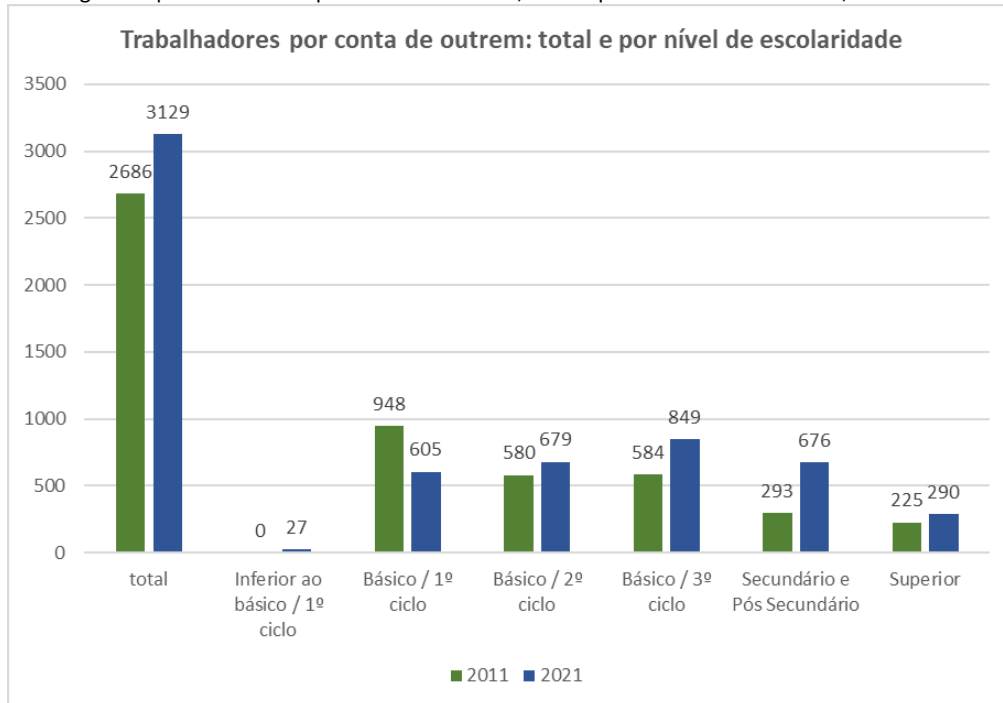
Com dados os disponíveis de 2021 é possível confirmar a melhoria dos níveis de escolaridade dos trabalhadores por conta de outrem no Concelho;

- 1% inferior ao 1º Ciclo Básico;
- 19% 1º Ciclo do Ensino Básico;
- 22% 2º Ciclo do Ensino Básico;
- 27% 3º ciclo o Ensino Básico;

¹³ Relembramos que no que respeita à administração central, regional e local e aos institutos públicos inclui apenas os trabalhadores em regime jurídico de contrato individual de trabalho.

- 22% Secundário e Pós-secundário;
- 9% Ensino Superior

Figura 19| Trabalhadores por conta de outrem; total e por nível de escolaridade, 2011-2021



Fonte: INE

Mercado de Trabalho

Nos últimos anos, a atividade económica em Baião sofreu algumas transformações que vão para além de um processo de terciarização continuado expresso na diminuição da importância da indústria transformadora e da construção civil que, entre 2021 e 2022 perdem pessoal ao serviço. Com efeito, e tomando o mesmo período, as atividades que apresentam um maior crescimento do ponto de vista do número de pessoas ao serviço são: as “Comércio por grosso e a retalho”, “Alojamento, restauração e similares”, “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares” e as “Atividades administrativas e dos serviços de apoio”.

Tabela 35| Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras¹⁴: total e por setor de atividade económica

Nº Indivíduos	Setores de atividade económica											
	Total			Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca			Indústrias transformadoras			Construção		
Anos	2011	2021	2022	2011	2021	2022	2011	2021	2022	2011	2021	2022
Baião	3 613	4 727	4 600	93	453	...	391	623	510	1 698	1 825	1 704

Nº Indivíduos	Setores de atividade económica											
	Comércio por grosso e a retalho (...)			Transporte e armazenagem			Alojamento, restauração e similares			Atividade de Informação e comunicação		
Anos	2011	2021	2022	2011	2021	2022	2011	2021	2022	2011	2021	2022
Baião	597	593	620	75	68	66	282	312	348	17	193	187

Nº Indivíduos	Setores de atividade económica											
	Atividades imobiliárias			Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares			Atividades administrativas e dos serviços de apoio			Educação		
Anos	2011	2021	2022	2011	2021	2022	2011	2021	2022	2011	2021	2022
Baião	20	33	38	89	134	146	120	176	193	57	56	65

Nº Indivíduos	Setores de atividade económica											
	Atividades de saúde humana e apoio social			Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas			Outras atividades de serviços					
Anos	2011	2021	2022	2011	2021	2022	2011	2021	2022			
Baião	90	146	146	9	29	38	72	82	80			

Fonte: INE

Outra alteração estrutural ocorrida no mercado de trabalho em Baião no período entre 2011 e 2019 foi a inversão do tipo de contrato e a explosão dos contratos a termo / a prazo em detrimento do contrato permanente. O concelho acompanha a tendência nacional e regional neste domínio. Segundo a tabela abaixo os contratos a termo e a prazo praticamente duplicaram em Baião neste período e diminuíram os contratos permanentes.

Em 2019, 34,96% dos trabalhadores tinham contratos a termo e 63,43% contratos permanentes.

Tabela 36| Trabalhadores por conta de outrem: total e por tipo de contrato

Anos	Tipo de contrato									
	Total		Contrato a termo / a prazo		Contrato de trabalho por tempo indeterminado para cedência temporária		Contrato de trabalho a termo para cedência temporária		Contrato permanente / sem termo	
	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019
Portugal	2 610 933	3 043 825	635 933	989 659	4 202	1 286	33 768	86 744	1 914 825	1 947 834
Norte	923 298	1 063 143	198 175	314 471	1 370	395	9 479	25 248	704 731	715 372
Tâmega e Sousa	103 632	116 470	19 508	33 594	192	25	0	1 077	82 174	80 487
Baião	2 686	3 129	500	1 094	0	0	0	0	2 169	1 985

Fonte: INE

Em Baião, em 2019, 96,8% das pessoas trabalhadoras por conta de outrem têm trabalho a tempo completo, tendo sido essa percentagem inferior em 2011 (95,0%). No mesmo período as pessoas com trabalho a tempo parcial representavam apenas 3,1% dos trabalhadores por conta outrem, tendo sido essa percentagem superior em 2011

¹⁴ Os valores apresentados estão de acordo com o novo Sistema Europeu de Contas (SEC 2010). O total das empresas inclui as secções A a S da CAE Rev.3, com exceção das "Atividades financeiras e de seguros" (secção K) e da "Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória" (Secção O). Para além das empresas e dos empresários em nome individual, são também contabilizados os trabalhadores independentes. As unidades empresariais relativas às sociedades gestoras de participações sociais não são consideradas no universo de referência.

(4,9%). Constituindo estes dados um sinal de melhoria neste indicador de precariedade e de maior vulnerabilidade social face ao emprego, não fosse a forte expansão dos contratos a termo e a prazo.

A percentagem de trabalho a tempo parcial é de 1,75% para os homens e de 3,16% para as mulheres.

Tabela 37| Trabalhadores por conta de outrem: total e por regime de duração de trabalho

	Regime de duração de trabalho					
	Total		Tempo completo		Tempo parcial	
Anos	2011	2019	2011	2019	2011	2019
Baião	2 686	3 129	2 554	3 031	132	98

Fonte: INE

Tabela 38| Trabalhadores do sexo masculino e feminino por conta de outrem: total e por regime de duração de trabalho

Indivíduo	Trabalhadores do sexo masculino por conta de outrem: total e por regime de duração de trabalho						Trabalhadores do sexo feminino por conta de outrem: total e por regime de duração de trabalho					
	Regime de duração de trabalho						Regime de duração de trabalho					
	Total		Tempo completo		Tempo parcial		Total		Tempo completo		Tempo parcial	
Anos	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019
Baião	1 721	1 991	1 677	1 956	44	35	965	1 138	877	1 075	88	63

Fonte: INE

Em termos gerais podemos salientar que Baião viveu um período de aceleração económica entre 2011 e 2019 com duas alterações fundamentais no seu tecido social por via do tipo de contratualização da sua força de trabalho: o aumento dos trabalhadores por conta de outrem e dos empregadores / empresários e a forte expansão dos contratos a termo e a prazo, que pode indiciar precariedade laboral e social.

Nº de Empresas e Dimensão

Importa analisar a dinâmica das empresas quanto à sua dimensão e a sua variação nos últimos anos. Em Baião, verifica-se um aumento do nº de empresas nos últimos anos, totalizando 1.620 empresas em 2021, registando-se um aumento significativo entre 2011 e 2021, de mais 400 PME.

Quanto à sua dimensão, mantém-se inalterável este indicador tratando-se na sua totalidade de Pequenas e Médias Empresas.

Tabela 39| Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Dimensão

	Empresas (N.º) por Localização geográfica e Dimensão; Anual								
	2021			2019			2011		
	Total	Pequenas e médias empresas (PME)	Grandes	Total	Pequenas e médias empresas (PME)	Grandes	Total	Pequenas e médias empresas (PME)	Grandes
Portugal	1342116	1340801	1315	1318330	1317039	1291	1113559	1112521	1038
Norte	456034	455686	348	446149	445804	345	361159	360894	265
Tâmega e Sousa	42200	42182	18	41088	41070	18	33462	33450	12
Baião	1620	1620	0	1634	1634	0	1220	1220	0

Fonte: INE

O aumento das PME deve-se sobretudo às microempresas, conforme se verifica tabela seguinte.

Tabela 40| Tipo de Pequenas e Médias Empresas (Nº)

	Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Dimensão; Anual														
	2021					2019					2011				
	Total	Pequenas e médias empresas (PME)	Micro	Pequenas	Médias	Total	Pequenas e médias empresas (PME)	Micro	Pequenas	Médias	Total	Pequenas e médias empresas (PME)	Micro	Pequenas	Médias
Baião	1620	1620	1542	65	13	1634	1634	1562	63	9	1220	1220	1156	56	8

Fonte: INE

Referimos anteriormente o aumento do nº de empresas em 2011, 2019 e 2021, e os dados de 2022 permite-nos constatar a sua evolução em 2022, fixando-se maioritariamente este aumento nas empresas com menos de 10 pessoas ao serviço.

Tabela 41| Empresas não financeiras: total e por escalão de pessoal ao serviço

Empresa(1)	Escalão de pessoal ao serviço																	
	Total			Menos de 10			10-19			20-49			50-249			250 ou mais		
	Anos	2011	2021	2022	2011	2021	2022	2011	2021	2022	2011	2021	2022	2011	2021	2022	2011	2021
Baião	1 220	1 620	1 659	1 157	1 543	1 581	36	37	43	19	27	24	8	13	11	0	0	0

Fonte: INE

- (1) Os valores apresentados estão de acordo com o novo Sistema Europeu de Contas (SEC 2010). O total das empresas inclui as secções A a S da CAE Rev.3, com exceção das "Atividades financeiras e de seguros" (secção K) e da "Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória" (Secção O). Para além das empresas e dos empresários em nome individual, são também contabilizados os trabalhadores independentes. As unidades empresariais relativas às sociedades gestoras de participações sociais não são consideradas no universo de referência.

Não obstante este aumento, em média, Baião possui o menor número de pessoas ao serviço nas empresas, comparativamente à Sub-região do Tâmega e Sousa.

Tabela 42| N.º médio de pessoas ao serviço nas empresas não financeiras: total

Indivíduo - Média	Total			
	Anos	2011	2021	2022
Portugal		3,3	3,2	3,1
Norte		3,3	3,1	3,1
Tâmega e Sousa		4,0	3,7	3,7
Baião		3,0	2,9	2,8

Fonte: INE

Trata-se de uma economia ainda muito baseada em micro e pequenas empresas, mas revela grande estabilidade do ponto de vista da sua sustentabilidade, quando comparada com a região Norte e o País.

Tabela 43| Taxa de natalidade, mortalidade e sobrevivência das empresas não financeiras

Taxa - %	Taxa de natalidade			Taxa de mortalidade			Taxa de sobrevivência a 1 ano		
Anos	2011	2021	2022	2011	2021	2022	2011	2021	2022
Portugal	12,7	13,7	16,1	16,1	10,6	10,4	70,0	75,6	75,3
Norte	12,6	12,6	15,0	14,9	9,7	10,1	74,1	77,2	77,4
Tâmega e Sousa	12,4	11,8	12,4	13,9	8,7	8,7	78,4	81,7	80,9
Baião	13,2	11,1	12,3	12,6	10,3	8,7	77,9	79,3	80,0

Fonte: INE

Em 2022:

- 95,2% das empresas têm menos de 10 pessoas ao serviço
- A média de pessoal ao serviço é de 2,8
- A taxa de mortalidade das empresas é de 8,7%
- A taxa de natalidade das empresas é de 12,3%
- A taxa de sobrevivência das empresas é de 80%

Desemprego

Desempregados Inscritos no IEFP

Da população economicamente ativa, e por consulta aos dados do IEFP, nomeadamente média anual por concelho, percebemos que em Baião assistimos a uma redução significativa do número médio de desempregados inscritos nos últimos anos. Mais uma vez, constata-se a liderança dos números no feminino. Predominam os que se inscrevem à procura de novo Emprego relativamente ao 1º emprego e também os desempregados de longa duração / inscritos 1 ano ou mais, relativamente aos inscritos há menos de 1 ano.

Tabela 44 | Desempregados inscrito no IEFP (N.º), no concelho de Baião à data dezembro dos anos de 2011 a 2023

	Desempregados inscritos no IEFP, do concelho Baião						
	Total			Procura do 1º emprego	Procura de novo emprego	tempo de inscrição	
	HM	H	M			HM	<1ano
dez/23	797	247	550	101	696	352	445
dez/22	963	279	684	167	796	463	500
dez/21	984	298	686	182	802	346	638
dez/20	1219	365	854	196	1023	481	738
dez/19	955	294	661	147	808	402	553
dez/18	1064	332	732	197	867	394	670
dez/11	1843	614	1229	320	1523	909	934

Fonte IEFP- Estatísticas Mensais por concelho - <https://www.iefp.pt/estatisticas>

O Decréscimo dos Desempregados inscritos nos Centros de Emprego e de Formação Profissional (média anual) é comum em todas as unidades territoriais e períodos em análise, especialmente entre 2011 e 2022.

No tocante à sua distribuição por níveis de escolaridade completo regista-se um decréscimo dos desempregados inscritos em todos os níveis de escolaridade, sendo que essa redução tem sido mais significativa nos desempregados sem qualquer nível de escolaridade e até ao nível do “Básico/3.º ciclo” enquanto que nos níveis de escolaridade mais elevados essa redução é mais ténue, (melhor visível, no Gráfico seguinte), o que pode revelar, por um lado, que o mercado de trabalho possui menos capacidade para absorver esse contingente nas mesmas proporções dos restantes desempregados com níveis de escolaridade mais baixos como, por outro lado, o número reduzido dos desempregados inscritos com níveis de escolaridade mais elevados são a expressão clara de que o nível de escolaridade é fator diferenciador para a integração no mercado de trabalho.

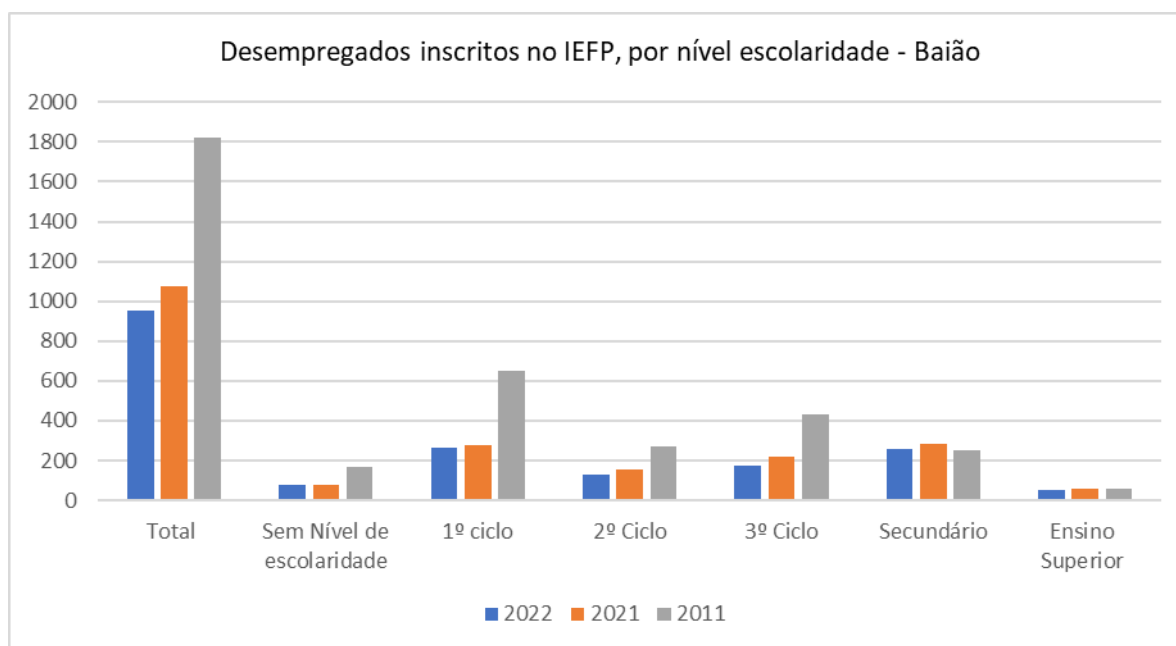
Tabela 45| Desempregados inscritos no IEFP, por nível de escolaridade região Norte, Sub-região do Tâmega e Sousa e Concelho de Baião

Anos	Nível de escolaridade											
	Total				Sem nível de escolaridade				Básico / 1º ciclo			
	2011	2019	2021	2022	2011	2019	2021	2022	2011	2019	2021	2022
Norte	237 487,8	128 974,4	144 772,0	116 680,1	11 261,7	7 720,5	7 362,4	6 791,9	73 646,4	28 412,6	26 063,6	21 400,9
Tâmega e Sousa	28 488,1	15 699,8	17 760,8	14 654,8	1 836,1	1 022,6	899,8	880,2	10 446,3	4 434,5	4 413,8	3 756,0
Baião	1 823,5	996,5	1 072,4	952,6	164,4	90,3	79,1	78,3	648,3	290,8	278,1	261,3

Anos	Nível de escolaridade															
	Básico / 2º ciclo				Básico / 3º ciclo				Secundário				Superior			
	2011	2019	2021	2022	2011	2019	2021	2022	2011	2019	2021	2022	2011	2019	2021	2022
Norte	43 570,7	20 448,8	22 754,3	17 805,0	46 256,8	24 108,9	28 299,5	21 462,2	41 828,2	31 125,1	40 784,8	33 334,7	20 924,1	17 158,5	19 507,3	15 885,4
Tâmega e Sousa	5 179,1	2 280,3	2 712,4	2 160,7	5 181,1	2 898,5	3 598,4	2 760,9	4 166,1	3 556,2	4 372,1	3 576,1	1 679,4	1 507,7	1 784,2	1 440,7
Baião	273,6	139,2	153,9	129,1	429,3	175,8	219,8	176,8	248,4	251,6	280,7	257,4	59,5	48,9	60,9	49,7

Fonte: INE

Figura 20| Desempregados inscritos no IEFP, por nível de escolaridade, 2011, 2021 e 2022



Fonte: INE

Em 2022, dos 952,6 inscritos, em média, a maioria dos desempregados revela uma distribuição diversificada quanto ao nível de ensino, a maioria detinha o 1º ciclo de ensino ou o ensino Secundário, logo seguido pelo 3º ciclo.

Figura 21 | Desempregados inscritos no IEFP, por nível de escolaridade, 2022



Fonte: INE

No tocante à sua distribuição por grupo etário para o mesmo período, especialmente no intervalo 2011-2022, regista-se um decréscimo dos desempregados inscritos nos grupos etários até aos 55 anos de idade, sendo que o grupo etário dos *55 e mais anos* foi onde se registou um aumento do seu contingente absoluto, o que denota as dificuldades de integração no mercado de trabalho deste grupo populacional engrossando o contingente quer dos desempregados de longa duração quer os que procuram novo emprego, com clara predominância no sexo feminino, como vimos anteriormente.

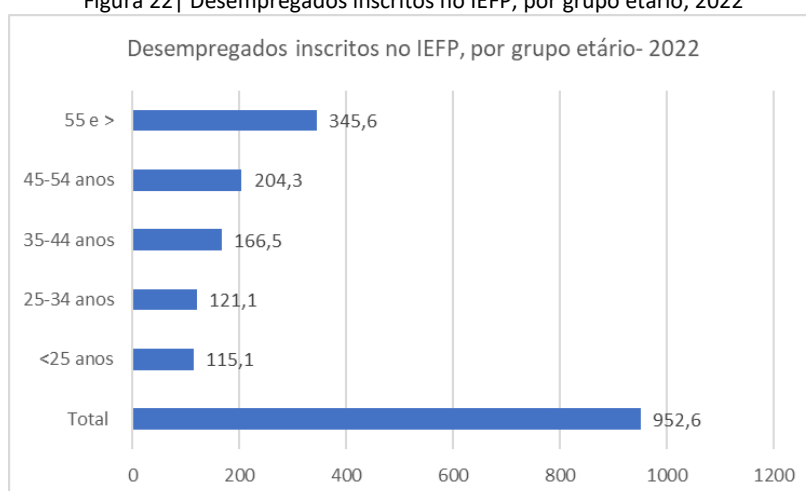
Tabela 46 | Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por grupo etário

Anos	Grupos etários											
	Total				Menos de 25				25-34			
	2011	2019	2021	2022	2011	2019	2021	2022	2011	2019	2021	2022
Baião	1 823,5	996,5	1 072,4	952,6	290,9	127,5	129,8	115,1	378,5	157,3	160,7	121,1
Anos	35-44				45-54				55 ou mais			
	2011	2019	2021	2022	2011	2019	2021	2022	2011	2019	2021	2022
	Baião	410,9	187,6	188,3	166,5	457,2	232,8	246,3	204,3	286,0	291,3	347,3

Fonte: INE

Em média, dos 952,2 desempregados inscritos em 2022, a maioria tinha 55 ou mais anos de idade, seguidos pelos que tinham idades entre os 45-54 anos.

Figura 22 | Desempregados inscritos no IEFP, por grupo etário, 2022



Fonte: INE

No último período intercensitário, a taxa de desemprego no Concelho diminuiu para metade no último período intercensitário, fixando-se nos 9,3% em 2021. No geral, este decréscimo foi mais visível nos indivíduos com idades compreendidas entre os 55-64 anos de idade (-12 pp), seguida pelos que possuíam idades entre os 15-24 anos de idade (-11,1 pp) ou 45-54 anos (-11 pp), seguida pelos que possuem idades entre os 25-34 anos de idade (-9 pp) e, por fim por aqueles que possuíam idades entre 35-44 anos (-7,1 pp). Sendo também notório registar que nos indivíduos com 65 ou mais anos se registou uma taxa de desemprego de 6,6% em 2021, tendo sido nula em 2011.

Tabela 47 | Taxa de desemprego segundo os Censos: total e por grupo etário (%)

Anos	Grupos etários															
	Total		12-14		15-24		25-34		35-44		45-54		55-64		65 ou mais	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	13,2	8,1	-	-	27,9	18,7	12,4	9,4	10,8	6,9	12	6,6	13,8	7,7	0,4	3
Norte	14,5	8,4	-	-	26,2	17,6	12,7	8,9	11,8	6,8	14,2	7	17,2	9,1	0,3	3,7
Tâmega e Sousa	14	8,2	-	-	21,4	15	12,1	8,4	11,7	6,4	13,9	6,9	17,9	9	0,2	5,3
Baião	19,4	9,3	-	-	28,2	17,1	19,9	10,9	15,9	8,8	17,9	6,9	20	8	0	6,6

Fonte: INE

O desemprego atinge na esmagadora maioria o sexo feminino, cuja taxa se fixou nos 15,8% em contraponto com os 4,7% dos homens.

Tabela 48 | Taxa de desemprego segundo os Censos: total e por sexo (%)

Anos	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	13,2	8,1	12,6	7,3	13,8	8,9
Norte	14,5	8,4	13	7,2	16,1	9,7
Tâmega e Sousa	14	8,2	11,8	5,7	17	11,1
Baião	19,4	9,3	12,7	4,7	29,5	15,8

Fonte: INE

Outra dimensão do desemprego é verificar o universo da população desempregada inscrita num Centro de Emprego do IEFP que não recebe nenhum tipo de subsídio relacionado com o desemprego, nomeadamente o nº de inscritos à procura de “Novo emprego”, no pressuposto de que estes já experienciaram a condição de

empregados, (valores que se situam entre 802 e 796 indivíduos, em dezembro anos 2021 e 2022, respetivamente) e verificarmos quantos desempregados beneficiam de subsídio de desemprego, para se poder constatar que a grande maioria não é beneficiária desta prestação social. A intermitência do emprego ou a sua precariedade temporal não lhes permitiu aceder à prestação de desemprego ou subseqüentemente à prestação social e desemprego.

Proporção da população desempregada inscrita num Centro de Emprego do IEFP que não recebe nenhum tipo de subsídio relacionado com o desemprego

Tabela 49 | Beneficiários das prestações de desemprego da Segurança Social (Nº), por sexo 2021-2022

Indivíduo	Beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social: total e por sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
Anos	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Portugal	145 750	126 723	62 903	56 406	82 847	70 317
Continente	139 059	120 877	59 618	53 457	79 412	67 420
Norte	51 505	44 881	21 323	19 081	30 190	25 800
Tâmega e Sousa	5 897	4 851	2 008	1 824	3 889	3 027
Baião	188	172	84	80	104	92

Indivíduo	Beneficiários do subsídio social de desemprego da Segurança Social: total e por sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
Anos	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Portugal	6 621	7 322	2 560	2 813	4 061	4 509
Continente	6 118	6 560	2 215	2 540	3 517	4 116
Norte	1 849	1 750	669	666	1 054	1 123
Tâmega e Sousa	166	160	61	44	98	113
Baião	8	7	5	4	3	3

Fonte: PORDATA

O **subsídio social de desemprego**¹⁵ é o montante compensatório atribuído pela segurança social aos desempregados com baixo rendimento familiar e que não podem aceder ao subsídio de desemprego. Valor em dinheiro que é pago em cada mês a quem perdeu o emprego de forma involuntária e que se encontra inscrito para emprego no Serviço de Emprego. O subsídio social de desemprego destina-se a compensar a perda das remunerações do trabalho.

O **subsídio de desemprego**¹⁶ é o montante compensatório atribuído pela segurança social durante um número limitado de meses enquanto o trabalhador que perdeu o seu emprego procura um novo trabalho.

Prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que reúnam, na generalidade, as seguintes condições: terem sido trabalhadores por conta de outrem, durante, pelo menos, 540 dias de trabalho com o correspondente registo de remuneração num período de 24 meses imediatamente anterior à data de desemprego; tenham capacidade e

¹⁵ Este subsídio é pago quando: a) Não estão reunidas as condições para receber o subsídio de desemprego (subsídio social de desemprego inicial) ou já recebeu todo o subsídio de desemprego a que tinha direito (subsídio social de desemprego subseqüente); b) O rendimento mensal do agregado familiar, por pessoa, não ultrapassa um determinado montante fixado pela segurança social. (metainformação - II/MSSS). O subsídio social de desemprego tem três modalidades: subsídio social de desemprego inicial, subsídio social de desemprego subseqüente, prolongamento do subsídio social de desemprego.

¹⁶ Prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que reúnam, na generalidade, as seguintes condições: terem sido trabalhadores por conta de outrem, durante, pelo menos, 540 dias de trabalho com o correspondente registo de remuneração num período de 24 meses imediatamente anterior à data de desemprego; tenham capacidade e disponibilidade para o trabalho; estejam em situação de desemprego involuntário; estejam inscritos nos centros de emprego; contribuam sobre salários reais. (metainformação - INE)

disponibilidade para o trabalho; estejam em situação de desemprego involuntário; estejam inscritos nos centros de emprego; contribuam sobre salários reais. (metainformação - INE)

Remuneração e Rendimentos

O Coeficiente de Gini é um indicador de desigualdade na distribuição do rendimento e visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição, assumindo valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo). Quando mede a desigualdade social, o coeficiente indica se há muita ou pouca diferença entre os mais pobres e os mais ricos na população.

Analisando a evolução deste indicador de desigualdade no intervalo entre 2015 e 2021 em Portugal, verifica-se que o coeficiente de Gini sofreu um agravamento de dois pontos percentuais, passando de 43% para 41,1%.

Comparativamente, em Baião a desigualdade de distribuição de rendimento é menor daquela que se regista a nível nacional, na região do Norte e na Sub-região do Tâmega e Sousa.

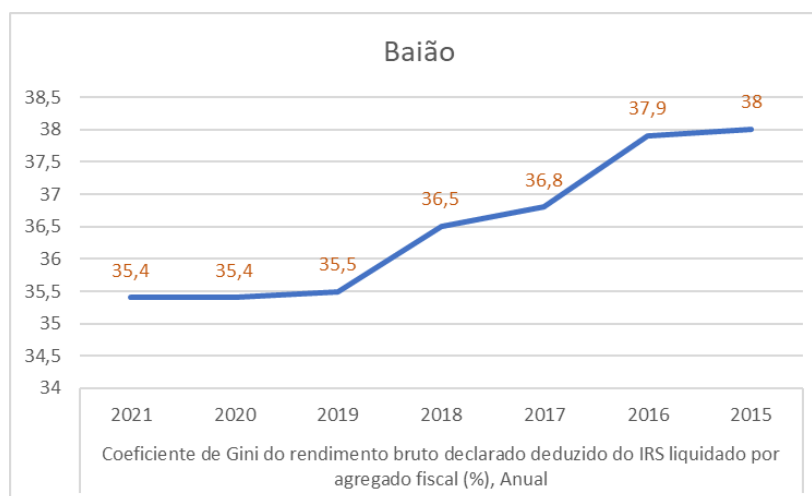
Tabela 50 | Evolução do Coeficiente de Gini (%), Portugal, Norte, Tâmega e Sousa e Concelho de Baião, 2015-2021

	Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual						
	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
Portugal	41,1	41,3	41,3	41,8	42,3	42,7	43
Norte	40,2	40,4	40,5	41	41,5	42	42,5
Tâmega e Sousa	37,2	37,4	37,5	38	38,4	39,2	39,8
Baião	35,4	35,4	35,5	36,5	36,8	37,9	38

Fonte: INE

No período de 2015 a 2021, verifica-se que o coeficiente de Gini em Baião sofreu um agravamento de três pontos percentuais, passando de 38% para 35,4%. Este resultado traduz uma recuperação da desigualdade ao longo dos últimos anos.

Figura 23 | Evolução do Coeficiente de Gini (%), em Baião 2015-2021



Fonte: INE

Se considerarmos a diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem constatamos que esta diferença diminuiu no período entre 2011 e 2019 em

Baião, na Sub-região do Tâmega e Sousa e no País. O concelho está alinhado com a tendência nacional na redução dessa diferença, no entanto destaca-se pelo facto de ser um território onde é menor a diferença entre os ordenados mínimo e médio, podendo concluir-se, por um lado que esta diminuição poderá ser atribuída ao aumento do salário mínimo e à estagnação da remuneração média mensal e, por outro que a atividade económica no concelho não corresponde ao aumento das remunerações para além do salário mínimo.

Tabela 51| Diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem

Anos	Diferença entre salário mínimo nacional e remuneração base média mensal (€)	
	2011	2019
Portugal	-420	-401
Norte	-317	-325
Tâmega e Sousa	-162	-165
Baião	-173	-143

Fonte: INE

A análise do ganho médio mensal¹⁷ por atividade económica, na tabela seguinte, revela que em Baião, o setor com ganho mais elevado é o do setor da “construção” seguido dos serviços e “indústria, construção e energia e água”. O setor com menor ganho médio mensal é o setor da indústria transformadora.

O concelho de Baião está alinhado com as unidades territoriais em análise.

Tabela 52| Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sector de atividade económica

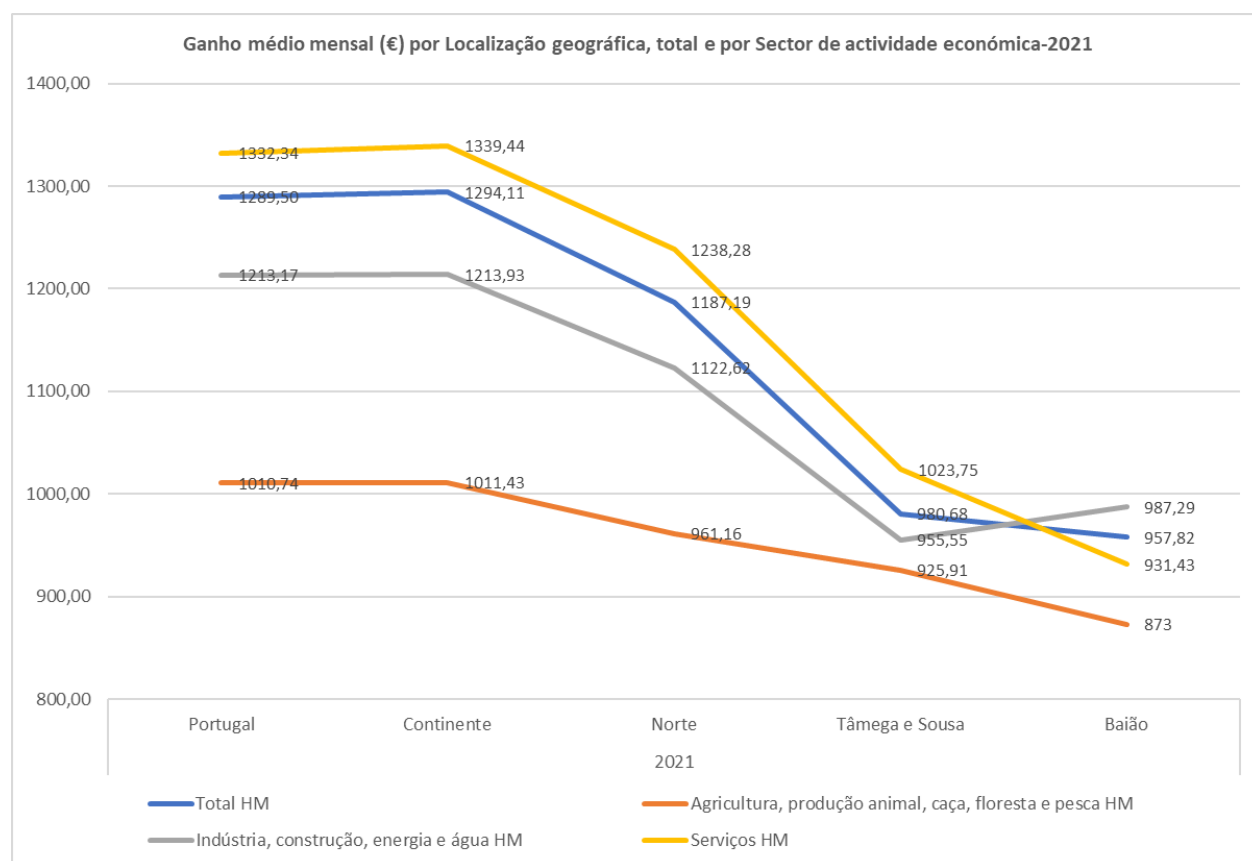
Euro - Média	Setores de atividade económica											
	Total		Agricultura, produção animal, caça, sicultura e pesca		Indústria, construção, energia e água		Indústrias transformadoras		Construção		Serviços	
	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019
Portugal	1 083,8	1 206,3	809,2	943,7	998,7	1 143,5	981,0	1 152,9	958,0	1 024,9	1 133,2	1 242,4
Norte	949,1	1 100,4	816,3	969,1	871,6	1 046,6	853,3	1 048,8	872,7	982,1	1 014,8	1 143,1
Tâmega e Sousa	746,3	898,1	617,0	758,8	702,4	867,1	670,7	847,4	759,6	894,6	831,1	952,8
Baião	766,9	866,5	775,1	804,8	713,0	868,1	631,3	757,6	740,6	916,7	826,5	869,5

Fonte: INE

Com os dados disponíveis de 2021 é possível constatar que o ganho médio mensal em Baião melhorou relativamente a 2019, cifrando-se nos 957,82€, mantendo o setor da “indústria/construção/energia e água” o melhor ganho médio mensal (987,29€), seguido pelo setor dos serviços (931,43€) e, por fim o setor Agrícola com 873,00€. É possível também constatar que o ganho médio mensal em Baião, e em todos os setores de atividade, é menor que a média do País, da região Norte e da Sub-região do Tâmega e Sousa, à exceção do setor da indústria/construção/energia e água, que regista um valor médio superior à Sub-região do Tâmega e Sousa.

¹⁷ Montante ilíquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas).

Figura 24 | Evolução do Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total-2021



Fonte: INE

Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem¹⁸: total e por sexo

Em Baião, ambos os sexos obtiveram uma melhoria nas suas remunerações base, que pode ser atribuída ao aumento do salário mínimo, contudo no sexo feminino constata-se um aumento menos substancial na sua remuneração que o masculino no período considerado (2011/2019) e mais baixo comparativamente às unidades territoriais retidas. Inversamente, o sexo masculino regista um aumento superior, quer quando comparado com sexo feminino quer quando comparado à média do País.

Tabela 53 | Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sexo

Euro - Média	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
Anos	2011	2019	2011	2019	2011	2019
Portugal	905,1	1 001,5	984,2	1 069,3	807,5	920,1
Norte	802,4	924,5	864,4	983,3	723,2	851,9
Tâmega e Sousa	647,1	764,6	683,4	790,5	600,7	731,2
Baião	658,1	742,5	680,9	771,3	623,9	696,6

Fonte: INE

¹⁸ Os valores apresentados referem-se a trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa. No que respeita à administração central, regional e local e aos institutos públicos inclui apenas os trabalhadores em regime jurídico de contrato individual de trabalho.

A remuneração média mensal dos trabalhadores por conta de outrem aumentou em Baião, sobretudo entre os profissionais qualificados, semiquualificados, não qualificados e praticantes/aprendizes. Neste mesmo período e de acordo com a tabela seguinte, a remuneração média mensal diminuiu nos quadros superiores e profissionais altamente qualificados.

Tabela 54 | Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por nível de qualificação

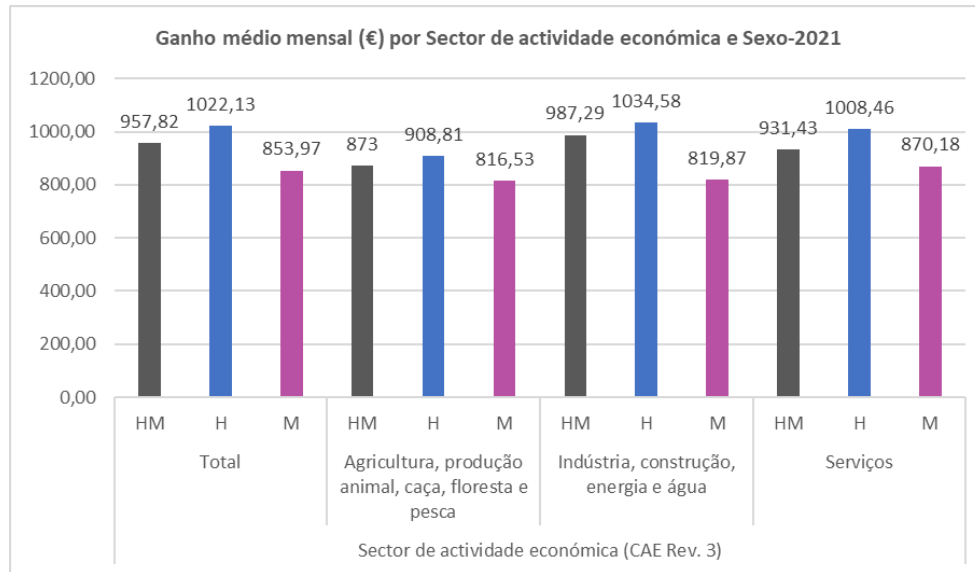
Euro - Média	Total		Quadros superiores		Quadros médios	
	2011	2019	2011	2019	2011	2019
Portugal	905,1	1 001,50	2 105,30	2 097,00	1 428,00	1 481,50
Tâmega e Sousa	647,1	764,6	1 345,50	1 457,10	1 084,40	1 166,20
Baião	658,1	742,5	1 372,40	1 095,60	897,50	980,80
	Encarregados, contramestres e chefes de equipa		Profissionais altamente qualificados		Profissionais qualificados	
	2011	2019	2011	2019	2011	2019
Portugal	1 243,70	1 397,10	1 160,20	1 161,10	722,8	809,4
Tâmega e Sousa	890,10	1 021,90	928,30	979,10	597,1	705,9
Baião	806,90	946,00	877,2	832,90	597,3	707,9
	Profissionais semiquualificados		Profissionais não qualificados		Praticantes e aprendizes	
	2011	2019	2011	2019	2011	2019
Portugal	587	698,2	554,6	647,4	542,3	655,7
Tâmega e Sousa	529,5	651,5	512,4	627,7	497,6	623,4
Baião	551,2	673,8	520,2	621,8	496	608

Fonte: INE

Esta situação verifica-se, em termos gerais, no resto do País.

Quer tenhamos em consideração a remuneração base média mensal ou o ganho médio mensal, os dados recentes de 2021 demonstram que continuamos a assistir a uma desigualdade de género nos rendimentos obtidos por conta de outrem, mantendo-se o sexo feminino em desvantagem de rendimentos obtidos e de melhoria alcançadas, em termos gerais e em qualquer um dos setores de atividade económica considerados.

Figura 25| Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sexo e por sector de atividade económica



Fonte: INE

Entre 2011 e 2021, a Disparidade no ganho médio mensal, entre sexos, aumentou significativamente, contrariamente ao verificado na Região Norte e Sub-região do Tâmega e Sousa que viu essa percentagem reduzida.

Tabela 55| Disparidade no ganho médio mensal (entre sexos - %), da população empregada por conta de outrem

Localização geográfica (NUTS - 2013) (1)	Disparidade no ganho médio mensal (Entre sexos - %) da população empregada por conta de outrem	
	2021	2011
Portugal	8,5	x
Norte	8,5	10,5
Tâmega e Sousa	6,7	8
Baião	8,5	5,8

Fonte: INE

❖ **População ativa (2021)**

- 7 093 indivíduos em idade ativa (entre os 15 e os 64 anos idade), 40,4% da população residente, dos quais apenas 658 se encontravam em situação de desemprego (9,2%) e 6. 435 empregados (90,7%).

- 4 178 respeitavam indivíduos do sexo masculino (- 722 que em 2011) e 2915 do sexo feminino (- 341 que em 2011). Numa década diminui (- 1063 indivíduos);

❖ **População Inativa**

- 10 441 indivíduos considerados inativos, representam 59,5% da população residente. 13,0% eram estudantes, 18% Domésticos, 47,2% Reformados, 4,2% Incapacitados e 17,4% Outras situações de inatividade.

❖ **Emprego**

- A população empregada diminuiu ligeiramente entre 2011 e 2021 (6.577 para 6.435, - 142 indivíduos);
- 52% da população estava empregada no setor Terciário (destes 51,82% no setor social e 48,1% no setor económico”),42 % no setor Secundário e 5,4% no setor Primário;

- 3.365 indivíduos no setor Terciário
 - 1. 621 no setor social
 - 1.744 no setor económico
- 2.721 indivíduos no setor Secundário
- 349 no setor Primário

- 2011 para 2019 aumentou quer o número de empresas/empregadores quer o número de trabalhadores por conta de outrem.

-Em 2019 existiam 3.307 pessoas ao serviço nas empresas, sendo que 94,6% delas eram trabalhadoras por conta de outrem e 5,1% eram empregadoras e 0,09% eram trabalhadores Familiares Não remunerados.

- Num universo de 3 307 pessoas ao serviço nas empresas, 64% respeitavam pessoas do sexo masculino e 36% pessoas do sexo feminino.

✓ **Homens:**

- 2 124 pessoas ao serviço nas empresas
- 6% empregadores
- 94% por conta de outrem

✓ **Mulheres**

- 1.183 pessoas ao serviço nas empresas
- 4% empregadores
- 96% por conta de outrem

- A proporção de mulheres empregadoras é muito menor que a dos homens e a entrada das mulheres no mercado de trabalho por conta de outrem é mais reduzida relativamente aos homens.

- Baião diminui as percentagens de trabalhadores por conta de outrem nos escalões de escolaridade mais baixos e aumentou significativamente os escalões mais elevados, sobretudo ao nível do 3º ciclo, secundário e pós-secundário e do nível superior;

- 1% inferior ao 1º Ciclo Básico
- 19% 1º Ciclo do Ensino Básico
- 22% 2º Ciclo do Ensino Básico
- 27% 3º ciclo o ensino básico completo

- 22% Secundário e Pós-secundário
- 9% Ensino Superior

- Os contratos a termo e a prazo dos trabalhadores por conta de outrem praticamente duplicaram em Baião (de 500 para 1094) e diminuíram os contratos permanentes (de 2 169 para 1985);

- Em Baião, verifica-se um aumento do nº de empresas nos últimos anos, totalizando 1.620 empresas em 2021, registando-se um aumento significativo entre 2011 e 2021, de mais 400 Pequenas e Médias Empresas (PME).

- 1.542 Microempresas (+ 386)
- 65 Pequenas Empresas (+9)
- 13 Médias empresas (+5)

❖ **Desemprego**

- Redução significativa do número médio de desempregados inscritos no IEFP nos últimos anos (dez. 2011 a dez.2023)

- Liderança dos números no feminino (279 H e 684M, a dez. 2022)

- Predominam os que se inscrevem à procura de novo Emprego (796) relativamente ao 1º emprego (167)

- Predominam os desempregados de longa duração / inscritos 1 ano ou mais (500), relativamente aos inscritos há menos de 1 ano (463)

-Regista-se um decréscimo dos desempregados inscritos em todos os níveis de escolaridade, sendo que essa redução tem sido mais significativa nos desempregados sem qualquer nível de escolaridade e até ao nível do “Básico/3.º ciclo” enquanto que nos níveis de escolaridade mais elevados essa redução é mais ténue;

- Em média, dos 952,6 desempregados inscritos em dezembro 2022, a maioria detinha o 1º ciclo de ensino:

- 78,3 Sem qualquer nível escolaridade
- 261,3 1º Ciclo do Ensino Básico
- 129,1 2º Ciclo do Ensino Básico
- 176,8 3º ciclo o ensino básico completo
- 257,4 Secundário
- 49,7 Ensino Superior
-

- Em média, dos 952,6 desempregados inscritos em dezembro 2022, a maioria tinha 55 ou mais anos de idade (único grupo etário onde o contingente de inscritos aumentou)

- 115,1 Com menos de 25 anos idade
- 121,1 Com idades entre os 25-34 anos de idade
- 166,5 Com idades entre os 35-44 anos de idade
- 204,3 Com idades entre os 45-54 anos de idade
- 345,6 Com 55 ou mais anos de idade

- A taxa de desemprego no Concelho diminuiu para metade no último período intercensitário, fixando-se nos 9,3% em 2021. As camadas mais jovens são mais atingidas;

- 17,1% nos Individuos com 15-24 anos
- 10,9% nos conómica com 25-34 anos
- 8,8% nos conómica com 35-44 anos
- 6,9% nos conómica com 45-54 anos
- 8% nos conómica com 55-64 anos
- 6,6% nos conómica com 64 ou mais anos

- Atinge na esmagadora maioria a população ativa do sexo feminino, cuja taxa de desemprego se fixou nos 15,8% em contraponto com os 4,7% dos homens.

❖ **Salários e rendimentos**

- A desigualdade de distribuição de rendimento é menor daquela que se regista a nível nacional, na região do Norte e na Sub-região do Tâmega e Sousa;

- No intervalo entre 2015 e 2021 em Baião, o coeficiente de Gini sofreu um desagravamento de três pontos percentuais, passando de 38% para 35,4%. Este resultado traduz uma recuperação da desigualdade ao longo dos últimos anos;

- A Diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem em Baião foi, em 2019, de (-) 143€. Sendo um território onde é menor a diferença entre os ordenados mínimo e médio;

- O ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem em Baião, fixou-se, em 2019, em 866,5€;

- O setor com ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem mais elevado, em 2019, é o do setor da “construção” (com 916,7€) seguido dos serviços (869,5€) e “indústria, construção e energia e água” (868,1€). O setor com menor ganho médio mensal é o setor da indústria transformadora (757,6€) seguido da Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca (804,8€). Valores médios menores que a média do País, da região Norte e da Sub-região do Tâmega e Sousa, à exceção do setor da indústria/construção/energia e água, que regista um valor médio superior à Sub-região do Tâmega e Sousa;

-A Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem fixou-se nos 742,5€, sendo no sexo masculino de 771,3€ e no feminino 696,6€;

- Ambos os sexos obtiveram uma melhoria nas suas remunerações base, contudo no sexo feminino constata-se um aumento menos substancial na sua remuneração que o masculino no período considerado (2011/2019) e mais baixo comparativamente às unidades territoriais retidas. Inversamente, o sexo masculino regista um aumento superior, quer quando comparado com sexo feminino quer quando comparado à média do País;

- Entre 2011 e 2021, a Disparidade no ganho médio mensal, entre sexos, aumentou significativamente (5,8% para 8,5%), contrariamente ao verificado na Região Norte e Sub-região do Tâmega e Sousa que viu essa percentagem reduzida;

- Entre 2011 e 2019, a remuneração média mensal dos trabalhadores por conta de outrem aumentou em Baião, sobretudo entre os profissionais qualificados, semiquaificados, não qualificados e praticantes/aprendizes. Neste mesmo período, a remuneração média mensal diminuiu nos quadros superiores e profissionais altamente qualificados.

🚧 **Grandes Desafios económicos:**

O Diagnóstico Social identifica um quadro estrutural marcado por uma tendência de dupla contração do mercado de trabalho local, combinando a diminuição do volume de emprego disponibilizado no concelho com a redução da população ativa aí residente. Em paralelo, e no que respeita ao emprego em estabelecimentos empresariais, assistiu-se a um aumento geral do nível de habilitações dos ativos

efetivamente mobilizados, contrapondo o crescimento do número de profissionais com habilitações iguais ou superiores ao Ensino Secundário ao decréscimo daqueles que detinham níveis inferiores de escolarização. Em termos gerais podemos salientar que Baião viveu um período de aceleração económica entre 2011 e 2019 com duas alterações fundamentais no seu tecido social por via do tipo de contratualização da sua força de trabalho: o aumento dos trabalhadores por conta de outrem e dos empregadores / empresários e a forte expansão dos contratos a termo e a prazo, que pode indiciar precariedade laboral e social.

Em termos de desemprego, o concelho tem assistido a uma dinâmica de progressiva diminuição até ao momento presente. O perfil dominante dos desempregados inscritos no Centro de Emprego evidencia uma clara concentração em situações de procura de novo emprego e uma importante expressão do desemprego de longa duração, afetando predominantemente trabalhadores com níveis de escolaridade do 1º ciclo e do Secundário e idade superior a 55 anos. É forçoso realçar aqui que as taxas de desemprego mais elevadas apuradas em 2021 incidem sobre os escalões mais jovens da população ativa (15-24 e 25-34) os quais, embora com níveis de escolarização superiores, representavam nesse ano 28% da população em situação de desemprego. Também se continua a evidenciar que a população ativa do sexo feminino é a mais atingida com o desemprego cuja taxa se fixou nos 15,8% em contraponto com os 4,7% dos homens.

Indicadores de vulnerabilidade social e precariedade

- Em 2019, em Baião, as pessoas trabalhadoras por conta de outrem que têm trabalho a tempo parcial representavam 3,1% dos trabalhadores, sendo 1,75% para os homens e de 3,16% para as mulheres;
- Em 2019, 34,96% dos trabalhadores tinham contratos a termo e 63,43% detinham contratos permanente. No período entre 2011 e 2019 os contratos a termo e a prazo praticamente duplicaram, em 2011 18,61% detinham contratos a Termo e 80,75% a prazo.
- De 2021 para 2022, o decréscimo médio dos desempregados inscritos foi comum em todos os níveis de escolaridade em 2022, sendo que essa variação negativa foi mais significativa nos desempregados com o 3º ciclo do ensino básico e menos significativa nos desempregados ou sem qualquer nível de escolaridade ou com o ensino Superior. A variação do nº médio de inscritos com Nenhum nível escolaridade (- 0,8), 1º ciclo (- 16,8), 2º Ciclo (- 24,8), 3º ciclo (- 43), Secundário (- 23,3) e Superior (- 11,2);
- No geral a taxa de desemprego atinge sobretudo indivíduos com idades compreendidas entre os 15-24 anos de idade (17,1%), seguida pelos que possuem idades entre os 25-34 anos de idade (10,9%). O grupo etário dos 55 aos 64 anos de idade traduz aquele em que a diminuição deste indicador se fez sentir com maior relevância, sendo também notório registar que nos indivíduos com 65 ou mais anos se registou uma taxa de desemprego de 6,6% em 2021, tendo sido nula em 2011.
- O desemprego atinge na esmagadora maioria o sexo feminino, cuja taxa se fixou nos 15,8% em contraponto com os 4,7% dos homens.
- Em 2019, Diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem é menor em Baião, cifrando-se em – 143€, na Sub Região do Tâmega e Sousa – 165€, no Norte – 325€ e no País – 401€, podendo concluir-se, por um lado que esta diminuição poderá ser atribuída ao aumento do salário mínimo e à estagnação da remuneração média mensal e, por outro que a atividade económica no concelho não corresponde ao aumento das remunerações para além do salário mínimo.
- Em 2021, os dados demonstram que continuamos a assistir a uma desigualdade de género nos rendimentos obtidos por conta de outrem, mantendo-se o sexo feminino em desvantagem de rendimentos obtidos (853,97€ contra os 1.022,13€ nos Homens) e de melhoria alcançadas, em termos gerais e em qualquer um dos setores de atividade económica considerados. Entre 2011 e 2021, a Disparidade no ganho médio mensal, entre sexos, aumentou significativamente (de 5,8% subiu para 8,5%) contrariamente ao verificado na Região Norte (de 10,5% desceu para 8,5%) e na Sub-região do Tâmega e Sousa (de 8% desceu para 6,7%).

2.3. Justiça e Segurança

Crimes por algumas categorias de crime

No intervalo entre 2011 e 2021 o concelho de Baião tornou-se um território mais seguro com menor criminalidade. Baião apresenta resultados positivos com a acentuada diminuição das categorias de crimes consideradas para análise pelas polícias.

Em termos gerais, o concelho apresenta uma diminuição de aproximadamente 56% na criminalidade com descidas mais significativas nos furtos em residência ou em edifício comercial ou industrial e inversamente os crimes de furto em veículo motorizado aumentaram.

Tabela 56| Crimes registados pelas polícias (Nº): total e por algumas categorias de crime, Censos

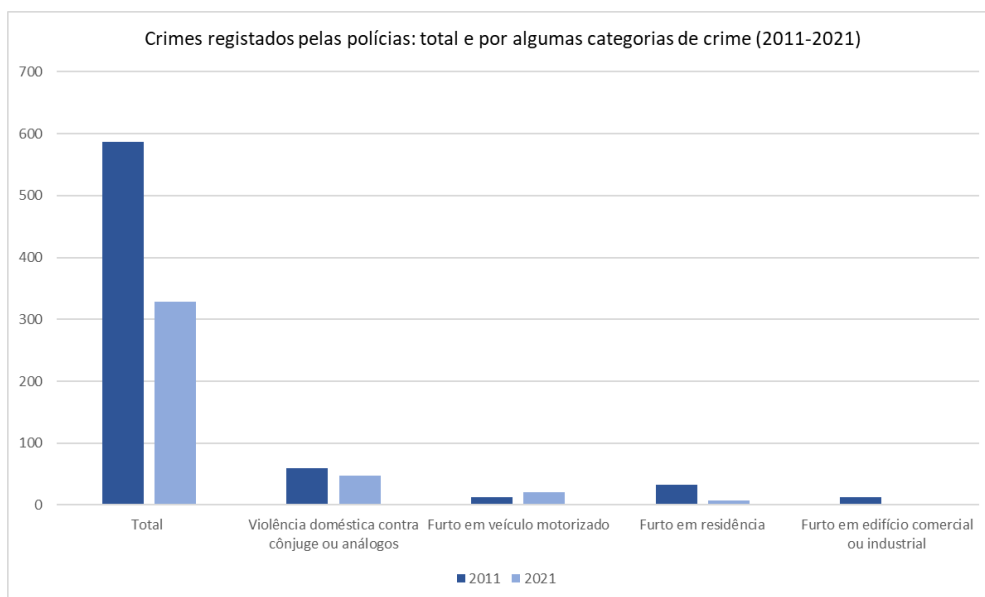
Anos	Categoria de crime											
	Total				Violência doméstica contra cônjuge ou análogos				Furto em veículo motorizado			
	2011	2019	2020	2021	2011	2019	2020	2021	2011	2019	2020	2021
Portugal	415 325	335 614	298 797	301 394	23 742	24 793	23 439	22 524	38 232	21 976	20 958	22 250
Continente	394 952	314 651	277 127	277 636	22 026	23 229	21 977	21 028	37 254	21 456	20 427	21 593
Norte	122 311	100 582	90 427	86 667	8 512	8 179	7 499	7 057	11 602	9 880	9 339	8 091
Tâmega e Sousa	12 069	8 759	8 325	8 302	818	776	776	738	722	478	434	583
Baião	587	295	345	329	60	35	43	47	12	7	5	21

Anos	Categoria de crime							
	Furto em residência				Furto em edifício comercial ou industrial			
	2011	2019	2020	2021	2011	2019	2020	2021
Portugal	28 307	10 961	9 168	8 420	15 437	7 326	7 188	5 875
Continente	27 036	10 452	8 694	7 961	14 919	6 983	6 855	5 571
Norte	9 373	3 221	2 994	2 650	5 709	3 359	3 191	2 375
Tâmega e Sousa	1 281	309	242	196	681	290	251	166
Baião	33	9	15	7	13	5	4	-

Fonte: INE

Esta tendência é claramente visível no gráfico seguinte com alguns crimes praticamente ausentes como é o caso do furto em edifício comercial ou industrial.

Figura 26| Crimes registados pelas polícias (Nº): total e por algumas categorias de crime, Baião 2011-2021, Censos



Fonte: INE

No intervalo entre 2011 e 2021, o concelho de Baião em termos percentuais, apresentava valores totais de criminalidade muito inferiores à média nacional e regional, mas na categoria de crime por violência Doméstica contra cônjuge ou análogos está acima da média regional e nacional.

Tabela 57. Crimes registados pelas polícias por mil habitantes, Censos

Rácio	Categoria de crime									
	Total		Violência doméstica contra cônjuge ou análogos		Furto em veículo motorizado		Furto em residência		Furto em edifício comercial ou industrial	
Anos	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	39,3	29,0	2,2	2,2	3,6	2,1	2,7	0,8	1,5	0,6
Norte	33,2	24,0	2,3	2,0	3,1	2,2	2,5	0,7	1,5	0,7
Tâmega e Sousa	27,9	20,3	1,9	1,8	1,7	1,4	3,0	0,5	1,6	0,4
Baião	28,9	18,7	3,0	2,7	0,6	1,2	1,6	0,4	0,6	-

Fonte: INE

 **Síntese Justiça e Segurança**

Em termos gerais o concelho de Baião pode ser considerado um território mais seguro de acordo com a evolução positiva verificada no intervalo temporal de 2011/2021, sendo que podemos considerar que a segurança é dos principais ativos de atratividade do território.

Importa atender à categoria de crime por violência Doméstica contra cônjuge ou análogos cujos valores registados estão acima da média regional e nacional. Situação melhor esplanada no capítulo das problemáticas sociais.

4. Indicadores de Saúde

A leitura dos indicadores de saúde standard apresentados nos relatórios do ACES Tâmega I- Baixo Tâmega¹⁹ e no INE como indicadores do estado de saúde dos baionenses permite a comparabilidade do concelho num ranking de saúde da sua população.

Estatísticas do ACES Tâmega I- Baixo Tâmega²⁰

O número de inscritos é inferior ao número de residentes na área de abrangência do ACES BT.

¹⁹ O ACES Tâmega I - Baixo Tâmega, integra os concelhos de Amarante, Baião, Celorico de Basto, Cinfães , Marco de Canaveses e Resende

²⁰ Informação disponível em: https://dspn-observatorio.github.io/2020/A09_BaixoTamega/

Tabela 58 | Comparação entre população inscrita no ACES e população residente por concelho

Concelho	Inscritos (2022)	Residentes (2021)
Amarante	47 806	52 119
Baião	16 640	17 535
Celorico de Basto	15 450	17 645
Cinfães	16 722	17 731
Marco de Canaveses	47 949	49 546
Resende	9 847	10 051
Outros/desconhecido	7 284	-

Fonte: SIARS, 2023

A proporção de utentes inscritos com Médico de Família (MF) atribuído, em 2022, apresenta valores superiores a 97%, garantindo cobertura a quase toda a população do ACES BT.

Tabela 59 | Evolução do n.º de utentes inscritos no ACES e proporção sem MF

Ano	Utentes inscritos (Nº)	Com MF (% de inscritos)	Sem MF (% de inscritos)	Sem MF por opção (% de “Sem MF”)
2018	168 291	99,1	0,7	0,2
2019	167 469	97,3	2,5	0,2
2020	164 854	97,7	2,3	7,9
2021	164 244	99,5	0,5	29,3
2022	162 703	97,9	2,1	3,7

Fonte: SIARS, 2023

Mais de 50% da população inscrita no ACES BT encontra-se isenta do pagamento de taxas moderadoras. O principal motivo de isenção é insuficiência económica.

Tabela 60 | Isenção taxas moderadoras, por motivo no ACES BT

Motivo de isenção	Nº de inscritos	Proporção (%) de inscritos
Não tem isenção	70 018	43,0
Situação de insuficiência económica	57 635	35,4
Crianças ≤12 anos	24 081	14,8
Antigos Combatentes e cônjuges sobrevivivos	5 159	3,2
Outros	5 810	3,6

Fonte: SIARS, 2023

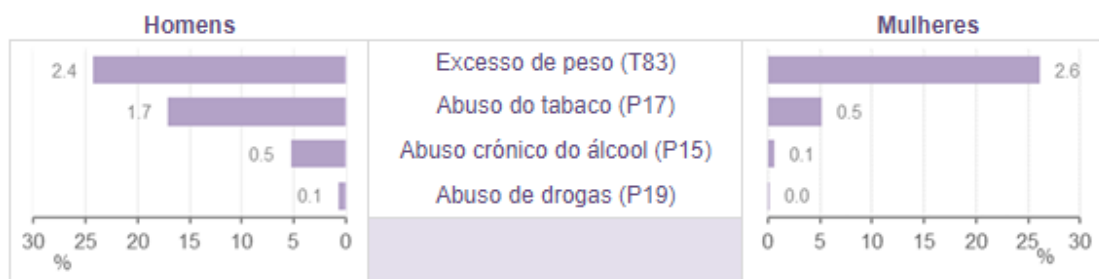
Determinantes de Saúde - Registo nos Cuidados de Saúde Primários

Tabela 61 | Proporção de inscritos (%) por diagnóstico ativo, dezembro 2021 (ordem decrescente), ACES BT

Diagnóstico ativo (ICPC-2)	Continente			ARS Norte			ACES Baixo Tâmega		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Excesso de peso (T83)	20,4	20,2	20,6	25,9	25,9	25,8	25,2	24,3	26,1
Abuso do tabaco (P17)	12,0	15,3	9,1	14,1	19,5	9,2	10,9	17,1	5,1
Abuso crónico do álcool (P15)	1,6	3,0	0,3	2,1	3,9	0,4	2,9	5,3	0,6
Abuso de drogas (P19)	0,6	0,9	0,3	0,6	1,0	0,3	0,4	0,6	0,2

Fonte: Observatórios Regionais de Saúde (dados: SIARS)

Figura 27 | Proporção de inscritos (%) por diagnóstico ativo no ACES Baixo Tâmega, por sexo, dezembro 2021 (ordem decrescente);

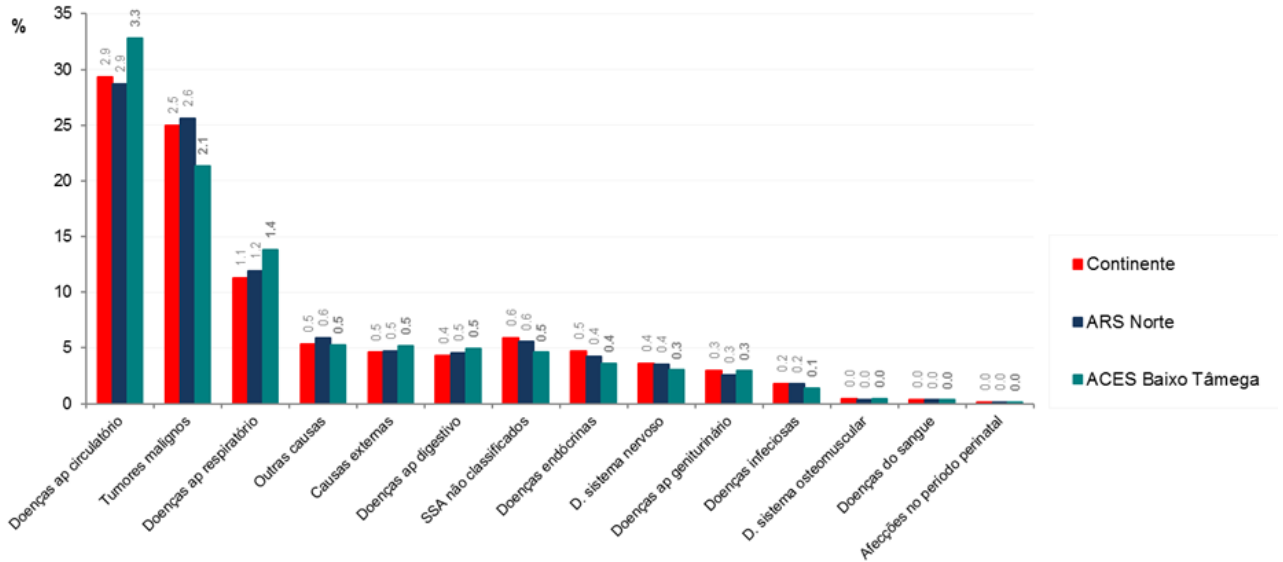


Fonte: Observatórios Regionais de Saúde (dados: SIARS), 2022

Mortalidade Proporcional

As principais causas de morte reportadas pelo ACES PL são as doenças do **aparelho circulatório** e os **tumores malignos**, surgindo a alguma distância as doenças do **aparelho respiratório**.

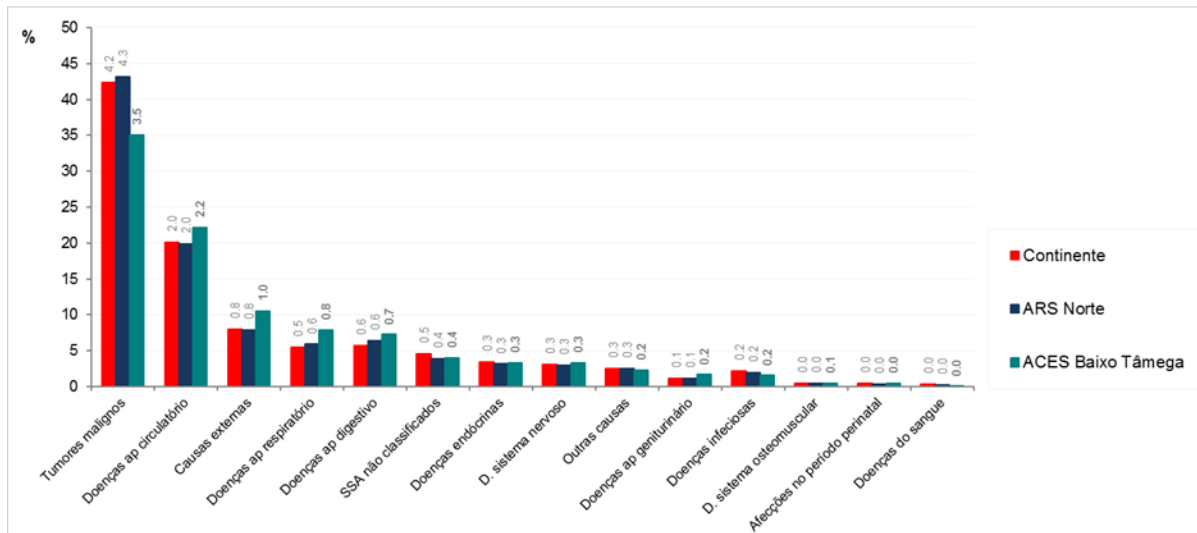
Figura 28| Mortalidade proporcional por grandes grupos de causas de morte no triénio 2017-2019, para todas as idades e ambos os sexos.



Fonte: “Estudo da mortalidade geral e evitável nas regiões de saúde”, DSP da ARS Centro (dados: Instituto Nacional de Estatística, I.P. – Portugal)

As causas de morte para idades inferiores a 75 anos são os tumores malignos, seguido das doenças do aparelho circulatório, à semelhança do registado no Continente.

Figura 29| Mortalidade proporcional por grandes grupos de causas de morte no triénio 2017-2019, para as idades inferiores a 75 anos e ambos os sexos



Fonte: “Estudo da mortalidade geral e evitável nas regiões de saúde”, DSP da ARS Centro (dados: Instituto Nacional de Estatística, I.P. – Portugal)

ACES BT - Morbilidade - Registo nos Cuidados de Saúde Primários

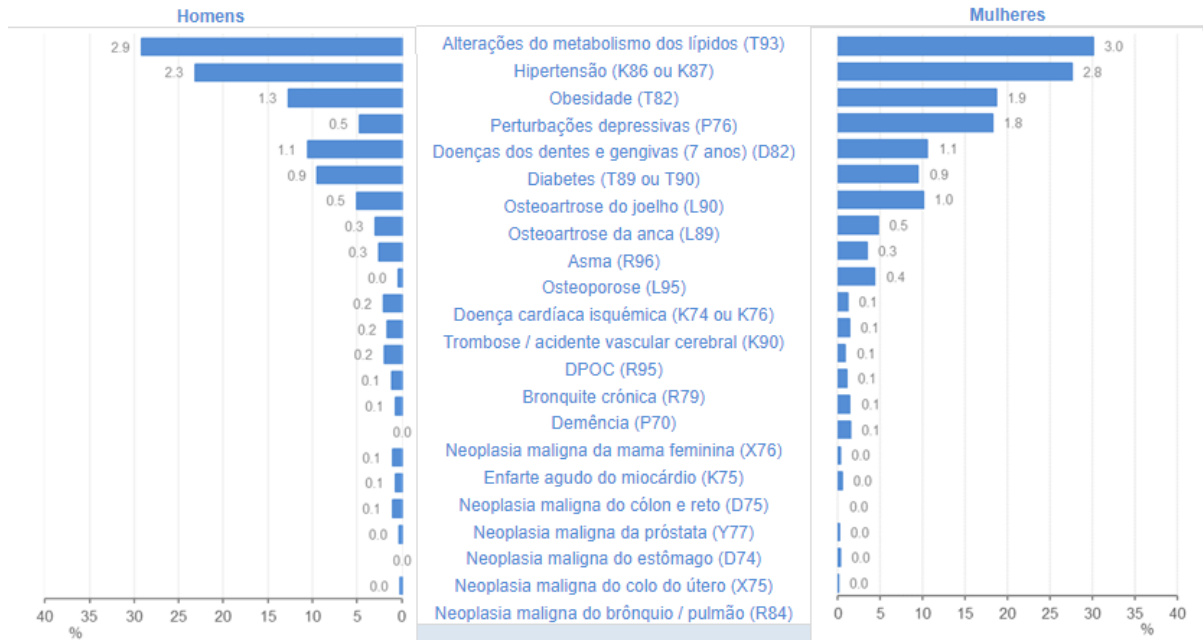
A Figura seguinte documenta o perfil dos utentes do ACES BT em termos de morbilidade (problemas de saúde mais registados). A proporção de inscritos por diagnóstico ativo no ACES PL segue a tendência regional e nacional, destacando-se dos demais as alterações do metabolismo dos lípidos, a hipertensão, a obesidade e as perturbações depressivas.

Figura 30| Proporção de inscritos (%) por diagnóstico ativo, no continente, região Norte e no ACES BT, em dezembro 2021 (ordem decrescente)

Diagnóstico ativo (ICPC-2)	Continente			ARS Norte			ACES Baixo Tâmega		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Alterações do metabolismo dos lípidos (T93)	24,2	23,2	25,2	26,6	26,1	27,0	29,6	29,2	30,1
Hipertensão (K86 ou K87)	22,4	20,9	23,7	22,5	21,1	23,8	25,4	23,1	27,6
Obesidade (T82)	13,4	11,2	15,4	15,5	12,7	18,0	15,8	12,7	18,6
Perturbações depressivas (P76)	11,7	5,1	17,7	12,4	5,4	18,8	11,7	4,7	18,2
Doenças dos dentes e gengivas (7 anos) (D82)	6,7	6,7	6,6	8,1	8,1	8,0	10,5	10,5	10,5
Diabetes (T89 ou T90)	8,2	8,7	7,7	8,7	9,1	8,3	9,4	9,4	9,4
Osteoartrose do joelho (L90)	5,7	3,6	7,5	6,3	4,0	8,4	7,6	5,1	10,0
Osteoartrose da anca (L89)	2,8	2,1	3,5	3,2	2,4	3,9	3,9	3,0	4,7
Asma (R96)	3,3	2,9	3,7	3,6	3,1	4,0	3,0	2,6	3,4
Osteoporose (L95)	2,6	0,4	4,6	2,5	0,4	4,4	2,5	0,4	4,3
Doença cardíaca isquémica (K74 ou K76)	1,9	2,4	1,4	1,6	2,3	0,9	1,6	2,0	1,1
Trombose / acidente vascular cerebral (K90)	1,3	1,4	1,2	1,3	1,4	1,2	1,5	1,6	1,4
DPOC (R95)	1,4	1,8	1,0	1,5	2,1	1,0	1,4	1,9	0,8
Bronquite crónica (R79)	1,0	0,9	1,0	0,9	0,9	0,9	1,1	1,1	1,0
Demência (P70)	0,9	0,6	1,2	0,9	0,6	1,2	1,0	0,7	1,4
Neoplasia maligna da mama feminina (X76)	1,0	0,0	1,9	1,0	0,0	1,9	0,8	0,0	1,5
Enfarte agudo do miocárdio (K75)	0,7	1,1	0,3	0,7	1,1	0,3	0,6	1,0	0,3
Neoplasia maligna do cólon e reto (D75)	0,6	0,7	0,5	0,6	0,7	0,5	0,6	0,7	0,5
Neoplasia maligna da próstata (Y77)	0,6	1,3	0,0	0,6	1,2	0,0	0,5	1,0	0,0
Neoplasia maligna do estômago (D74)	0,2	0,2	0,1	0,2	0,3	0,2	0,2	0,3	0,2
Neoplasia maligna do colo do útero (X75)	0,1	0,0	0,3	0,2	0,0	0,3	0,1	0,0	0,3
Neoplasia maligna do brônquio / pulmão (R84)	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1

Fonte: Observatórios Regionais de Saúde (dados: SIARS)

Figura 31 | Proporção de inscritos (%) por diagnóstico ativo no ACES Baixo Tâmega, por sexo, dezembro 2021 (ordem decrescente)



Fonte: Observatórios Regionais de Saúde (dados: SIARS)

VIH / SIDA

Figura 32 | Evolução da taxa de incidência (/100000 habitantes) da infeção VIH (CRS+PA+SIDA)²¹, 2000-2019

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Continente	22,1	21,3	21,6	20,1	19,2	17,6	17,4	17,2	14,4	14,7	14,5	12,9	10,9	8,1
ARS Norte	15,3	14,7	15,3	13,9	12,3	11,3	11,0	11,1	9,3	9,0	9,5	8,7	7,1	4,8
ACES Baixo Tâmega	9,6	9,1	7,0	6,5	6,6	3,8	5,5	5,0	9,0	6,2	5,1	7,5	4,6	6,1

Fonte: Observatórios Regionais de Saúde (dados: SIARS)

Tuberculose

Figura 33 | Evolução da taxa de incidência (/100000 habitantes) de TUBERCULOSE, 2006-2020

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Continente	30,8	28,1	26,0	25,1	24,2	23,3	23,3	21,8	20,8	19,8	17,7	17,5	17,2	18,3	13,5
ARS Norte	35,5	32,0	30,2	27,6	26,4	26,9	26,9	24,9	22,8	22,6	20,0	19,8	19,3	19,7	14,1
ACES Baixo Tâmega	36,9	39,1	32,3	44,5	25,7	30,8	42,6	31,2	25,3	35,7	29,2	28,3	38,3	44,6	20,0

Fonte: Observatórios Regionais de Saúde (dados: SIARS)

As Figuras anteriores e os dados disponíveis no Observatórios Regionais de Saúde (SIARS) mostram, para cada indicador, como a área de influência do ACeS/ULS se compara com o

²¹ Casos declarados até 30/06/2017. IAG - Infeção Aguda; CRS - Complexo Relacionado com Sida; PA - Portadores Assintomáticos; sida - síndrome de imunodeficiência adquirida

Continente, a área de influência da respetiva ARS e a dos restantes ACES/ULS do Continente, bem como demonstram alguns dos desafios nos determinantes de Saúde do ACES BT, a saber:

- ✓ A proporção de pessoas inscritas com excesso de peso no ACES BT apresenta valores que não se afastam da ARS Norte, mas são significativamente valores piores que os registados no Continente. A proporção das que possuem abuso crónico do álcool apresenta um valor significativamente pior ao registado no Continente e ARS Norte.
- ✓ A Taxa de mortalidade neonatal e perinatal no ACES BT apresenta valores piores quer quando comparados aos valores da ARS Norte quer ao Continente.
- ✓ A proporção de pessoas inscritas com Hipertensão, alteração no metabolismo dos lípidos e obesidade e a taxa incidência de Tuberculose no ACES BT apresentam piores valores quer quando comparados com ARS Norte quer com o Continente.
- ✓ A Taxa de mortalidade por tumor maligno no estômago (sobretudo Homens), Tumor maligno do cólon (Homens), doença isquémica do coração (sobretudo Homens), doenças cerebrovasculares (homens e mulheres), Pneumonia (sobretudo Homens), doenças crónicas do fígado (sobretudo homens), suicídios e lesões autoprovocadas (sobretudo homens) no ACES BT apresentam valores piores ora comparados aos valores da ARS Norte ora aos do Continente

INDICADORES DE SAÚDE BAIÃO

Tabela 62 | Taxa bruta de mortalidade (‰) por Local de residência (NUTS - 2013); anual

Local de residência (NUTS - 2013) (1)	Taxa bruta de mortalidade (‰) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual						
	Período de referência dos dados						
	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2011
	‰	‰	‰	‰	‰	‰	‰
Portugal	11,9	12	11,9	10,8	10,9	10,6	9,7
Continente	11,9	12,1	11,9	10,8	11	10,7	9,7
Norte	10,7	10,3	11,1	9,7	9,8	9,5	8,6
Tâmega e Sousa	9,7	9,1	10,6	8,9	8,8	8,7	7,4
Baião	12,9	12,6	12,7	11,9	11,4	12,6	11,1

Fonte: INE

No caso da taxa bruta de mortalidade, na tabela anterior, são patentes os resultados menos positivos obtidos por Baião (12,9) face à Sub-região do Tâmega e Sousa (9,7), Região Norte (10,7) e País (11,9). Em 10 anos (2011-2021) este indicador aumentou em 2 p.p, passando de 11,1 para 12,9.

Nos indicadores da taxa de mortalidade de doenças do aparelho circulatório e da taxa de mortalidade por tumores malignos a situação é igualmente desfavorável no concelho de Baião.

Tabela 63 | Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório (‰) por Local de residência (NUTS - 2013); anual

Local de residência	Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório (‰), Anual							
	Período de referência dos dados							
	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2011
	‰	‰	‰	‰	‰	‰	‰	‰
Portugal	3,1	3,3	3,2	3,2	3,1	3,2	3,1	3
Continente	3,1	3,4	3,3	3,2	3,1	3,2	3,1	3
Norte	2,6	2,9	2,8	2,8	2,8	2,7	2,7	2,4
Tâmega e Sousa	2,5	2,7	2,7	2,6	2,7	2,5	2,5	2,2
Baião	4	3,4	4	4,6	4,2	4,1	3,5	3

Fonte: INE

Tabela 64 | Taxa de mortalidade por tumores malignos (‰) por Local de residência (NUTS - 2013); anual

Local de residência	Taxa de mortalidade por tumores malignos (‰); Anual							
	Período de referência dos dados							
	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2011
	‰	‰	‰	‰	‰	‰	‰	‰
Portugal	2,6	2,8	2,8	2,7	2,7	2,6	2,6	2,4
Continente	2,6	2,8	2,8	2,7	2,7	2,7	2,6	2,4
Norte	2,4	2,5	2,5	2,5	2,4	2,4	2,3	2,2
Tâmega e Sousa	2,1	2,2	2,1	2	1,9	1,8	1,8	1,7
Baião	3	2,6	2,4	2	3	2,2	2,1	2,4

Fonte: INE

Nas tabelas anteriores podemos constatar que a taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório em Baião (4‰) está acima da média da Sub-região do Tâmega e Sousa (2,5‰), da Região Norte (2,6‰) e do País (3,1‰). O mesmo se passa, embora em menor escala, na taxa por tumores malignos (3‰), no mesmo período considerado.

Dos 222 óbitos registados em 2021, por causa de morte, em Baião, constata-se²², e por ordem decrescente, o predomínio do número de óbitos por “Doenças do aparelho circulatório (70), “Outras doenças cardíacas” (22), “Doenças cérebro-vasculares” (16), “Doenças do aparelho respiratório” (16), “Causas externas de lesão e envenenamento” (11), “Doenças isquémicas do coração” (10), “Transtornos mentais e comportamentais”(9), “Doenças do aparelho geniturinário” (8), “Acidentes” (8), “Doenças do aparelho digestivo” (7) e “Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos” (7).

A tabela seguinte permite-nos, de forma mais sucinta, apurar a percentagem de óbitos por algumas causas de morte principais.

²² INE: Indicador “Óbitos (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013) e Causa de morte (Lista sucinta europeia)”, por município

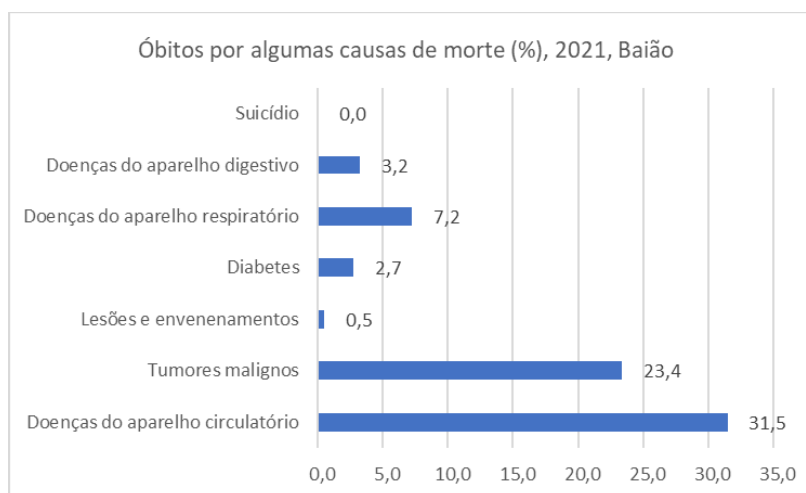
Tabela 65 | Evolução dos Óbitos por algumas causas de morte (%) 2018-2021

Anos	Doenças do aparelho circulatório				Tumores malignos				Lesões e envenenamentos				Diabetes			
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021
Portugal	29,0	29,9	28,0	(R) 25,9	24,6	25,4	23,0	(R) 22,1	0,2	0,2	0,1	(R) 0,1	3,8	3,4	3,3	(R) 2,8
Continente	28,9	29,9	27,9	(R) 25,8	24,6	25,4	22,8	(R) 21,9	0,2	0,2	0,1	(R) 0,1	3,7	3,4	3,3	(R) 2,8
Norte	28,3	28,7	25,9	(R) 25,6	25,5	26,0	22,5	(R) 23,6	0,2	0,2	0,1	(R) 0,1	3,4	3,2	2,9	(R) 2,5
Tâmega e Sousa	29,6	30,7	25,5	27,2	22,8	24,2	20,8	22,7	0,2	0,1	0,2	0,2	3,4	3,0	3,0	3,3
Baião	42,5	35,7	28,3	31,5	17,9	21,6	21,7	23,4	0,0	0,0	0,0	0,5	0,5	2,3	2,7	2,7

Anos	Doenças do aparelho respiratório				Doenças do aparelho digestivo				Suicídio			
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021
Portugal	11,7	10,9	9,1	(R) 8,2	4,3	4,3	4,2	(R) 4,3	0,9	0,9	0,8	(R) 0,7
Continente	11,5	10,8	9,0	(R) 8,0	4,3	4,3	4,1	(R) 4,2	0,9	0,9	0,7	(R) 0,7
Norte	11,9	11,7	9,5	(R) 8,8	4,6	4,6	4,2	(R) 4,6	0,8	0,7	0,6	(R) 0,7
Tâmega e Sousa	13,7	14,0	10,6	9,3	4,3	4,7	3,7	4,8	0,9	0,7	0,8	0,8
Baião	14,0	8,9	7,1	7,2	3,9	7,0	7,1	3,2	0,0	0,5	0,4	0,0

Fonte: INE

Figura 34 | Óbitos (%), por algumas causas de morte em Baião, 2021



Fonte: INE

As principais causas de morte são as doenças do aparelho circulatório e os tumores malignos, surgindo a alguma distância as doenças do aparelho respiratório.

Acesso à Saúde

O acesso à saúde é aqui analisado na relação de adequação entre os profissionais, os serviços e a comunidade de Baião. O grau de cobertura e resposta adequada às necessidades da população é a medida com que se poderá avaliar o acesso à saúde.

De forma geral, o rácio entre nº de residentes e médicos em Baião tem descido ao longo dos últimos anos o que é revelador da melhoria da proporcionalidade e do grau de aproximação.

Tabela 66| Evolução do Rácio Habitantes por médico e por farmacêutico 2001-2022

Rácio	Habitantes por médico									
Anos	2001	2011	2015	2016	2017	2018	↓ 2019	2020	2021	2022
Baião	1 713,4	1 070,3	1 263,8	1 166,7	919,0	906,1	814,2	806,6	763,2	667,2
Rácio	Habitantes por farmacêutico									
Anos	2001	2011	2015	2016	2017	2018	↓ 2019	2020	2021	2022
Baião	5 568,6	1 848,6	1 458,3	1 697,0	1 670,8	1 510,2	1 492,7	↓ 1 267,5	1 170,2	1 084,2

Fonte: INE

RECURSOS DE SAÚDE PÚBLICA LOCAL

O Concelho de Baião conta com uma população de 16640 utentes inscritos nas seguintes Unidade de Saúde: [Unidade de Saúde Familiar de Baião – USFB](#) (Sede de Baião), [Unidade de](#)

[Cuidados de Saúde Personalizados de Baião \(UCSPB\)](#), constituída pelo Pólo de Eiriz, Pólo de Teixeira e Pólo de Gestaçô; [Unidade de Cuidados na Comunidade de Baião \(UCC\)](#) de Santa Marinha do Zêzere.

As referidas Unidades de Saúde contemplam, ao longo do seu horário de funcionamento, períodos de Consulta Aberta (atendimento de situações de doença aguda), a marcar no próprio dia. Em relação ao Serviço de Atendimento Permanente de Baião (24 horas) – **SAP** de Baião – este encontra-se a funcionar desde 2013 nas instalações da Sede do Centro de Saúde de Baião. Trata-se de um serviço complementar ao funcionamento das restantes Unidades de Saúde, com serviço de Radiologia convencional disponível. Dadas as exigências em termos de recursos humanos deste serviço (24 horas/7 dias semana) desde dezembro de 2022 que este recurso complementar tem revelado dificuldades no seu funcionamento regular, por falta de médicos disponíveis.

- [A Unidade de Cuidados na Comunidade de Baião \(UCC\)](#)

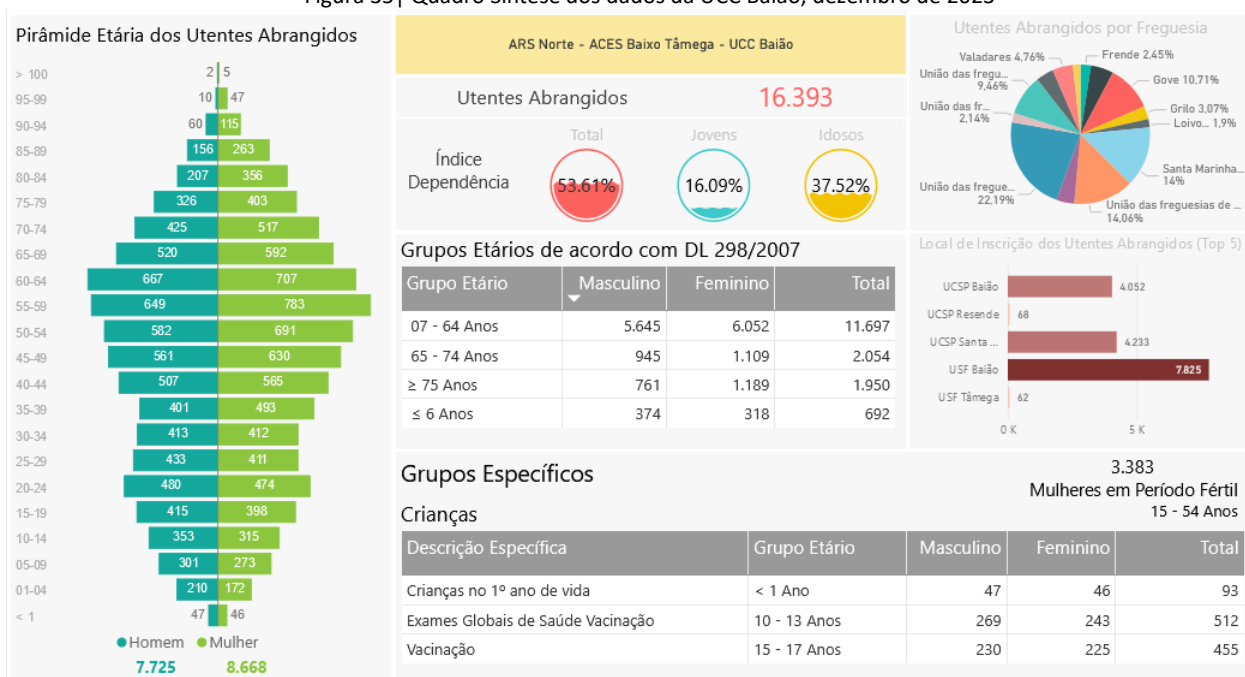
Iniciou a sua atividade em 2012 e tem como missão contribuir para a melhoria do estado de saúde da população da sua área geográfica de intervenção, abrangendo um total de 16.393 pessoas inscritas, através da prestação de cuidados de saúde de proximidade, em casa e na comunidade, no local de trabalho e nas escolas, a indivíduos, famílias e grupos vulneráveis e fragilizados.

Tabela 67| Utentes Abrangidos pela UCC de Baião, por Freguesia, dezembro de 2023

Freguesia	Utentes Abrangidos
Frende	402
Gestaçô	863
Gove	1 755
Grilo	504
Loivos do Monte	311
Santa Marinha do Zêzere	2 295
União das freguesias de Ancede e Ribadouro	2 305
União das freguesias de Baião (Santa Leocádia) e Mesquinhata	678
União das freguesias de Campelo e Ovil	3 638
União das freguesias de Loivos da Ribeira e Tresouras	350
União das freguesias de Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas	1 551
União das freguesias de Teixeira e Teixeiró	674
Valadares	780
Viariz	287
total	16 393

Fonte: <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/1/10010/1130455/Pages/default.aspx>

Figura 35| Quadro Síntese dos dados da UCC Baião, dezembro de 2023

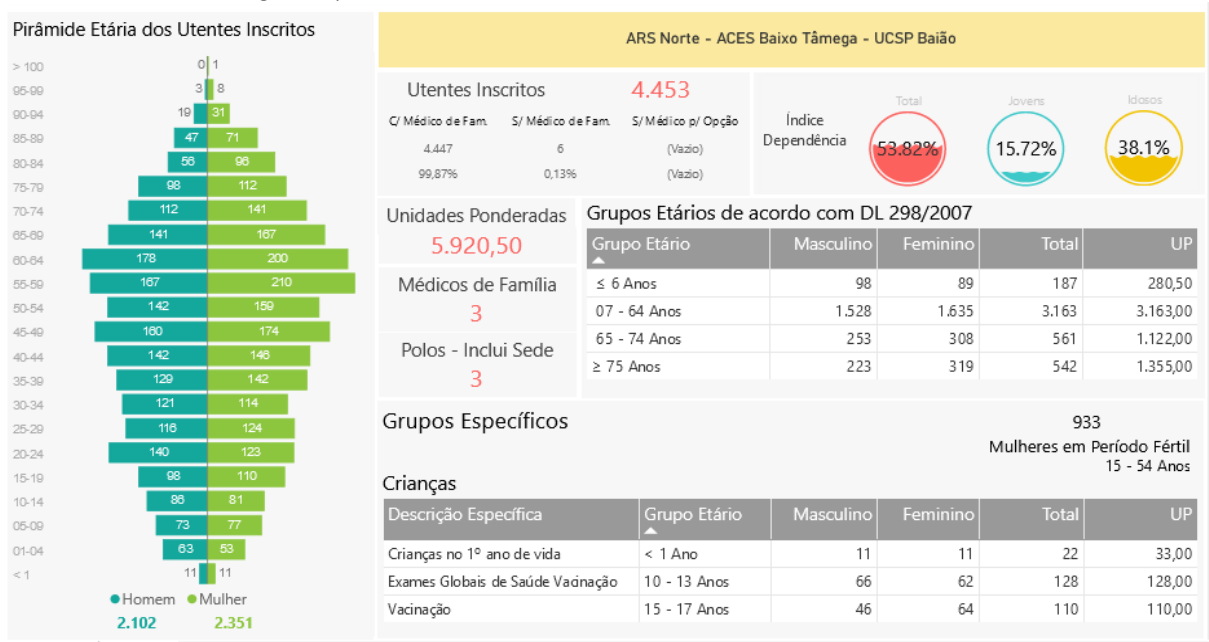


Fonte: <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/1/10010/1130455/Pages/default.aspx>

- *A Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Baião (UCSPB)*

A UCSP Baião iniciou sua atividade em 2007, é constituída pelo Pólo de Eiriz, Pólo de Teixeira e Pólo de Gestaçô e tem por missão a prestação de cuidados de saúde primários personalizados aos cidadãos inscritos nesta Unidade de Saúde, garantindo a acessibilidade, a globalidade, a qualidade e a continuidade dos mesmos.

Figura 36 | Quadro Síntese dos dados da UCSP Baião, dezembro de 2023

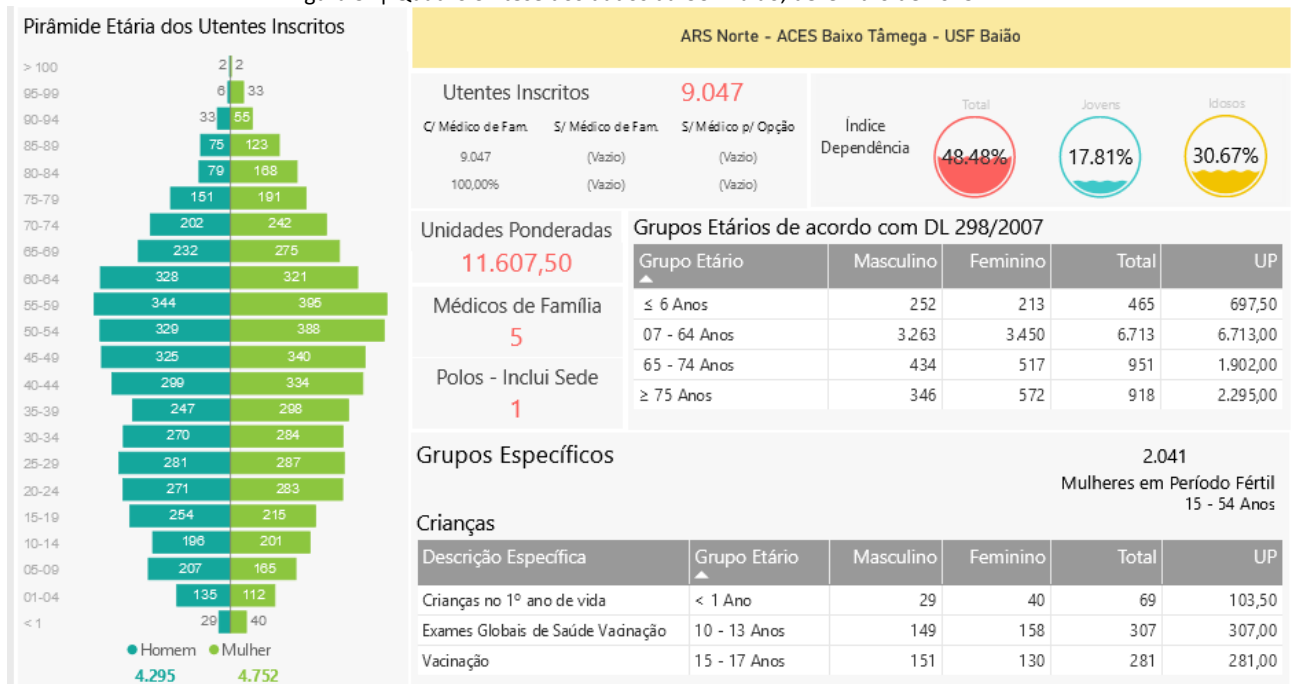


Fonte: <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/1/10010/1130455/Pages/default.aspx>

▪ *Unidade de Saúde Familiar de Baião – USFB (Sede de Baião)*

A USFB, iniciou sua atividade em 2011, na sede concelho, tem por missão a prestação de cuidados de saúde personalizados à população inscrita, garantindo a acessibilidade, a globalidade, a qualidade e a continuidade dos mesmos (DL 298/2007, art. 4º).

Figura 37 | Quadro Síntese dos dados da USF Baião, dezembro de 2023



Fonte: <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/1/10010/1130455/Pages/default.aspx>

Equipa de Cuidados Continuados Integrados – Domiciliárias (ECCI) da UCC Baião

Em atividade no concelho de Baião, possui uma capacidade máxima de atendimento de 15 utentes, segundo os dados da Carta Social, traduzindo-se numa capacidade que não responde às necessidades desta população específica para um território com as características socio-demográficas e espaciais específicas como o Concelho apresenta.

<https://www.cartasocial.pt/resultados-da-pesquisa?vt=23&tp=2304&l=13-02-00>

OUTROS RECURSOS ESPECÍFICOS LOCAIS

- ✓ Desde outubro de 2019: **Medicina dentária**: Com vista à melhoria da qualidade de vida da população, o Município de Baião aderiu ao projeto “Saúde Oral Para Todos”, o que permitiu, através de um protocolo de colaboração com a Administração Regional de Saúde do Norte a criação de um consultório medicina dentária no Centro de Saúde de Baião;
- ✓ Desde maio de 2021, é promovido um **Projeto de Saúde Mental na Área da Infância e Adolescência**, em parceria com o Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, o ACES-Tâmega e a autarquia, e que resultou na constituição de uma Equipa multidisciplinar formada por colaboradores da Unidade Hospitalar de Psiquiatria, na área da infância e adolescência (médico pedopsiquiatra, psicóloga, enfermeira especialista, terapeuta ocupacional e técnica do serviço social), que realiza consultas descentralizadas no território de Baião. Entre as áreas alvo de atuação prioritária desta Equipa estão crianças em idade pré-escolar que não estejam a frequentar creche ou jardim de infância cujos cuidadores possuam patologia mental identificada, crianças e adolescentes em situação de recusa escolar e grávidas ou mães adolescentes. Assim, segundo os dados do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E. - Serviço de Psiquiatria da Infância e da Adolescência, no ano de 2022 foram referenciados para a Equipa Comunitária de Saúde Mental 29 crianças e jovens residentes no Concelho de Baião.
- ✓ **Serviço de Psicologia** no centro de Saúde de Baião, cujo tempo e afetação (2x semana) não corresponderá às necessidades existentes em termos de referência, encaminhamento e acompanhamento regular;

Embora com alguns problemas de acessibilidade aos profissionais de saúde (sobretudo médicos de especialidade), a saúde apresenta em Baião indicadores muito positivos frutos do empenhamento e dedicação dos profissionais e do sistema de saúde no seu todo, sendo desejável o reforço de ações de literacia em saúde e prevenção de fatores de risco, de forma articulada e regular.

CAPÍTULO III – Perfis temáticos desafiantes

3.1. - Área do Risco

Inclui problemáticas organizadas a partir de indicadores de risco ou perigo eminente que exigem uma resposta imediata remediativa, com instituições e serviços que possibilitam essa tipologia de intervenção. Em complementaridade são equacionadas estratégias preventivas atuantes sobre os fatores de risco ou perigo identificados. A área do risco é definida a partir do contexto de risco ou perigo social em que se manifestam, não correspondendo a características particulares dos grupos ou indivíduos. Na área do Risco estão incluídas as seguintes problemáticas sociais: Crianças e Jovens em Situação de Privação e em Risco; Violência Doméstica e Emergência Social

3.1.1 Crianças e Jovens em Situação de Privação

A análise da privação material e social das Crianças está diretamente associada à vulnerabilidade familiar sendo apenas diferenciado o enfoque específico do grupo alvo.

Nesta área do risco (privação material e social e risco/perigo) são as crianças o alvo prioritário da problemática e, no caso da vulnerabilidade familiar, adiante melhor retratada, é a família no seu todo que é o alvo preferencial da análise.

Contudo, neste domínio ensaiamos caracterizar os indicadores gerais e específicos disponíveis no que às crianças e jovens diz respeito, uma vez que neste âmbito a informação é escassa, a mais pertinente não se encontra desagregada por município, os referenciais de dados são muitos díspares, desde logo no próprio conceito de criança, onde nem sempre o intervalo de idades considerado é coincidente nas diferenciadas fontes estatísticas disponíveis, nem mesmo nos diferenciados indicadores disponíveis. Esta realidade estatística, condiciona naturalmente quaisquer tentativas de análises específicas e comparativas que sejam efetivamente tradução da realidade concelhia.

Vejamos a profusão de indicadores onde o conceito de “criança” retrata um universo estatístico muito diferenciado;

- INE – No Indicador de “Crianças nos núcleos familiares e Tipo de núcleo familiar” – a Criança é traduzida como a “Pessoa com idade inferior a 15 anos”
- Na publicação do INE Condições de vida das crianças: módulos “Saúde e Privação Material das Crianças” e “Famílias separadas ou reconstituídas”, no indicador de **privação material e social (e severa)** das Crianças, consideram as crianças com idades inferiores a 16 anos;
- INE- no indicador “Filhos nos núcleos familiares por Tipo de núcleo familiar” - 2021, são elencados estatisticamente o nº de filhos por tipo de núcleo familiar e neste só são desagregados

núcleos familiares com as crianças com menos de 15 anos de idade, ficando todos os restantes diluídos em filhos em idades indefinidas;

- Abono de Família para Crianças e Jovens: crianças e jovens com idade inferior a 24 anos.
- **Para a CPCJ**– grosso modo, a Criança ou jovem é a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos (artigo 5º, a) Lei PCJP);
- Para a Prestação da Garantia para a infância²³, o intervalo de idades vai dos 0 aos 17 anos.

De acordo com a publicação do INE “Condições de vida das crianças: módulos “Saúde e Privação Material das Crianças” e “Famílias separadas ou reconstituídas” - Rendimento e Condições de Vida²⁴, em 2021 **10,7% das crianças com menos de 16 anos** no País pertenciam a agregados familiares em privação material e social, resultado inferior ao obtido para a população em geral (13,5%).

Ainda segundo a mesma publicação, considerando o indicador de **privação material e social severa**, o resultado para as crianças com menos de 16 anos (5,1%) é também inferior ao obtido para a população em geral (6,0%).

Refere o mesmo estudo que os resultados recolhidos em 2021 permitem concluir que as dificuldades económicas impedem que:

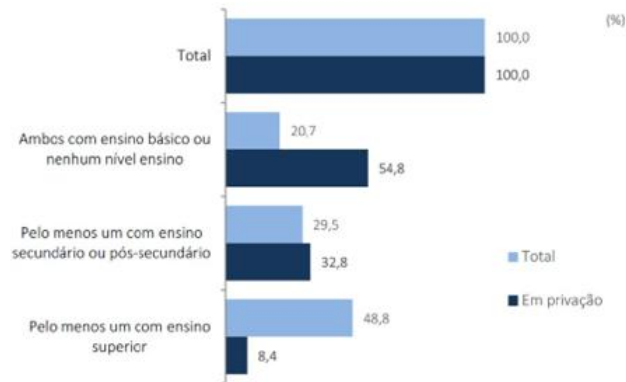
- 15,5% das crianças tenham possibilidade de passar férias, fora de casa, pelo menos uma semana por ano;
- 9,7% das crianças possam participar regularmente numa atividade extracurricular ou de lazer;
- 6,6% possam participar em viagens e atividades escolares não gratuitas;
- 4,3% das crianças tenham possibilidade de substituição de roupa usada por alguma roupa nova;
- 1,6% possam celebrar em ocasiões especiais;
- 1,5% possam convidar amigos de vez em quando para brincarem e comerem juntos.

A privação material e social das crianças correlaciona-se com a escolaridade dos pais, assim como com a composição do agregado familiar, como pode ser visualizado pelos gráficos seguintes:

²³ Instituída pela primeira vez em setembro de 2022, trata-se de uma prestação de apoio social, que complementa o abono de família de crianças e jovens em risco de pobreza extrema. Portaria n.º 55/2023, de 1 de março.

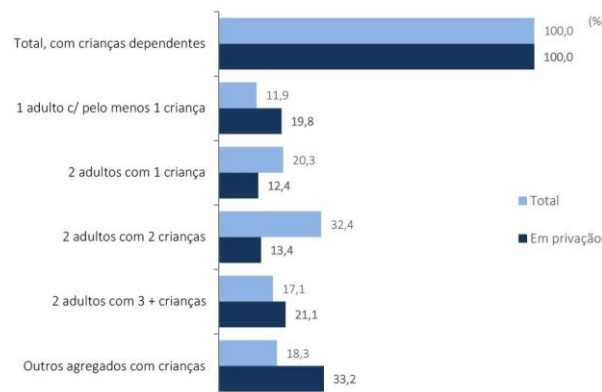
²⁴ INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2021

Figura 38-| Distribuição da população com menos de 16 anos, segundo o nível de escolaridade dos pais e a privação material e social, Portugal, 2021



Fonte: INE, Inquérito às condições de Vida e Rendimentos, 2021

Figura 39| Distribuição da população com menos de 16 anos, segundo a composição do agregado familiar e a privação material e social, Portugal, 2021



Fonte: INE, Inquérito às condições de Vida e Rendimentos, 2021

A privação material e social das crianças atinge predominantemente os que integram pais que possuem baixos níveis de escolaridade, assim como atinge com maior severidade agregados compostos ou por um adulto com pelo menos uma criança (Monoparentalidade), por dois adultos e três ou mais crianças, ou outros agregados com crianças, sendo nestes grupos que a proporção da privação material e social é sempre superior ao nº de agregados existentes.

Na ausência de dados desagregados ao nível dos municípios sobre as condições de vida das crianças residentes, nomeadamente da incidência do indicador de **privação material e social dos agregados familiares** a que pertencem, ensaiamos um cenário municipal com base nas mesmas percentagens constantes naquela publicação.

Assim, em 2021 o concelho de Baião registava um total de 2.114 crianças residentes com menos de 16 anos, conforme tabela seguinte, pelo que, e por analogia, cerca de 229 crianças pertenceriam, potencialmente, a agregados familiares em **privação material e social** (10,7%), sendo que destas cerca 108 estariam em situação de **privação material e social severa**. (5,1%)

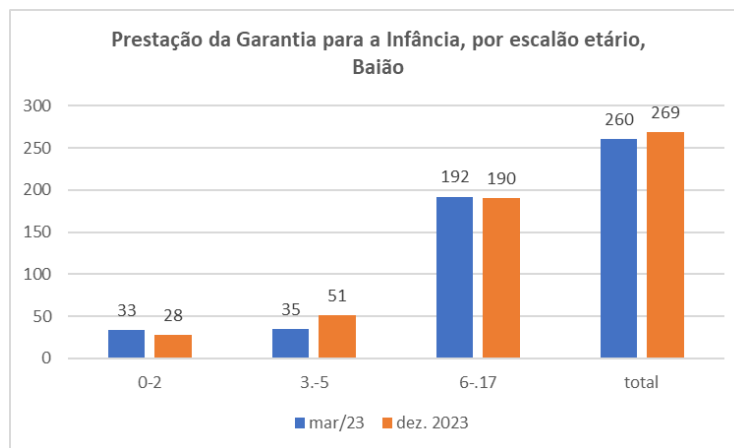
Tabela 68 | População residente, com idade inferior a 16 anos, Baião, 2021

	Total	População residente (N.º) com idade inferior a 16 anos, censos 2021															
		Menos de 1 ano	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos
Baião	17534	92	112	124	95	133	127	112	114	129	149	125	167	145	166	159	165

Fonte: INE, Censos 2021.

Os dados disponíveis pela **Coordenação Nacional da Garantia para a Infância**, referentes aos meses de março e de dezembro 2023, referem que em Baião 260 a 269 Crianças beneficiavam da “prestação da Garantia para a Infância”, que é uma prestação de apoio social, que complementa o abono de família de crianças e jovens em risco de pobreza extrema.

Figura 40 | Nº crianças beneficiárias da prestação garantia para a infância, 2023, Baião



Fonte: Coordenação Nacional da Garantia para a Infância

Os resultados do **Inquérito às Condições de Vida e Rendimento**, realizado em 2023 sobre rendimentos do ano anterior, indicam que 17,0% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2022, mais 0,6 pontos percentuais (p.p.) do que em 2021 e que o aumento da pobreza abrangeu todos os grupos etários, embora de forma mais significativa os menores de 18 anos (mais 2,2 p.p. relativamente ao ano anterior).

Tabela 69| População residente (Nº) dos 0-18 anos e 0-14 anos, por freguesia, Censos 2021

	População residente Total	Pop residente 0-18 anos	Pop. Residente 0-14 anos (censos)
Baião	17534	2716	1949
Frende	580	73	52
Gestaçô	1013	146	99
Gove	1742	297	208
Grilo	472	79	54
Loivos do Monte	301	45	29
Santa Marinha do Zêzere	2469	390	275
União Freg. Ancede e Ribadouro	2334	330	248
União Freg. de Baião (Stª Leocádia) e Mesquinhata	731	120	91
União Freg.de Campelo e Ovil	3686	637	477
União Freg.de Loivos da Ribeira e Tresouras	700	95	65
União Freg. de Stª Cruz do Douro e São Tomé de Covelas	1654	211	142
União Freg. de Teixeira e Teixeiró	723	96	70
Valadares	733	128	93
Viariz	396	69	46

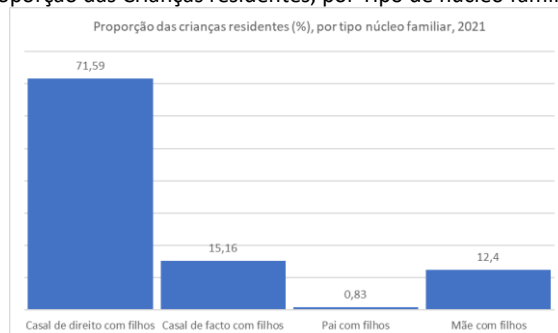
Fonte: INE

Assi, olhando para o **grupo etário dos 0-14 anos** no Concelho de Baião, constata-se que os 1.949 indivíduos residentes em 2021, se distribuem de forma muito diferenciada pelas suas freguesias, com uma maior expressão numérica na União de Freguesias de Campelo e Ovil (477), seguida da freguesia de Santa Marinha do Zêzere (275) e da União de Freguesias de Ancede e Ribadouro (248) e com menor expressão numérica temos as freguesias de Loivos do Monte (29), Viariz (46), Frende (52) e Grilo (54). Por sua vez, considerando o intervalo mais alargado dos **0-18 anos de idade**, constata-se que a distribuição dos 2 716 residentes pelo território concelhio é a mesma que no grupo etário dos 0-14 anos.

Crianças residentes, por Tipo de núcleo familiar

Das 1919 crianças²⁵ residentes em Baião em 2021, 71,5% estavam integradas em casais de direito, 15,16% em Casais de facto, 12,40% em núcleos monoparentais femininos e 0,83% em núcleos monoparentais masculinos.

Figura 41| Proporção das Crianças residentes, por Tipo de núcleo familiar, Baião, 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Foi-nos possível reter nos Censos de 2021 o indicador “Nº de Crianças nos Núcleos familiares” (CRIANÇA: Pessoa com idade inferior a 15 anos), por tipo de núcleo familiar, para a partir dele identificar quer o nº de crianças quer o tipo de núcleo familiar a que pertenciam. Este exercício permitiu-nos concluir que o universo de crianças integradas em

²⁵ CRIANÇA: Pessoa com idade inferior a 15 anos (INE- Meta informação)

Núcleos monoparentais (nº 254) é muito próximo das que estão integradas em Núcleos compostos de Casais de facto (291).

Tabela 70| Crianças (nº) nos Núcleos Familiares, por tipo de Núcleo e condição perante o trabalho, Baião 2021

Crianças (nº) nos Núcleos Familiares, por tipo de Núcleo e condição perante o trabalho, censos 2021	
Baião	Nº
Total	1919
Casal de Direito com filhos	1374
Ambos empregados	723
Um empregado e outro sem atividade económica ou desempregado	588
Ambos desempregados	63
Casal de Facto com filhos	291
Ambos empregados	98
Um empregado e outro sem atividade económica ou desempregado	151
Ambos desempregados	42
Pai com Filhos	16
Empregado	14
Desempregado	0
Sem atividade Económica	2
Mãe com Filhos	238
Empregado	123
Desempregado	29
Sem atividade Económica	86

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Tabela 71| Crianças (Nº) nos Núcleos Familiares, Baião e freguesias, 2021

Crianças (nº) nos Núcleos Familiares, por local residencia e tipo de Núcleo	Casal de direito Casal de facto Pai com Mãe com				
	Total	com filhos	com filhos	filhos	filhos
Baião	1919	1374	291	16	238
Freunde	51	37	10	0	4
Gestaçô	98	64	20	3	11
Gove	208	158	27	0	23
Grilo	53	44	5	0	4
Loivos do Monte	28	20	6	1	1
Santa Marinha do Zêzere	269	194	45	4	26
União das freguesias de Ancede e Ribadouro	244	182	37	1	24
União das freguesias de Baião (Santa Leocádia) e Mesquinhata	85	58	17	0	10
União das freguesias de Campelo e Ovil	471	333	69	3	66
União das freguesias de Loivos da Ribeira e Tresouras	63	46	9	1	7
União das freguesias de Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas	142	103	14	1	24
União das freguesias de Teixeira e Teixeiró	69	40	15	1	13
Valadares	92	61	11	1	19
Viariz	46	34	6	0	6

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Impacto das variáveis de caracterização das estruturas familiares sobre Crianças;

- Crianças a viver maioritariamente em casais com filhos;
- Aumento dos núcleos familiares monoparentais;
- Diferenças de género:
 - Homens subrepresentados nos núcleos monoparentais
 - Mulheres sempre sobrerrepresentada nas monoparentais
- As estruturas familiares monoparentais parecem estar mais expostas às vulnerabilidades psicossociais, à pobreza e à exclusão, seja em termos de rendimento económico ou condição perante a atividade económica, seja ainda nas questões relativas ao emprego, à conciliação da vida familiar e profissional, à participação cívica, ou ainda às

competências pessoais, sociais e parentais. Inspiram, por isto, atenção especial quanto às questões relevantes do (des)equilíbrio e desigualdade na (re)estruturação dos laços e do funcionamento familiares.

Nº de crianças em agregados com RSI

Considerando o intervalo de idades para efeitos estatísticos do INE, onde CRIANÇA é a Pessoa com idade inferior a 15 anos, foi possível efetuar um exercício de análise quanto ao nº de crianças inseridas nos agregados familiares beneficiários da prestação social do Rendimento Social de Inserção (RSI).

As estatísticas oficiais não desagregam este indicador, sendo apenas possível constatar que, em 2022, existiam um total de 711 beneficiários/as de RSI, sendo que 244 tinham idades inferiores a 25 anos.

Tabela 72| Beneficiários do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social: total e por grupo etário

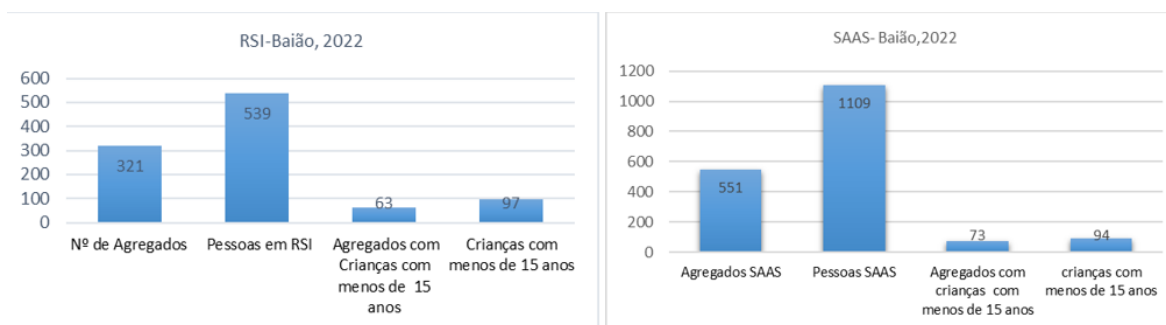
Anos	Beneficiários do RSI segundo o grupo etário				
	Total	Menos de 25	25-39	40-54	55 ou mais
2022	2022	2022	2022	2022	2022
Baião	711	244	95	172	200

Fonte: Pordata: Última atualização: 2024-02-09

- Nº de crianças em agregados familiares de RSI e SAAS

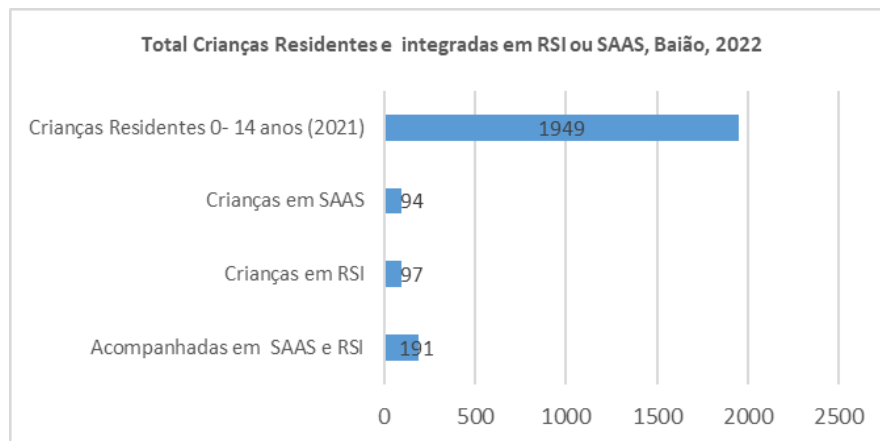
Pelos dados fornecidos pelo ISS IP, Centro Distrital Porto e Equipa SAAS/NLI do Município Baião, à data de dezembro de 2022, foi possível apurar quer o nº de agregados familiares com crianças, quer o nº de crianças com menos de 15 anos beneficiários das medidas de apoio de RSI e SAAS.

Figura 42| Nº Agregados Familiares com Crianças e Nº Crianças por medida, RSI e SAAS, Baião, 2022



Fonte: ISS IP, Centro Distrital Porto e Equipa SAAS/RSI Município de Baião

Figura 43| Total de Crianças Residentes e integradas em medida de RSI e SAAS Baião, 2022



Fonte: ISS IP, Centro Distrital Porto e Equipa SAAS/RSI Município de Baião

Tabela73| Nº Crianças, em medida de RSI e SAAS, por freguesia Baião, 2022

Freguesias	Medidas de Apoio		
	RSI	SAAS	RSI + SASS
	Nº de crianças < 15 anos	Nº de crianças < 15 anos	total
JF Frende	2	6	8
JF Gestação	8	5	13
JF Gove	11	15	26
JF Grilo	4	3	7
JF Loivos do Monte	1	5	6
JF Santa Marinha do Zêzere	16	17	33
U. Freg. de Ancede e Ribadouro	6	7	13
U. Freg. de Baião (Santa Leocádia) e Mesquinhata	2	5	7
U. Freg. de Campelo e Ovil	22	21	43
U. Freg. de Loivos da Ribeira e Tresouras	3	2	5
U. Freg. de Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas	8	4	12
U. Freg. de Teixeira e Teixeira	5	1	6
JF Valadares	9	3	12
JF Viariz	0	0	0
Total Baião	97	94	191

Fonte: ISS IP, Centro Distrital Porto e Equipa SAAS/RSI Município de Baião

Resumindo os dados das tabelas e gráfico anteriores, respeitantes ao serviço de SAAS e

RSI:

➤ SAAS Baião:

- ✓ 551 Agregados Familiares atendidos e em acompanhamento, dos quais 73 integravam Crianças com menos de 15 anos de idade, totalizando 94 crianças nesse grupo etário;
- ✓ 26 Agregados familiares são núcleos monoparentais

➤ RSI Baião:

- ✓ 321 Agregados Familiares beneficiários, dos quais 63 integravam Crianças com menos de 15 anos de idade, totalizando 97 crianças nesse grupo etário;
- ✓ 39 Agregados familiares são núcleos monoparentais

➤ Total de Agregados Familiares de SAAS e RSI, por Freguesia

- ✓ 867 Agregados Familiares estavam abrangidas por SAAS ou RSI, dos quais 136 com crianças com menos de 15 anos de idade, totalizando 191 Crianças nesse Grupo Etário;
- ✓ 65 Famílias monoparentais

- Nº de crianças em agregados familiares beneficiários de medidas de apoio alimentar

No que se refere ao POAPMC no Concelho, em 2022, 161 agregados familiares preenchiam os critérios definidos para beneficiarem deste Programa, abrangendo um total de 387 indivíduos, dos quais 47 são crianças com idades iguais ou inferiores a 14 anos.

Tabela 74 | Nº de Famílias e de Beneficiários do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas – POAPMC no Concelho, à data de dezembro de 2022

PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS (a 31 dezembro 2022)	ENTIDADES SOCIAIS		Total
	Sta Casa da Misericórdia de Baião	Obra do Bem Estar Rural de Baião - OBER	
Nº Famílias Apoiadas	85	76	161
Nº de destinatários apoiados	205	182	387
Nº Famílias, por freguesia			
U:F Ancede e Ribadouro	4	20	24
U:F Campelo e Ovil	14	9	23
Frende	6		6
Gestaçõ	8		8
Góve	6	9	15
Grilo	1	7	8
UF:Loivos da Ribeira e Tresouras	6		6
Loivos do Monte	2		2
UF: Sta. Leocádia e Mesquinhata	3	10	13
UF: Sta. Cruz Douro e Covelas		6	6
Sta Marinha Zêzere	22		22
UF Teixeira e Teixeira	8		8
Valadares	1	15	16
Viariz	4		4
Nº Crianças com idades <= 14 anos	47		

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Baião e OBER, 2022

O Programa do Banco Alimentar, que em 2022 apoiou 75 famílias, abrangendo um total de 176 indivíduos, dos quais 35 são crianças com idades iguais ou inferiores a 14 anos.

Tabela 75| Nº de Famílias beneficiárias do Programa Banco Alimentar, no Concelho, à data de dezembro de 2022

PROGRAMA BANCO ALIMENTAR (a 31 dezembro 2022)	ENTIDADES SOCIAIS		Total
	Sta Casa da Misericórdia de Baião	Obra do Bem Estar Rural de Baião - OBER	
Nº Famílias Apoiadas	64	11	75
Nº de destinatários apoiados	150	26	176
Nº Famílias, por freguesia			
U:F Ancede e Ribadouro	4	2	6
U:F Campelo e Ovil	9	2	11
Freunde	4		4
Gestaçô	8		8
Gôve	3	2	5
Grilo		2	2
UF:Loivos da Ribeira e Tresouras	2		2
Loivos do Monte	6		6
UF: Sta. Leocádia e Mesquinhata	6	1	7
UF: Sta. Cruz Douro e Covelas		1	1
Sta Marinha Zêzere	15		15
UF Teixeira e Teixeiró	4		4
Valadares		1	1
Viariz	3		3
Nº Crianças com idades <= 14 anos	35		

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Baião e OBER, 2022

- Nº de crianças com escalões da Ação Social Escolar

A ação social escolar rege-se pelos princípios da gratuidade, equidade, coesão e solidariedade no âmbito da escolaridade obrigatória e da universalidade da educação e ensino. O objetivo deste apoio procura atender às dificuldades socioeconómicas das crianças e alunos, adotando uma política social e educativa promotora do sucesso educativo e da igualdade de acesso à educação e ao ensino, fomentando a inclusão social de todas as crianças e jovens em idade escolar.

A Ação Social Escolar (ASE) destina-se a crianças e jovens do ensino público (pré-escolar/básico/secundário), que pertencem a agregados familiares que não possuem capacidade económica para suportar os diferentes encargos nas áreas relacionadas com a educação, como a alimentação, prolongamento de horário, transporte e férias desportivas. Compreende escalões diferenciados; o 1º escalão traduz a gratuidade integral, o 2º a comparticipação de 50%, o 3º traduz benefícios de ASE noutros domínios que não refeição ou transporte e os restantes não beneficiam de ASE.

No ano letivo 2022/2023, o número de Crianças abrangidas pela ASE no Pré-escolar correspondia a 65% do total das Inscritas, sendo que 24% delas se encontravam no 1º escalão e 23% no 2º escalão (em situação familiar de maior precariedade) e 35% não beneficiavam de ASE.

Tabela 76| Ação Social Escolar – Pré-escolar, por Agrupamento Escolar, ano letivo 2022/2023

Agrupamento Escolas	Pré-escolar - Ano letivo 2022/2023				
	total alunos/as	1º escalão	2º escalão	3º escalão	Sem ASE
Eiriz	25	7	3	2	13
Vale de Ovil	41	11	10	7	13
Sudeste de Baião	79	17	20	17	25
Total	145	35	33	26	51

Fonte: Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Baião, 2023

No ano letivo 2022/2023, o número de Crianças abrangidas pela ASE no 1º Ciclo do Ensino Básico correspondia a 71% do total das Insritas, sendo que 30% delas se encontravam no 1º escalão e 26% no 2º escalão (em situação familiar de maior precariedade) e 29% Não beneficiavam de ASE.

Tabela 77| Ação Social Escolar – 1º Ciclo do Ensino Básico, por Agrupamento Escolar, ano letivo 2022/2023

Agrupamento Escolas	1º Ciclo Ensino Básico - Ano letivo 2022/2023				
	total alunos/as	1º escalão	2º escalão	3º escalão	Sem ASE
Eiriz	148	47	40	27	34
Sudeste de Baião	115	31	29	17	38
Vale de Ovil	175	52	44	23	56
Total	438	130	113	67	128

Fonte: Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Baião, 2023

No ano letivo 2022/2023, o número de Crianças abrangidas pela ASE no 2º Ciclo do Ensino Básico correspondia a 69% do total das Insritas, sendo que 24% delas se encontravam no 1º escalão e 27% no 2º escalão (em situação familiar de maior precariedade) e 30% não beneficiavam de ASE.

Tabela 78| Ação Social Escolar – 2º Ciclo do Ensino Básico, por Agrupamento Escolar, ano letivo 2022/2023

Agrupamento Escolas	2º Ciclo Ensino Básico- Ano letivo 2022/2023				
	total alunos/as	1º escalão	2º escalão	3º escalão	Sem ASE
Eiriz	92	20	25	27	20
Sudeste de Baião	88	27	29	9	23
Vale de Ovil	92	19	20	14	39
Total	272	66	74	50	82

Fonte: Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Baião, 2023

No ano letivo 2022/2023, o número de Crianças/jovens abrangidas pela ASE no 3º Ciclo do Ensino Básico correspondia a 65% do total das Insritas, sendo que 28% delas se encontravam no 1º escalão e 24% no 2º escalão (em situação familiar de maior precariedade) e 35% não beneficiavam de ASE.

Tabela 79| Ação Social Escolar – 3º Ciclo do Ensino Básico, por Agrupamento Escolar, ano letivo 2022/2023

Agrupamento Escolas	3º Ciclo Ensino Básico- Ano letivo 2022/2023				
	total alunos/as	1º escalão	2º escalão	3º escalão	Sem ASE
Eiriz	135	34	30	19	52
Sudeste de Baião	130	46	39	12	33
Vale de Ovil	173	44	35	28	66
Total	438	124	104	59	151

Fonte: Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Baião, 2023

No ano letivo 2022/2023, o número de Crianças/jovens abrangidas pela ASE no Ensino Secundário correspondia a 58% do total das Inscritas, sendo que 22% delas se encontravam no 1º escalão e 25% no 2º escalão (em situação familiar de maior precariedade) e 42% não beneficiavam de ASE.

Tabela 80| Ação Social Escolar – Secundário, por Agrupamento Escolar, ano letivo 2022/2023

Agrupamento Escolas de Vale de Ovil	Secundário- Ano letivo 2022/2023				
	total alunos/as	1º escalão	2º escalão	3º escalão	Sem ASE
Ensino Regular e Profissional	369	83	92	40	154

Fonte: Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Baião, 2023

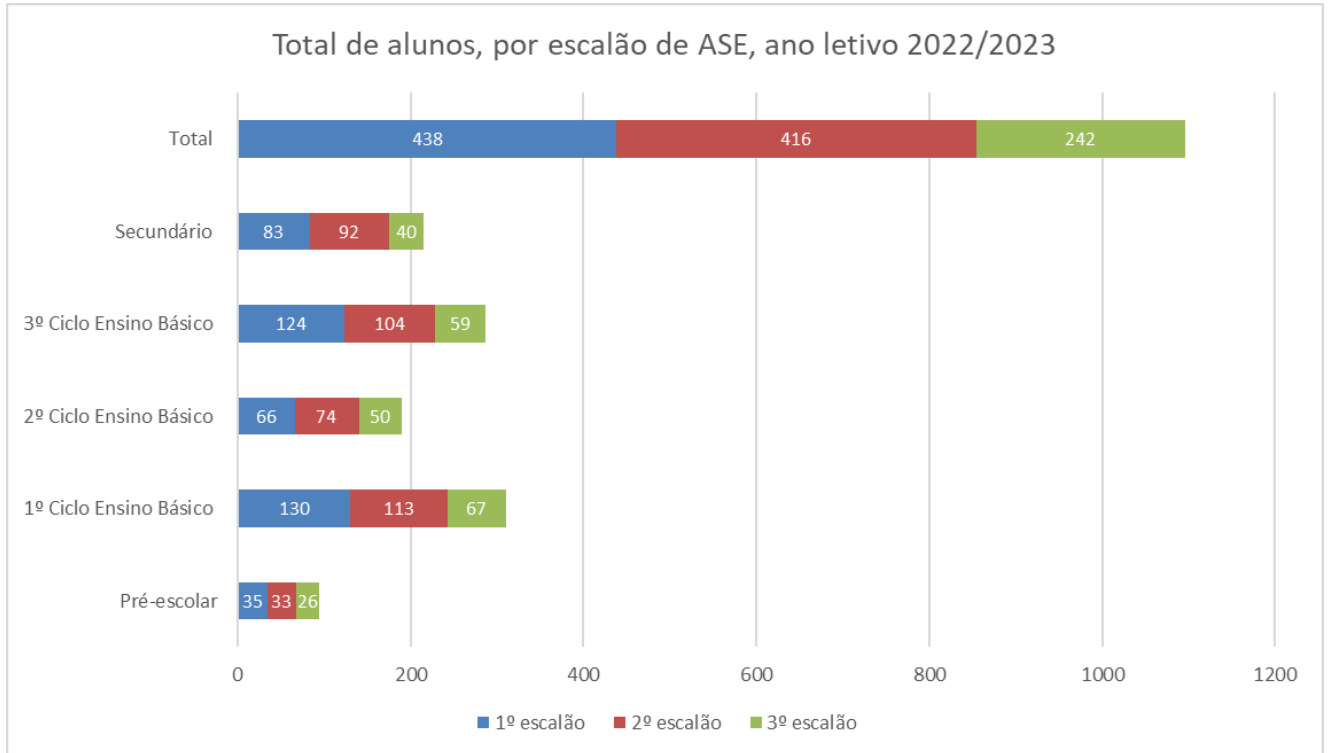
Sintetizando a abrangência da ASE, concluímos que no ano letivo 2022/2023, dos 1 662 alunos/as matriculados no Concelho de Baião, 438 beneficiavam do 1º Escalão, 416 do 2º escalão, 242 do 3º escalão e 566 não beneficiavam de ASE.

Tabela 81| Total de alunos, por escalão de ASE, ano letivo 2022/2023

ASE, por níveis ensino - Baião (2022/2023)	1º escalão	2º escalão	3º escalão	Sem ASE
Pré-escolar	35	33	26	51
1º Ciclo Ensino Básico	130	113	67	128
2º Ciclo Ensino Básico	66	74	50	82
3º Ciclo Ensino Básico	124	104	59	151
Secundário	83	92	40	154
Total	438	416	242	566

Fonte: Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Baião, 2023

Figura 44 | Total de alunos, por escalão de ASE e ciclo ensino ano letivo 2022/2023



Fonte: Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Baião, 2023

Em termos percentuais, concluímos que no ano letivo 2022/2023, dos 1 662 alunos/as matriculados no Concelho de Baião, 26 % beneficiavam do 1º Escalão, 25% do 2º escalão, 15 % do 3º escalão e 34% não beneficiavam de ASE e que mais de metade (51,3%) dos alunos/as abrangidos pela ASE encontravam-se nos escalões de maior precariedade/vulnerabilidade (1º e 2º escalão).

Para ano letivo 2022/2023, elencamos no quadro seguinte, o número de alunos subsidiados por nível de escolaridade e por agrupamento escolar e correspondente taxa de incidência.

Figura 45 | Alunos Subsidiados, por nível de escolaridade e por Agrupamento Escolar, 2023

Agrupamento de Escolas	Pré-Escolar			1.º ciclo		
	Total		Taxa	Total		Taxa
	Alunos	Subsidiados	%	Alunos	Subsidiados	%
AE de Eiriz	25	10	40%	178	87	49%
AE do Sudeste de Baião	77	37	48%	115	60	52%
AE de Vale de Ovil	41	21	51%	175	95	54%
Agrupamento de Escolas	2.º ciclo			3.º ciclo		
	Total		Taxa	Total		Taxa
	Alunos	Subsidiados	%	Alunos	Subsidiados	%
AE de Eiriz	93	45	48%	135	64	47%
AE do Sudeste de Baião	88	56	64%	131	84	64%
AE de Vale de Ovil	92	39	42%	173	79	46%
Agrupamento de Escolas	Ensino Regular			Ensino Profissional		
	Total		Taxa	Total		Taxa
	Alunos	Subsidiados	%	Alunos	Subsidiados	%
AE de Vale de Ovil	200	88	44%	165	93	56%
	EFA					
	Total		Taxa			
	Alunos	Subsidiados	%			
	23	7	30%			

Fonte: Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Baião, 2023

No pré-escolar e 1ºCiclo a taxa de alunos subsidiados assume valores percentuais muito semelhantes nos 3 Agrupamentos escolares, sendo ligeiramente superior no Agrupamento de Escolas de Vale de Ovil. No 2º e 3º Ciclo de Ensino Básico, a taxa de alunos subsidiados assume valores percentuais superiores no Agrupamento de Escolas do Sudeste de Baião. No Secundário, existente apenas no Agrupamento de Escolas de Vale de Ovil, a taxa de alunos subsidiados no Ensino Profissional é superior quando comparada com o Ensino Regular. No geral, e em todos os níveis de ensino, a taxa de alunos/as subsidiadas/as abrange cerca de 50% dos/as alunos/as inscritos.

Refeições Escolares

O apoio nas refeições escolares é uma das medidas de ASE que varia de acordo com os escalões de referência de abono de família, sendo que o escalão 1º traduz a gratuidade do serviço de refeições e o 2º a comparticipação de 50% do valor da refeição por parte das famílias.

À semelhança dos anos anteriores, a quase totalidade das crianças do pré-escolar e 1º ciclo utilizou o serviço de refeições escolares. No primeiro semestre do ano letivo de 2022/23, foram fornecidas 24 118 refeições, sendo a taxa de utilização do serviço de refeições no Pré-escolar e 1º Ciclo de 100% e no 2º e 3º ciclo, os valores variam nos 3 Agrupamentos Escolares com o Agrupamento Escolar do Sudeste de Baião assumir uma taxa de 88%, o Agrupamento de Eiriz 54% e, por fim, no Agrupamento de Vale de Ovil de apenas 37%. No Secundário a taxa é diminuta, apenas 33% dos alunos/as utilizam o serviço de refeições escolares.

Figura 46| Refeições Escolares por nível de escolaridade e por Agrupamento de Escolas, 2023

Agrupamento de Escolas	Nível de Escolaridade	Número de Alunos Matriculados	Número de alunos que utilizaram o serviço de refeições	Taxa de Utilização do Serviço de Refeições	Número Total de Refeições Escolares fornecidas *
AE de Eiriz	Pré-Escolar	25	25	100%	575
AE Eiriz	1.º CEB	178	178	100%	4094
AE Eiriz	2.º e 3.º CEB	228	124	54%	2491
AE SUDESTE	Pré-Escolar	78	78	100%	1560
AE SUDESTE	1.º CEB	114	114	100%	2280
AE SUDESTE	2.º e 3.º CEB	219	194	88%	4447
AE VALE DE OVIL	Pré-Escolar	41	41	100%	820
AE VALE DE OVIL	1.º CEB	175	174	99%	13480
AE VALE DE OVIL	2.º e 3.º CEB	265	98	37%	1964
AE VALE DE OVIL	Ensino Secundário	364	120	33%	2407
Número Total de Refeições Fornecidas:					24118

Fonte: Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Baião, 2023

Com este conjunto de dados, uma reflexão ressalta de imediato; ao comparar as taxas de utilização do serviço de refeições escolares, nomeadamente no 2º e 3º ciclos de ensino e Ensino Secundário com a taxa de alunos/as com 1º e 2º escalão de ASE, por Agrupamento Escolar, poderemos questionar se todos os alunos subsidiados usufruem efetivamente da refeição escolar uma vez que o nº total de alunos/as que efetuam refeição escolar assume valores muito próximos dos totais de alunos de 1º e 2º escalão, sendo mesmo pertinente que no Agrupamento de Vale de Ovil essa proporção é descoincidente, ou seja temos mais alunos subsidiados do que aqueles que efetuam refeição escolar. No Ensino Secundário, a taxa de utilização das refeições escolares é bastante reduzida (33%), sendo que continuamos a ter mais alunos subsidiados do que aqueles que efetuam refeição escolar. Desta análise mais grosseira, apenas queremos destacar que apesar das percentagens de alunos/as subsidiados no 1º ou 2º escalão de ASE nem todos usufruem efetivamente desses benefícios, nomeadamente das refeições escolares. Independentemente das razões, que importava diagnosticar, o que se concluiu é que estes/estas

alunas, em particular, ao não efetuarem as refeições de almoço na escola, afetam o equilíbrio financeiro das famílias.

Tabela 82| Refeições Escolares (nº) e Taxa de Utilização do Serviço refeições escolares, por nível de escolaridade e por Agrupamento Escolar Vs Alunos Subsidiados escalão 1 e 2 de ASE

Agrupamento de Escolas	2 e 3º Ciclo Ensino Básico- Ano letivo 2022/2023			Nº alunos/as efetuam refeição escolar	Tx (%)utilização Serviço refeições escolares
	total alunos/as	1º e 2º Escalão (Nº)	1º e 2º Escalão %		
Eiriz	227	109	48%	124	54
Sudeste de Baião	218	141	64,6	194	88
Vale de Ovil	265	118	44,52	98	37
Total	710	368	51,8	416	
Vale de Ovil	Secundário (Regular e Profissional) - Ano letivo 2022/2023			Nº alunos/as efetuam refeição escolar	Tx (%)utilização Serviço refeições escolares
	total alunos/as	1º e 2º Escalão (Nº)	1º e 2º escalão (%)		
	369	175	47,4	120	33

Fonte: Exercício da autora, com dados existentes no Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Baião, 2023

Transportes Escolares Regulares e Especiais

O plano e serviço de transportes escolares é assegurado, organizado e gerido pelo Município de Baião.

O Quadro que se segue informa sobre o número de alunos/as transportados para a rede pública escolar que necessitam de transporte entre as respetivas residências e as escolas. No último semestre do ano letivo 2022/2023, foram transportados 1.200 alunos/as, em transporte regular (autocarro, viaturas da Junta freguesia e do município).

O apoio no pagamento do transporte adaptado consiste numa medida de apoio a alunos/as residentes no concelho que necessitem, por motivos de saúde, de transporte adaptado. O transporte é realizado de táxi ou de ambulância, dependendo das necessidades do/a aluno/a. No período referido, usufruíram desta medida 23 alunos/as.

Figura 47 | Total de alunos/As transportados, por ciclo de ensino, 2023

1º CICLO	1º	2º	3º	4º	TOTAIS
Matriculados	128	105	117	117	457
Transportados	105	89	89	90	373
Taxa de Utilização	82%	89%	76%	77%	82%
2º CICLO	5º	6º			TOTAIS
Matriculados	120	155			275
Transportados	88	124			212
Taxa de Utilização	73%	80%			77%
3º CICLO	7º	8º	9º		TOTAIS
Matriculados	120	161	166		447
Transportados	92	99	127		318
	77%	61%	76.5%		71%
SECUNDÁRIO	10º	11º	12º		TOTAIS
Matriculados	52	68	79		199
Transportados	48	46	64		158
	92%	68%	81%		79%
PROFISSIONAL	10º	11º	12º		TOTAIS
Matriculados	61	48	56		165
Transportados	39	45	55		139
	64%	94%	98%		84%
	TAXI	AMB	OUTRO		
Assistências de Saúde Espe	17	6	1		

Fonte: Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Baião, 2023

De referir, por fim, que a Rede Solidária (IPSS's) nas respostas socioeducativas de Creche e de Pré-escolar, garante igualmente o transporte das Crianças que dele necessitam entre as respetivas residências e as respostas em causa, concorrendo de igual forma para o acesso efetivo a respostas de primeira infância – Creche (entre os 0 e os 2 anos) e acesso efetivo à Educação Pré-escolar (entre os 3 e os 5 anos).

Diariamente, 24% das Crianças inscritas em Creche e 46% das Crianças inscritas em Pré-escolar são igualmente transportadas diariamente pelas respetivas entidades em viaturas próprias. Esta evidência é reveladora também do impacto social da rede solidária no apoio à infância.

Tabela 83 | Nº de Crianças em Creche e Pré-escolar da Rede Solidária, transportadas - 2023

IPSS	Rede Solidária: Creche e Pré-escolar			
	Creche		Pré-escolar	
	Inscritos	Transportados	Inscritos	Transportados
ADEGRIL	NA	NA	24	21
OBER	71	12	146	44
Centro Social de Sta. Cruz do Douro	NA	NA	23	23
Centro Social e Paroquial de Sta. Marinha do Zêzere	31	12	NA	NA
Total	102	24	193	88

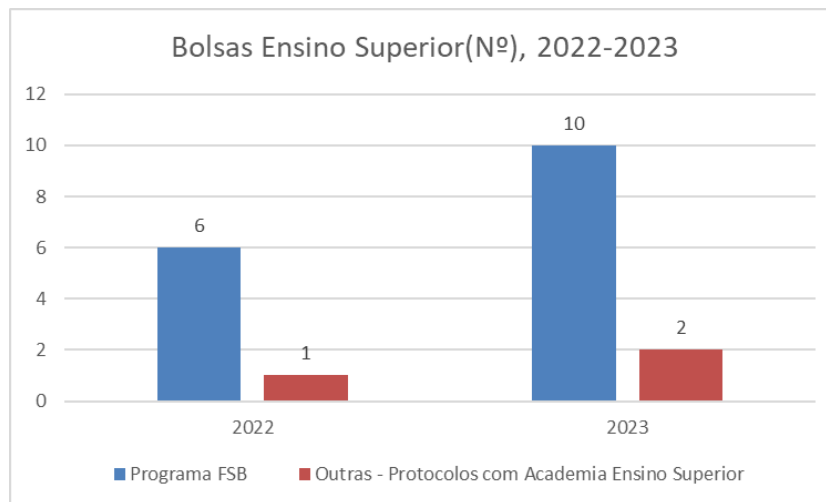
Fonte: IPSS do Concelho com respostas de Creche e Pré-escolar

Bolsas de Estudo

O Município de Baião, perseguindo o objetivo de contribuir para a formação e desenvolvimento das competências e qualificações superiores dos/as alunos/as residentes do concelho, procedeu

em fevereiro de 2022 a uma alteração do Regulamento do Programa “Fundo Social de Baião” (FSB), e passou a poder conceder apoios pecuniários aos/às alunos/as do Ensino Superior que vão desde os 250 até aos 700 euros, de acordo com o escalão de rendimentos do agregado familiar. Estes apoios destinam-se à comparticipação nos encargos dos/as estudantes do ensino superior que apresentem dificuldades económicas e que frequentem cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação/Ensino Superior em instituições de ensino superior.

Figura 48| Bolsas Atribuídas Ensino Superior, município Baião, 2022-2023



Fonte: Pelouro dos Assuntos Sociais da Câmara Municipal de Baião, 2023

Em 2022, o Município de Baião concedeu 6 bolsas pecuniárias a alunos/as universitários/as através do programa FSB e 1 no âmbito de protocolo existente com entidade de ensino superior, que permite ao/à aluno/a isenção propinas até final do 1º ciclo do ensino superior(licenciatura). No total foram 7 os/as alunos/as apoiados/as na frequência do ensino superior.

Em 2023, foram concedidas 10 bolsas pecuniárias a alunos/as universitários/as através do Programa FSB e 2 através no âmbito de Protocolo existente com entidade de ensino superior, que permite ao/à aluno/a isenção propinas até final do 1º ciclo do ensino superior (licenciatura). No total foram 12 os/as alunos/as apoiados/as na frequência do ensino superior.

Atividades Extracurriculares

Educação Pré-escolar: no âmbito das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), o pelouro da educação implementou a partir do ano letivo 2022/2023, na educação pré-escolar um Programa Atividades Lúdico-Pedagógicas Pré-Escolar, estruturado e regular, proporcionando um conjunto de ofertas lúdico-pedagógicas (atividade física e desportiva, hora do conto e música), que permitem a gestão do prolongamento de horário de forma mais rica, diversificada, profícua e aprazível para as crianças a frequentar a rede pública.

Complementarmente, e no seu “Plano Anual de Atividades” que é proposto às Escolas e

financiado pelo Município, promove ao longo do ano letivo um conjunto de atividades diversificado, que concorre para que as crianças e jovens experienciem um leque mais diversificado possível de atividades desportivas, culturais e recreativas.

1º Ciclo do Ensino Básico: as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) surgem como medida de apoio às famílias, conforme prevê a alínea C do art.º 39º do Decreto-Lei 21/2019 de 30 de janeiro. Por conseguinte, compete à Câmara Municipal de Baião promover as AEC no 1.º ciclo do ensino básico, de frequência facultativa e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e de voluntariado e da dimensão europeia da educação.

Complementarmente, e também no âmbito do já referido “Plano Anual de Atividades” promove ao longo do ano letivo um conjunto de atividades diversificado, que concorre para que as crianças e jovens experienciem um leque mais diversificado possível de atividades.

Tabela 84 | Atividades Extracurriculares – Município de Baião, ano letivo 2022/2023

Nº Crianças abrangidas ano letivo 2022/2023	Atividades Extracurriculares- Município Baião			
	Atividades de Enriquecimento Curricular	Atividades Lúdico-Pedagógicas	Plano Anual de Atividades proposto às Escolas e financiado pelo Município	
	1º Ciclo	Pré-escolar	Pré-escolar	1º Ciclo
	465	154	154	1491

Fonte: Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Baião, 2023

Programa de “Atividades de Verão”

O município promove o programa “Atividades de Verão” que visa ocupar as crianças dos 3 aos 10 anos de idade (Pré-escolar e 1º Ciclo) durante a interrupção letiva de Verão (junho e julho), em atividades de carácter educativo, desportivo, cultural, lúdico e recreativo, em contexto municipal. Os alunos/ naquele período podem usufruir de todo o tempo integral ou optar por semanas ou quinzenas de acordo com suas necessidades ou preferências.

A Universidade Júnior é um programa único a nível nacional, pela sua diversidade temática e dimensão, dirigido aos/às alunos/as do ensino básico (a partir do 5.º ano) e secundário. OS jovens aderentes participam num sem número de atividades que lhes permitem experimentar o ambiente académico e conviver com estudantes universitários, recém-licenciados, jovens investigadores e professores. Em colaboração com CPCJ, o município de Baião proporciona anualmente a participação de 10 crianças e jovens em acompanhamento pela CPCJ de Baião na Universidade Júnior – Porto, durante uma semana (julho).

O Projeto CLDS 4G- “Rede +”, promovido pela Câmara de Baião, tendo como entidade Coordenadora Local da Parceria a Santa Casa da Misericórdia de Baião e como Entidade Local Executora das Ações do Eixo 1 (Emprego, Formação e Qualificação), a Associação Empresarial de Baião, iniciou seu Plano de Ação a 4 novembro de 2020 com término a 3 novembro de 2023. No seu Eixo 2 “Intervenção Familiar e Parental Preventiva da Pobreza Infantil”, contemplou a Ação “Aventura nas Férias- Interrupções letivas”, com objetivo de proporcionar um conjunto de atividades e oportunidades culturais e recreativas às crianças e jovens do Concelho nas suas interrupções letivas, das quais se destacam as realizadas nos períodos da Páscoa (atividades mais pontuais) e nas férias de verão, estas últimas pelo período de uma semana, fora do concelho de Baião (julho).

Por fim, das 27 Associações Desportivas, Culturais e Recreativas existentes no Concelho de Baião, à data de 2022, apenas a Associação Cultural e Recreativa de Santa Cruz do Douro, promove atividades estruturadas e regulares destinadas às Atividades de Tempos Livres das crianças e jovens, em território municipal.

Tabela 85| Nº Crianças e Jovens integradas em atividades de Interrupção letiva - 2023

Atividades Interrupção letiva 2023 (Nº Alunos/as)					
Atividades de Verão - Município Baião		Universidade Júnior (Município e CPCJ de Baião)	CLDS 4G Rede + (Aventura nas férias)		Associação Cultural e Recreativa de Santa Cruz do Douro
3-5 anos (Pré-escolar)	6-10 anos (1º Ciclo)	14-17 anos	11-15 anos (verão 2023)	11-15 anos (Páscoa 2023)	ATL Verão 1º e 2º ciclo (1 julho a 15 de setembro)
71	151	10	14	38	25

Fonte: Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Baião, 2023; Relatório Final CLDS 4G “Rede +”, 2023 e Associação Cultural e Recreativa de Santa Cruz Douro, 2023

No total, as entidades locais proporcionaram a 271 Crianças e Jovens férias na sua interrupção letiva de verão, sendo que 24 experienciam férias fora do concelho de Baião (Universidade Júnior e CLDS 4G).

Recordamos aqui um domínio já retratado respeitante às crianças e jovens em situação de privação”, especificamente sobre os dados da publicação do INE “Condições de vida das crianças...2021”, na medida que se evidenciou que as dificuldades económicas impedem que cerca de 16% das Crianças tenham possibilidade de passar férias, fora de casa, pelo menos uma semana por ano e cerca de 10% possam participar regularmente numa atividade extracurricular ou de lazer; com este impacto social reforçamos aqui a importância de atender aos tempos de qualidade nos períodos prolongados de interrupção letiva das crianças e jovens.

3.1.2 Crianças e Jovens em Risco e/ou Perigo;

As situações de risco e perigo decorrem, em regra, das consequências comportamentais de um quadro dominante de desestruturação familiar e parental.

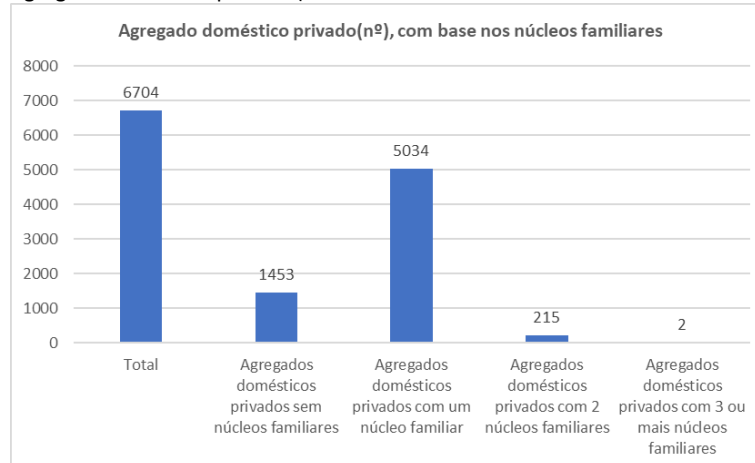
Contudo, esta vulnerabilidade familiar que atinge direta ou indiretamente crianças e jovens, e que as expõe a vulnerabilidade maior ao risco e perigo, em termos gerais, está associada a situações de intermitência nos rendimentos familiares, a situações de crise e rutura no equilíbrio financeiro ou psicossocial familiar, com quebra ou insuficiência continuada de rendimentos, a situações de emergência face a despesas de saúde e outros imprevistos que acentuam ou despoletam vulnerabilidades sócio económicas nas famílias conduzindo-as a situações graves de carência e privação material com incapacidade de satisfazer necessidades básicas, resultando em contextos de maior vulnerabilidades ao risco e perigo nas Crianças.

É também sabido, que as novas configurações familiares acrescentam igualmente alguns fatores de risco de vulnerabilidade, nomeadamente a monoparentalidade.

Agregados Domésticos Privados Monoparentais e Núcleos Domésticos Monoparentais

Segundo os Censos 2021, verificamos que existiam 6 704 agregados domésticos privados²⁶ no Concelho e deste 5034 eram referentes a agregados domésticos com um núcleo familiar.

Figura 49| Agregados domésticos privados (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021) e Tipo de agregado doméstico privado (Com base nos núcleos familiares - Censos 2021)



Fonte: INE

Efetivamente os agregados domésticos constituídos por “um núcleo familiar” correspondem à esmagadora maioria do tipo estruturas familiares predominantes no concelho, sendo que destes 587 são constituídos por “um Núcleo Monoparental”²⁷ (11,6%), conforme tabela seguinte.

²⁶ Conjunto de pessoas que tem a residência habitual no alojamento familiar ou a pessoa independente que ocupa um alojamento familiar.

²⁷ Núcleo familiar monoparental é aquele que integra apenas um dos progenitores, pai ou mãe, com filho(s).

Tabela 86| Agregados Domésticos Privados (N.º), por tipo de Agregado e dimensão

Censos 2021	Agregados domésticos privados (N.º) por Tipo de agregado doméstico privado (Com base nos núcleos familiares) e Dimensão						
	Total	Agregados domésticos privados sem núcleos familiares	Agregados domésticos privados com 1 núcleo familiar	Agregados domésticos privados constituídos por um casal	Agregados domésticos privados constituídos por um núcleo monoparental	Agregados domésticos privados com 2 núcleos familiares	Agregados domésticos privados com 3 ou mais núcleos familiares
Baião	6704	1453	5034	4447	587	215	2

Fonte: INE

Acresce que se atendermos a este tipo de agregados domésticos, segundo a condição perante o trabalho (do representante do agregado doméstico), verificamos a enorme vulnerabilidade a que este tipo de núcleo familiar está exposto, uma vez que 47% são economicamente ativos e 53% em situação de inatividade.

Tabela 87| Agregados Domésticos privados Monoparentais, segundo condição perante o trabalho, 2021

Censos 2021	Agregados domésticos privados constituídos por um núcleo monoparental	População ativa			População inativa	
		Agregados domésticos privados constituídos por um núcleo monoparental	Empregados Agregados domésticos privados constituídos por um núcleo monoparental	Desempregados Agregados domésticos privados constituídos por um núcleo monoparental	Agregados domésticos privados constituídos por um núcleo monoparental	Agregados domésticos privados constituídos por um núcleo monoparental
Baião	587	274	239	35	313	

Fonte: INE

Aos 587 Agregados Domésticos monoparentais existentes, correspondem 684 Núcleos Familiares Monoparentais, sendo que 87% respeitam núcleos monoparentais femininos (mães com filhos/as) e apenas 13% masculinos (pais com filhos/as)

Tabela 88| Agregados Domésticos privados Monoparentais, femininos e masculinos

Censos 2021	Núcleos familiares monoparentais (N.º) Masculinos e Femininos		
	Total	Pai com filhos/as	Mãe com filhos/as
Baião	684	90	594

Fonte: INE

Detalhando os Núcleos monoparentais existentes por nível de escolaridade e grupo etário, (pai ou mãe) concluímos que a esmagadora maioria possui baixos níveis de escolaridade, Ensino Básico (408), seguida pelo 1º Ciclo (196) e pertencem também na sua maioria a escalões etários que se situam entre os 45-49 anos (111) ou 65 e mais anos (195). São predominantemente residentes na União de Freguesias de Campelo e Ovil (160), na Freguesia de Santa Marinha do Zêzere (96) e na União de Freguesias de Ancede e Ribadouro (73).

Tabela 89 | Núcleos familiares monoparentais (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021) e Nível de escolaridade mais elevado completo (Pai ou mãe)

Local de residência (à data dos Censos 2021)	Núcleos familiares monoparentais (N.º), por Nível de escolaridade mais elevado completo								
	Total	Nenhum	Ensino básico	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Ensino superior
Baião	684	114	408	196	83	129	110	4	48
Frende	27	3	19	13	3	3	4	0	1
Gestaçõ	38	8	22	11	2	9	5	0	3
Gove	67	8	47	17	11	19	12	0	0
Grilo	10	2	5	3	0	2	2	0	1
Loivos do Monte	9	4	5	3	0	2	0	0	0
Santa Marinha do Zêzere	96	14	61	27	13	21	15	0	6
União das freguesias de Ancede e Ribadouro	73	16	40	26	6	8	12	0	5
União das freguesias de Baião (Santa Leocádia) e Mesquinhata	32	5	21	9	4	8	5	1	0
União das freguesias de Campelo e Ovil	160	21	86	36	26	24	29	3	21
União das freguesias de Loivos da Ribeira e Tresouras	28	5	17	8	4	5	5	0	1
União das freguesias de Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas	60	10	38	21	7	10	8	0	4
União das freguesias de Teixeira e Teixeiró	32	9	17	9	3	5	4	0	2
Valadares	35	8	18	5	2	11	6	0	3
Viariz	17	1	12	8	2	2	3	0	1

Fonte: INE

Tabela 90 | Núcleos familiares monoparentais (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021) e Grupo etário (Pai ou mãe)

Local de residência (à data dos Censos 2021)	Núcleos familiares monoparentais (N.º) por Grupo etário (Pai ou mãe)											
	Total	Menos de 20 anos	20 - 24 anos	25 - 29 anos	30 - 34 anos	35 - 39 anos	40 - 44 anos	45 - 49 anos	50 - 54 anos	55 - 59 anos	60 - 64 anos	65 ou mais anos
Baião	684	2	9	19	33	67	77	111	70	67	34	195
Frende	27	0	0	1	0	0	2	6	4	2	2	10
Gestaçõ	38	0	1	2	3	3	4	3	3	5	2	12
Gove	67	0	0	1	2	11	7	9	10	7	1	19
Grilo	10	0	0	1	3	0	0	0	0	0	2	4
Loivos do Monte	9	0	0	0	1	0	1	2	2	0	0	3
Santa Marinha do Zêzere	96	1	3	2	4	8	13	20	4	12	6	23
União das freguesias de Ancede e Ribadouro	73	0	0	1	4	8	7	9	10	5	4	25
União das freguesias de Baião (Santa Leocádia) e Mesquinhata	32	0	0	1	3	2	2	5	4	3	0	12
União das freguesias de Campelo e Ovil	160	0	0	4	9	11	22	30	23	16	9	36
União das freguesias de Loivos da Ribeira e Tresouras	28	1	0	1	1	3	3	4	2	4	0	9
União das freguesias de Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas	60	0	1	2	1	8	6	6	4	8	4	20
União das freguesias de Teixeira e Teixeiró	32	0	2	0	1	6	2	5	2	2	2	10
Valadares	35	0	2	3	0	5	7	7	1	2	1	7
Viariz	17	0	0	0	1	2	1	5	1	1	1	5

Fonte: INE

COMISSÃO PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE BAIÃO

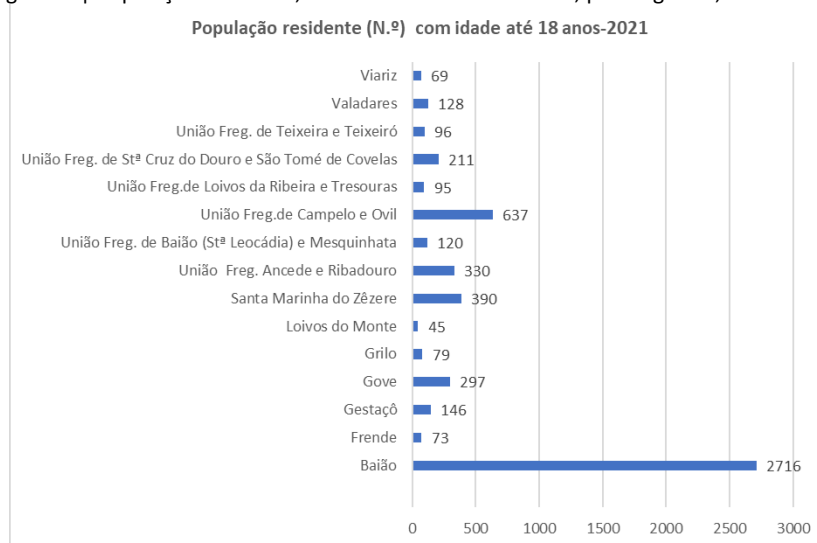
A vulnerabilidade das Crianças ao risco e/ou perigo é detetável também nos indicadores de diagnósticos privilegiados da ação social concelhia. Já vimos anteriormente alguns dos indicadores estatísticos oficiais que nos indicam o contingente de n.º crianças abrangidas nos Agregados familiares em acompanhamento pela Ação Social Concelhia (seja no RSI ou SAAS, seja nos Programas alimentares). No que ao Perigo diz respeito, os dados da CPCJ de Baião, em 2022, traduz-se na fonte privilegiada de dados.

As situações de perigo decorrem, em regra, das consequências comportamentais de um quadro dominante de desestruturação familiar e parental. Este facto justifica e legitima a intervenção das entidades especializadas, nomeadamente a CPCJ que intervém na defesa do superior interesse da criança. A intervenção da CPCJ para *“a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento,*

ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo” (Artigo 3º da LPCJ). A análise da parentalidade de risco para as crianças e jovens é, assim, de difícil avaliação direta. Mas poderão ser analisados através dos indicadores de que a CPCJ dispõe.

As categorias do relatório anual que a CPCJ elabora categoriza as situações e os casos concretos que nos permite obter uma perspetiva abrangente da situação no concelho, particularmente no universo das Crianças e Jovens com idades iguais ou inferiores a 18 anos, em regra²⁸.

Figura 50| População residente, com idades até aos 18 anos, por freguesia, Censos 2021



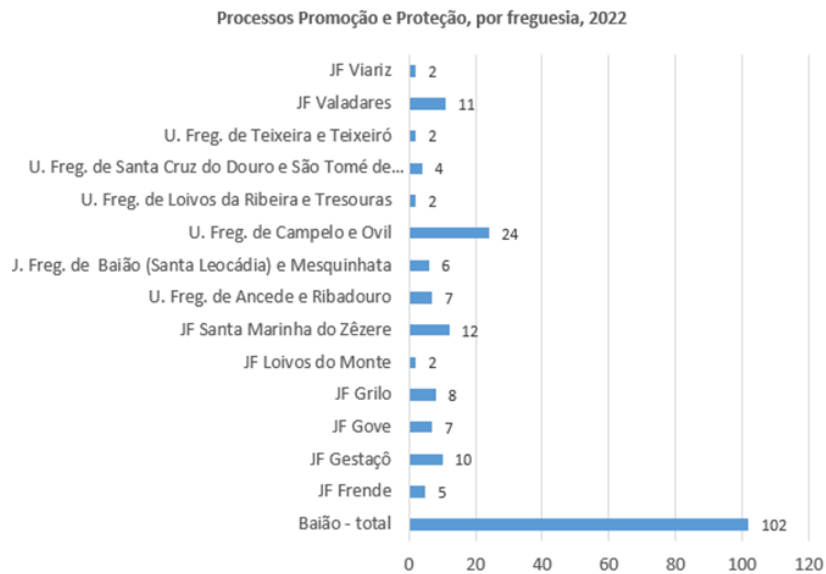
Fonte: INE

Segundo o relatório de 2022 da CPCJ de Baião, verifica-se que 102 crianças e jovens possuíam um Processo de Promoção e Protecção (PPP) em acompanhamento no concelho. Considerando os Censos de 2021 (uma vez que não dispomos deste dado estatístico para ano de 2022) representaria 3,8% das crianças/jovens residentes, evidenciando a importância e gravidade da problemática do Perigo no concelho. É um valor absoluto e relativo muito significativo da importância e da priorização a atribuir, em termos de diagnóstico social, a esta problemática de “perigo” que legitima a intervenção da CPCJ.

A freguesia com maior volume processual é a União de Freguesias de Campelo e Ovil com 24 crianças, o que representa 23,5% do total das crianças ou jovens acompanhadas em 2022. Loivos do Monte, Viariz, União de Freguesias de Loivos da Ribeira e Tresouras e União de Freguesias de Teixeira e Teixeira são as freguesias com menos crianças ou jovens com Processos de Promoção e Protecção em 2022, representam no conjunto apenas 8%.

²⁸ Ressalvamos, que Lei CPCJ, no seu artigo 5º, alínea a) prevê as condições em que intervêm junto de Jovens com idades superiores, “Criança ou jovem - a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos, e ainda a pessoa até aos 25 anos sempre que existam, e apenas enquanto durem, processos educativos ou de formação profissional”.

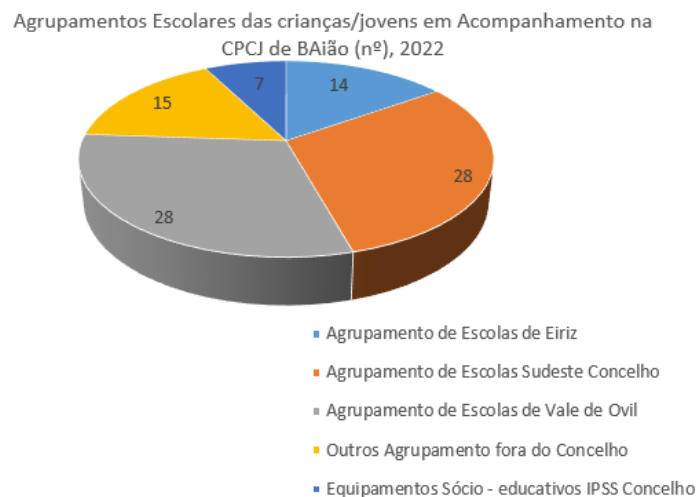
Figura 51| Processos de Promoção e Proteção na CPCJ de Baião, por freguesia, 2022



Fonte: CPCJ de Baião

Relativamente aos Agrupamentos Escolares de pertença, o Agrupamento de Escolas do Sudeste de Baião e de Vale de Ovil são os que integram mais crianças ou jovens acompanhadas pela CPCJ (ambos com 28). Estes dois agrupamentos representam 55% das crianças ou jovens acompanhadas.

Figura 52| Crianças e Jovens com PPP na CPCJ, por Agrupamentos Escolares, 2022



Fonte: CPCJ de Baião

Tal como se verifica na tabelas e figuras seguintes, à exceção do escalão etário dos 18-21, em que a lei determina a cessação da intervenção da Comissão a menos que o jovem deseje a sua continuidade, a distribuição da idade dos **processos entrados** (transitados, reabertos, instaurados e provindos de outras CPCJ) apontam para que as diferenças do volume de processos nos escalões etários dos 0-2, dos 3 - 5, dos 6-8 e dos 9 -10 anos não se mostra muito

significante entre si, no entanto nos escalões etários dos 11-14 e 15-17 anos o volume de PPP triplica só nestes dois escalões etários, representando 60% da atividade de PPP da CPCJ.

Tabela91| Fluxo Processual (PPP entrados), por escalão etário e tipo entrada de PPP

Escalão etário	Entrada de processos			
	Transitados 2021	Novos	Recebidos outras CPCJ's	Reabertos
0-2	2	8		
3-5.	1	9	1	1
6-8.	5	5		
9-10.	3	4	1	1
11-14.	12	18		6
15-17.	10	9	1	5
18-21.				
Totais	33	53	3	13
	102			

Fonte: CPCJ de Baião

Tabela 92 -Peso percentual dos PPP entrados, por escalão etário

Escalão Etário	Nº Processos Entrados	%
0-2	10	9,8
3-5	12	11,8
6-8	10	9,8
9-10	9	8,8
11-14	36	35,3
15-17	25	24,5
18-21	0	0
Total	102	100%

Fonte: CPCJ de Baião

No ano de 2022, e conforme tabela e figura infra, é possível concluir que a problemática mais sinalizada foi a “**Violência Doméstica**” com uma representação de 40,1%, com maior incidência na adolescência (11-14 anos), continuando a constituir uma problemática social com grande relevância nos casos sinalizados à Comissão de Proteção a Crianças e Jovens, seguida da “**Negligência**” parental, que consiste na omissão, privação ou inadequação da prestação de cuidados a crianças e jovens, por parte dos seus cuidadores, com consequências nefastas para o seu desenvolvimento cognitivo, neuro psicológico e socioemocional (ao nível Educativo, ao nível psicoafectivo, ao nível da saúde, à falta de supervisão e acompanhamento/familiar), representando 20,5% dos PPP, com maior incidência na primeira infância(0-10 anos), e de “**Outros Perigos**” (Comportamentos graves anti-sociais ou/e de indisciplina/Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança, Consumo de estupefacientes/ a Criança/Jovem assume comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento/ violação ou outro ato sexual/Outros comportamentos), com uma representação de 19,6% dos casos. Por fim a problemática do **Absentismo Escolar** representa 8,8% dos processos e o **abandono escolar**, 1,0%.

Quanto ao conjunto de casos de maior perigosidade, decorrentes de **Negligência Grave** e de **Maus Tratos** os mesmos representaram 10%.

Tabela 93 | Tipologias de Perigo Sinalizadas, por escalão etário e sexo, 2022

Tipologias de Perigo	sexo	Escalão etário							(M/F)	Totais tipologias
		0-2	3-5	6-8	9-10	11-14	15-17	18-21		
Violência Doméstica	M	2	2	2	4	9	3	0	22	41
	F	1	4	4	3	3	4	0	19	
Negligência Grave	M	1					1		2	3
	F		1						1	
Negligência	M	2	3	2		3			10	21
	F	2	2			5	2		11	
Maus Tratos	M	1		1		2	1		5	7
	F					1	1		2	
Absentismo Escolar	M						5		5	9
	F					3	1		4	
Abandono Escolar	M									1
	F					1			1	
Outros perigos*	M			1	2	6	4		13	20
	F	1				3	3		7	
TOTAIS		10	12	10	9	36	25	0	102	

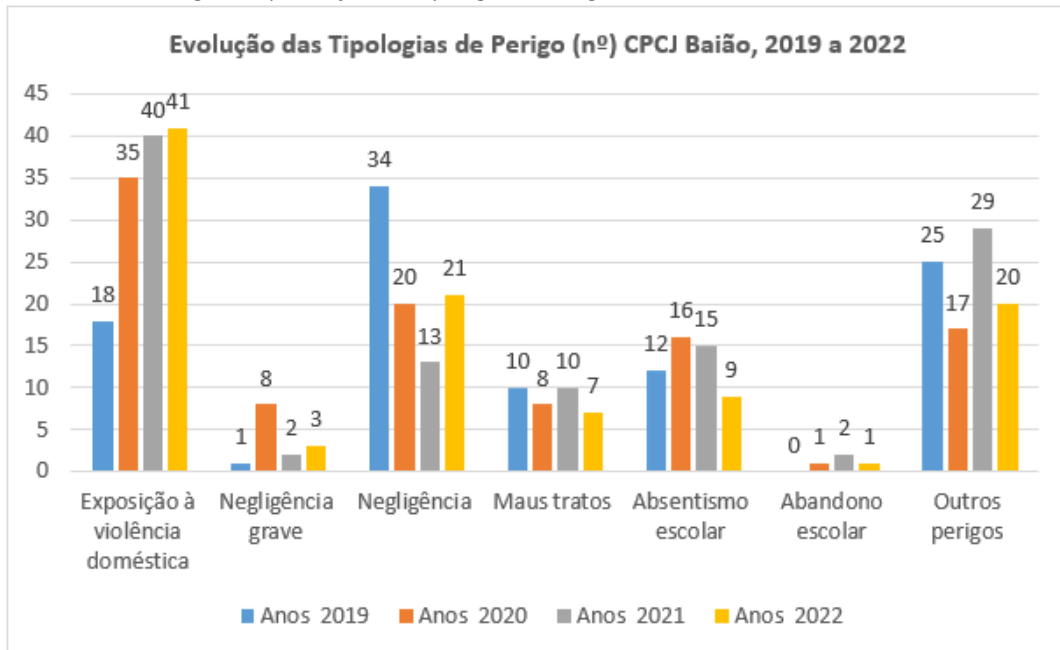
Fonte: CPCJ de Baião

*Outros perigos: Abuso Sexual (1); Comportamentos desviantes (5); vítima bullying (1); consumo estupefacientes (4) Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança (8) (Comportamentos graves anti-sociais (1)

Entre 2019 e 2022 a situação de perigo com um maior aumento e com tendência de subida foi a exposição das crianças ou jovens à “violência doméstica”. Seguida pela “negligência” que registou em 2022 um aumento, depois de uma descida em 2021. As situações de “outros” tipos de perigo²⁹ registaram uma diminuição em 2022.

²⁹ Outros perigos: Abuso Sexual; Comportamentos desviantes; vítima bullying; consumo estupefacientes, Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança; Comportamentos graves anti-sociais

Figura 53 | Evolução das Tipologias de Perigo na CPCJ de Baião, 2019 a 2022



Fonte: CPCJ de Baião

Comparando os dados do ano de 2022 com os dos anos de 2021, 2020 e 2019, conforme tabela seguinte, percebemos que as problemáticas de “Violência Doméstica”, “Negligência” e de “Outros perigos” são as que registam maior número de casos e que continuamos a assistir à tendência de aumento da problemática mais sinalizada (Violência Doméstica) e a um aumento significativo da “Negligência” parental no último ano.

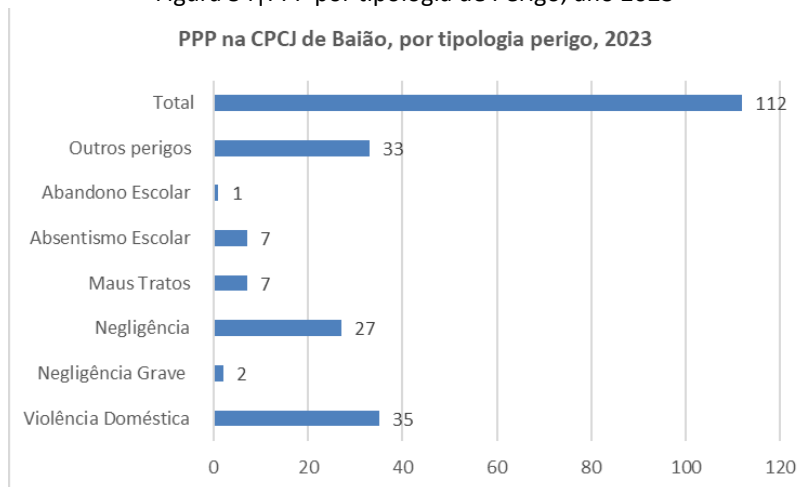
Tabela 94 | Tipologias de Perigo 2022, 2021, 2020 e 2019

Tipologias de Perigo	Ano			
	2022	2021	2020	2019
Violência Doméstica	41	40	35	18
Negligência Grave	3	2	8	1
Negligência	21	13	20	34
Maus Tratos	7	10	8	10
Absentismo Escolar	9	15	16	12
Abandono Escolar	1	2	1	0
Outros perigos	20	29	17	25
Total	102	111	105	100

Fonte: CPCJ de Baião

Com a cedência dos dados, ainda não editados, por referência ao ano de 2023, verifica-se desde já o aumento do nº de PPP, com a “Violência Doméstica” novamente a liderar a tipologia de Perigo mais sinalizada, seguida da “Negligência” e “Outros Perigos”. Perante a relevância numérica dos “outros perigos”, solicitamos oportunidade para maior detalhe e a cedência da sua caracterização mais detalhada, permite concluir que esta categoria expressa efetivamente situações de grande perigosidade e complexidade.

Figura 54| PPP por tipologia de Perigo, ano 2023



Fonte: CPCJ de Baião

Tabela 95| “Outros Perigos” (Nº de PPP, por dimensão, ano 2023)

Tipologia de "Outros Perigos" -2023	Nº PPP
Aliciamento/importunação/abuso sexual	5
Consumos estupefacientes e/ou álcool	4
Bullying	6
Assume Comportamentos graves anti-sociais e de indisciplina	7
Exposta a Comportamentos que comprometem bem estar	4
Assume Outros Comportamentos de Perigo	7

Fonte: CPCJ de Baião

Foram aprovados 9 Apoios Económicos em Meio Natural de Vida, em 2022, designadamente Apoio junto dos Pais (7 PPP) e Apoio junto de outro Familiar (2 PPP), no valor total de 9.530,74 €.

Tabela 96| Nº Apoios económicos solicitados e concedidos, CPCJ 2022

Tipo de medida:	Nº de apoios económicos solicitados		Montantes concedidos	
	Mensal	Eventual	Mensal	Eventual
Apoio junto dos pais	18		5508,00	
Apoio junto de outro familiar	14		2448,00	
Confiança a pessoa idónea				
Apoio autonomia vida	6		1574,74	
Total	38		9530,74	

Fonte: CPCJ de Baião

Tabela 97 | Acordos de promoção e proteção celebrados por medida e grupo etário, em 2022 (Medidas Cautelares/ provisórias e Medidas definitivas)

Escalão Etário	Tipo medida	Nº PPP	Escalão Etário	Tipo medida	Nº PPP
3-5	Apoio Junto dos Pais	1	0-2	Apoio Junto dos Pais	4
6-8	Apoio Junto Outro Familiar	1	3-5	Apoio Junto dos Pais	2
9-10	Apoio Junto Outro Familiar	1	6-8	Apoio Junto dos Pais	6
11-14	Apoio Junto Outro Familiar	1	9-10	Apoio Junto dos Pais	1
	Apoio Junto de Outro Familiar		11-14	Apoio Junto dos Pais	9
15-17	Acolhimento Residencial	1	11-14	Apoio Junto de Outro Familiar	3
	Apoio Junto de Outro Familiar			Apoio Junto dos Pais	8
	Apoio Junto de Outro Familiar		15-17	Apoio para Autonomia de Vida	1
Total		6	Total		35

Fonte: CPCJ de Baião

Nas medidas provisórias de promoção e proteção celebrados em 2022 destacam-se as medidas de “Apoio Junto de outro Familiar” e no caso das medidas definitivas destaca-se o “Apoio junto aos Pais”

Em síntese, o acompanhamento parental destaca-se como estratégia de concretização das medidas prescritas pela CPCJ de apoio à criança no seu meio familiar.

Processos Arquivados/cessados, por motivo 2022:

Dos 66 Processos Arquivados/cessados por motivo de arquivamento, ressaltamos que 22,7% (15 PPP) respeitaram processos em que a medida foi cessada porque a situação de Perigo deixou de subsistir após a intervenção da CPCJ e 33,3% (22 PPP) por remessa do PPP a Ministério Público (MP) por ausência e/ou retirada de consentimento para a intervenção e 18,1% (12PPP) porque ou não subscreveram Acordo de Promoção e Proteção delineado ou incumpriram reiteradamente o mesmo.

Tabela 98 | Processos Arquivados/cessados, por motivo, 2022

Motivo Arquivamento	Nº PPP
A situação de Perigo já não subsiste	2
A situação de Perigo Não se confirma	4
Cessaçao da Medida- perigo já não subsiste	15
Cessaçao da medida- Decorreu prazo de duração ou prorrogaçao medida e situaçao perigo já não subsiste	1
Remessa a MP- Aplicação Procedimento de Urgencia	3
Remessa a MP - Ausencia de Acordo Promoção e Protecção (Medida Cautelar)	1
Remessa a MP - Ausencia de Acordo Promoção e Protecção	4
Remessa a MP - Decorreu prazo de duração ou prorrogaçao da medida e a situaçao de perigo ainda subsiste	2
Remessa a MP - Não cumprimento Reiterado do Acordo de Promoção e Protecção	7
Remessa a MP - Não prestação do Consentimento	14
Remessa a MP - Não prestação do Consentimento(progenitor anteriormente ausente), artº 9º nº8	1
Remessa a MP - Retirada do Consentimento para a Intervenção	7
Remessa a MP - Solicitaçao do MP, nas situaçoes previstas nçº artº 11, nº 2 (sob proposta da CPCJ)	1
Remessa a Outras CPCJ	4

Fonte: CPCJ de Baião

A capacidade de sinalização de casos à CPCJ está especialmente representada na Autoridade GNR, que representam a esmagadora maioria das sinalizações.

A comunidade civil revela estar mais sensibilizada para a denúncia, ainda que anónima (quer efetuada à Comissão Nacional quer à própria CPCJ Baião). Do conjunto das Entidades do Sistema de Promoção e Protecção, as entidades GNR, Escolas e a própria CPCJ continuam a ser as entidades que mais sinalizam do conjunto das entidades de 1ª linha. De salientar a ausência de representatividade, no processo de sinalização dos serviços sociais e das medidas de política social.

Tabela 99 | Entidades Sinalizadoras de casos à CPCJ de Baião, 2022

Proveniência das Sinalizações	nº
Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Protecção das Crianças e Jovens (CNPDPJ)	6
CPCJ Baião	12
Denúncia Anónima	16
Escolas	15
GNR	46
IPSS's	1
Ministério Público	3
Progenitores	1
Saúde	2

Fonte: CPCJ de Baião

Quando exista perigo atual ou iminente para a vida ou de grave comprometimento da integridade física ou psíquica da criança ou jovem, e na ausência de consentimento dos detentores das responsabilidades parentais, a Comissão toma as medidas previstas nos *Procedimentos de Urgência* para a sua proteção imediata, nomeadamente a sua retirada do perigo em que se encontram, assegurando a sua proteção de emergência e solicitam a intervenção do tribunal, comunicando tais situações que se impuseram. Em 2022, foram 3 as situações de urgência acionadas.

Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais (EMAT)

As Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais são equipas de assessoria aos Tribunais, constituídas por técnicos de áreas diversas que acompanham e avaliam os casos que envolvem crianças e jovens até aos 18 anos de idade, com Processos de Promoção e Protecção Judiciais instaurados pelo Ministério Público/Tribunal, dando conhecimento da evolução das situações aos magistrados responsáveis pelos processos.

No caso específico de Baião, a EMAT é constituída por dois técnicos área das Ciências Sociais, que simultaneamente acompanha crianças e jovens do concelho de Baião e Marco de Canaveses.

Segundo relatório anual da EMAT Baião/Marco de Canaveses, por referência a 2022, foi de 107 o volume processual geral, distribuído do seguinte modo:

Tabela 100| Processos de Crianças e Jovens Acompanhados pela EMAT Baião/Marco de Canaveses)

Processos de Promoção e Proteção Judiciais (EMAT Baião/ Marco de Canaveses)			
Processos Novos	Processos Transitados ano anterior	Processos Reabertos	Processos Arquivados
14	58	3	32

Fonte: Relatório anual da EMAT de Marco de Canaveses/Baião, 2022

Resposta de Apoio Psicológico (RAP) para crianças e jovens vítimas de violência doméstica

No âmbito do Protocolo para a Territorialização da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica com a CIM- Tâmega e Sousa e a CIG, foi implementada desde março de 2022 a valência local da Resposta de Apoio Psicológico (RAP) para crianças e jovens vítimas de Violência doméstica, que se traduz num reforço da Estrutura de Atendimento à Vítima de Baião promovida pelo município, e que tem contribuído para a melhoria das trajetórias de vida, de aprendizagem e de educação de muitas crianças e jovens que estão expostas, a contextos familiares violentos.

A Resposta de Apoio Psicológico (RAP) para crianças e jovens vítimas de violência doméstica permite desenvolver ações de atendimento, acompanhamento e apoio especializados, nas dimensões psicológica e psicoterapêutica, recorrendo a metodologias de intervenção individual ou em grupo e baseadas em abordagens especializadas, como as abordagens psicoterapêuticas focadas no trauma. A integração das crianças e jovens nesta resposta social, carece da sua anuência bem como dos respectivos progenitores. Em Baião os casos em acompanhamento, foram na sua totalidade sinalizados pela CPCJ de Baião e tratam-se de situações que não estavam a ter apoio especializado.

Tabela 101| Nº Crianças e Jovens em acompanhamento pela RAP Baião

Resposta de Apoio Psicológico (RAP)	
Ano	Nº
mar/22	12
2023	8
jan/24	11

Fonte: RAP Baião – CIM Tâmega e Sousa

Equipa Local de Intervenção Precoce

Relativamente à intervenção precoce no concelho, a mesma está enquadrada no Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIP³⁰) que integra um conjunto organizado de serviços da responsabilidade dos Ministérios da Saúde, do Trabalho e da Segurança Social e da

³⁰ <https://snipi.gov.pt/>

Educação dirigido a crianças entre os 0 e os 6 anos e suas famílias e tem como missão garantir a Intervenção Precoce na Infância.

No Município de Baião, a Intervenção Precoce, desde 2016, está a cargo da Equipa Local de Intervenção Precoce Baião/Marco de Canavezes (abreviadamente designada por ELI de Marco/Baião), sediada no Centro de Saúde de Baião, (Rua Dr. João Antunes Guimarães, nº 40, 4640-147 Baião).

Em 2022 acompanhou 95 crianças/famílias, sendo 35 residentes no concelho de Baião e 60 no concelho do Marco de Canaveses. O total de processos é distribuído pelas seguintes idades:

Tabela 102 | Nº Crianças acompanhadas pela Equipa Local de Intervenção Precoce Baião/Marco de Canavezes, 2022

Idades	Nº de Crianças
0	0
1	1
2	9
3	10
4	19
5	28
>5	28

Fonte: Equipa Local de Intervenção Precoce Baião/Marco de Canavezes, 2022

As principais problemáticas apresentadas relacionam-se com atraso de desenvolvimento sem etiologia conhecida e outras condições específicas.

Tabela 103 | Nº Crianças acompanhadas pela Equipa Local de Intervenção Precoce Baião/Marco de Canavezes, por problemática, 2022

Problemáticas elegíveis (SNIPI)	Nº Crianças
Atraso de Desenvolvimento sem etiologia conhecida	62
Condições Específicas	14
Crianças expostas a fatores de risco biológico	0
Crianças expostas a fatores de risco ambiental	9
Atraso de Desenvolvimento sem etiologia conhecida conjuntamente com crianças expostas a fatores de risco ambiental	5
Condições Específicas conjuntamente com crianças expostas a fatores de risco ambiental	5
Crianças expostas a fatores de risco biológico conjuntamente com crianças expostas a fatores de risco ambiental	0

Fonte: Equipa Local de Intervenção Precoce Baião/Marco de Canavezes, 2022

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

MEDIDAS SELETIVAS: Estas medidas incluem práticas ou serviços dirigidos a alunos em situação de risco acrescido de insucesso escolar ou que evidenciam necessidades de suporte complementar, que não foram supridas pela aplicação de medidas universais. A mobilização de medidas seletivas implica a elaboração do Relatório Técnico-Pedagógico (RTP), pela equipa multidisciplinar das escolas. Este documento é submetido à aprovação dos pais e datado e assinado por estes e pelo aluno, se possível. Posteriormente deverá ser homologado pelo

diretor, ouvido o Conselho Pedagógico. Estas medidas podem ser implementadas em pequenos grupos e tendencialmente de curta duração.

A explicitação destes níveis de atuação da Escola Inclusiva, serve para justificar a opção estratégica de caracterizar os alunos abrangidos por MEDIDAS SELETIVAS, uma vez que é nosso entendimento que as mesmas acabam por retratar um universo específico de crianças e jovens com necessidades educativas especiais e/ou em risco.

Segundo os dados dos Agrupamentos de Escolas do Concelho, relativos ao universo de crianças com Medidas Seletivas, no Agrupamento de Escolas de Eiriz estiveram integradas 31 crianças/jovens, no Agrupamento de Escolas do Sudeste do Concelho 30 e no Agrupamento de Vale de Ovil, 45, especificamente no letivo de 2021/2022.

Tabela 104 | Alunos abrangidos por medidas seletivas (N.º), por Agrupamento de Escolas e ciclos de ensino, no ano letivo 2020/2021 e 2021/2022

MEDIDAS SELETIVAS	Ano letivo 2020/2021					Ano letivo 2021/2022				
	Pré-escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário	Pré-escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário
Agrupamento Escolas de Eiriz	2	10	5	16	-----	1	11	5	14	-----
Agrupamento Escolas de Vale de Ovil	1	6	4	11	18	1	5	6	12	21
Agrupamento Escolas do Sudeste	0	7	9	14	----	2	8	6	14	---

Fonte: Agrupamentos Escolares do Concelho.

Centro de Apoio à Aprendizagem: Unidades Especializadas (UE)

Importa ressaltar que, o Agrupamento de Escolas de Vale de Ovil dispõe de um CENTRO DE APOIO À APRENDIZAGEM (CAA) – com duas UNIDADES ESPECIALIZADAS DE APOIO AO AUTISMO. No âmbito do Centro de Apoio à Aprendizagem, uma das valências são as Unidades Especializadas (UE) das modalidades específicas de educação. A organização da resposta educativa para os alunos com Perturbações do Espectro do Autismo (PEA) é determinada pelo grau de severidade, nível de desenvolvimento cognitivo, linguístico e social, nível de ensino e pela idade dos alunos. As Unidades Especializadas destinam-se a alunos com medidas adicionais de suporte à aprendizagem.

A UEE do 1.º Ciclo encontra-se a funcionar no Centro Escolar de Campelo- Baião. Esta Unidade é frequentada pelos alunos portadores de Perturbações do Espectro do Autismo PEA a frequentar o 1º ciclo de escolaridade. A UEE do 2.º Ciclo funciona numa sala do Agrupamento de Escolas do Vale de Ovil. Esta Unidade é frequentada pelos alunos portadores de Perturbações do Espectro do Autismo PEA a frequentar os 2º e 3º ciclos e secundário. A permanência dos alunos nas turmas de referência e na UEE é estabelecida de acordo com um horário concertado com as partes envolvidas na implementação do seu Programa Educativo Individual. A área de

abrangência da UEE não é restrita apenas ao concelho de Baião, podendo abranger concelhos limítrofes. Desde que devidamente justificado, os alunos poderão beneficiar de transporte com acompanhamento de um adulto responsável.

Segundo os dados fornecidos pelo Agrupamento em causa, 13 alunos estavam integrados no ano letivo 2021/2022.

Tabela 105| Alunos integrados nas Unidades Especializadas de Apoio ao Autismo (N.º) no ano letivo 2020/2021 e 2021/2022

Agrupamento Vale de Ovil - UNIDADES ESPECIALIZADAS DE APOIO AO AUTISMO	2020/2021	2021/2022
Total Alunos	12	13

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vale de Ovil

PROJETO DE SAÚDE MENTAL NA ÁREA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Em Baião, desde 17 maio de 2021, está a ser promovido um Projeto de Saúde Mental na Área da Infância e Adolescência, em parceria com o Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, o ACES-Tâmega e a autarquia, e que resultou na constituição de uma Equipa multidisciplinar formada por colaboradores da Unidade Hospitalar de Psiquiatria, na área da infância e adolescência (médico pedopsiquiatra, psicóloga, enfermeira especialista, terapeuta ocupacional e técnica do serviço social), que realiza consultas descentralizadas no território de Baião. Entre as áreas alvo de atuação prioritária desta Equipa estão crianças em idade pré-escolar que não estejam a frequentar creche ou jardim de infância cujos cuidadores possuam patologia mental identificada, crianças e adolescentes em situação de recusa escolar e grávidas ou mães adolescentes.

Em síntese, a sua área de atuação está diretamente relacionada com Crianças e jovens em Risco/Perigo.

Assim, segundo os dados do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E. - Serviço de Psiquiatria da Infância e da Adolescência, no ano de 2022 foram referenciados para a Equipa Comunitária de Saúde Mental 29 crianças e jovens residentes no Concelho de Baião.

Em todos os casos privilegiou-se a articulação com as várias estruturas sediadas na comunidade (p.e. escolas /Serviços de Psicologia Escolar, ELI's, CPCJ's, EMAT's, Centro de Saúde). A tabela abaixo indica a distribuição etária das crianças / adolescentes observados e a sua distribuição por principais grupos de diagnósticos.

Tabela 106| Crianças e Jovens (Nº) acompanhados Equipa Multidisciplinar da Saúde Mental na Área da Infância e Adolescência, por grupo etário e principais grupos de diagnóstico, no Concelho, 2022

Grupos Etários	Humor	Ansiedade	Pert. Hiperatividade, com Déficit Atenção	Atraso/Incapacidade	Outros	total
0-5	0	0	0	2	0	2
6.-11	0	1	3	3	6	13
12.-18	1	4	1	4	4	14
total	1	5	4	9	10	29

Fonte: Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E. - Serviço de Psiquiatria da Infância e da Adolescência,

Ainda segundo a mesma fonte, importa referir que além destes casos, outros existiram mas que não constam na tabela acima, por corresponderem a situações de falta a primeira consulta ou casos de psicopatologia ligeira (dificuldades escolares a merecer melhor caracterização, dificuldades na comunicação intrafamiliar ou comportamentos de desafio / oposição) e que foram atendidos em consulta de acolhimento pelos elementos da equipa, sem necessitarem de observação direta em consulta de pedopsiquiatria.

Numa análise sumária de todos os casos acompanhados, a Equipa identificou várias problemáticas psicossociais que importa destacar:

- Absentismo anormalmente elevado às consultas;
- Número baixo de referências na faixa etária menos de 6 anos;
- Utentes descrevem muitas situações de violência entre pares ocorridas nas escolas com aparente normalização e excesso de permissividade por parte das escolas.

PERFIL TEMÁTICO DESAFIADOR - CRIANÇAS E JOVENS

As crianças tornam as famílias mais vulneráveis à pobreza, sendo as famílias monoparentais e aquelas que são compostas por duas pessoas adultas e três ou mais crianças dependentes e as que integram famílias afetadas pelo desemprego as que apresentam taxas de pobreza mais elevadas.

As crianças com menos de 16 anos que pertencem a agregados familiares em pobreza e privação material e social, são a que se vêm impedidas de usufruírem de direitos sociais essenciais (férias, lazer, refeições saudáveis, convívios interpares, atividades extracurriculares....);

A evidência de uma parentalidade de risco, ou seja o exercício de competências parentais que não responde adequadamente às necessidades de cuidados básicos (funcionalidade da família), que não cria uma vinculação afetiva e emocional que apoie de forma correta o desenvolvimento das crianças e jovens e que não crie um quadro de socialização e aquisição de regras ou normas comportamentais, valores e perspetivas de vida positivas para os membros do agregado;

Negligência” parental, que consiste na omissão, privação ou inadequação da prestação de cuidados a crianças e jovens, por parte dos seus cuidadores, com consequências nefastas para o seu desenvolvimento cognitivo, neuro psicológico e socioemocional (ao nível Educativo, ao nível psicoafectivo, ao nível da saúde, à falta de supervisão e acompanhamento/familiar), representando 20,5% dos PPP na CPCJ, com maior incidência na primeira infância (0-10 anos) e quanto ao conjunto de casos de maior perigosidade, decorrentes de Negligência Grave e de Maus Tratos os mesmos representaram 10%;

O aumento dos problemas de saúde mental nas crianças e jovens, pela desestruturação e conflitualidade dos ambientes familiares, pelo estigma que a saúde mental ainda apresenta junto da população e pelas referenciações tardias aos serviços de saúde;

Dificuldade na acessibilidade às respostas na área saúde mental na infância e juventude e absentismo por parte das referenciadas aos serviços impelem a que se equacione causas;

Aumento de conflitos familiares, nomeadamente casais (progenitores), corroborado pelos dados da CPCJ em que a problemática mais sinalizada foi a “Violência Doméstica” com uma representação de 40,1%, sobre casos sinalizados, com maior incidência na adolescência (11-14 anos);

Aumento de “Outros Perigos” (assumir comportamentos graves anti-sociais ou/e de indisciplina/exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança, consumo de estupefacientes e álcool, aliciamento, importunação /abuso sexual e outros comportamentos), com uma representação de 19,6% dos casos. Por fim a problemática do Absentismo Escolar representa 8,8% dos processos, em jovens do 3º e Secundário; O relatório da CPCJ, 2022, refere que foram os jovens dos 11 aos 14 anos o grupo etário que mais assumiu comportamentos que afetaram o seu bem-estar e desenvolvimento, como comportamentos graves anti-sociais ou/e de indisciplina/ comportamentos auto lesivos e consumo de álcool ou estupefacientes precoces.

Comportamentos e atitudes das crianças e jovens que apresentam dificuldades de relacionamento interpares e com o ambiente que as rodeia, a sobre-exposição das crianças e jovens às tecnologias de informação e comunicação e que nem sempre os pais estão preparados para minorar potenciais riscos da sua utilização;

As crianças e jovens em situação de perigo confirmam a persistência maioritária de ambientes familiares desestruturados com historiais de comportamentos de risco, negligência e maus tratos. A parentalidade de risco, não promotora de bem-estar emocional e desenvolvimento adequado das crianças e jovens está fortemente associada a contextos sociais complexos e incapacidade de estabelecimento da vinculação afetiva.

Outra dimensão das situações de risco e perigo sinalizadas aos serviços decorre das consequências comportamentais deste quadro dominante de desestruturação familiar e parental com a sinalização persistente de comportamentos de risco pelas crianças e jovens, desinteresse e desmotivação escolar, agravados pela persistência, nalguns grupos específicos, da desmotivação para a aprendizagem. A impossibilidade de atingir resultados escolares motivadores por falta de retaguarda familiar associada a lacunas nas competências de organização pessoal para o estudo e a orientação na aprendizagem agravam estes quadros de risco.

Desenha-se, assim, um perfil das crianças e jovens em perigo: crianças e jovens com representação de modelos parentais desestruturados; com modelos relacionais reprodutores da desestruturação; com débil vinculação afetiva e social; com incumprimento da escolaridade obrigatória; com quadro de instabilidade emocional, dificuldade de concentração e atenção, em muitos casos associado ao insucesso escolar; com saúde mental com índices crescentes de patologias identificadas sem resposta; com défice de autonomia e treino para a vida adulta; com referenciação de consumos e outros indicadores de disfuncionalidade e com comportamentos de risco associados a exposição a fenómenos de sociabilidade disruptiva.

Os jovens, cujas famílias apresentam pouco potencial de mudança, precisam de respostas especializadas de apoio ao nível da autonomização e do trabalho de competências preparatório da transição para a vida adulta. O acesso destas crianças e jovens a ações de pertença na comunidade através do reconhecimento das suas capacidades e dos seus contributos são os fatores prioritários da reversão da situação de perigo em que se encontram referenciadas.

A Rede Social preconiza, igualmente, a importância de se agilizarem ações de bem-estar junto das famílias, com enfoque nas soluções, seja na mediação e resolução de conflitos, seja no fortalecimento de competências pessoais e sociais e no exercício da parentalidade.

A impossibilidade de atingir resultados escolares motivadores é um ponto de inflexão para percursos de risco agravado com sintomas crescentemente associáveis à saúde mental com comportamentos violentos e agressivos ou desestabilizadores, crescente dependência das novas tecnologias como escape compensatório, interesses divergentes para os consumos tóxicos e incapacidade de identificar interesses e motivações próprias.

A escassa ligação institucional entre a frágil rede dos recursos especializados da saúde mental, a educação local e as famílias são um constrangimento na sinalização e intervenção precoce nestas situações que muitas vezes são abordadas com medicação psicotrópica estabilizadora.

A necessidade de implementar recursos especializados para a **Mediação Familiar** em casos de separação, divórcio e ou crise familiar (realizado pelos CAFAP), com o objetivo de proteger as crianças envolvidas, é outra das necessidades de reforço a incluir no sistema de proteção, tal como se verifica a ausência de incorporação técnica, de conhecimento especializado nos serviços sobre novos fenómenos e problemáticas de risco e perigo para crianças e jovens.

Considera-se, assim, importante intervir prioritariamente no apoio especializado e individualizado na capacitação em competências comportamentais inclusivas, sócio emocionais e afetivas, no reforço da promoção de experiências de sociabilização positiva em grupos de pertença inter pares, na integração em grupos de referência e interesses que permitam a obtenção de reconhecimento social e parental, na promoção de oportunidades de vivências de parentalidade e de modelos de comportamento e inclusão social positivos que possam gerar referenciação e orientação pessoal para as crianças e jovens em risco e na produção de conhecimento especializado neste domínio, reflexão e partilha de experiências pelos técnicos

3.1.3 Violência Doméstica

As vítimas de violência doméstica são um grupo em situação de risco que se encontra em situação de vulnerabilidade social extrema. Para além das sequelas pessoais a nível da saúde, integridade física, emocional e afetiva de que as vítimas são alvo, muitas destas vítimas vêm as suas vidas familiares em grave perigo de desestruturação. Este quadro é gerador de exclusão social grave e persistente das vítimas de violência doméstica.

De acordo com o art.º 152º do Código Penal, alterado pela Lei nº 19/2013 de 21 de Fevereiro, constitui crime de violência doméstica quando, de modo reiterado ou não, sejam infligidos “maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais: a) ao cônjuge ou ex-cônjuge; b) a pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos

cônjuges, ainda que sem coabitação; c) a progenitor de descendente comum em 1º grau; d) a pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão de idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite”.

No ponto 2.3 Justiça e Segurança, retratado anteriormente, apresentamos a estatística oficial do INE, nomeadamente os “Crimes por algumas categorias de crime”, dentre os quais os crimes por violência doméstica contra cônjuge ou análogos.

Neste ponto, representamos adicionalmente os dados estatísticos cedidos pela **Guarda Nacional Republicana (GNR)** - Comando Territorial do Porto, sobre número e caracterização das ocorrências reportadas de Violência Doméstica em Baião no intervalo entre 2020 ao 1º semestre de 2023.

Tabela 107 | Ocorrências de Violência Doméstica (Crimes/Vítimas /Agressores) registadas pela GNR

Ocorrências (Nº) reportadas à GNR					
Concelho/ano	2020	2021	2022	2023 (1º semestre)	Total Geral
Nº Crimes de violência doméstica participados	58	57	53	23	191
Nº Vítimas	66	63	58	24	211
Nº Agressores	66	64	55	24	209

Fonte: Guarda Nacional Republicana (GNR) - Comando Territorial do Porto, 2023

Verifica-se uma ligeira descida no número de crimes participados às autoridades policiais e consequentemente no número de vítimas e de agressores.

De referir que são as freguesias mais populosas do concelho que registam o maior número de ocorrências, conforme se verifica pelos dados da tabela seguinte.

Tabela 108 | Vítimas de Violência Doméstica, por freguesia de residência, GNR

GNR - Vítimas de Violência Doméstica, concelho e Freguesia					
Concelho - Freguesia	2020	2021	2022	2023 (1º semestre)	Total Geral
Baião	66	63	58	24	211
Indt.	6	3	0	0	9
Freunde	1	3	8	0	12
Gestaçô	4	4	2	2	12
Gove	3	8	6	1	18
Grilo	2	1	2	0	5
Loivos do Monte	0	2	1	0	3
Santa Marinha do Zêzere	8	8	9	5	30
União das freguesias de Ancede e Ribadouro	14	2	1	5	22
União das freguesias de Baião (Santa Leocádia) e Mesquinhata	5	4	2	0	11
União das freguesias de Campelo e Ovil	14	8	13	7	42
União das freguesias de Loivos da Ribeira e Tresouras	3	3	1	0	7
União das freguesias de Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas	3	6	2	1	12
União das freguesias de Teixeira e Teixeira	1	0	4	0	5
Valadares	0	9	5	3	17
Viariz	2	2	2	0	6

Fonte: Guarda Nacional Republicana (GNR) - Comando Territorial do Porto, 2023

As vítimas de violência doméstica são maioritariamente do sexo feminino, representando 80% das vítimas, enquanto que os homens representam 20% num universo de 211 vítimas registadas no período entre 2020 e 1º semestre de 2023.

Tabela 109 | Vítimas de Violência Doméstica, por sexo GNR

Ano/Sexo	2020			2021			2022			2023 (1º semestre)		
	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total
Baião	50	16	66	53	10	63	50	8	58	16	8	24

Fonte: Guarda Nacional Republicana (GNR) - Comando Territorial do Porto, 2023

Por sua vez, os/as agressores/as de crimes de violência doméstica são maioritariamente do sexo masculino, representando 80,3% dos/as agressores/as e as mulheres 19,1% no universo dos 209 Agente(s) Suspeito(s) de Agressão.

Tabela 110 | Agressores/as de Violência Doméstica, por sexo GNR

Ano/Sexo	2020			2021				2022			2023 (1º semestre)		
	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Indt.	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total
Baião	16	50	66	10	1	53	64	7	48	55	7	17	24

É também no grupo etário dos 51 aos 64 anos (27,4%) onde se registam mais vítimas, seguida do grupo dos 41 aos 50 anos (25,1%). As vítimas situam-se na sua maioria entre os 41 e os 64 anos, representando uma percentagem de 52,5% do total. Os menores de idade representaram 4,7% das Vítimas no período em análise.

Tabela 111 | Vítimas de Violência doméstica, por escalão etário, GNR

Escalão etário das Vítimas					
Escalões etários	2020	2021	2022	2023 (1º semestre)	Total Geral
< 12 anos	0	0	1	0	1
12 a 15 anos	0	1	2	0	3
16 a 17 anos	2	0	3	1	6
18 a 20 anos	2	2	1	0	5
21 a 24 anos	3	1	3	0	7
25 a 30 anos	2	3	2	1	8
31 a 40 anos	10	9	8	6	33
41 a 50 anos	15	12	19	7	53
51 a 64 anos	22	19	12	5	58
65 a 74 anos	7	8	4	4	23
75 a 84 anos	1	5	2	0	8
85 a 100 anos	1	2	1	0	4
Indet.	1	1	0	0	2
Total Geral	66	63	58	24	211

Fonte: Guarda Nacional Republicana (GNR) - Comando Territorial do Porto, 2023

Os menores de idade representaram 4,7% das Vítimas no período em análise, contudo este valor reportado quando comparado com os dados da CPCJ de Baião, nos períodos compreendidos

entre 2020 e 2022, não são coincidentes, uma vez que, como já vimos anteriormente, foram reportados pela GNR à CPCJ de Baião situações de violência doméstica envolvendo crianças até 18 anos de idade, valores muito superiores, especificamente em 2020 (35), em 2021 (40) em 2022(41) e em 2023 (35). Esta descoincidência prende-se com facto de em sede desta autoridade policial as estatísticas trabalhadas se reportarem centralmente na violência doméstica contra cônjuge ou análogos.

À semelhança das Vítimas, os/as Agressores/as possuem na sua maioria (53,11%) entre os 41 e os 64 anos de idade, seguido pelo escalão dos que têm entre 65 a 74 anos de idade.

Tabela 112 | Agressores/as de Violência doméstica, por escalão etário, GNR

Escalão etário dos/as Agressores/as					
Escalões etários	2020	2021	2022	2023 (1º semestre)	Total Geral
16 a 17 anos	0	0	0	1	1
18 a 20 anos	2	0	1	0	3
21 a 24 anos	6	3	2	0	11
25 a 30 anos	2	2	1	1	6
31 a 40 anos	8	7	8	3	26
41 a 50 anos	16	19	18	10	63
51 a 64 anos	21	14	9	4	48
65 a 74 anos	4	7	6	4	21
75 a 84 anos	0	4	2	0	6
85 a 100 anos	1	0	0	0	1
Indet.	6	8	8	1	23
Total Geral	66	64	55	24	209

Fonte: Guarda Nacional Republicana (GNR) - Comando Territorial do Porto, 2023

Apesar dos dados revelarem um número significativo de vítimas sobre as quais não foi possível determinar o seu nível de escolaridade (84), das 127 onde isso foi possível determinar, verifica-se que grande percentagem possuía o 1º ciclo do ensino básico (48,8%) seguidas das que possuíam o 2º ou 3º ciclo ensino básico (27,5%).

Da mesma forma dos 101 casos de agressores/as identificados, em que foi possível apurar o nível de escolaridade, a maioria possuía o 1º ciclo (54,4%) seguido pelos que possuíam o 2º e 3º ciclo.

Tabela 113 | Vítimas Violência Doméstica, por nível de escolaridade

Nível Escolaridade das Vítimas					
Escolaridade	2020	2021	2022	2023 (1º semestre)	Total Geral
Nenhum (Não sabe ler/ Não sabe escrever)	1	2	1	1	5
1º Ciclo Ensino Básico	27	23	12	0	62
2º Ciclo do Ensino Básico	4	3	3	1	11
3º Ciclo Ensino Básico	3	7	9	5	24
Secundário	3	6	5	2	16
Superior	7	0	1	1	9
Indeterminado	21	22	27	14	84
Total Geral	66	63	58	24	211

Fonte: Guarda Nacional Republicana (GNR) - Comando Territorial do Porto, 2023

Tabela 114 | Agressores/as de Doméstica, por nível de escolaridade

Nível Escolaridade dos/As Agressores/as					
Escolaridade	2020	2021	2022	2023 (1º semestre)	Total Geral
Nenhum (Não sabe ler/ Não sabe escrever)	1	0	0	0	1
1º Ciclo Ensino Básico	23	22	10	0	55
2º Ciclo do Ensino Básico	4	5	2	1	12
3º Ciclo Ensino Básico	5	4	4	5	18
Secundário	2	2	2	3	9
Superior	4	0	1	1	6
Indeterminado	27	31	36	14	108
Total Geral	66	64	55	24	209

Fonte: Guarda Nacional Republicana (GNR) - Comando Territorial do Porto, 2023

Os dados revelam um número significativo de vítimas sobre as quais não foi possível determinar a situação profissional (54), contudo nas 157 onde isso foi possível determinar, verifica-se que a maioria (58,5%) se encontrava em situação de atividade quando comparada à situação de inatividade (41,4%), (Domésticos(as)-27/reformados(as) ou incapacitados(as) para trabalho-26/ estudantes-12) e 58,5% em situação ativa.

Da população economicamente ativa (empregada e desempregada- 92 vítimas), 39,1% encontrava-se desempregada, 26,0% era trabalhadora por conta de outrem, 8,6% por conta própria/empresário/a. Conclui-se que as vítimas que se encontravam em situação de maior precariedade (desempregadas, em empregos part-time ou precário) face ao emprego representam 50% das vítimas.

Na mesma linha de análise, os/as agressores a quem foi possível determinar a sua situação profissional (109), verifica-se que grande percentagem (73,3%) se encontrava em situação de atividade por comparação às situações de inatividade (26,6%), (Domésticos(as)-4/reformados(as) ou incapacitados(as) para trabalho-24/ estudantes-1).

Da população economicamente ativa (empregada e desempregada- 80 agressores/As), 27,5% encontrava-se desempregada, 28,7% era trabalhadora por conta de outrem, 12,5% por conta própria/empresário/a. Conclui-se que os/as agressores que se encontravam em situação de maior precariedade (desempregadas, em empregos part-time ou precário) face ao emprego representam 35%.

Tabela 115 | Vítimas Violência Doméstica, por situação na Profissão³¹

Situação Profissional das Vítimas					
	2020	2021	2022	2023 (1º semestre)	Total Geral
Desempregado/a	10	9	10	7	36
Empregado/a (Quadro)- Tempo Inteiro	6	1	4	3	14
Empregado/a - Part-time	1	1	1	0	3
Empregado por contra Outrem	10	6	4	4	24
Emprego Conta Própria / Empresário/a	3	2	2	1	8
Emprego Precário	2	3	2	0	7
Doméstico/a	8	9	8	2	27
Reformado/a /Incapacitado para Trabalho	10	12	3	1	26
Estudante	3	3	5	1	12
Indeterminado / Outras situações	13	17	19	5	54
Total Geral	66	63	58	24	211

Fonte: Guarda Nacional Republicana (GNR) - Comando Territorial do Porto, 2023

Tabela 116 | Agressores/as de Violência Doméstica, por situação na Profissão³²

Situação Profissional dos/as Agressores/as					
	2020	2021	2022	2023 (1º semestre)	Total Geral
Desempregado/a	10	7	2	3	22
Empregado/a (Quadro)- Tempo Inteiro	9	1	7	2	19
Empregado/a - Part-time	0	0	1	0	1
Empregado por contra Outrem	11	5	5	2	23
Emprego Conta Própria / Empresário/a	2	7	0	1	10
Emprego Precário	1	3	1	0	5
Doméstico/a	1	1	0	2	4
Reformado/a /Incapacitado para Trabalho	7	9	5	3	24
Estudante	0	0	0	1	1
Indeterminado / Outras situações	25	31	34	10	100
Total Geral	66	64	55	24	209

Fonte: Guarda Nacional Republicana (GNR) - Comando Territorial do Porto, 2023

Em síntese, as vítimas são as que se encontram em situações de maior precariedade face ao emprego quando comparadas com os/as agressores.

Relativamente às questões de parentesco, entre as vítimas e as pessoas agressoras, observou-se que maioritariamente se tratam de relações de conjugalidade ou análogas (66,3%), seguida de relações de conjugalidade que já terminaram (17,5%), de enfatizar que em 4,7% dos casos reportados, a pessoa agressora era “filho/a”.

³¹ Manteve-se a designação das categorias e distribuição proveniente da GNR.

³² Manteve-se a designação das categorias e distribuição proveniente da GNR.

Tabela 117| Relação de Parentesco da Vítima em relação ao Agente(s) Suspeito(s) de Agressão a Vítimas Violência Doméstica

Relação entre Vítima e Agressor/a					
Relação Parentesco ou outras	2020	2021	2022	2023 (1º semestre)	Total Geral
Companheiro/a	5	18	10	12	45
Cônjuge	37	24	24	10	95
Ex-companheiro/a	5	6	5	1	17
Ex-cônjuge	7	6	7	0	20
Namorado/a	1	1	0	1	3
Ex-namorado/a	0	1	3	0	4
Irmã/ão	0	1	0	0	1
Pai	1	1	1	0	3
Mãe	2	2	1	0	5
Enteado/a	1	0	2	0	3
Filho/a	5	2	3	0	10
Genro	1	0	0	0	1
Avô/ó	1	0	0	0	1
Sobrinho/a	0	0	1	0	1
Indt.	0	0	1	0	1
Coabitante particularmente indefeso	0	1	0	0	1
Total Geral	66	63	58	24	211

Fonte: Guarda Nacional Republicana (GNR) - Comando Territorial do Porto, 2023

Com base em dados fornecidos anteriormente pela GNR no âmbito da Carta Social de Baião 2023-2026, apurou-se que no período de 2020-2021, o tipo de violência mais exercido sobre as vítimas foi a psicológica/emocional representando 50,26% seguida da violência física 38,1%.

Tabela 118| Tipo de Violência Doméstica, GNR, 2020-2021

Tipode Violência Exercida			
Tipo violência	2020	2021	Total
Violência Psicológica/Emocional	47	48	95
Violência Física	40	32	72
Violência Social	3	5	8
Violência Económica	3	4	7
Violência Sexual	2	2	4
Indt.	2	1	3
Total	97	92	189

Fonte: Carta Social de Baião 2022-2026

No âmbito da Violência Doméstica, e resultante do Protocolo para a Territorialização da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, subscrito pelo município de Baião, foi criada a **Rede Intermunicipal e Integrada de Apoio à Vítima** (Unidas - Rede Intermunicipal de Apoio à Vítima do Douro, Tâmega e Sousa) (POISE-03-4437-FSE-000259), constituída por onze estruturas de atendimento às vítimas de violência doméstica.

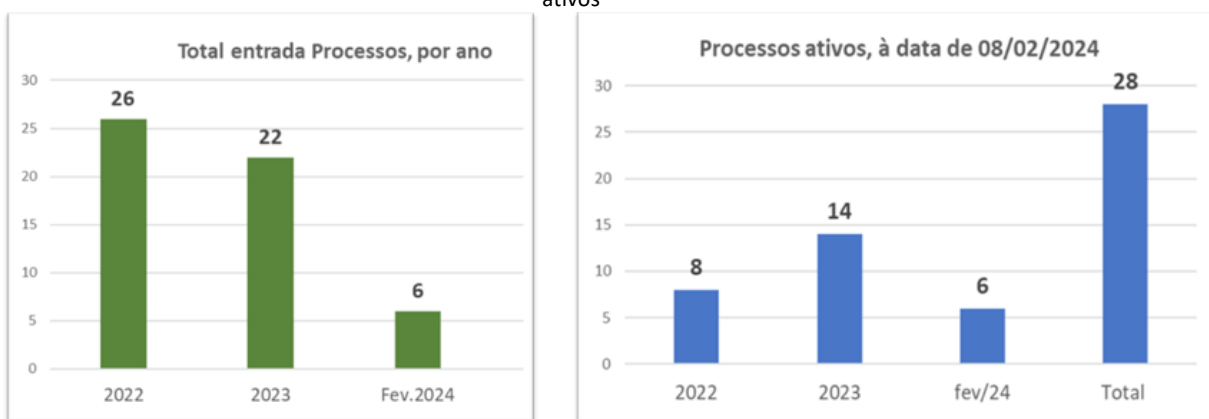
Nesse âmbito foi implementada a **Estrutura de Apoio à Vítima de Baião (EAVB)**, que iniciou a sua atividade no dia 29 de abril de 2021 e integra a RNAVVD. O apoio social, jurídico e psicológico que presta, é gratuito e confidencial, e, pode ser prestado independentemente do concelho de

residência da vítima ou da pessoa que o procure. Para o efeito, a estrutura de atendimento dispõe de uma equipa técnica multidisciplinar, devidamente habilitada e certificada. Importa referir que são acompanhadas as vítimas que prestarem o seu consentimento para a intervenção.

De acordo com os dados e informação disponibilizada, o perfil das vítimas e dos agressores na EAVB segue o mesmo padrão dos dados da GNR por referência aos escalões etários, nível escolaridade, situação face ao emprego e tipo de violência exercida.

Na EAVB no período entre 2022 e até fevereiro de 2024, foram instauradas e atendidas 54 vítimas/processos, conforme gráfico seguinte.

Figura 55| Evolução dos Processos de Vítimas Violência Doméstica na EAV de Baião, por ano e Nº total de Processos ativos



Fonte: EAVB-2023

A Valência de apoio mais requerida é o “Apoio Social” seguido pelo Apoio “Psicológico”

Tabela 119| Fluxo Processual e Tipologia de atendimentos na EAV de Baião

Estrutura de Apoio Vítimas de Violência Doméstica de Baião	Fluxo Processual, à data de dezembro 2023			Atendimentos, por tipologia apoio					
	Novos	Transitados	Arquivados	Tipo atendimntos 2022			Tipo atendimentos 2023		
				Social	Psicológico	Jurídico	Social	Psicológico	Jurídico
Volume Global	22	14	8	198	3	13	217	31	9

Fonte: EAVB-2023

Sendo que em 94% das vítimas eram do sexo feminino e 5,5% do sexo masculino. Inversamente, 94% dos/as Agressores/as eram do sexo masculino e 5,5% do sexo feminino.

Tabela 120| Vítimas e Agressores/as de Violência Doméstica na EAV de Baião, por sexo

Vítimas, por Sexo	2022	2023	Fev.2024	Agressores/as, por Sexo	2022	2023	Fev.2024
Feminino	26	20	5	Feminino	0	2	1
Masculino	0	2	1	Masculino	26	20	5
total	26	22	6	total	26	22	6

Fonte: EAVB-2023

A maioria das vítimas tem o 1º Ciclo do ensino básico, seguida das que possuem o 2º ciclo ou secundário. Apesar de termos 11 casos de agentes de agressão a quem não foi possível

determinar o nível de escolaridade, daqueles em que foi possível, verifica-se que o perfil de escolaridade segue o mesmo padrão de escolaridade das vítimas.

Tabela 121 | Vítimas e Agressores/as de Violência Doméstica na EAV de Baião, por nível escolaridade³³

Nível escolaridade das Vítimas	2022	2023	total	Nível escolaridade dos/as Agressores(*)	2022	2023	total
Nenhum	0	2	2	Nenhum	0	1	1
1º ciclo	7	9	16	1º ciclo	10	6	16
2º ciclo	6	3	9	2º ciclo	6	2	8
3º ciclo	6	2	8	3º ciclo	5	1	6
Secundário	4	5	9	Secundário	4	1	5
Ensino Superior	1	1	2	Ensino Superior	1	0	1
Desconhecido	2	0	2	Desconhecido	0	11	11
Totais	26	22	48	Totais	26	22	48

Fonte: EAVB-2023

A maioria das vítimas têm idades compreendidas entre os 36 e os 55 anos de idade e os agentes da agressão seguem o mesmo o mesmo padrão das vítimas, com ligeira diferença no escalão etário dos 46-55 anos de idade em que prevalecem os/as agressores/as.

Tabela 122 | Vítimas e Agressores/as de Violência Doméstica na EAV de Baião, por escalão etário

escalão etário das Vítimas	2022	2023	Total	escalão etário dos/as Agressores/as	2022	2023	Total
0-18	1	1	2	0-18	0	0	0
18-25	2	1	3	18-25	1	1	2
26-35	2	2	4	26-35	2	0	2
36-45	8	6	14	36-45	7	7	14
46-55	7	6	13	46-55	10	8	18
56-66	4	1	5	56-66	3	2	5
>65	2	5	7	>65	3	4	7
Totais	26	22	48	Totais	26	22	48

Fonte: EAVB-2023

As vítimas são as que se encontram em situações de maior precariedade face ao emprego quando comparadas com os/as agressores, na medida em que 54,1% se encontravam em situação de “desemprego”, enquanto que essa proporção nos/as agressores/as era de apenas 6,2%. Inversamente 29,1% das vítimas estavam “empregadas” enquanto que essa percentagem nos/as Agressores/as era de 56,2%.

Tabela 123 | Vítimas e Agressores/as de Violência Doméstica na EAV de Baião, por situação profissional

situação profissional das Vítimas	2022	2023(*)	situação profissional dos/as Agressores/as	2022	2023
Desempregado/a	15	11	Desempregado/a	1	2
Empregado/a	9	5	Empregado/a	17	10
Pensionista	1	5	Pensionista	3	3
Estudante	1	1	Sem informação	5	7
total	26	22	total	26	22

(*) conta-se a existência de 3 vítimas integrados em Contratos de Emprego Inserção (CEI +) pela medida de RSI, que foram classificadas como “empregadas”, contudo não se tratando de Emprego, nesta tabela foram classificadas como desempregadas.

Fonte: EAVB-2023

³³ Completo e/ou a frequentar

Relativamente às questões de parentesco, entre as vítimas e as pessoas agressoras, observou-se que maioritariamente se tratam de relações de conjugalidade ou análogas (66,6%), seguida de relações de conjugalidade que já terminaram (2,2%).

Tabela 124| Relação de Parentesco da Vítima em relação aos/às agressores/as, na EAV de Baião

Relação das Vítimas com Agressor/a	2022	2023	Total
Cônjuge	9	8	17
Companheiro/a	9	6	15
Ex-cônjuge	3	1	4
Ex-companheiro/a	2	4	6
Namorado/a	1	0	1
Ex-namorado/a	1	2	3
filho/a	0	1	1
Pai/mãe	1	0	1
Totais	26	22	48

Fonte: EAVB-2023

Outro dado importante, é constatar que as agressões ocorrem sobretudo em famílias nucleares com filhos (47,9%) o que indica que para além das vítimas mulheres também os/as filhos/as foram vítimas deste tipo de crime.

Tabela 125| Tipos de Família das Vítimas, na EAV de Baião

Tipo de Família das Vítimas	2022	2023
Nuclear S/ Filhos	4	1
Nuclear com Filhos	12	11
Monoparental	5	2
Reconstituída	5	6
Isolada	0	2
	26	22

Fonte: EAVB-2023

De acordo com dados e informação disponibilizada, o perfil das vítimas e dos agressores na EAVB segue o mesmo padrão dos dados fornecidos pela GNR por referência aos escalões etários, nível escolaridade, situação face ao emprego, tipo de violência exercida e relação de parentesco entre as vítimas e agentes de agressão.

3.1.4. Emergência Social.

As situações de emergência social ocorrem quando não se encontram asseguradas as condições mínimas de sobrevivência (alimentação, alojamento, saúde) e de dignidade, e que podem resultar num perigo real, atual ou iminente, para a integridade física, psíquica, emocional ou social dos indivíduos, causando uma grande vulnerabilidade e necessitando de intervenção imediata.

Tem como objetivo garantir resposta imediata a situações que necessitem de atuação emergente e urgente no âmbito da proteção social, bem como assegurar a acessibilidade a um

posterior encaminhamento/acompanhamento social, numa perspetiva de inserção e autonomia.

Em termos gerais, está associada a situações de intermitência nos rendimentos familiares, a situações de crise e rutura no equilíbrio financeiro ou psicossocial familiar, com quebra ou insuficiência continuada de rendimentos, a situações de emergência face a despesas de saúde e outros imprevistos que acentuam ou despoletam vulnerabilidades sócio económicas nas famílias conduzindo-as a situações graves de carência e privação material com incapacidade de satisfazer necessidades básicas.

Os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, realizado em 2023 sobre rendimentos do ano anterior, indicam que 17,0% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2022, mais 0,6 pontos percentuais (p.p.) do que em 2021. A taxa de risco de pobreza correspondia, em 2022, à proporção de habitantes com rendimentos monetários líquidos (por adulto equivalente) inferiores a 7 095 euros (591 euros por mês).

Tabela 126| Limiar de risco pobreza (€), 2011, 2021 e 2022, Portugal

Anos	Limiar de risco de pobreza (€)
2011	4 994
2021	6 608
2022	7 095

Fonte: INE

Estatística do Rendimento Médio

Já analisamos detalhadamente no capítulo da dinâmica económica, que se verificou uma melhoria nos ganhos médios mensais dos/as trabalhadores ao longo dos últimos anos, embora persistam algumas assimetrias regionais e de género nalguns indicadores chave.

Neste subdomínio, recordamos alguns dados:

- Em 2021, esse ganho fixou-se, em Portugal, em 1. 289,50€ e em Baião nos 957,82€, nos Homens em 1.022,13€ e nas Mulheres em 853,97€;
- A disparidade no ganho médio mensal, entre sexos, aumentou significativamente (de 5,8% para 8,5%);
- A desigualdade de distribuição de rendimento em Baião é menor daquela que se regista a nível nacional, na região do Norte e na Sub-região do Tâmega e Sousa. No intervalo entre 2015 e 2021 em Baião, o coeficiente de Gini sofreu um desagravamento de três pontos percentuais, passando de 38% para 35,4%;

- A diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem em Baião foi, em 2019, de (–) 143€. Sendo um território onde é menor a diferença entre os ordenados mínimo e médio;

Em termos de poder de compra concelhio, como é previsível pelos dados anteriores, temos assistido igualmente a uma melhoria ao longo dos últimos anos, contudo em valores inferiores à Sub-região do Tâmega e Sousa e à região Norte, fixando-se em 2021 em Baião nos 62,7%, na Sub-região do Tâmega e Sousa nos 75,9% e na região Norte nos 92,9%.

Tabela 127| Poder de Compra per capita Concelhio

Localização geográfica	Poder de compra per capita, Bienal		
	2021	2019	2011
Norte	92,90	92,95	89,22
Tâmega e Sousa	75,93	73,73	66,45
Baião	62,73	59,48	52,63

Fonte: INE

A vulnerabilidade e exclusão familiar, é detetável nos indicadores de diagnósticos privilegiados da ação social da segurança social, nos diferentes serviços de apoio das IPSS's, na ação social do município e, ainda, nos programas de apoio vocacionados para esta problemática.

Agregados Familiares no RSI e SAAS

O RSI é uma medida do sistema não contributivo, sujeita a condição de recurso que combate a severidade da pobreza, assente numa componente pecuniária e de inserção social (prestação + programa de inserção). Assim, pode dizer-se que a vertente de acompanhamento social do RSI assume um papel fundamental, ao procurar reverter as situações de pobreza e de vulnerabilidade social dos seus beneficiários através, inclusive, do desenvolvimento das suas capacidades e acionando um conjunto de recursos sociais adequados às respetivas situações ou, dito de outro modo, detetando e mobilizando as oportunidades existentes nos níveis locais. Tem como objetivos garantir a satisfação das necessidades básicas de pessoas e seus agregados familiares, ao mesmo tempo que promove a sua progressiva inserção laboral, social e comunitária, privilegiando a importância do trabalho em parceria.

O número de beneficiários/as da prestação social do RSI em Baião tem-se reduzido nos últimos três anos, fixando-se nos 711 indivíduos em 2022, tendência que se regista em todas as unidades territoriais em análise.

Tabela 128| Beneficiários do RSI, segundo o sexo, Portugal, NUTS I, NUTS II e NUTS III, Baião, 2020-2022

Indivíduo	Beneficiários do RMG e do RSI segundo o sexo								
	Total			Masculino			Feminino		
Anos	2020	2021	2022	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Portugal	257 972	262 210	262 542	124 542	125 910	122 340	133 430	136 300	140 202
Norte	96 449	93 486	91 903	45 917	44 420	42 928	50 532	49 066	48 975
Tâmega e Sousa	12 250	11 611	10 875	5 457	5 096	4 687	6 793	6 515	6 188
Baião	793	773	711	329	318	286	464	455	425

Fonte: INE

Quanto ao género, a população feminina tem sido dominante neste intervalo de tempo enquanto beneficiária desta medida, quer em Baião quer em todo o País.

Não obstante a redução do número total de beneficiários/as de RSI, constata-se que ainda possuem um peso percentual significativo sobre a população residente no Concelho, quando comparada com as restantes unidades territoriais, onde esse peso percentual apresenta valores inferiores.

Tabela 129| Beneficiários do RSI, em % da população residente Portugal, NUTS I, NUTS II e NUTS III, Baião, 2020-2022

Taxa - %	Beneficiários do RMG e RSI em % da pop. residente		
Anos	2020	2021	2022
Portugal	2,9	2,9	2,9
Norte	3,1	3,0	2,9
Tâmega e Sousa	3,4	3,3	3,0
Baião	5,1	5,0	4,6

Fonte: INE

Em Baião, o peso percentual dos/as beneficiários/as da medida de RSI sobre a população residente tem sido maior que na Sub-região do Tâmega e Sousa, na região Norte e do País.

O grupo etário com maior representatividade na população que beneficia do RSI tem sido o dos indivíduos com “menos de 25 anos”, seguido do escalão etário “55 ou mais anos”. O grupo etário com menor representatividade é dos “25-39 anos”.

Podendo concluir-se que a prestação em causa tem acautelado uma proteção aos que em idades mais jovens não estão ainda integrados no mercado de trabalho e por outro aos que por razões de idade mais avançada vão encontrando mais dificuldade nessa mesma integração.

Tabela 130| Beneficiários do RSI, segundo grupo etário Portugal, NUTS I, NUTS II e NUTS III, Baião, 2020-2022

Indivíduo	Beneficiários do RMG e do RSI segundo o grupo etário														
	Total			Menos de 25			25-39			40-54			55 ou mais		
Anos	2020	2021	2022	2020	2021	2022	2020	2021	2022	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Portugal	257 972	262 210	262 542	106 354	108 551	108 716	41 401	42 234	43 572	57 119	56 325	53 452	53 098	55 100	56 802
Norte	96 449	93 486	91 903	35 624	34 449	33 691	14 334	13 833	13 993	23 009	21 568	20 227	23 482	23 636	23 992
Tâmega e Sousa	12 250	11 611	10 875	4 451	4 168	3 846	1 626	1 521	1 405	2 988	2 777	2 560	3 185	3 145	3 064
Baião	793	773	711	290	284	244	96	96	95	215	196	172	192	197	200

O processo de concretização da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da ação social, foi concluído no Município de Baião em dezembro de 2022, passando o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) a ser promovido diretamente pelo mesmo. Para o efeito, o município dotou-se e constituiu uma equipa técnica multidisciplinar, que se encontra a dar continuidade a este serviço específico.

O SAAS do Município de Baião é um serviço que assegura o atendimento e o acompanhamento social, de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social e beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI).

Os dados a seguir apresentados, resultam do ano de 2022 e 2023 e são provenientes do SAAS e RSI do Município de Baião. Salientamos que as estatísticas foram efetuadas com base nas freguesias antes da sua agregação administrativa e nessa lógica das 20 freguesias e não das atuais 14, o que nos permite maior aproximação à realidade espacial concelhia.

De 2022 para 2023 registou-se uma pequena descida no nº de Agregados Familiares e de pessoas abrangidas pela medida do RSI no Concelho e uma descida mais acentuada nos beneficiários de SAAS.

Tabela 131 | Agregados Familiares e Pessoas beneficiárias de RSI e SAAS, por freguesia, 2022-2023

Nº Agregados Familiares e Pessoas em RSI e SAAS, por freguesia	RSI		SAAS	
	2023	2022	2023	2022
Freguesias				
Ancede	27	28	36	43
Campelo	35	38	53	54
Frende	19	16	18	41
Gestaço	23	22	22	52
Gôve	30	24	28	41
Grilo	8	6	16	19
Loivos da Ribeira	14	13	16	19
Loivos do Monte	9	9	7	19
Mesquinhata	7	6	3	11
Ovil	17	15	2	18
Ribadouro	0	1	1	11
Santa Cruz do Douro	25	23	9	28
Santa Leocádia	12	15	19	17
São Tomé de Covelas	6	6	2	6
Santa Marinha do Zêzere	53	51	53	85
Teixeira	11	7	7	15
Teixeiró	7	7	7	17
Tresouras	7	6	5	13
Valadares	22	19	12	27
Viariz	3	4	8	15
Total Agregados Familiares	335	316	324	551
Total Pessoas	541	621	674	1109

Fonte: Município de Baião- Divisão Assuntos Sociais - Equipa SAAS/RSI, 2023

As freguesias com mais Agregados Familiares beneficiários da medida de RSI são, por ordem decrescente, Santa Marinha Zêzere, Campelo, Gôve, Ancede e Santa Cruz do Douro. Inversamente as freguesias com menos agregados familiares são Ribadouro, Viariz, Mesquinhata, Teixeira, Teixeira e Tresouras.

Por sua vez as freguesias com mais Agregados Familiares acompanhados pelo SAAS são, por ordem decrescente, Santa Marinha do Zêzere e Campelo, Ancede e Gôve. Inversamente as freguesias com menos agregados familiares são Ribadouro, Ovil e São Tomé de Covelas, Mesquinhata, Tresouras, Loivos do Monte e Teixeira e Teixeira.

Relativamente ao tipo de famílias acompanhadas na medida de RSI verifica-se que as famílias “isoladas” representam mais de metade (52,8% em 2022 e 55,5% em 2023) das famílias acompanhadas, seguidas pelas famílias “nucleares com filhos” (19,3% em 2022 e 14,3% em 2023). As famílias “alargadas” são as que possuem menos expressão.

Por sua vez, das famílias acompanhadas na medida de SAAS verifica-se que as famílias “isoladas” são também as mais representativas (33,5% em 2022 e 41,0% em 2023), seguidas pelas famílias

“nucleares sem filhos” (32,1% em 2022 e 29,6% em 2023). As famílias “alargadas” são as que possuem também menos expressão.

Tabela 132 | Tipologia de Família beneficiárias de RSI e de SAAS, 2022-2023

Tipo Famílias	RSI		SAAS	
	2023	2022	2023	2022
Nuclear com filhos	48	61	63	125
Nuclear sem filhos	40	40	96	177
Isolados	186	167	133	185
Monoparental	45	38	16	26
Alargada	16	10	16	38
Total	335	316	324	551

Fonte: Município de Baião- Divisão Assuntos Sociais - Equipa SAAS/RSI, 2023

As problemáticas predominantes dos beneficiários são, por ordem decrescente, o desemprego, a carência económica e as questões relativas à saúde.

Tabela 133 | Principais problemáticas identificadas nas Família beneficiárias de RSI e de SAAS, 2022-2023

Problemáticas	VG	VG
	Processos Familiares de RSI	Processos Familiares de SAAS
Desemprego	191	29
Carência económica	154	140
Saúde	144	96
Alcoolismo	41	10
Habituação	15	10
Isolamento/Solidão	8	20
Formação	30	13
Toxicoddependência	5	2
Deficiência	10	4

Fonte: Município de Baião- Divisão Assuntos Sociais - Equipa SAAS/RSI, 2023

Apesar dos beneficiários de RSI, beneficiarem de uma prestação pecuniária mensal, ao contrário dos beneficiários da medida de SAAS, ambos os beneficiários manifestam carências económicas às quais se torna necessário atender através da concessão de “subsídios eventuais” para minorar a intensidade da pobreza e exclusão social. Em 2023, foram 65 as famílias beneficiárias de apoios económicos complementares.

Tabela 134 | Nº Famílias em RSI /SAAS, com atribuição de Subsídios Eventuais, RSI e SAAS, 2022-2023

	2022		2023	
	Nº Famílias	Subsídios Eventuais - Valor atribuído	Nº Famílias	Subsídios Eventuais - Valor atribuído
RSI	----	22 737,55 €	36	9 880,00 €
SAAS	---	30 221,23 €	29	9 662,00 €
Total	----	52 958,78 €	65	19 542,20 €

Fonte: Município de Baião- Divisão Assuntos Sociais - Equipa SAAS/RSI, 2023

De acordo com a informação da Equipa técnica de SAAS/RSI do município, as mulheres dominam a titularidade das medidas de RSI e SAAS.

Este e outros dados estatísticos não são realidades específicas ou exclusivas do Concelho, mas retratam a realidade social do País. No estudo do "Retrato dos Homens e das Mulheres", em Portugal, elaborado pela Pordata (relativa aos anos de 2016 e 2017), é evidenciado o facto de

existirem mais mulheres que homens e olhando para os rendimentos, elas são quem correm maior risco de pobreza e são elas também quem mais recebe o rendimento social de inserção ou outras prestações sociais.

Apoio alimentar

O Concelho de Baião no âmbito do Apoio Alimentar dispõe de três tipologias de Apoio: Banco Alimentar (Cabaz de produtos alimentares), Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas – POAPMC (Cabaz de produtos alimentares) e o Programa de Emergência Alimentar – PEA (Cantina Social refeições confeccionadas). Estes Programas são promovidos por duas entidades do setor social e solidário, especificamente pela Santa Casa da Misericórdia de Baião e pela OBER- Obra do Bem-Estar Rural de Baião.

Nas tabelas seguinte, retratamos a abrangência destes Programas de Apoio Alimentar, por freguesia, no ano de 2022.

Tabela 135 | Nº de Agregados Familiares com Apoio Alimentar, por tipo de Programa e freguesia, 2022

	Nº Agregados Familiares com Apoio Alimentar, por tipo Programa e por freguesia			
	Total	POAPMC	BA	PEA
Baião	252	161	75	16
Frende	10	6	4	0
Gestaçõ	17	8	8	1
Gove	21	15	5	1
Grilo	10	8	2	0
Loivos do Monte	9	2	6	1
Santa Marinha do Zêzere	39	22	15	2
União das freguesias de Ancede e Ribadouro	33	24	6	3
União das freguesias de Baião (Santa Leocádia) e Mesquinhata	20	13	7	0
União das freguesias de Campelo e Ovil	39	23	11	5
União das freguesias de Loivos da Ribeira e Tresouras	9	6	2	1
União das freguesias de Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas	7	6	1	0
União das freguesias de Teixeira e Teixeiró	13	8	4	1
Valadares	18	16	1	1
Viariz	7	4	3	0

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Baião e OBER, 2022 (Carta Social de Baião 2023-2026)

Em 2022, existiam 252 Agregados Domésticos beneficiários dos Programas Alimentares concelhios, nomeadamente do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas – POAPMC, sendo que as freguesias com maior número de agregados familiares beneficiários são coincidentes com os 3 centros urbanos mais populosos (Santa Marinha do Zêzere, União de Freguesias de Campelo e Ovil e União de Freguesias de Ancede e Ribadouro). A União de Freguesias de Santa Cruz do Douro e Covelas, a Freguesia de Viariz e de Loivos do Monte e a União de Freguesias de Loivos da Ribeira e Tresouras são as que menos famílias possuem integradas nestes Programas de Apoio Alimentar.

Mais do que a descrição quantitativa da distribuição por freguesia, importa relacionar este indicador com o anterior relacionado com Agregados Familiares beneficiários medida de RSI e SAAS para se concluir e verificar da sua correspondência, alcance e cobertura.

Comparando o contingente de Agregados Familiares apoiadas pelos SAAS/RSI (867 Agregados Familiares) em 2022 com o dos Programas Alimentares (252 Agregados Familiares) podemos inferir da eventual necessidade de alargar os Programas Alimentares, visto que o número de beneficiários acompanhados pelo SAAS/RSI é significativamente superior dos que beneficiam dos Apoios Alimentares. Deste exercício também resulta a necessidade de reflexão sobre a (re)distribuição dos Apoios alimentares por freguesia, visto que também é possível constatar que existem freguesias com um número significativo de Agregados Familiares de RSI ou SAAS onde a cobertura do Apoio Alimentar é muito parca por relação às demais, conforme se evidencia na tabela seguinte.

Tabela 136| Nº de Agregados Familiares beneficiários de medidas sociais (RSI, SAAS e Apoio Alimentar) em 2022 e Agregados Domésticos, segundo os Censos 2021

	Nº Agregados Familiares com Apoio Alimentar, por tipo Programa e por freguesia	Nº Agregados familiares beneficiários RSI ou SAAS	Agregados domésticos privados (N.º) , segundo Censos 2021
	Total	Total	total
Baião	252	867	6704
Freunde	10	57	239
Gestaçô	17	74	397
Gove	21	65	657
Grilo	10	25	177
Loivos do Monte	9	28	114
Santa Marinha do Zêzere	39	136	959
União das freguesias de Ancede e Ribadouro	33	83	889
União das freguesias de Baião (Santa Leocádia) e Mesquinhata	20	49	296
União das freguesias de Campelo e Ovil	39	125	1366
União das freguesias de Loivos da Ribeira e Tresouras	9	51	270
União das freguesias de Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas	7	63	630
União das freguesias de Teixeira e Teixeiraó	13	46	284
Valadares	18	46	275
Viariz	7	19	151

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Baião e OBER, 2022 (Carta Social de Baião 2023-2026) / Município de Baião- Divisão Assuntos Sociais - Equipa SAAS/RSI, 2023/ INE

Considerando que em Baião existiam 6.704 Agregados Domésticos (Censos 2021), grosso modo e com estes dados específicos de 2022, poderíamos inferir que 12,9% eram beneficiários da medida de RSI /SAAS e 3,7% beneficiavam de Apoios alimentares.

O Gabinete de Apoio à Família de Baião (GAF)

A autarquia de Baião tem vindo a desenvolver programas de apoio social à vulnerabilidade familiar de modo a cooperar e a complementar a rede de apoios concedidos pelos serviços da segurança social procurando colmatar lacunas nos serviços e na resposta às situações

identificadas e a dimensão do impacto desta política municipal no apoio às famílias mais carenciadas é bem patente na elevada procura que os dados manifestam.

Desde 2010 que o **Gabinete de Apoio à Família da Câmara Municipal de Baião**, enquanto boa prática no apoio a pessoas e famílias com comprovada carência económica e ou em risco de exclusão social, se tem vindo a afirmar como resposta e recurso de primeira linha de intervenção social no concelho de Baião. As diversas situações sociais sinalizadas pelo Gabinete de Apoio à Família ou encaminhadas para este obedecerão ao princípio da subsidiariedade, evitando os sucessivos encaminhamentos entre serviços ou o tratamento parcelar e desintegrado.

O GAF procura assegurar a proteção das famílias tipificadas e sinalizadas através de três valências de apoio: **Apoio Social, Apoio Psicológico e Apoio Jurídico**.

No âmbito da valência do **Apoio Social do GAF**, o município definiu e regulamentou Programas de Apoio à Família, com diferenciadas abrangências e objectivos, dotando-os anualmente de orçamento próprio, designadamente o programa da **Linha Amiga**, o programa do **Fundo Social de Baião** e o programa **Via Verde Família**.

Programa Linha Amiga³⁴ – Aplica-se a todos os munícipes com mais de 65 anos, ou reformados por invalidez, com rendimentos iguais ou inferiores a 70% do indexante de apoios sociais e sem apoio ou retaguarda familiar. Contempla prestação de serviços municipais gratuitos no domicílio na área da eletricidade, bricolage, serralharia e pichelaria. Solicitação mais requerida pelos Idosos: Eliminação Barreiras Arquitectónicas à acessibilidade e à mobilidade; Adaptação e/ou criação de raiz de instalações sanitárias adaptadas.

Programa Fundo Social de Baião³⁵ - O Fundo Social de Baião é uma resposta social que visa prestar apoio pontual e transitório a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, com o objetivo de contribuir para a melhoria das suas condições e qualidade de vida, para a formação e desenvolvimento de competências e qualificações superiores dos alunos residentes do concelho e para a promoção do desenvolvimento e da coesão social no Concelho de Baião. Prevê apoios pecuniários em diversos domínios e os mais requeridos são: apoios ao arrendamento habitacional, obras de reabilitação e beneficiação habitacional, medicação crónica, aquisição produtos médicos como próteses dentárias, óculos, bolsas ensino superior, entre outros domínios.

³⁴ . (CAPÍTULO I Acesso e utilização da Linha Amiga Artigo G-2/1.º, pág. 600-601 do Código Regulamentar do Município de Baião).

³⁵ (CAPÍTULO IV Fundo Social de Baião Artigo G-2/22.º, pág. 606- 615 do Código Regulamentar do Município de Baião).

Programa Via Verde Família³⁶ - Integra várias respostas sociais de primeira linha, que se pretendem céleres e eficazes em situações de crise ou de emergência social, visando assegurar o apoio social dos cidadãos e agregados familiares vulneráveis, bem como, o seu encaminhamento, sempre que se justifique, para serviços de acompanhamento técnico multidisciplinar. São previstas 3 tipologias de apoio: prestação de serviços gratuitos; cedência de produtos médicos e de mobiliário diverso e apoios pecuniários únicos emergentes. São enquadráveis neste Programa os tarifários sociais de água e RSU, a cedência em regime de empréstimo de produtos de apoio médico (camas articuladas, grades e colchões tripartidos, cadeiras de rodas, andarilhos), de mobiliário doméstico diverso, enquadramento de agregados para a esterilização de animais domésticos, o apoio em vestuário e calçado diverso – loja Social da ATCMB, o apoio candidaturas ensino superior, etc. Os apoios pecuniários únicos, nomeadamente para aquisição de bens e serviços urgentes e essenciais, como faturas de água/luz/gás, alimentação ou medicação, que apelam intervenção de apoio urgente e célere.

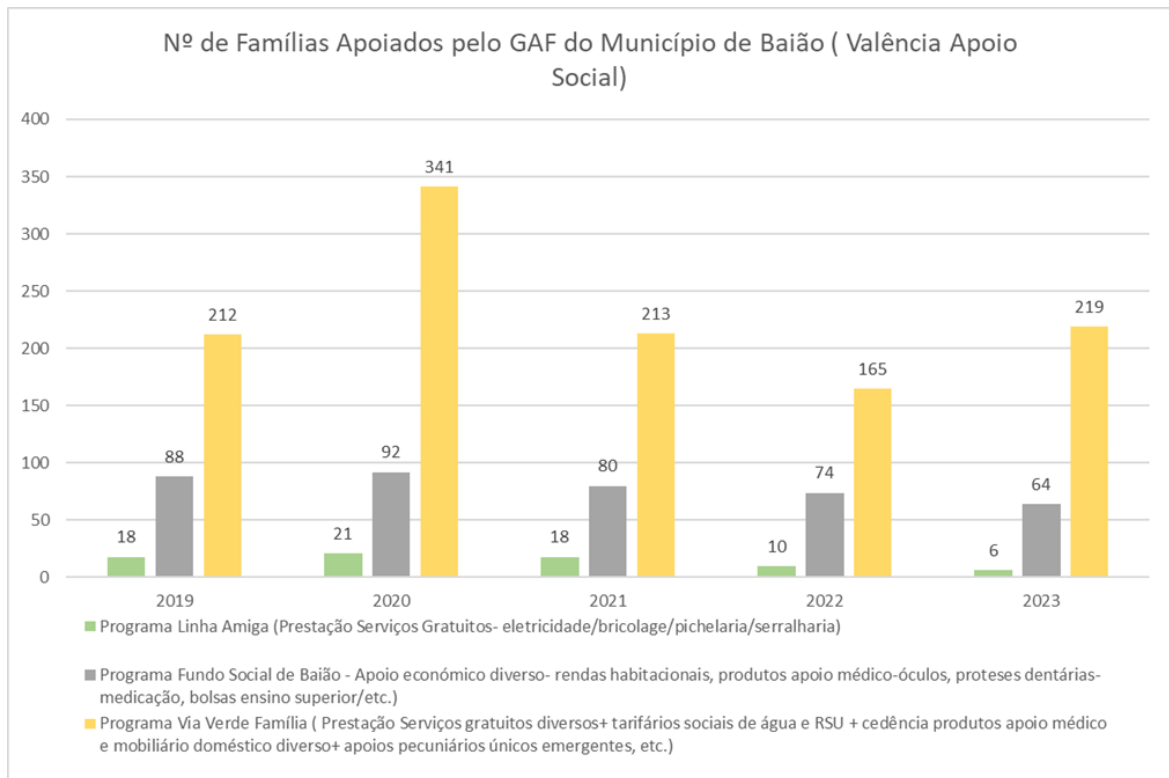
De salientar que o GAF, na sua valência de Apoio Social, está, em termos gerais, associada a situações de intermitência nos rendimentos familiares, a situações de crise e rutura no equilíbrio financeiro ou psicossocial familiar, com quebra ou insuficiência continuada de rendimentos, a situações de emergência face a despesas de saúde e outros imprevistos que acentuam ou despoletam vulnerabilidades sócio económicas nas famílias conduzindo-as a situações graves de carência e privação material com incapacidade de satisfazer necessidades básicas.

Aliada à valência de Apoio Social, o **GAF dispõe de Apoio Psicológico e Apoio Jurídico**, permitindo potenciar as várias dimensões inerentes ao saudável funcionamento familiar, procurando proporcionar uma resposta global e integrada às famílias carenciadas.

Considerando os últimos 5 anos, conclui-se pelo inegável impacto desta política municipal do GAF no apoio às famílias mais carenciadas:

³⁶ (CAPÍTULO II Acesso e utilização Via Verde Família Artigo G-2/6.º, pág. 601-604 do Código Regulamentar do Município de Baião).

Figura 56 | Nº Famílias apoiadas pelo GAF do município, na valência de APOIO SOCIAL, 2019-2023



Fonte: Município de Baião- Divisão Assuntos Sociais - Equipa SAAS/RSI, 2023

Tabela 137 | Processos Familiares no GAF (Valência de Apoio Social, Apoio Psicológico e Apoio Jurídico, 2023

Gabinete e Apoio à Família (GAF) do Município	Programas/Respostas de Apoio em curso	Fluxo Processual (Nº) dos Processos Familiares- 2023			
		Recebidos	Apoiados	Arquivados	Pendentes
Valência de Apoio Social	Programa Linha Amiga	6	1	3	2
	Programa Fundo Social de Baião	108	64	26	18
	Programa Via Verde Família:	248	219	26	3
Total (Nº)		362	284	55	23
Taxa de Execução Global do fluxo processual da Valência Apoio Social do GAF		100%	79%	15%	6%

Gabinete Apoio à Família (GAF) do Município	Número Processos Familiares			
	Recebidos	Apoiados /acompanhamento	Arquivados	Pendentes
Valência de Apoio Psicológico	9	7	2	0
Valência de Apoio Jurídico	3	0	1	2

Fonte: Município de Baião- Divisão Assuntos Sociais - Equipa SAAS/RSI, 2023

Naturalmente que o apoio às famílias carenciadas do município não se esgota nesta resposta do GAF, possuindo um conjunto de outras medidas e respostas multidimensionais e subsidiárias que respondem aos perfis de Risco e Vulnerabilidade Social das Famílias, como sejam o SAAS/NLI, a Estrutura de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica, os Gabinetes de

Inserção Profissional - GIP's, o Gabinete Apoio Ao Emigrante e ao Consumidor, o Balcão para a Inclusão, entre outros.

A classificação do Município de Baião como Familiarmente Responsável pelo Observatório de Autarquias Familiarmente Responsáveis (OAFR), traduz a centralidade da autarquia na promoção de medidas e práticas amigas das famílias.

Perfis de Emergência Social

O perfil de situações padrão que levam à necessidade de se acionarem respostas de emergência social, prende-se com a privação material, quadros críticos de saúde física e mental, situações de dependência, eminência de desalojamentos por incumprimento dos encargos habitacionais, conforme melhor se especificam:

- ✓ Pessoas isoladas em situação de precariedade extrema;
- ✓ Reformados com baixas pensões em situação de pobreza severa;
- ✓ Doentes crónicos com pensões muito reduzidas;
- ✓ Idosos em situação de vulnerabilidade por ausência de vagas sociais;
- ✓ Pessoas em situação de risco e exclusão;
- ✓ Pessoas com dependências de consumos;
- ✓ Famílias em situação de insolvência individual ou familiar;
- ✓ Famílias monoparentais femininas em situação de pobreza;
- ✓ Multi desemprego familiar;
- ✓ Pessoas com baixa mobilidade e/ou dependência física;
- ✓ Quadros de crise de saúde mental e deficiência.

3.2. - Área da Vulnerabilidade Social

Vulnerabilidade social é uma condição na qual indivíduos, famílias ou grupos sociais enfrentam dificuldades para atender às suas necessidades básicas e manter um nível mínimo de bem-estar e dignidade. Essas dificuldades podem incluir falta de acesso a serviços de saúde, educação, habitação adequada, alimentação suficiente, emprego, habitação, proteção social e segurança. A vulnerabilidade social pode ser causada por diversos fatores, como desigualdades económicas, discriminação, exclusão social, violência, desastres naturais, migração forçada, entre outros. Aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social têm menos recursos e oportunidades para lidar com os desafios que enfrentam e, muitas vezes, dependem de ajuda externa para sobreviver. Inclui problemáticas decorrentes de circunstâncias de vida pessoais ou

sociais específicas que num contexto social em que são escassos ou que não existem recursos específicos ou respostas especializadas de apoio se encontram em situação de vulnerabilidade. Esta vulnerabilidade perante o contexto social em que se encontram poderá ser minimizada com a intervenção social direcionada às suas necessidades específicas.

Na área da Vulnerabilidade Social estão incluídas as seguintes problemáticas sociais: Sêniores e Pessoas Idosas; Pessoas com Deficiência e Migrantes e Refugiados.

3.2.1 Sêniores e Pessoas Idosas

Considera-se necessário fazer a distinção entre os conceitos de **sénior e idoso**, tão comumente usados por quem trabalha na área, referindo que **sénior** é toda a pessoa que independentemente da sua idade, mantém as suas condições funcionais e de mobilidade e que **idoso** é aquela pessoa que se encontra dependente, necessitando do apoio permanente de uma terceira pessoa.

Estatisticamente, idoso/a ou Sénior é a pessoa com “65 ou mais anos de idade” e associada à estrutura etária da população assistimos ao fenómeno do envelhecimento da população que, não sendo um fenómeno novo, se tem acentuado ao longo do tempo. A população mundial está a envelhecer e este é um dado cada vez mais evidente nas estatísticas demográficas mundiais. Todos os países estão a assistir a um crescimento no número e na proporção de pessoas idosas na sua população e Portugal, segundo as estatísticas, está a envelhecer a um ritmo mais acelerado do que restantes países europeus. Enquanto na média da União Europeia a população envelheceu 2,5 anos, em Portugal o aumento foi de 4,7 anos. As pessoas com 65 e mais anos de idade já representam 23,4% da população portuguesa (Eurostat) e as projeções referem que que representará 34,28% da população de Portugal em 2050. Neste contexto, o problema do envelhecimento da população em Portugal é uma realidade transversal a todo o seu território, mais acentuada nuns territórios do que noutros.

De um modo geral, há várias causas que explicam o aumento da população idosa:

- ✓ Redução da taxa de natalidade. Nas últimas décadas, as mulheres têm menos filhos, devido a políticas de planeamento familiar, utilização de métodos contraceptivos, maior qualificação e participação da mulher no mercado de trabalho, etc.
- ✓ Diminuição da taxa de mortalidade, graças aos avanços da medicina, ao desenvolvimento de novos medicamentos, assim como a implementação e ampliação de políticas públicas de saúde.
- ✓ Aumento da longevidade. Com a diminuição do número de mortes, as pessoas passaram a viver mais, havendo um aumento da esperança média de vida.

De um modo igualmente geral, há várias consequências do envelhecimento da população, com implicações transversais a todos os setores da sociedade:

- ✓ *Mercado laboral e financeiro;* A principal consequência do envelhecimento da população prende-se com a diminuição do número de pessoas que têm condições para trabalhar e que contribuem para o sistema de segurança social, ou seja, o envelhecimento da população resulta numa maior pressão sobre a segurança social.
- ✓ *Procura de bens e serviços;* esta realidade implica também uma necessidade de maiores investimentos nos sistemas de saúde, nas respostas sociais e habitação adequadas ao perfil deste envelhecimento;
- ✓ *Estruturas familiares e laços Inter-Generacionais;* O envelhecimento pode levar ainda ao isolamento social e à solidão. A solidão é um dos problemas que mais afeta a população idosa e os números merecem atenção: em Portugal, em 2020, 42 mil idosos viviam sozinhos e/ou isolados, ou em situação de vulnerabilidade.
- ✓

Estrutura etária da população: Indivíduos com 65 ou mais anos de idade

O aumento do número de idosos nos índices populacionais é uma realidade em Portugal, na Região Norte, na Sub-região do Tâmega e Sousa e no Concelho de Baião, onde a proporção de pessoas com mais de 65 anos em relação à população total é muito representativa.

Em 2021, o peso da população com 65 ou mais anos na população residente ao nível do País situou-se nos 23,5%, no Norte em 22,7% e na Sub-região do Tâmega e Sousa nos 19,2% e no município de Baião nos 23,1%.

Tabela 138 | Proporção da População residente: por grandes grupos etários (%)

Proporção - %	População residente, por Grandes grupos etários, censos 2021		
	0-14	15-64	65 ou mais
Portugal	13,1	63,5	23,4
Continente	13,1	63,2	23,7
Norte	12,5	64,9	22,6
Tâmega e Sousa	13,0	67,9	19,1
Baião	11,3	65,7	23,1

Fonte: INE - XV e XVI Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística

O segundo grupo etário com maior representação na população residente em Baião é o que diz respeito aos 65 e mais anos, com peso percentual de 23,1%. Outro dado relevante é que este grupo etário dos “Idosos” é predominantemente feminino (58%).

Tabela 139|População residente (N^o): total, por grupo etário dos 65 e mais anos e sexo

Local residência	População residente: total, por grupo etário dos 65 ou + e sexo, censos 2021			
	Total	65 ou mais anos	65 ou mais, do sexo masculino	65 ou mais, do sexo feminino
Portugal	10 407 707	2 436 949	1 043 549	1 393 400
Continente	9 917 206	2 347 121	1 007 169	1 339 952
Norte	3 605 706	814 525	351 987	462 539
Tâmega e Sousa	409 510	78 218	34 236	43 982
Baião	17 553	4 052	1 707	2 345

Fonte: INE - XV e XVI Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística

Do total das 4.074 pessoas residentes com *65 e mais anos de idade*, em 2021, 1.720 são homens e 2.534 são mulheres. Dentro deste grupo etário, 1990 possuem 75 ou mais anos, dos quais 759 são homens e 1231 são mulheres. Nas estimativas provisórias de 2022 esta tendência continua a verificar-se.

Tabela 140|População residente (N^o): distribuição do grupo etário dos 65 e mais anos por sexo e subgrupos etários dos 65-74 anos e 75 e mais anos de idade

Período de referência dos dados	Local de residência	População residente (N.º): Total, por Sexo e Grupo etário (Por ciclos de vida); Anual											
		HM				H				M			
		Total	65 e mais anos	65 - 74 anos	75 e mais anos	Total	65 e mais anos	65 - 74 anos	75 e mais anos	Total	65 e mais anos	65 - 74 anos	75 e mais anos
2022	Baião	17257	4155	2174	1981	8269	1770	1004	766	8988	2385	1170	1215
2021	Baião	17436	4074	2084	1990	8298	1720	961	759	9138	2354	1123	1231

Fonte: INE - XV e XVI Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística e Estimativas Provisórias de População Residente - valores revistos em março de 2023

Associado ao envelhecimento está, inegavelmente, um processo de forte feminização da população que se vai tornando mais visível à medida que a idade avança – em 2021 as mulheres representam 57,7% das pessoas com *65 e mais anos* e 67,1% das que têm *85 e mais anos de idade*.

Tabela 141|População residente (N^o): distribuição do grupo etário dos 85 e mais anos por sexo

Período de referência dos dados	População residente (N.º) por Sexo e Grupo etário dos 85 e + anos					
	HM		H		M	
	Total	85 e mais anos	Total	85 e mais anos	Total	85 e mais anos
2022	17257	618	8269	201	8988	417
2021	17436	639	8298	210	9138	429

Fonte: INE - XV e XVI Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística e Estimativas Provisórias de População Residente - valores revistos em março de 2023

Estruturas familiares: Famílias clássicas e unipessoais

As novas configurações familiares acrescentam igualmente alguns fatores de risco de vulnerabilidade nomeadamente para os isolados em famílias unipessoais que nem sempre conseguem superar toda a instabilidade ligada à precariedade e intermitência dos rendimentos ou à instabilidade sócio emocional em que muitas vezes se encontram.

Se do conjunto das famílias clássicas existentes, nos detivermos especificamente no nº de famílias unipessoais (constituídas por uma só pessoa), verificamos que a tendência de crescimento é comum ao País e à Sub-região Tâmega e Sousa.

Nos últimos 10 anos, o concelho de Baião tem visto aumentar o número das famílias clássicas unipessoais, passando para mais 229 famílias entre 2011 e 2021, totalizando 1328 em 2021. Importa aqui realçar que 60,3% destas famílias clássicas unipessoais são formadas por idosos/as que vivem sozinhos/as (802 famílias), denotando-se o fenómeno do envelhecimento e do isolamento social.

Tabela142| Famílias Clássicas e Unipessoais (nº), por escalão etário dos 65 e mais anos segundo censos

Anos	Famílias Clássicas		Famílias clássicas unipessoais				
	Total		Total		65+		
	2011	2021	2011	2021	2001	2011	2021
Portugal	4 043 726	4 149 096	866 827	1 027 871	321 054	406 942	517 146
Norte	1 330 892	3 968 951	228 923	290 181	84 003	109 884	148 006
Tâmega e Sousa	143 935	148 154	17 506	24 756	.7798	9 719	13 154
Baião	7 169	6 704	1 099	1 328	693	711	802

Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos e Estimativas Anuais da População Residente, 2021

De forma genérica, podemos concluir que em termos demográficos não se regista apenas a tendência para a contração do efetivo populacional residente e o envelhecimento da população, as estruturas familiares também foram alteradas reduzindo o número de famílias extensas e múltiplas e aumentando as nucleares e as unipessoais formada na maioria das vezes por idosos/as que vivem sozinhos/as e são este grupo de pessoas que têm necessidade de atenção por parte dos diversos serviços, públicos, privados e solidários, por forma a que cada comunidade lhes proporcione o exercício efetivo de uma cidadania ativa e um envelhecimento ativo e saudável, uma assistência atempada e adequada assistência e ajuda que por vezes não encontram na rede de parentesco nem de vizinhança e por isso são expostas a situações de maior vulnerabilidade social que necessitam de apoio da rede formal.

Pensionistas, por tipo de pensão e complemento solidário para Idosos

A tabela seguinte mostra-nos que entre 2020 e 2021 houve um aumento do número total de pensionistas da Segurança Social no País, na Região Norte e na Sub-região do Tâmega e Sousa e que Baião acompanhou essa tendência.

Analisando a distribuição das pensões por tipo, no mesmo período, verificamos que em Baião as de velhice registam valores sempre muito superiores às de invalidez e de sobrevivência e que estas últimas desceram ligeiramente. Em 2021 a proporção do tipo de pensões da Segurança Social no Concelho de Baião é muito semelhante à registada na Sub-região, pois 63,8% respeitavam as de velhice, 28,8% as de sobrevivência e 7,3 % as de invalidez.

Tabela 143 | Distribuição das Pensões da Segurança Social, por tipo de Pensão (N.º) no País, Norte, Sub-região Tâmega e Sousa e Município Baião, 2020 e 2021

Localização / Anos	Pensões da Segurança Social							
	Total		Velhice		Invalidez		Sobrevivência	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Portugal	2969728	2977307	2070387	2070069	178577	173866	720764	733372
Norte	993109	1002002	693690	699336	63964	62150	235455	240516
Tâmega e Sousa	98 797	100 697	64 970	66 297	8 150	8 075	25 677	26 325
Baião	5 399	5 411	3 435	3 456	400	393	1 564	1 562

Fonte: PORDATA

Se atendermos aos valores médios anuais das pensões, constatamos que se tem registado uma melhoria nos seus valores ao longo dos últimos anos e que são os pensionistas por “Velhice” que beneficiam de pensões de valores superiores, quando comparados com pensionistas por “Invalidez” ou de “Sobrevivência”. As pensões por sobrevivência são significativamente inferiores.

Tabela 144 | Valor médio das pensões da segurança social (€/ N.º) por Tipo de pensão; Anual-2021-2022

Local de residência	Valor médio das pensões da segurança social (€/ N.º) por Local de residência (NUTS - 2013) e Tipo de pensão; Anual							
	Tipo de pensão / ano							
	2022				2021			
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
€/ N.º	€/ N.º	€/ N.º	€/ N.º	€/ N.º	€/ N.º	€/ N.º	€/ N.º	
Portugal	6184	5865	7123	3650	5845	5634	6717	3474
Continente	6215	5857	7149	3668	5873	5622	6741	3491
Norte	5738	5414	6583	3402	5432	5206	6220	3248
Tâmega e Sousa	5004	5112	5797	2990	4738	4886	5477	2867
Baião	4869	4929	5692	3043	4612	4631	5404	2884

Fonte: INE

As pessoas pensionistas por sobrevivência, quando isoladas e/ou em situação de desemprego, constituem um grupo de pensionistas mais vulnerável a situações de privação económica, seguidos pelo grupo dos pensionistas por invalidez.

Ainda relativamente à proteção Social da população adulta e idosa, importa fazer referência a uma outra prestação social: **O Complemento Solidário para Idosos (CSI)**. Trata-se de uma Prestação pecuniária mensal atribuída a cidadãos nacionais ou estrangeiros residentes em território nacional nos últimos seis anos, com *idade igual ou superior a 65 anos* e com baixos recursos. Mensalmente os seus beneficiários recebem 1/12 da diferença entre os seus recursos anuais e o valor de referência do complemento (em 2023 é de 5.858,63€). No máximo, em 2023, recebe 5.858,63€ por ano, corresponde a 488,22€ por mês, durante 12 meses, significando que quanto mais alto é o valor de CSI atribuído mais precária é a sua situação apurada.

Os dados estatísticos sobre beneficiários de CSI não se encontram publicados ao nível das NUTS II, III e Municípios, apenas por referência ao país e, mesmo a este nível não se dispõe de informação sobre o valor médio mensal processado por beneficiário.

Por consulta aos dados disponíveis, podemos demonstrar que se regista uma tendência de diminuição dos beneficiários de CSI nos últimos 3 anos em Portugal e que do conjunto dos mesmos, as mulheres lideram a titularidade desse complemento.

Tabela 145| Nº Beneficiários do Complemento Solidário para Idosos, Portugal, Anual-2019, 2020 e 2021

Período de referência dos dados	Sexo	Beneficiárias/os do complemento solidário para idosos da segurança social (N.º) por Sexo; Anual
		Portugal
		N.º
2021	HM	167399
	H	50480
	M	116919
2020	HM	171768
	H	51976
	M	119792
2019	HM	176272
	H	53523
	M	122749

Fonte: INE

Segundo os dados disponibilizados pelo Instituto da Segurança Social - Centro Distrital de Porto por referência aos anos de 2021 e 2022, o nº de beneficiários no Concelho de Baião diminuiu ligeiramente nesse período, sendo que as diferenças não são muito significantes.

Tabela 146 | Beneficiários de CSI (Nº), no Concelho Baião, Anual-2021-2022

Concelho Residência	Nº de Beneficiários de CSI	
	2021	2022
Amarante	1 517	1 501
Baião	639	621
Felgueiras	1 169	1 144
Lousada	1 057	1 053
Marco Canaveses	1 238	1 214
Paços de Ferreira	1 366	1 351
Penafiel	1 610	1 580

Fonte: Instituto da Segurança Social - Centro Distrital de Porto/ Sistema de Estatística da Segurança Social (situação à data de 01-08-2022)

Não dispomos de dados que nos permitam fazer quaisquer inferências sobre os valores médios (mensais ou anuais) dos mais de 600 beneficiários do CSI residentes no Concelho. Contudo, sabemos que além do valor pago mensalmente (valor que varia caso a caso), os beneficiários podem gozar ainda de outros benefícios complementares pelo facto de serem beneficiários desta prestação;

1. **Benefícios Adicionais de Saúde:** Os idosos que estejam a receber CSI têm direito a um apoio para a compra de medicamentos, óculos e lentes e próteses dentárias;
2. **Apoio Social Extraordinário ao Consumidor de Energia:** Os indivíduos e famílias, economicamente, mais vulneráveis, podem beneficiar de um desconto na fatura da eletricidade e do gás natural, as designadas Tarifa Social de Eletricidade e Tarifa Social do Gás Natural.
3. **Tarifa Especial consumo Água:** Os indivíduos beneficiários, entre outras prestações sociais, podem beneficiar, requerendo, da tarifa social da água.

Dados específicos

A Carta Social de Baião 2023-2026, neste ponto, caracteriza o “estado da arte” das respostas e equipamentos sociais tipificados e não tipificados do concelho para a população Idosa/Sénior.

Para o presente ponto relembramos:

- ✓ **Respostas/Projetos Sociais Não Tipificados para Séniores e Idosos:**

Centros de Relação Comunitária (CRC's)

Atenta à realidade do envelhecimento e, particularmente à vulnerabilidade Social face ao isolamento da população Sénior, a autarquia de Baião tem vindo a desenvolver programas e iniciativas não só de combate ao isolamento social, mas de promoção de um envelhecimento ativo, inclusivo e saudável, de modo a cooperar e a complementar a rede de respostas e serviços existentes tipificados ou não, e a dimensão do impacto desta política municipal no apoio à

população Sénior ou Idosa é bem patente na elevada participação que os dados disponíveis manifestam.

Os Centros de Relação Comunitária (CRC's) são respostas sociais de carácter público, promovidos por parceria estabelecida entre o Município e Juntas de Freguesia e que se traduzem em pólos de animação e de promoção da participação cívica da população sénior. Na atualidade são 3 os CRC's em funcionamento, através de parceria estabelecida entre a Câmara Municipal de Baião e, especificamente, a Junta de Freguesia de Viariz, de Gestaçõ e da União de Freguesias de Loivos da Ribeira e Tresouras. O objetivo geral comum *dos CRC é a promoção de atividades regulares promotoras de um envelhecimento ativo e inclusivo, minimizando os efeitos do isolamento social a que este grupo populacional se encontra mais exposto. Abertos durante a semana, os 46 utentes inscritos usufruem de atividades planificadas, de carácter regular, com transporte assegurado pelas respetivas Juntas de Freguesia. A dinamização qualificada está sob responsabilidade do município.*

Em agenda, o Município de Baião prevê a ampliação deste Centros de Relação Comunitária para outras freguesias a descoberto.

Tabela 147 | Utentes a frequentar os Centros de Relação Comunitária de Baião

Centros de Relação Comunitária	Data Implementação	Número de utentes séniores a frequentar	Horario semanal
Viariz	18/11/2015	17	terças e quintas -feiras (13h30 às 18h00) + hidromovimento às sextas feiras (das 11:00 às 11:45)
Tresouras	06/10/2017	17	segundas e quartas -feiras (13h30 às 17h00) + hidromovimento às sextas-feiras (das 11:00 às 11:45)
Gestaçõ	12/01/2024	12	segundas e sextas feiras (14h00 às 18h00)+ hidromovimento às quartas- feiras (das 12:00 às 12:45)

Fonte: Município de Baião- Divisão dos Serviços Sociais e de Saúde– dezembro 2023

Programa CLDS 4G “Rede+”: Atividade 9 – Atelier Inter – Gerações

O CLDS 4G “Rede+” foi criado no âmbito do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social de Quarta Geração (CLDS4G) e regulado pela Portaria nº 229/2018, de 14 de agosto, teve o seu início no dia 4 de novembro de 2020 e terminou a 3 de novembro de 2023.

A Câmara Municipal de Baião é a entidade promotora, a Santa Casa da Misericórdia de Baião é a Entidade Coordenadora Local de Parceria (ECLP) e a Associação Empresarial de Baião a Entidade Local Executora das Ações (ELEA), relativamente às ações do eixo 1.

O programa CLDS 4G “Rede+” está organizado em dois eixos de intervenção: Eixo 1, referente ao emprego, formação e qualificação; e Eixo 2, referente à intervenção familiar e parental preventiva da pobreza infantil.

No âmbito deste Eixo 2, o CLDS 4G “Rede+” foi definida a **Atividade 9 – Atelier Inter – Gerações**, que tem como objetivo dinamizar atelieres informais que visem promover aprendizagens

conjuntas entre crianças, jovens e seniores, possibilitando a sua inclusão digital e social. Assim, com esta intervenção, ambicionam reaproximar as diferentes gerações, fortalecendo os laços afetivos e o sentido de solidariedade entre ambas.

Totalizaram 96 os utentes destes ateliers, que frequentam de forma regular este projeto social, em funcionamento em diversas localidades do concelho, conforme tabela infra.

Tabela 148 | Idosos integrados nos Ateliers Inter – Gerações do CLDS 4G “Rede +”

Ateliers Inter Gerações dinamizados pelo CLDS 4G “Rede +”	Data de início do Funcionamento	Horário semanal	Localização	Utentes a frequentar (à data de 30-12-2022)	Idades	
					+ novo	+ velho
Atelier Inter-Gerações de Valadares	15/02/2022	Terças-feiras (14h15 às 16h15)	Junta de Freguesia de Valadares	17	57 anos	93 anos
Atelier Inter-Gerações de Frende	04/11/2020	Quartas-feiras(14h30 às 16h30)	Centro Comunitário de Frende	21	59 anos	95 anos
Atelier Inter-Gerações “Novos Jovens” (Santa Cruz do Douro)	04/11/2020	Quintas-feiras(13h30 às 15h30)	Junta de Freguesia de Santa Cruz do Douro	12	61 anos	97 anos
Atelier Inter-Gerações “Viver a Vida” (Ancede)	04/11/2020	Terças e sextas-feiras (14h15 às 16h15)	Antiga Escola do Convento, Ancede	19	65 anos	86 anos
Atelier Inter-Gerações “Bons Amigos do Gove”	04/11/2020	Segundas e quintas-feiras (14h15 às 16h15)	Junta de Freguesia do Gove	27	51 anos	89 anos

Fonte: CLDS 4G “Rede +” - 2023

Universidade Sénior de Baião

A Universidade Sénior de Baião (USB) é um projeto do município, implementado em maio de 2023, e tem como finalidade a promoção da valorização pessoal e social do público sénior através da partilha de experiências e novas aprendizagens, proporcionando regularmente atividades físicas, sociais, culturais, educacionais e de convívio. A Universidade Sénior de Baião destina-se a servir pessoas com mais de 50 anos de idade, independentemente do nível de escolaridade. O nº atual de alunos inscritos perfaz os 56 alunos/as, sendo que a participação nas diversas atividades promovidas varia entre o mínimo de 13 e máximo de 56.

Tabela 149| Utentes a frequentar a Universidade Sénior de Baião e tipo atividades desenvolvidas - 2023

Atividade	Local	Número de alunos/as participantes
Visita de Estudo no contexto da aula de História Local a freguesias do Concelho de Baião	Igreja de Tresouras; Igreja de Loivos da Ribeira; Pelourinho da Rua em Teixeira; almoço na Tasca do Valado em Mafômedes e Alto dos Padrões.	25
Visita de 4 dias a Cormeilles-en-Parisis, vila francesa geminada com Baião.	Cormeilles-en-Parisis, França	19
Participação no "Estendal dos Direitos" inserida nas "Jornadas da Convenção dos Direitos da Criança – 2023" promovida pela CPCJ de Baião, através da pintura de T-shirts	Biblioteca Municipal e Tribunal Judicial de Baião	25
Visita de Estudo no contexto da aula de História Local a freguesias do Concelho de Baião	Lugar da Casa de Audiências em Torna-o-Rego; Quinta de Diagares; Igreja de São Tiago de Valadares; Igreja Matriz de Viariz.	24
Reunião dos filhos dos alunos da USB	Biblioteca Municipal	55
Visita ao Centro Hípico de Baião	Centro Hípico de Baião	13
Participação na celebração do 100º aniversário de municípios.	Ingilde e Ovil	16
EuSouDigital (parceria com Agrupamento Escolas Vale Ovil)	AEVO	16
Participação na ação de sensibilização do Município sobre violência doméstica	Auditório Municipal de Baião	30
Participação nas Festas De Natal Sénior - atuação coro da Universidade Sénior	Pavilhão Multiusos de Baião	56

Fonte: Município de Baião- Divisão dos Serviços sociais e de Saúde e Divisão da Cultura – dezembro 2023

Programa Municipal: “Sénior é Fixe”

Este Programa, promovido pela câmara municipal, consiste na Promoção da coesão social, através do enraizamento de atividades que concorram, por um lado, para a participação cívica e comunitária de grupos populacionais mais vulneráveis em razão da idade, e, por outro, para um envelhecimento ativo, inclusivo e saudável.

São realizadas de forma regular várias atividades de sensibilização, de socialização cívica, cultural e recreativa, destinadas quer à população sénior e idosa do concelho que frequentam as respostas sociais do setor solidário e público na área da terceira idade quer ao público sénior residente no concelho não integrado em respostas e serviços sociais.

Tabela 150| Iniciativas realizadas Programa “Sénior é Fixe” e nº Séniores e Idosos participantes – 2023

Atividade	Local	Número de participantes
“Passeio Sénior” – Fátima e Ílhavo	Fátima e Ílhavo	1.300
Festa Natal Sénior	Pavilhão Multiusos	1.500
Idosos + Ativos (Dia Mundial da Educação Física)	Pavilhão Multiusos	190
“Burlarte” / “AcompanharTe”.	Auditório Municipal de Baião	197
Marchas dos santos populares	Centro Cívico de Valadares	170
Vivências da Chula-“Cultura para Todos”	área de lazer da Fraga do Rio - Campelo	235
Dia do idoso e dia mundial do coração - “+saúde +vida”	Centro Relação Comunitária de Tresouras e de Viariz	37
Empoder’Arte (teatro de empoderamento Idosos contra Violência Doméstica)	Auditório Municipal de Baião	247
Acompanhar+ / Programa de Policiamento de Proximidade- “Idosos Isolados + 65 anos”.	Várias freguesias do Concelho	26

Fonte: Município de Baião – Divisão Social, Educação e Desporto - Unidade dos serviços sociais - dezembro 2023

Idosos

Baião, é um dos territórios onde a longevidade entre 2011 e 2021 tem assumido valores acima dos do País, da Região Norte e da Sub-região do Tâmega e Sousa. Em 2022 o cenário repete-se com ligeira descida dos valores quando comparados com o País e a Região Norte.

Sabendo-se que o **índice de longevidade** mede o número de pessoas com 75 e mais anos por cada 100 pessoas com 65 e mais anos, resultando que quanto mais alto é o índice, mais envelhecida é a população idosa, podemos concluir, grosso modo, que em Baião vive-se mais. Importa atender às particularidades e necessidades desta população em idade cada vez maior por ser também maior a vulnerabilidade face à dependência e problemas demenciais.

Tabela 151 | Evolução índice de longevidade 2011-2022

Proporção - %	Índice de longevidade		
Anos	2011	2021	2022
Portugal	48,5	48,7	48,7
Continente	48,6	48,9	48,9
Norte	47,6	46,5	46,5
Tâmega e Sousa	47,7	44,9	44,4
Baião	51,7	49,1	48,3

Fonte: PORDATA

Distribuindo o índice de longevidade por sexo, evidencia-se igualmente no território de Baião o processo de feminização do envelhecimento, resultando que o índice de longevidade para mulheres é superior ao dos homens, 53,23% e 44,95% respetivamente.

Tabela 152 | Índice de longevidade Baião e Freguesias, censos 2021, por sexo

Índice de longevidade (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] e Sexo	total e por sexo		
	HM	H	M
Baião	49,73	44,95	53,23
Freunde	41,61	36,99	45,45
Gestaçô	51,70	49,18	53,85
Gove	43,13	38,41	46,70
Grilo	50,56	52,63	49,02
Loivos do Monte	40,23	42,11	38,78
Santa Marinha do Zêzere	50,46	45,06	54,55
União das freguesias de Ancede e Ribadouro	48,07	48,17	48
União das freguesias de Baião (Santa Leocádia) e Mesquinhata	50,29	42,42	55,24
União das freguesias de Campelo e Ovil	54,89	46,50	60,71
União das freguesias de Loivos da Ribeira e Tresouras	47,43	41,56	52,04
União das freguesias de Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas	50,89	43,26	55,88
União das freguesias de Teixeira e Teixeiró	49,77	51	48,74
Valadares	50,64	44,44	54,84
Viariz	47,71	39,13	53,97

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Do total das 4.074 pessoas residentes com *65 e mais anos de idade*, em 2021, 1.720 são homens e 2.534 são mulheres. Dentro deste grupo etário, 1990 possuem 75 ou mais anos, dos quais 759

são homens e 1231 são mulheres. Nas estimativas provisórias de 2022 esta tendência continua a verificar-se.

Tabela 153 | População residente (Nº): distribuição do grupo etário dos 65 e mais anos por sexo e subgrupos etários dos 65-74 anos e 75 e mais anos de idade

Período de referência dos dados	Local de residência	População residente (N.º): Total, por Sexo e Grupo etário (Por ciclos de vida); Anual											
		HM				H				M			
		Total	65 e mais anos	65 - 74 anos	75 e mais anos	Total	65 e mais anos	65 - 74 anos	75 e mais anos	Total	65 e mais anos	65 - 74 anos	75 e mais anos
2022	Baião	17257	4155	2174	1981	8269	1770	1004	766	8988	2385	1170	1215
2021	Baião	17436	4074	2084	1990	8298	1720	961	759	9138	2354	1123	1231

Fonte: INE - XV e XVI Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística e Estimativas Provisórias de População Residente - valores revistos em março de 2023

Associado ao envelhecimento está, inegavelmente, um processo de forte feminização da população que se vai tornando mais visível à medida que a idade avança – em 2021 as mulheres representam 57,7% das pessoas com 65 e mais anos e 67,1% das que têm 85 e mais anos de idade.

Tabela 154 | População residente (Nº): distribuição do grupo etário dos 85 e mais anos por sexo

Período de referência dos dados	População residente (N.º) por Sexo e Grupo etário dos 85 e + anos					
	HM		H		M	
	Total	85 e mais anos	Total	85 e mais anos	Total	85 e mais anos
2022	17257	618	8269	201	8988	417
2021	17436	639	8298	210	9138	429

Fonte: INE - XV e XVI Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística e Estimativas Provisórias de População Residente - valores revistos em março de 2023

✓ Respostas Sociais Tipificados para Sêniores e Idosos- Rede Solidária

Centro de Convívio: 16 idosos integrados

Equipamento social onde se organizam atividades recreativas e culturais que envolvem as pessoas idosas e funcionam nos períodos da tarde. Os utentes são transportados diariamente pela Entidade Solidária.

Objetivos:

- Prevenir a solidão e o isolamento;
- Incentivar a participação e incluir as pessoas idosas na vida social local;
- Promover as relações pessoais e Inter-Generacionais;
- Evitar ou adiar ao máximo o recurso a estruturas residenciais para pessoas idosas, contribuindo para a manutenção dos utentes em meio natural de vida.

Centro de Dia: 48 idosos integrados

Equipamento social que funciona durante o dia e que presta vários serviços que ajudam a manter as pessoas idosas no seu meio social e familiar. Funcionam de segunda a sexta feira, o

dia todo, efetuando os utentes as refeições na Entidade. São igualmente transportados diariamente pela Entidade Solidária.

Objetivos:

- Proporcionar serviços adequados à satisfação das necessidades dos utentes;
- Estabilizar ou retardar as consequências desagradáveis do envelhecimento;
- Prestar apoio psicológico e social;
- Promover as relações interpessoais e Inter-Generacionais;
- Permitir que a pessoa idosa continue a viver na sua casa e no seu bairro;
- Evitar ou adiar ao máximo o recurso a estruturas residenciais para pessoas idosas, contribuindo para a manutenção dos utentes em meio natural de vida;
- Contribuir para a prevenção de situações de dependência, promovendo a autonomia.

Tabela 155 | - Nº Idosos integrados em Centro de Dia

Equipamento	Capacidade	Utentes
		Total
CENTRO DE DIA DE SANTA CRUZ DO DOURO	20	5
CENTRO DE DIA DA CECAJUVI	30	26
CENTRO DE DIA DA OBER	20	17

Fonte: Carta Social Municipal 2023-2026

Tabela 156 | Nº Idosos em Centro de Convívio

Equipamento	Capacidade	Utentes
		Total
CENTRO DE CONVÍVIO DA ADEGRIL	15	11
CENTRO DE CONVÍVIO DA OBER	20	5(a)

Fonte: Carta Social Municipal 2023-2026

a) A resposta social está em fase de mudança de instalações, já acordadas com serviços de segurança social, sendo as atuais a razão dessa mudança, pelo que aquando da sua deslocalização o Acordo será efetivado nos termos em vigor para os utentes previstos, assim os 5 utilizadores atuais não estão, circunstancialmente, a frequentar ao abrigo do Acordo.

Tabela 157 | Nº Idosos integrados em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

Equipamento	Capacidade	Utentes
		Total
ERPI DE SANTA CRUZ DO DOURO - Centro Social de Santa Cruz do Douro	40	40
ERPI S. BARTOLOMEU- Santa Casa da Misericórdia de Baião	71	71
ERPI SANTA MARINHA DO ZÊZERE-Santa Casa da Misericórdia de Baião	30	30

Fonte: Carta Social Municipal 2023-2026

Tabela 158 | Nº Idosos integrados no Serviço Apoio Domiciliário

Equipamento	Capacidade	Utentes
		Total
SERVIÇO APOIO DOMICILIÁRIO TRADICIONAL- Santa Casa da Misericórdia de Baião	25	25
SERVIÇO APOIO DOMICILIÁRIO LOCALIZADO-Santa Casa da Misericórdia de Baião	24	8
SERVIÇO APOIO DOMICILIÁRIO - Social de Santa Cruz do Douro	50	50
SERVIÇO APOIO DOMICILIÁRIO ALARGADO-OBER- Obra do Bem Estar Rural de Baião	30	30
SERVIÇO APOIO DOMICILIÁRIO - CECAJUVI-Centro de Convívio e Apoio À Juventude e Idosos de Santa Leocádia	24	22
SERVIÇO APOIO DOMICILIÁRIO - ADEGRIL-Associação de Desenvolvimento do Grilo	25	29
SERVIÇO APOIO DOMICILIÁRIO - Centro Social e Paroquial de Stª. Marinha do Zêzere	35	16

Fonte: Carta Social Municipal 2023-2026

Idosos Isolados

O processo de envelhecimento e feminização do mesmo, mais visível à medida que a idade avança, a evolução das famílias clássicas e núcleos familiares unipessoais formadas por idosos/as que vivem sozinhos/as, o elevado índice de longevidade, a diminuição da densidade populacional do território, são dimensões do envelhecimento que requerem atenção da comunidade pelo facto de serem um grupo populacional mais vulnerável que necessita que lhes seja assegurado quer o apoio e assistência necessária, seja da rede formal seja da rede de parentesco e de vizinhança, quer a participação cívica e comunitária.

Embora viver sozinho não seja sinónimo de viver só ou isolado, reconhece-se o risco de uma parte dessa população se tornar “invisível” na comunidade por estarem sozinhos, sem contactos sociais e sem retaguarda formal.

Programa de Policiamento de Proximidade- “Idosos Isolados + 65 anos”

Como exemplo de serviço prestado aos idosos a residir em situação de vulnerabilidade (sozinhos e/ou isolados), temos Programa de Policiamento de Proximidade- “Idosos Isolados + 65 anos”, no âmbito do Policiamento Comunitário e Programas Especiais na GNR.

É com esta missão de proximidade e combate ao risco de isolamento que, desde 2011, o Núcleo de Idosos em Segurança do Destacamento Territorial de Amarante da GNR atua no território de Baião e que desde 2017 conta, nas visitas domiciliárias efetuadas, com um reforço técnico especializado de ação social do Município de Baião. A decisão do município em se disponibilizar e acompanhar, através do pelouro dos Assuntos Sociais, os profissionais do Programa de Policiamento de Proximidade da GNR foi de encontro aos anseios da Equipa dos OPC, facilitando a avaliação técnica de cada uma das situações e o respetivo encaminhamento das situações de maior vulnerabilidade registadas.

Tabela 159| População Sénior isolada e/ou só, (N.º), acompanhada pelo Programa de Policiamento de Proximidade-
“Idosos Isolados + 65 anos”

ano	Nº Idosos/as Acompanhados/as (Nº)		
	Total	H	M
2020	45	13	32
2021	51	19	32
2022*	47	14	33

Fonte: Carta Social Municipal 2023-2026

São 47 o número de idosos no concelho de Baião, sinalizados em isolamento, a viverem sós ou com outras vulnerabilidades associadas, segundo o Núcleo de Idosos em Segurança do Destacamento Territorial de Amarante da GNR.

Tabela 160| População Sénior isolada e/ou só, (N.º), integrada nos serviços e projetos municipais (CLDS G e Centros de Relação Comunitária), 2022

Serviço/Projecto	Nº Idosos/as	
	Total	Isolados ou vivem sozinhos
CLDS 4G "Rede+" : 5 Ateliers Inter-Gerações	96	19
Centros de Relação Comunitária: 2	31	9

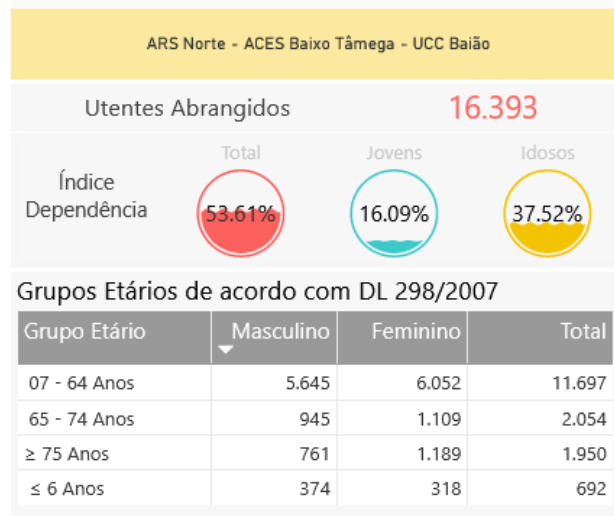
Fonte: Carta Social Municipal 2023-2026

Idosos acompanhados pela Saúde: A Unidade de Cuidados na Comunidade de Baião (UCC)

A UCC abrange um total de 16.393 pessoas inscritas, através da prestação de cuidados de saúde de proximidade, em casa e na comunidade, no local de trabalho e nas escolas, a indivíduos, famílias e grupos vulneráveis e fragilizados.

Neste recurso de saúde local, 2.054 pessoas inscritas possuem idades entre os 65 e os 74 anos e 1.950 idades iguais ou superiores a 75 anos.

Figura 57| Quadro Síntese dos dados da UCC Baião, dezembro de 2023



Fonte: <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/1/10010/1130455/Pages/default.aspx>

Equipa de Cuidados Continuados Integrados – Domiciliárias (ECCI) da UCC Baião

Em atividade no concelho de Baião, possui uma capacidade máxima de atendimento de 15 utentes, segundo os dados da Carta Social, traduzindo-se numa capacidade que não responde às necessidades desta população específica para um território com as características socio-demográficas e espaciais específicas como o Concelho apresenta. <https://www.cartasocial.pt/resultados-da-pesquisa?vt=23&tp=2304&l=13-02-00>

3.2.2| Pessoas com deficiência, incapacidade ou dependência

Em Baião, à semelhança do que vem sendo observado em Portugal, tem-se verificado um aumento considerável da proporção da população idosa. Ao aumento da idade encontra-se fortemente associado um aumento da dependência e da incapacidade, que tende a estender-se por um maior período face ao aumento da longevidade. Cumulativamente, há também múltiplas situações de dependência entre grupos etários mais jovens, de forma temporária ou permanente, o que face à atual estrutura de comportamentos familiares, sociais e laborais, determinam novas necessidades de resposta e serviços sociais.

Já referimos que não se dispõe de dados estatísticos oficiais e específicos sobre a população com deficiência, pelo que voltamos a recorrer ao indicador estatístico dos Censos de 2021, que retrata a “População residente com Dificuldades”.

A multiplicidade de situações passíveis de conduzirem indivíduos a situações de dependência (problemática transversal a indivíduos de todas as idades), a par de uma crescente opção pela manutenção dos indivíduos nas próprias residências (em detrimento da opção de institucionalização), têm gerado um crescimento deste público-alvo e subsequentemente do peso da importância das respostas e serviços necessários.

Considerando as taxas de prevalência da incapacidade³⁷ para a população com 5 ou mais anos de idade, segundo os quatro domínios essenciais da funcionalidade, verifica-se que 16% da população residente em Baião com 5 ou mais anos de idade possuía alguma incapacidade e que a incapacidade de “Andar e Subir degraus” afeta 9,9% dos residentes, seguida pela incapacidade em “ver” (5,2%), ao nível da cognição (4,7%) e audição (3,8%).

Tabela 161 | Taxas de prevalência da incapacidade para a população com 5 ou mais anos, total e para os quatro domínios essenciais da funcionalidade, por local de residência (NUT I/II/III/Município), Portugal, 2021

NUTS I, II, III Município	População residente com 5 ou mais anos		População residente com 5 ou mais anos com incapacidade		Tipo de funcionalidade (domínios essenciais)							
					Ver		Ouvir		Andar ou subir degraus		Memória ou concentração	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	9 935 472	100	1 085 472	10,5	352 129	3,5	281 815	2,8	607 135	6,1	340 187	3,4
Continente	9 468 118	100	1 035 071	10,9	334 709	3,5	269 997	2,9	579 282	6,1	324 830	3,4
Norte	3 452 488	100	383 570	11,1	122 575	3,6	99 900	2,9	214 264	6,2	119 806	3,5
Tâmega e Sousa	393 187	100	46 179	11,7	15 471	3,9	11 242	2,9	25 690	6,5	13 923	3,5
Baião	16 978	100	2 715	16,0	887	5,2	639	3,8	1 675	9,9	797	4,7

Fonte: INE, Censos 2021

Considerando não os quatro mas os cinco domínios essenciais da funcionalidade que os Censos 2021 também permitem, e isolando o grau mais elevado de dificuldade (*Tem Muita Dificuldade ou Não consegue efetuar a ação*) apurou-se a incidência concelhia do universo da população com maiores dificuldades, por tipo de dificuldade.

³⁷ Os Censos 2021 - XVI Recenseamento Geral da População. VI Recenseamento Geral da Habitação - apresentam dados recolhidos sobre a existência de dificuldades na realização de seis tipos de atividades/funções definidas no modelo recomendado pela Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (UNECE) para utilização em recenseamentos da população, que permitem uma aproximação ao conceito de incapacidade com base na funcionalidade, ou seja, como resultado da interação entre a pessoa e os fatores contextuais, e não o resultado de uma avaliação baseada em diagnósticos médicos de deficiência.

Tabela 162 | População residente com 5 ou mais anos com dificuldades, por grau mais elevado de dificuldade e pelos cinco domínios essenciais da funcionalidade, total e Tx Incidência, 2021

População residente com 5 ou mais anos de idade com dificuldades , por Tipo de dificuldade e Grau de dificuldade mais elevado e Incidência Concelhia										
2021	Ver					Ouvir				
	Pop. Residente com 5 ou mais anos, com Grau Mais elevado Dificuldade		Total pop. Residente 5 e mais anos idade		Incidência Concelhia (%)	Pop. Residente com 5 ou mais anos, com Grau Mais elevado Dificuldade		Total pop. Residente 5 e mais anos idade		Incidência Concelhia (%)
	Nº	%	Nº	%	5	Nº	%	Nº	%	4
Baião	887	100	16978	100	5	639	100	16978	100	4
2021	Andar ou subir degraus					Memória ou concentração				
	Pop. Residente com 5 ou mais anos, com Grau Mais elevado Dificuldade		Total pop. Residente 5 e mais anos idade		Incidência Concelhia (%)	Pop. Residente com 5 ou mais anos, com Grau Mais elevado Dificuldade		Total pop. Residente 5 e mais anos idade		Incidência Concelhia (%)
	N	%	N	%	10	N	%	Nº	%	5
Baião	1675	100	16978	100	10	797	100	16978	100	5
2021	Tomar banho ou vestir-se sozinho									
	Pop. Residente com 5 ou mais anos, com Grau Mais elevado Dificuldade		Total pop. Residente 5 e mais anos idade		Incidência Concelhia (%)					
	Nº	%	Nº	%	5					
Baião	815	100	16978	100	5					

Fonte: INE, Censos 2021 e cálculos da autora

Da tabela anterior resulta que das pessoas residentes com 5 ou mais anos de idade com graus mais elevados de dificuldade, por tipo de dificuldade que;

- ✓ 10% respeitava a incapacidade de “Andar e Subir degraus”;
- ✓ 5% respeitavam (exe quo) incapacidade de “Ver”, “Memória e Concentração” e “Tomar Banho ou vestir-se sozinho”;
- ✓ 4% respeitava a incapacidade de “Ouvir”.

As conclusões do estudo *“O Que nos Dizem os Censos sobre as Dificuldades Sentidas pelas Pessoas com Incapacidade”*³⁸, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) apontam para que a dificuldade em “andar ou subir degraus” é uma das incapacidades mais prevalentes em Portugal e tem um impacto significativo na probabilidade de estar ativo e/ou empregado. Quando alguém enfrenta essa dificuldade, a sua mobilidade é afetada, o que pode limitar as oportunidades de emprego e atividades diárias.

É importante reconhecer que a acessibilidade é fundamental para garantir que todas as pessoas, independentemente das suas capacidades, tenham igualdade de oportunidades. Investir em

³⁸ Instituto Nacional de Estatística - Censos 2021. O que nos dizem os Censos sobre as dificuldades sentidas pelas pessoas com incapacidades. Lisboa: INE, 2022. Disponível na [www: url:https://www.ine.pt/xurl/pub/66200373](https://www.ine.pt/xurl/pub/66200373) . ISBN 978-989-25-0632-6

infraestruturas acessíveis, programas de reabilitação e sensibilização pode ajudar a melhorar a qualidade de vida das pessoas com incapacidades e promover a sua participação ativa na sociedade. Em resumo, a dificuldade em andar ou subir degraus não apenas diminui a possibilidade de estar ativo e empregado, mas também destaca a necessidade contínua de criar ambientes inclusivos e acessíveis para todos.

O estudo revela ainda que a probabilidade de estar ativo e a probabilidade de estar empregado são inferiores quando existe pelo menos uma “incapacidade”. A dificuldade em andar ou subir degraus, além de ser a incapacidade mais prevalente em Portugal, é a que mais diminui a possibilidade de o cidadão estar ativo: a probabilidade baixa em 26,9 pontos percentuais.

Refere ainda que a incapacidade em ver é a que afeta relativamente menos o emprego destas pessoas, sendo que 20% das mesmas estavam ativas e 17,5% estavam empregadas à data dos Censos 2021. Em sentido inverso, a falta de mobilidade é a que mais penaliza: apenas 7,9% das pessoas com incapacidade estavam ativas e 7,1% empregadas.

A análise do INE dá ainda conta de que mais de um quarto das pessoas com incapacidade (29,1%) era viúva. A maior parte vivia em agregados sem crianças, quase 20% das pessoas viviam sozinhas, sobretudo idosos, quase 30% dos casos eram constituídos por agregados de dois adultos, em que pelo menos um deles era idoso.

De seguida, retrataremos estas “dificuldades” e todos os restantes dados disponíveis nos domínios da deficiência e/ou dependência por grupos populacionais mais específicos: Crianças e Jovens e Adultos e Idosos.

CRIANÇAS E JOVENS

De acordo com dados da Carta Social de Baião 2023-2026, e atendendo às dificuldades das crianças entre os 9 e os 14 anos de idade, por tipo e grau mais elevado de dificuldades, temos um universo de 83 crianças que dependerão dos adultos nas atividades de vida diária.

Tabela 163 | Total de Crianças com grau de “Muita dificuldade” ou “Não conseguem efetuar a ação”, por tipo de dificuldade

Grau / Tipo de dificuldade	Ver	Ouvir	Andar/Subir Escadas	Memória / Concentração	Tomar Banho/vestir sozinho	Compreender/ fazer-se Compreender	total
Tem muita dificuldade	19	2	3	11	6	9	50
Não consegue efetuar a ação	4	2	3	4	16	4	33

Fonte: INE, 2021

Complementamos estes dados sobre incapacidades e/ou deficiências com dados relativos ao Sistema de Proteção Social e às respostas sociais destinadas a esta população.

O abono de família para crianças e jovens é o montante atribuído mensalmente pela segurança social às famílias enquanto criam e educam os filhos, de montante variável em função do nível de rendimentos, da composição do agregado familiar e da idade do respetivo titular subsídio familiar e destina-se a crianças e jovens com idade inferior a 24 anos.

Tabela 164 | Requerentes e titulares do abono de família para crianças e jovens da Segurança Social (N.º), anos de 2019, 2020, 20201 e 2022

Município/ Anos	Beneficiários(Requerente)				Descendentes ou equiparados (Titulares)			
	2019	2020	2021	2022	2019	2020	2021	2022
Baião	1 882	1 797	1 668	1 633	2 604	2 492	2 297	2 251

Fonte: PORDATA (Informação disponível à data de 28/01/2011 (2001), de 06/06/2022 (2009-2021) e de 06/02/2023 (2022)).

Segundo os dados relativos aos beneficiários do abono de família processado pela Segurança Social nos últimos anos, percebemos que o nº de requerentes tem sofrido uma variação negativa ao longo dos últimos 4 anos, bem como o número de titulares (Crianças e jovens), espelhando a evidência já demonstrada da diminuição das pessoas residentes mais jovens e a nuclearização das estruturas familiares.

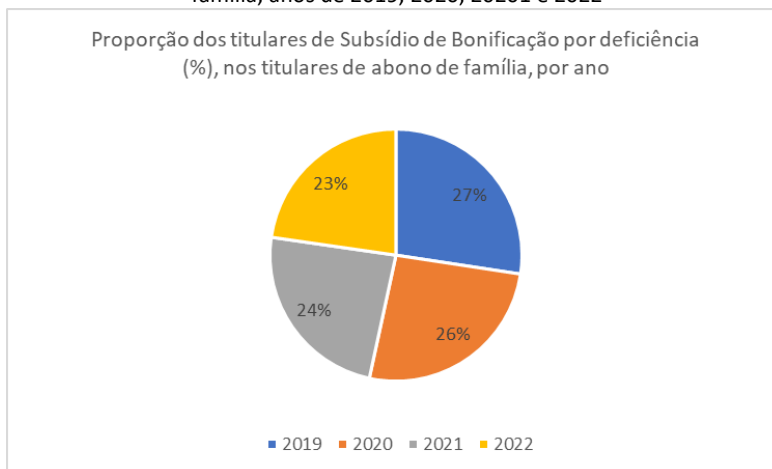
Assim, se relacionarmos os dados da Tabela anterior com os dados da tabela seguinte, referente aos titulares do subsídio de bonificação por deficiência da Segurança Social e nos detivermos no ano de 2022, concluímos que do universo de 2 251 crianças e jovens titulares de abono de família, 291 eram também beneficiários de complemento por deficiência.

Tabela 165 | Titulares de bonificação por deficiência da Segurança Social (N.º), anos de 2019, 2020, 20201 e 2022

Anos	Subsídio de Bonificação por deficiência- Titulares (nº)			
	2019	2020	2021	2022
Baião	437	397	336	291

Fonte: PORDATA (Informação disponível à data de 28/01/2011 (2001), de 06/06/2022 (2009-2021) e de 06/02/2023 (2022)).

Figura 58 | Proporção dos titulares de subsídio de Bonificação por deficiência (N.º), nos titulares de abono de família, anos de 2019, 2020, 2021 e 2022



Fonte: INE

De 2019 a 2022 a representatividade das crianças e jovens com deficiência no universo dos abonos familiares, como a figura anterior ilustra, cifra-se entre os 23% e os 27%.

A acrescer a este dado, dispomos de um outro que nos permite igualmente perceber a questão da deficiência nos escalões etários de crianças e jovens até aos 24 anos de idade e que respeita o “*Subsídio por frequência de estabelecimento de Educação Especial*”. Trata-se de uma prestação destinada a crianças e jovens com deficiência e idade inferior a 24 anos, para assegurar a compensação de encargos resultantes da aplicação de formas específicas de apoio, designadamente a frequência de estabelecimentos adequados de apoio (pedagógico ou terapêutico).

Tabela 166 | Titulares de subsídio por frequência de estabelecimento de Educação Especial (N.º), residentes em Baião, anos de 2021 e 2022

Anos	Titulares de Subsídio por Frequência de Estabelecimento de Educação Especial (N.º), por ano	
	2021	2022
Baião	202	119

Fonte: Sistemas de Estatística da Segurança Social (SESS/PFA). Informação atualizada a 01-08-2022.

Já retratamos anteriormente, no capítulo 3.1, especificamente 3.1.2 *Crianças e Jovens em Risco e/ou Perigo*, um outro conjunto de dados referentes à intervenção precoce e à educação inclusiva, que também nos fornecem dados sobre universo de crianças e jovens com deficiência e/ou incapacidades e que, forma resumida, aqui recordamos:

Equipa Local de Intervenção Precoce Baião

- ✓ Em 2022 acompanhou 35 crianças dos 0 aos 6 anos de idade residentes no do concelho de Baião
- ✓ As principais problemáticas apresentadas relacionam-se com atraso de desenvolvimento sem etiologia conhecida e outras condições específicas.

Educação Inclusiva

MEDIDAS SELETIVAS, universo específico de crianças e jovens com necessidades educativas especiais e/ou em risco.

- ✓ No letivo de 2021/2022, nos 3 Agrupamentos Escolares do Concelho, existiam 106 Crianças/jovens integradas em Medidas Seletivas;
- ✓ No Agrupamento de Escolas de Eiriz estavam integradas 31 crianças/jovens, no Agrupamento de Escolas do Sudeste do Concelho 30 e no Agrupamento de Vale de Ovil, 45;
- ✓ Representando o 3º ciclo aquele ciclo de ensino em que as medidas seletivas adquirem maior expressividade. (40 Crianças/jovens)

Centro de apoio à Aprendizagem (CAA) - UNIDADES ESPECIALIZADAS DE APOIO AO AUTISMO

- ✓ Agrupamento de Escolas de Vale de Ovil dispõe de um CENTRO DE APOIO À APRENDIZAGEM (CAA) – com duas UNIDADES ESPECIALIZADAS DE APOIO AO AUTISMO, 13 alunos estavam integrados ano letivo 2021/2022.

Transporte escolar adaptado

- ✓ Ano letivo 2022/2023, 23 Crianças/jovens necessitam e beneficiam desta medida

Equipa Comunitária de Saúde Mental - Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E. - Serviço de Psiquiatria da Infância e da Adolescência

- ✓ No ano de 2022 foram referenciados para a Equipa Comunitária de Saúde Mental 29 crianças e jovens residentes no Concelho de Baião

População Adulta e Idosa

Segundo o indicador estatístico INE de “dificuldade da população residente”, isolamos e analisamos a sua incidência na população idosa (65 ou mais anos), e, dentro desta por subgrupo etário específico, e pelo grau de dificuldade mais agravado (tem muita dificuldade ou não consegue efetuar a ação).

Tabela 167 | Dificuldades (N.º) da população residente com 15 e mais anos de idade com dificuldades na população Idosa e por grau mais elevado de dificuldade e Grupo etário, seis domínios essenciais da funcionalidade.

65 - 69 anos											
Ver		Ouvir		Andar ou subir degraus		Memória ou concentração		Tomar banho ou vestir-se sozinho		Compreender os outros ou fazer-se compreender	
Tem muita dificuldade	Não consegue efetuar a ação	Tem muita dificuldade	Não consegue efetuar a ação	Tem muita dificuldade	Não consegue efetuar a ação	Tem muita dificuldade	Não consegue efetuar a ação	Tem muita dificuldade	Não consegue efetuar a ação	Tem muita dificuldade	Não consegue efetuar a ação
91	6	45	3	159	17	51	7	21	24	21	8
70 - 74 anos											
Ver		Ouvir		Andar ou subir degraus		Memória ou concentração		Tomar banho ou vestir-se sozinho		Compreender os outros ou fazer-se compreender	
Tem muita dificuldade	Não consegue efetuar a ação	Tem muita dificuldade	Não consegue efetuar a ação	Tem muita dificuldade	Não consegue efetuar a ação	Tem muita dificuldade	Não consegue efetuar a ação	Tem muita dificuldade	Não consegue efetuar a ação	Tem muita dificuldade	Não consegue efetuar a ação
83	1	63	3	188	17	53	16	28	39	24	13
75 ou mais anos											
Ver		Ouvir		Andar ou subir degraus		Memória ou concentração		Tomar banho ou vestir-se sozinho		Compreender os outros ou fazer-se compreender	
Tem muita dificuldade	Não consegue efetuar a ação	Tem muita dificuldade	Não consegue efetuar a ação	Tem muita dificuldade	Não consegue efetuar a ação	Tem muita dificuldade	Não consegue efetuar a ação	Tem muita dificuldade	Não consegue efetuar a ação	Tem muita dificuldade	Não consegue efetuar a ação
309	17	350	12	682	205	292	119	216	341	140	85

Fonte: INE

Da leitura do conjunto da tabela anterior resulta;

- ✚ No Grupo etário dos 65 ou mais anos de idade, os que “*Não Consegue efetuar a Ação*”, de Ver”, Ouvir”, “Andar ou Subir degraus”, “Memória e Concentração”, “Tomar Banho e Vestir-se Sozinho” e “Compreender os outros ou Fazer-se Compreender”, perfazem um total de 933 pessoas;
- ✚ No Grupo etário dos 65 ou mais anos de idade, os que “*Tem muita Dificuldade em “Ver”, Ouvir*”, “Andar ou Subir degraus”, “Memória e Concentração”, “Tomar Banho e Vestir-se Sozinho” e “Compreender os outros ou Fazer-se Compreender”) perfazem um total 2 771 pessoas;
- ✚ Onde reside o maior grau de dificuldade (*Não consegue ou Tem muita dificuldade*), é no “Andar ou Subir Degraus” (1669 pessoas), seguida de “VER” (864), “Tomar Banho ou vestir-se Sozinho” (793 pessoas), “Memória e Concentração” (782 pessoas), “Ouvir” (635 pessoas) e, por último, “Compreender os outros ou Fazer-se Compreender” (402).

Complementamos estes dados sobre incapacidades e/ou deficiências com dados relativos ao sistema de Proteção social e às respostas sociais destinadas a esta população.

A Prestação Social para a Inclusão (PSI)

A Prestação Social para a Inclusão (PSI) é uma prestação mensal que se destina às pessoas que tenham uma deficiência da qual resulte um grau de incapacidade igual ou superior a 60% ou ter um grau de incapacidade igual ou superior a 80%, no caso de já ser titular de pensão de invalidez.

É constituída por uma componente base e um complemento (sendo que este é atribuído em situação de carência ou insuficiência económica).

Na componente base para os beneficiários com idade inferior a 18 anos o valor mensal é de 149,21€, acrescido de 35% em situações de agregado familiar monoparental e para os beneficiários com idade igual ou superior a 18 anos, o valor máximo mensal é de 298,42 €.

No complemento, grosso modo, o valor máximo mensal é de 488,22 € e cada beneficiário receberá um valor diferenciado, que corresponderá à diferença entre o valor do limiar do complemento e a soma dos rendimentos do agregado familiar de cada um.

Tabela 168| Beneficiários da Prestação Social para a Inclusão (N.º), por sexo e grupo etário, no Tâmega e Sousa e Concelho, 2019, 2020 e 2021

Período de referência dos dados	Local de residência	Beneficiárias/os da prestação social para a inclusão da segurança social (N.º) por Sexo			Beneficiárias/os da prestação social para a inclusão da segurança social (N.º) por Grupo etário					
		Sexo			Grupo etário					
		HM	H	M	Menos de 25 anos	25 - 29 anos	30 - 39 anos	40 - 49 anos	50 - 54 anos	55 e mais anos
2021	Tâmega e Sousa	5468	2749	2719	476	357	1418	883	927	1407
	Baião	285	134	151	22	16	77	43	56	71
2020	Tâmega e Sousa	4711	2429	2282	352	332	1197	801	777	1252
	Baião	244	119	125	21	13	65	38	41	66
2019	Tâmega e Sousa	4408	2273	2135	272	335	791	1204	735	1071
	Baião	238	115	123	15	14	42	72	30	65

Fonte: Pordata

Tabela 169| Valor processado da Prestação Social para a Inclusão(€milhares), por sexo, no Tâmega e Sousa e Concelho, 2019, 2020 e 2021

Local de residência	Valor processado da prestação social para a inclusão da segurança social (€) por sexo; Anual								
	2021			2020			2019		
	Sexo			Sexo			Sexo		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
€	€	€	€	€	€	€	€	€	
Tâmega e Sousa	18709	9658	9051	16278	8544	7734	14559	7685	6874
Baião	983	482	501	840	420	420	779	387	393

Fonte: Pordata

Por consulta aos dados disponíveis, podemos demonstrar que se registou uma tendência de crescimento dos beneficiários da prestação social PSI nos últimos 3 anos no concelho de Baião e que do conjunto dos mesmos, as mulheres lideram a titularidade dessa prestação. De salientar que no grupo etário dos 55 e mais anos o nº de beneficiários cresceu nesse período de tempo, mas é no grupo dos 30 aos 39 anos que essa subida foi mais acentuada.

Subsídio por assistência de terceira pessoa

Quanto ao “subsídio por assistência de terceira pessoa” ele traduz-se no montante atribuído mensalmente pela segurança social às famílias para apoiar crianças que se encontrem numa situação de dependência por causas exclusivamente imputáveis à deficiência (sem usufruírem

do subsídio de educação especial) e adultos pensionistas de sobrevivência, invalidez ou velhice que se encontrem em situação de dependência.

Tabela 170| Beneficiários de Subsídio por Assistência à 3ª pessoa (Nº), no Tâmega e Sousa e municípios, em 2022.

Anos	Subsídio por assistência à 3ª pessoa		
	2020	2021	2022
Tâmega e Sousa	658	656	649
Amarante	66	64	69
Baião	23	21	21
Castelo de Paiva	26	28	26
Celorico de Basto	15	13	14
Cinfães	16	15	12
Felgueiras	79	77	73
Lousada	93	91	88
Marco de Canaveses	105	109	109
Paços de Ferreira	82	87	88
Penafiel	141	139	137
Resende	12	12	12

Fonte: PORDATA

Não são nem muito significativos nem muito oscilantes, os números de beneficiários desta prestação ao longo dos últimos 3 anos. Baião, em 2022, registava-se 21 beneficiários desta prestação social, ocupando o 4º lugar dos municípios da Sub-região do Tâmega e Sousa com menos beneficiários.

Tabela 171| Resumo dos Titulares e Beneficiários de prestações Sociais por Deficiência (Nº), no Concelho, 2022.

Titulares e Beneficiários das prestações sociais por deficiência	Ano 2022
Nº titulares de bonificação por deficiência	291
Nº Titulares de Subsídio por frequência de Estabelecimento Ensino Especial	119
Nº Titulares de subsídio por assistência a 3ª pessoa	21
Nº Beneficiários da PSI	296

Fonte: INE, PORDATA e ISS- Centro Distrital do Porto-Sistemas de Estatística da Segurança Social (SESS/PFA).

Estatuto de Cuidador Informal

Dada a reconhecida importância do papel dos cuidadores informais na prestação de apoio e dos cuidados necessários a pessoas em situação de dependência no domicílio (familiares ou não), importa acautelar o público-alvo dos cuidadores informais e providenciar um suporte social devidamente estruturado que acompanhe as necessidades deste segmento da população. Para o efeito, é crucial desenvolver estudos e análises aprofundadas na área dos cuidadores informais (com estatuto oficialmente atribuído ou não) à escala concelhia que retrate a diversidade do perfil dos cuidadores informais existentes e concorra para a planificação e estruturação de respostas adequadas e ajustadas em função desse perfil e das necessidades da procura.

Esta necessidade é reforçada com a entrada em vigor do Decreto Regulamentar n.º 1/2022, que define os termos e as condições do reconhecimento do estatuto de cuidador informal, e que face aos termos e condições aí definidas deixará de fora, estamos convictos, um leque diversificado de cuidadores informais que não conseguirão obter e ver reconhecido o seu estatuto de cuidador e por essa via aceder a um conjunto de apoios e direitos.

Tabela 172 | Nº Titulares do Estatuto de Cuidador Informal (Nº), no Concelho, 2022.

Estatuto Cuidador Informal	2022	2023
Nº de Titulares com Estatuto de Cuidador Informal	23	33
Nº requerimentos a aguardar decisão e avaliação	4	0

Fonte: ISS- Centro Distrital do Porto, 2022 e 2023

De 2022 para 2023 registou-se um aumento de mais 10 cuidadores informais com estatuto, perfazendo 33 à data dezembro 2023.

Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)

Em termos de respostas sociais destinadas exclusivamente a pessoas com deficiência, temos os CACI's, que se destinam a pessoas com deficiência, com idade igual ou superior a 18 anos, que não possam por si só, temporária ou permanentemente, dar continuidade ao seu percurso formativo ou exercer uma atividade profissional, ou ainda que se encontrem em processo de inclusão socioprofissional, designadamente entre experiências laborais.

Nas respostas tipificadas de **CACI**, existem duas no Concelho, com capacidade para 60 pessoas e encontram-se integradas 60, evidenciando uma ausência de capacidade para responder à evolução das necessidades desta população.

Tabela 173 | Nº Utentes dos Centros de Atividade e Capacitação para a Inclusão- CACI, no Concelho, 2022.

Equipamento	Capacidade	Utentes		
		Total	Com Acordo	Sem Acordo
CENTRO DE ATIVIDADE E CAPACITAÇÃO PARA A INCLUSÃO (CACI) - CHAVÃES	30	30	30	0
Santa Casa da Misericórdia de Baião				
CENTRO DE ATIVIDADE E CAPACITAÇÃO PARA A INCLUSÃO (CACI) - MESQUINHATA	30	30	25	5
Santa Casa da Misericórdia de Baião				

Fonte: Carta Social Bioa 2023-2026

De referir que no âmbito das respostas sociais tipificados, os CACI revestem-se da única resposta social existente em Baião. Um dos CACI está em funcionamento desde 1995 e o outro desde 2009, pelo que a experiência e o conhecimento acumulado sobre os contextos familiares desta população e sobre o próprio perfil sociodemográfico e económico das mesmas, aponta para a necessidade de criação de Equipamentos alternativos e complementares a esta resposta social pelo elevado envelhecimento e dependência dos cuidadores principais dos utentes dos CACI's.

Por fim, importa salientar que estas preocupações já estavam espelhadas quer no Diagnóstico Social 2014 quer no Plano de Desenvolvimento Social de Baião para 2014-2020, ambos documentos aprovados pelo Conselho Local de Ação Social de Baião (CLASB), e onde nos mesmos se impelia à necessidade de reflexão em torno da existência de sistemas de suporte apropriados às necessidades de vida, quer das pessoas com deficiência, quer à população idosa,

onde as questões associadas aos cuidadores informais, na promoção das suas competências pessoais e profissionais e na promoção do descanso e prevenção do esgotamento físico e mental intenso associado à prestação continuada dos cuidados, aconselhavam a que fossem concebidos projetos e medidas sustentadas e concertadas de intervenção dos parceiros.

Neste contexto, já em 2014, e numa ação proativa, a Câmara Municipal de Baião, concertou e subscreveu um Contrato-programa de desenvolvimento social para a inovação em geriatria e família com a Santa Casa da Misericórdia de Baião, com a finalidade única de contribuir para minorar esse flagelo pessoal e familiar, criando condições para a implementação de uma resposta atípica e precursora na comunidade. Em 2020 aquele Contrato foi revisto. No âmbito do mesmo foram constituídas duas valências sociais inovadoras:

- a) *Unidade de Acolhimento Geriátrico (UAG)* destinada à prevenção e tratamento para situações de demências, composta por duas camas, no Lar de S. Bartolomeu;
- b) *Unidade de Apoio ao Cuidador (UAC)* destinada ao alojamento temporário de pessoas idosas acamadas ou pessoas portadoras de deficiência e/ou incapacidades, permitindo que os cuidadores informais usufruam de um período de descanso, composta por duas camas, no Lar de S. Bartolomeu;

3.2.3 | Migrantes e Refugiados

População estrangeira

No anterior ponto 2.1 Dinâmica Demográfica, especificamente na temática “população estrangeira” (páginas 28 e 29) já foram retratados dados sobre a população estrangeira, nomeadamente quanto à sua evolução e expressão no Concelho, segundo os Censos.

Tínhamos verificado que o peso percentual na população residente da população estrangeira, em 2022, foi de 0,8%, sendo que o sexo masculino é superior (1,0%) à do sexo feminino (0,7%), que nos últimos três anos os estrangeiros de nacionalidade brasileira se traduzem nos mais representativos, não obstante dos estrangeiros de países asiáticos serem os que traduzem um aumento mais acentuado nestes últimos anos.

Para este perfil os estudos disponíveis, apontam para que os estrangeiros, particularmente os estrangeiros extracomunitários, se traduzam num grupo populacional com forte vulnerabilidade à pobreza ou à exclusão social.

Se nos detivermos no indicador da “Migração³⁹”, ou seja na população que entrou no Concelho, após 2010, por motivo de entrada, verificamos, em 2021, que o “retorno após período de emigração” é o motivo predominante (335 pessoas), sendo significativo que os objectivos de “reunificação familiar/formação de família”, “estabelecer residência” e “trabalho”, no seu conjunto, permitem verificar da importância desta migração na dinâmica sociodemográfica e económica do Concelho. O contingente absoluto de pessoas que retornam a Baião “após período de emigração” possui igualmente impacto na estrutura etária da população e no perfil diferenciado da população sénior que regressa ao Concelho, com, em princípio, melhores condições socioeconómicas.

Tabela 174 | População residente que entrou no Concelho (MIGRAÇÃO), por motivo de entrada, Censos 2021

Local de residência (à data dos Censos 2021)	População residente que entrou em Portugal após 2010 (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), por Motivo de entrada								
	Total	Retorno após período de emigração	Trabalho	Educação e formação	Reunificação familiar ou formação de família	Saúde ou tratamento médico	Estabelecer residência	Situações de violência ou de violação de direitos humanos no país de origem	Outro motivo
Baião	748	335	93	17	76	19	68	3	137
Freunde	41	21	2	1	2	0	13	0	2
Gestaço	39	18	1	0	2	0	4	0	14
Gove	81	38	8	1	9	2	3	0	20
Grilo	22	7	2	0	4	0	1	0	8
Loivos do Monte	23	9	4	0	2	0	1	0	7
Santa Marinha do Zêzere	69	32	14	1	3	2	0	0	17
União das freguesias de Ancede e Ribadouro	94	43	14	0	16	6	1	0	14
União das freguesias de Baião (Santa Leocádia) e Mesquinhata	41	22	4	0	3	2	6	0	4
União das freguesias de Campelo e Ovil	167	72	22	6	20	5	15	0	27
União das freguesias de Loivos da Ribeira e Tresouras	17	4	1	1	4	1	5	0	1
União das freguesias de Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas	53	18	9	3	6	1	6	0	10
União das freguesias de Teixeira e Teixeiró	45	26	2	1	2	0	5	3	6
Valadares	35	14	6	3	3	0	3	0	6
Viariz	21	11	4	0	0	0	5	0	1

Fonte: INE

A migração é um fenómeno complexo que pode trazer desafios e oportunidades, tanto para os migrantes, quanto para as comunidades de destino. Os migrantes enfrentam obstáculos na adaptação a uma nova cultura, na busca por emprego e habitação, no acesso a serviços básicos como saúde e educação, e podem ser vítimas de discriminação e preconceito. Por outro lado, a migração também pode trazer benefícios, como a diversidade cultural, o aumento da mão-de-obra disponível e a contribuição para a economia local.

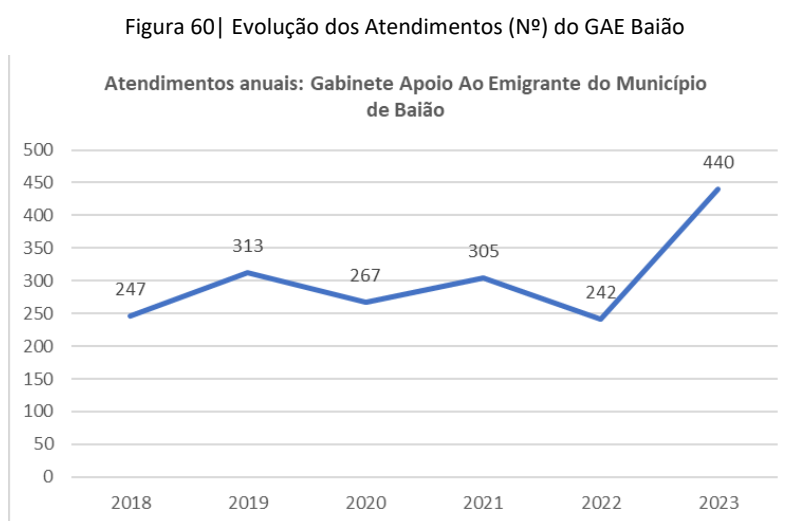
Para garantir a proteção dos direitos dos migrantes e promover uma migração segura, ordenada e regular, é importante que se implementem políticas migratórias baseadas em princípios de direitos humanos. Isso inclui o estabelecimento de mecanismos para a regularização da situação migratória, a promoção da inclusão social e económica dos migrantes, e o combate ao tráfico de pessoas e outras formas de exploração.

³⁹ Migração: Deslocação de uma pessoa através de um determinado limite espacial, com intenção de mudar de residência de forma temporária ou permanente. A migração subdivide-se em migração internacional (migração entre países) e migração interna (migração no interior de um país).

O Gabinete de Apoio ao Emigrante de Baião (GAE)

O Gabinete de Apoio ao Emigrante de Baião (GAE) é uma estrutura/serviço municipal de apoio aos cidadãos baionenses emigrados, que pretendam regressar ou que tenham como objetivo iniciar um processo de migração. A Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei nº 50/2018), concretizada pelo Decreto-Lei n.º 104/2018, estabelece que é da competência dos órgãos municipais a instrução e gestão dos Gabinetes e Apoio aos Emigrantes, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e com a rede nacional de lojas de cidadão.

Ao longo dos últimos seis anos, ocorrem a este GAE um número significativo de pessoas, conforme gráfico seguinte:



Fonte: Município de Baião – Divisão Social, Educação e Desporto - Unidade dos serviços sociais - dezembro 2023

Não sendo possível evidenciar o perfil de atendimentos por indicadores sociodemográficos (País de origem, Idades, Sexo, Escolaridade e situação face ao Emprego), foi possível através de entrevista à responsável do GAE do município, concluir o seguinte:

❖ **EMIGRAÇÃO:**

- ✓ Cerca de 80% dos atendimentos efetuados respeitam a pessoas reformadas;
- ✓ Maioria das pessoas são provenientes de Países Europeus (França, Bélgica e Luxemburgo);
- ✓ Nos últimos 2 anos, tem aumentado pessoas oriundas do Brasil;
- ✓ São predominantemente do sexo masculino e em idade de reforma ou pré-reforma;
- ✓ Assuntos mais tratados são questões relativas a reformas e subsídio de desemprego;

❖ **IMIGRAÇÃO:**

- ✓ Não é tão acentuada as pessoas quanto ao sexo (masculino/feminino), sendo seu volume processual mais equilibrado;

- ✓ Tratam-se predominantemente de pessoas em idade ativa;
- ✓ Têm aumentado significativamente assuntos relativos a IMIGRANTES, oriundos de países fora da UE e do espaço Schengen;
- ✓ Dos que são oriundos de países da UE e do espaço Schengen⁴⁰, os assuntos mais tratados prendem-se com o Emprego, a Habitação e a legalização de documentação, traduzindo-se o GAE numa mais valia pela eficácia e eficiência no apoio efetivo aos assuntos em causa;
- ✓ Dos que são oriundos fora de países fora da UE e do espaço Schengen, os assuntos mais tratados prendem-se mais com a legalização dos vistos temporários e emissão dos certificados de residência, assumindo o GAE um apoio mais administrativo na condução dos pedidos por não ter autonomia funcional para esses Imigrantes; as questões do emprego, habitação e saúde são também assuntos colocados ao GAE;

Refugiados

O governo português tem implementado políticas e programas de apoio à integração dos refugiados na sociedade portuguesa, como cursos de português, capacitação profissional e acesso a serviços de saúde, educação e protecção social. No entanto, o sucesso na integração de refugiados em Portugal não se deve apenas às políticas nacionais, mas também ao envolvimento das autarquias, organizações da sociedade civil e comunidades imigrantes. Essa colaboração tem contribuído para uma evolução positiva nas práticas de acolhimento e integração.

A mobilização da autarquia de Baião, das instituições baionenses e da sociedade civil, permitiu criar condições de acolhimento para 33 pessoas que escolheram Baião para fugir ao flagelo da guerra da Ucrânia.

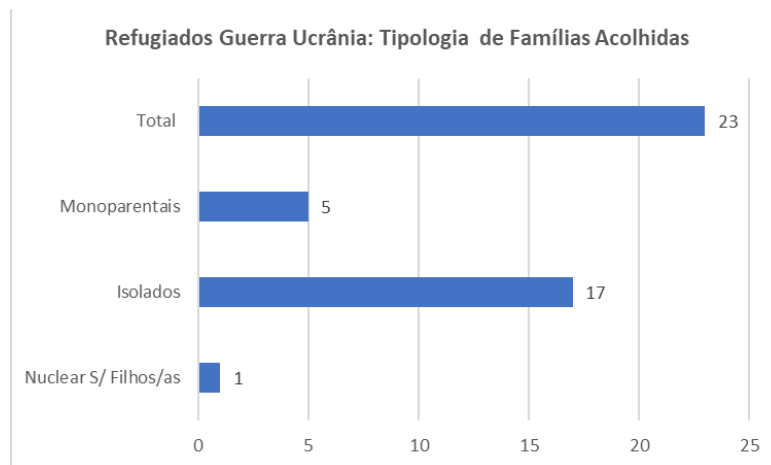
Baião recebeu desde março de 2021, um grupo de pessoas refugiadas vindos da Ucrânia através do Alto Comissariado para as Migrações.

O grupo de refugiados da guerra a residir em Baião é composto, à data de dezembro 2022, por 23 agregados familiares, correspondendo a 33 pessoas, na sua maioria cidadãos naturais da Ucrânia. Foram também acolhidos no Município de Baião indivíduos naturais da Argélia, Costa

⁴⁰ O espaço Schengen inclui 27 países: 23 dos 27 Estados-Membros da EU e todos os membros da Associação Europeia de Comércio Livre (Islândia, Listenstaine, Noruega e Suíça) Em 1 de janeiro de 2023, a Croácia tornou-se o 27.º país a aderir plenamente ao espaço Schengen. Em 30 de dezembro de 2023, o Conselho acordou em suprimir os controlos nas fronteiras internas aéreas e marítimas com a Bulgária e a Roménia. Seguir-se-á posteriormente uma nova decisão de supressão dos controlos nas fronteiras terrestres. Os controlos nas fronteiras internas com Chipre ainda não foram suprimidos e a Irlanda não faz parte do espaço Schengen.

do Marfim, Marrocos e Nigéria, que eram residentes naquele país do Leste da Europa à data do início da guerra, sendo por isso, considerados refugiados.

Figura 61| Refugiados Guerra Ucrânia: Tipologia de Famílias Acolhidas em Baião



Fonte: Município de Baião – Divisão Social, Educação e Desporto - Unidade dos serviços sociais - dezembro 2023

Tabela 175| Caracterização dos Refugiados Ucrânia acolhidos em Baião, por sexo e escalão etário

Refugiados Guerra Ucrânia acolhidos Baião			
Grupo etário	sexo		
	Masculino	Feminino	Total
0-18 anos	6	3	9
19-25 anos	0	12	12
26-40 anos	1	5	6
40-70 anos	0	6	6
Total	7	26	33

Fonte: Município de Baião – Divisão Social, Educação e Desporto - Unidade dos serviços sociais - dezembro 2023

É de realçar que o acolhimento não se cingiu à disponibilização de alojamento para todos. O apoio da autarquia e da comunidade baionense foi ainda mais além ao proporcionar bens de primeira necessidade, refeições confeccionadas e bens para confeção própria, auxílio no acesso ao sistema nacional de saúde e a cuidados de saúde primários e na obtenção de toda a documentação para poderem beneficiar da Lei de Proteção Temporária de Pessoas Deslocadas, diálogo com os Agrupamentos de Escolas para a integração das crianças ucranianas no sistema educativo e articulação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional e com o Instituto de Segurança Social para a inserção no mercado de trabalho e formação de turmas para aprendizagem do português e obtenção de subsídios de apoio.

Desde o seu acolhimento, até à data de hoje, que a Câmara Municipal de Baião, através do Gabinete Apoio ao Emigrante, continua a acompanhar e a promover a integração dos cidadãos e cidadãs da comunidade de refugiados através da sua integração e participação ativa na vida local como sejam nos eventos realizados no Concelho, tais como o Festival do Anho Assado com Arroz de Forno e o Grande Prémio de Baião de Motonáutica, integração das crianças nas escolas

de dança, no acesso gratuito às infraestruturas desportivas municipais, como as piscinas, a integração em equipas de futebol Sénior e equipas de formação infanto-juvenil do associativismo local, na organização e participação em passeios convívio e de partilha, do acompanhamento por parte da unidade dos serviços sociais do município, procurando quer amenizar o sentimento provocado pela situação que se vive no seu país de origem quer concorrer para a sua integração plena na comunidade baionense.

3.3. - Área da Pobreza e Exclusão Social

Inclui problemáticas sociais de exclusão social severa em situação de grande fragilidade e desestruturação pessoal ou familiar. Nesta categoria integram-se situações de carência material, ou outra, em que indivíduos ou grupos se encontram numa situação de rutura com os vínculos sociais humanos e socioeconómicos. Na área da Pobreza e Exclusão Social estão incluídas as seguintes problemáticas sociais: Dependências; Saúde Mental; Disfuncionalidade e Desestruturação Individual e Familiar

Apresenta um quadro global de necessidade de respostas especializadas e mais profissionalizadas.

Pobreza e a exclusão social são conceitos relacionados, mas cada um tem uma definição e abordagem diferentes. Da mesma forma quando consideramos a **Taxa de Pobreza** ou a **Taxa de Pobreza e Exclusão Social**, estamos a falar de conceitos diferenciados, embora correlacionados, que importa esclarecer, de forma sucinta:

Pobreza: A pobreza é um estado socioeconómico caracterizado pela falta de recursos materiais e financeiros necessários para atender às necessidades básicas de uma pessoa ou família. Isso pode incluir a falta de acesso adequado a alimentos, habitação, cuidados de saúde, educação e oportunidades de emprego. A carência ou a gravidade da carência material e financeira é aferida por relação a um limiar definido, sendo mais grave quando mais uma pessoa/agregado familiar se afasta desse limiar. É portanto um conceito relativo.

Exclusão Social: A exclusão social é um conceito mais amplo que vai além da pobreza puramente material. Refere-se à falta de participação plena e igualitária na sociedade devido a diversos fatores, como pobreza material, discriminação, desigualdade de oportunidades, falta de acesso a serviços básicos, entre outros. A exclusão social pode resultar em marginalização, isolamento social e falta de integração nas comunidades e instituições sociais. Pode afetar não apenas o bem-estar material, mas também o bem-estar psicológico e emocional das pessoas.

Taxa de Pobreza: A taxa de pobreza é uma medida quantitativa que geralmente se refere à percentagem da população que vive abaixo de um determinado limite de rendimento, chamado de *linha de pobreza*. É uma medida importante para avaliar a distribuição de rendimento num determinado território (País, região, município etc..) e identificar grupos populacionais que podem estar em situação de vulnerabilidade económica, por relação a esse limiar estabelecido.

❖ **Taxa Risco de Pobreza**

Taxa Risco de Pobreza (2022): tem como base um limiar de pobreza de 60% do rendimento mediano disponível. Mede a **proporção de habitantes com rendimentos monetários líquidos (por adulto equivalente) inferiores a 7 095 euros anuais (591 euros por mês)**, ou seja rendimentos inferiores ao limiar de pobreza definido.

Por sua vez, a **taxa de intensidade da pobreza** é uma medida adicional importante para entender não apenas a extensão da pobreza numa população ou território, mas também a gravidade da situação financeira das pessoas que estão abaixo da linha de pobreza.

Essa medida é útil porque reconhece que nem todas as pessoas abaixo da linha de pobreza estão na mesma situação. Algumas podem estar apenas ligeiramente abaixo do limiar, enquanto outras podem estar em uma situação muito mais precária. A **taxa de intensidade da pobreza** mede o quão longe, em média, as pessoas que estão abaixo da linha de pobreza estão dessa linha. Isso permite uma compreensão mais completa da pobreza, levando em consideração não apenas quem está abaixo do limiar de pobreza, mas também em que medida eles estão abaixo dele. É possível também detalhar o **limiar de pobreza mais baixo** (corresponde a 40% do rendimento mediano) que está associado a uma pobreza extrema.

É importante observar que o limiar de pobreza é apenas uma medida e não capta totalmente a complexidade da pobreza e da exclusão social. Fatores como custo de vida, acesso a serviços básicos, como saúde e educação, e desigualdades regionais também desempenham um papel significativo na determinação da situação de pobreza em Portugal.

Em síntese, **o risco de pobreza monetária** não mede o impacto do aumento do custo de vida no orçamento familiar. A sua leitura é apenas na ótica do rendimento auferido pelo agregado e a sua comparação com o limiar de pobreza. Nesse sentido, a perda de poder de compra por parte da população não se reflete neste indicador, sendo por isso estéril na sua capacidade de compreender o impacto do aumento de custo de vida no empobrecimento da população residente.

❖ **a taxa de pobreza ou exclusão social (PES)**

A estratégia económica de crescimento da União Europeia (estratégia Europa 2030), define, entre outros objetivos, a redução do número de pessoas em **risco de pobreza ou exclusão social** na União Europeia em, pelo menos, 15 milhões de pessoas até 2030, incluindo pelo menos 5 milhões de crianças. A mesma estratégia define um novo indicador de monitorização da população em risco de pobreza ou exclusão social, que conjuga as condições de **risco de pobreza**⁴¹, **de privação material e social severa**⁴² e **de intensidade laboral per capita muito reduzida**⁴³.

Em resumo, enquanto **a taxa de pobreza** é uma medida quantitativa que se concentra no rendimento e na distribuição de recursos materiais, **a pobreza e a exclusão social** são conceitos mais amplos que abrangem uma gama mais ampla de fatores socioeconómicos e psicossociais que podem afetar a qualidade de vida e a participação na sociedade.

Dados estatísticos gerais:

Os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, realizado em 2023 pelo INE, sobre rendimentos do ano anterior, indicam que **17,0%** das pessoas estavam em **risco de pobreza** em 2022, mais 0,6 pontos percentuais (p.p.) do que em 2021. **A taxa de risco de pobreza** correspondia, em 2022, à proporção de habitantes com rendimentos monetários líquidos (por adulto equivalente) inferiores a 7 095 euros (591 euros por mês).

Acresce que em 2022, a **taxa de intensidade da pobreza** ascendeu a 25,6%, mais 3,9 p.p. do que no ano anterior (21,7%)

No entanto, em 2023 (rendimentos de 2022), os dados oficiais também nos informam que a taxa de pobreza ou exclusão social (PES) se situava em 20,1% (o mesmo valor do ano anterior) (pessoas em risco de pobreza relativa ou a viver em agregados com intensidade laboral per capita muito reduzida ou em situação de privação material e social severa), sendo que 16.4% está em risco de pobreza monetária, 5.3% está em situação de privação material e social severa e 5.6% da população com menos de 65 anos vive em agregados com intensidade laboral muito reduzida.

⁴¹ Rendimento médio disponível pelo agregado e a sua comparação com o limiar de pobreza.

⁴² Está em situação de **privação material e social severa** quem vive uma situação de carência por incapacidade financeira de, pelo menos, sete de treze itens de **privação material e social**. E, em **privação material e social** quem vive uma situação de carência por incapacidade financeira de, pelo menos, cinco de treze itens de privação material e social.

⁴³ Intensidade Laboral Muito Reduzida: Refere-se a situações em que as pessoas trabalham muito pouco ou têm dificuldade em encontrar emprego.

No estudo “Pobreza e Exclusão Social. Relatório 2023⁴⁴” do Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza, EDIÇÃO EAPN Portugal, 2023, foi magnificamente estudada a “**Pobreza ou Exclusão Social: a vulnerabilidade na ótica do Inquérito para as Condições de Vida e Rendimento**”.

Do mesmo, destacamos as seguintes informações:

❖ **Grupo sociais vulneráveis**

Desde 2015 que o perfil dos **grupos mais vulneráveis ao risco de pobreza ou exclusão social** pouco ou nada de se tem alterado.

Em 2022, permanecem como grupos mais vulneráveis os **desempregados** (60.1%), seguidos de outras pessoas fora do mercado de trabalho (excluindo desempregados e reformados) (35.5%); **as famílias compostas por apenas um adulto e pelo menos uma criança dependente** (35.7%), seguida das **famílias com dois adultos e três ou mais crianças** (27.8%) e **das famílias compostas por apenas um adulto isolado** (26.7%); **os estrangeiros com nacionalidade extracomunitária** (34.1%); as pessoas que vivem em **alojamentos arrendados**, nomeadamente com renda a preço reduzido ou gratuito (33.8%); as **pessoas com um grau de limitação da atividade severo** (31.4%); as **pessoas com baixo nível de escolaridade** (no máximo até ao ensino básico (27.7%); os **residentes em áreas pouco povoadas** (26.4%); **as mulheres** (20.7%); **as crianças** (20.7%), com uma pequena diferença face à **população com 65 anos ou mais anos** (20.5%).

Alguns destes grupos acumulam vulnerabilidades, tendo simultaneamente maior risco de pobreza ou exclusão social, maior risco de pobreza monetária e maior intensidade laboral muito reduzida. Infelizmente, os dados disponibilizados pelo Eurostat não permitem analisar a privação material e social severa para todos os grupos analisados neste relatório. No entanto, tendo em conta os três indicadores apontados acima, **as mulheres, os desempregados, as pessoas com baixo nível de escolaridade, os estrangeiros extracomunitários e as pessoas que vivem em alojamentos arrendados** são os grupos que acumulam fortes vulnerabilidades nos três indicadores.

Privação material e social

O indicador de privação que compõe o risco de pobreza ou exclusão social é o da **privação material e social severa**. Está em situação de privação material e social severa quem vive uma situação de carência por incapacidade financeira de, pelo menos, **sete de treze itens de privação material e social**⁴⁵24. No entanto, os dados disponibilizados pelo Eurostat apenas permitem a

⁴⁴ file:///C:/Users/CPCJ/Desktop/ds%20janeiro%202024/ONLCP_PES_relatorio2023_final.pdf. Recomendamos consulta.

⁴⁵ INE. Meta informação Condição da população que vive em situação de carência por dificuldades económicas de, pelo menos, cinco de treze itens de privação material e social. Sete dos treze itens são recolhidos ao nível do agregado: a) capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha

caracterização desta população com base no sexo e no grupo etário. Uma análise mais fina dos grupos mais vulneráveis à privação é, no entanto, possível através da privação material e social, ou seja, quando existe a carência de cinco em treze itens de privação.

Em 2022, em Portugal, encontrava-se em **situação de privação material e social severa 5.3%** da população, e em **situação de privação material e social 11.9%** da população. A leitura deste indicador é essencial para compreendermos a vulnerabilidade da população. Em causa estão itens de privação importantes associados à alimentação, à pobreza energética, aos atrasos nos pagamentos de serviços essenciais, à possibilidade de ter uma almofada financeira para fazer face a despesas inesperadas, itens associados a sociabilidade e convivência social, etc.

Os grupos mais vulneráveis à **privação material e social** correspondem simultaneamente aos grupos mais vulneráveis à pobreza ou exclusão social: população que vive em alojamentos arrendados a preço reduzido ou gratuita (40%); desempregados (33%); famílias com apenas um adulto e crianças dependentes (22.7%); população estrangeira extracomunitária (19.4%); população com baixos níveis de escolaridade (18.9%); idosos (15.2%); e mulheres (13%).

Tal como nos indicadores de pobreza ou exclusão social encontramos uma redução da privação material e social na maior parte dos grupos em análise. A exceção são os desempregados, que mantêm a taxa de 2021 (33%) e quatro grupos que vivenciam um aumento da privação em 2022: **as crianças (+9%)**; **as famílias com apenas um adulto e crianças dependentes (+11%)**; **as famílias com dois adultos e três ou mais crianças (+17%)**; e **as pessoas que vivem em alojamentos com renda a preço reduzido ou gratuita (+20%)**.

É igualmente importante sublinhar o **aumento desta privação junto das crianças**, com destaque para o aumento junto das crianças mais novas. A privação material e social teve uma variação anual de **+35% nas crianças com menos de 6 anos** e de **+22% nas crianças dos 6 aos 11 anos**. Esse aumento da **privação nas crianças** é igualmente visível nas **famílias monoparentais** e **famílias numerosas** tal como referido anteriormente. O aumento da privação nestes agregados

de pobreza (sem recorrer a empréstimo); b) capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; c) capacidade para pagar atempadamente rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; d) capacidade para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; e) capacidade para manter a casa adequadamente aquecida; f) capacidade para ter automóvel (ligeiro de passageiros ou misto); g) possibilidade de substituir o mobiliário usado. Os restantes seis itens são recolhidos ao nível dos indivíduos com 16 ou mais anos: h) possibilidade de substituir roupa usada por alguma roupa nova (excluindo a roupa em segunda mão); i) possibilidade de ter dois pares de sapatos de tamanho adequado (incluindo um par de sapatos para todas as condições meteorológicas); j) possibilidade de gastar semanalmente uma pequena quantia de dinheiro consigo próprio; k) possibilidade de participar regularmente numa atividade de lazer; l) possibilidade de estar com amigos/famíliares para uma bebida/refeição pelo menos uma vez por mês; m) possibilidade de ter acesso à internet para uso pessoal em casa.

é preocupante quer pelo potencial impacto desta vulnerabilidade no desenvolvimento das crianças que vivem nestes agregados, quer por acumularem vulnerabilidades.

Tal como sublinhado anteriormente, estas são as **tipologias com maior vulnerabilidade à pobreza ou exclusão social e à pobreza monetária e, no caso das famílias monoparentais, com maior intensidade laboral muito reduzida.**

São também as **famílias monoparentais** as que apresentam a maior **taxa de privação material e social: 22.7%**. A taxa de privação destas famílias é quase o dobro da taxa de privação material e social para a população total. No caso das **famílias com três ou mais crianças**, estas são a terceira categoria com maior taxa de privação (17.5%) com um valor pouco abaixo dos adultos isolados (18%).

Entre os adultos que **vivem sozinhos** a privação é maior quando em causa está uma pessoa com 65 anos ou mais (19.7%) ou uma mulher (20.2%). Contudo, importa referir que no caso dos adultos isolados há uma redução da vulnerabilidade à privação, com um recuo de 8% face ao inquérito de 2021. Efetivamente, a **população mais envelhecida** tem uma taxa de privação material e social com valores claramente mais elevados do que os restantes grupos etários (11.6% nas crianças até 18 anos e 10.7% entre os adultos dos 18 aos 64 anos). Numa análise mais detalhada destes grupos etários verificamos que é a partir dos 50 anos que a privação material e social se destaca dos restantes grupos, passando para **14.5% no grupo dos 50 aos 64 anos** e sendo **superior nos grupos etários seguintes** (15.8% dos 65 aos 74 anos e 14.6% dos 75 anos ou mais).

Portugal é um país desigual e esta desigualdade é perceptível também territorialmente em diferentes áreas que vão do desenvolvimento económico ao acesso à saúde; da demografia ao acesso aos serviços de utilidade pública, entre outros. Esta desigualdade repercute-se ao nível do rendimento e da pobreza ou exclusão social. Temos uma **taxa de pobreza ou exclusão social e de pobreza monetária nas zonas rurais muito elevada** e simultaneamente encontramos nos grandes centros urbanos as taxas mais baixas de pobreza ou exclusão social, pobreza monetária e intensidade laboral muito reduzida. A distância entre a vulnerabilidade nas áreas pouco povoadas e nas áreas densamente povoadas é muito elevada. O **risco de pobreza ou exclusão social das áreas pouco povoadas** (26.4%) é 1.6 vezes mais elevado do que nas áreas densamente povoadas (16.9%). Esta distância é ainda maior ao nível da pobreza monetária que atinge 22.7% da população das áreas pouco povoadas e 12.8% nas áreas densamente povoadas (1.8 vezes mais elevada).

3.3.1 | Dependências

O fenómeno dos comportamentos aditivos e das dependências é complexo e multidimensional, incluindo fatores genéticos, neurobiológicos, psicológicos e ambientais.

O conhecimento sobre a realidade do consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências em Portugal (álcool, substâncias ilícitas, medicamentos e jogo/internet) e a sua evolução ao longo dos anos, permite identificar as tendências e as necessidades de intervenção, bem como orientar as opções estratégicas, contudo a acessibilidade aos dados territoriais por município não se concretizou o que não nos permitiu efetuar quaisquer inferências específicas sobre a realidade concelhia nem traçar/dar conta de perfis de risco e incidência.

Assim, recorreremos a estudos especializados publicados, que nos ajudam a identificar perfis fundamentados, com base nesses dados mais gerais.

Nestas matérias, o **Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências** (SICAD⁴⁶), que tem por missão promover a redução do consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos e a diminuição das dependências, reveste-se de uma entidade especializada com estudos e relatórios atuais publicados e a ele recorreremos como fonte privilegiada de informação.

Álcool⁴⁷:

Compete ao SICAD apoiar o Coordenador Nacional na elaboração do Relatório Anual sobre a Situação do País em Matéria de Álcool. O “Relatório Anual 2022: A Situação do País em Matéria de Álcool”, permite conhecer a situação do país nesta matéria. Nele se refere que, entre 2015 e 2019, houve um **aumento preocupante no consumo de álcool**, bem como no binge (consumo excessivo de álcool em pouco tempo) e na **embriaguez entre os jovens de 18 anos** e também em jovens de outras idades, especialmente **os de 16 anos**.

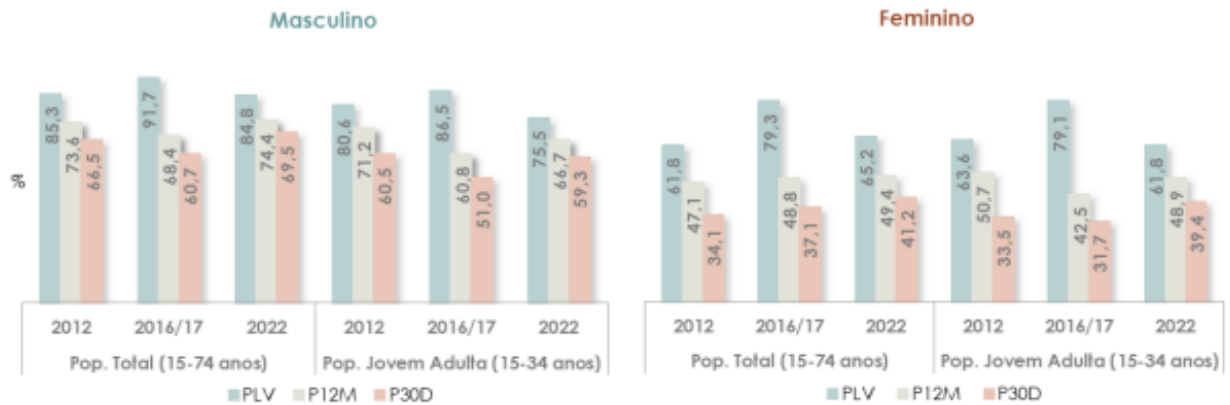
Além disso, aquele Relatório destaca que, entre 2017 e 2022, houve agravamentos em vários indicadores relacionados ao álcool. Alguns desses indicadores incluem:

- Consumo binge e embriaguez severa recente entre a população geral (15-74 anos) e também nos jovens de 15-34 anos, com os maiores aumentos em ambas as faixas etárias.
- Consumos de risco elevado/nocivo e dependência também aumentaram.

⁴⁶ <https://www.sicad.pt/pt/Paginas/default.aspx>

⁴⁷ Sumário Executivo Relatório Anual 2022 A Situação do País em Matéria de Álcool
https://www.sicad.pt/BK/Publicacoes/Lists/SICAD_PUBLICACOES/Attachments/193/Sumario_Executivo_ALCOOL_2022.pdf

Figura 62 | Prevalências de Consumo de bebidas alcoólicas ao longo da vida, nos últimos 12 meses e nos últimos 30 dias, por sexo, na população total (15-74 anos) e na População Jovem adulta (15-34 anos, 2012, 2016/2017 e 2022



Fonte: Balsa et al., 2023 / SICAD: DMI – DEI

Fonte: https://www.sicad.pt/BK/Publicacoes/Lists/SICAD_PUBLICACOES/Attachments/193/RelatorioAnual_2022_%20ASituacaoDoPaisEmMateriaDeAlcool.pdf

Diminuiu a idade média de início dos consumos, **aumentou o consumo recente e atual de álcool, a embriaguez severa, os consumos de risco elevado e a dependência** (esta tem vindo a aumentar desde 2012 e quase quadruplicou em dez anos). Os agravamentos foram transversais a ambos os sexos e à maioria dos grupos etários, embora mais expressivos nos homens e em algumas idades, como o **consumo de risco elevado nos 15-24 anos e 25-34 anos e a dependência nos 35-44 anos e 45-54 anos.**

No contexto das **populações escolares,** o estudo mais recente evidenciou uma estabilidade dos consumos de álcool entre 2018 e 2022, mas já entre os jovens de 18 anos da população geral, apesar da estabilidade do consumo recente e atual nos últimos cinco anos, em 2022 houve um **aumento do consumo binge e da embriaguez** (os valores mais altos desde 2015), e **em particular no grupo feminino.** Também as prevalências da experiência de problemas relacionados com o consumo de álcool foram muito superiores nos últimos dois anos por comparação aos anos pré-pandemia.

Subiu, pelo segundo ano consecutivo o **número dos que iniciaram tratamento por problemas relacionados com o uso de álcool,** assim como os **internamentos hospitalares com diagnósticos atribuíveis ao consumo de álcool.** Assistimos ainda a evoluções negativas ao nível da mortalidade, com os **óbitos por doenças atribuíveis ao álcool** em 2020 e 2021 a serem os mais altos dos últimos dez anos e as **vítimas mortais de acidentes de viação sob a influência do álcool** a aumentarem em 2021 e 2022.

Também os indicadores de **problemas sociais/legais** relacionadas com o consumo de álcool - como os diagnósticos relativos a comportamentos que afetam o bem-estar e

desenvolvimento da criança, os crimes por condução com TAS $\geq 1,2$ g/l, os crimes por embriaguez e intoxicação e os reclusos por crimes de condução em estado de embriaguez - registaram aumentos em 2021 e 2022, atingindo a maioria deles os valores mais elevados do quinquénio.

Persiste também a preocupação com alguns aspetos relacionados com a [disponibilidade e a acessibilidade a bebidas alcoólicas por parte de menores](#), num cenário em que vários indicadores apontam para retrocessos, como é o caso do [início dos consumos em idades mais precoces](#) e uma importante franja de [menores continuar a adquirir bebidas alcoólicas](#) em vários tipos de pontos de venda apesar de proibido por lei.

O consumo de álcool, abaixo dos 18 anos, está intimamente relacionado com problemas de saúde e acidentes que representam a principal causa de morte neste grupo etário. Sabe-se que, quanto menor a idade de início do consumo de álcool, maior o risco de consumo patológico e de dependência no futuro.

Os jovens sob o efeito de álcool estão expostos/as a um conjunto de comportamentos de risco acrescido:

- ✓ Acidentes de viação: risco de acidente fatal é cinco vezes superior quando comparados com condutores com idade superior a 30 anos, seja qual for a alcoolemia;
- ✓ Violência: maior risco de comportamentos violentos quanto comparados com adolescentes que não bebem;
- ✓ Ideação suicida: risco duas vezes superior;
- ✓ Consumo patológico e dependência no futuro;
- ✓ Abuso sexual: as raparigas têm risco acrescido se estiverem sob efeito de álcool (cerca de nove vezes);
- ✓ Gravidez não desejada: sob efeito de álcool, o risco duplica em relação a jovens que não bebem.

Estes dados ressaltam a importância de políticas de saúde pública e intervenções para lidar com o consumo excessivo de álcool e seus impactos na sociedade. É fundamental promover a consciencialização e literacia em saúde, fornecer apoio e implementar estratégias preventivas para mitigar esses problemas. Configura-se, assim, como um grande [desafio reverter os agravamentos recentes nos consumos de álcool e problemas associados](#).

Substâncias Ilícitas⁴⁸

No caso da **canábis**, a droga mais consumida no país, há um agravamento continuado do **consumo de risco elevado entre os mais jovens**, em particular entre os **15-24 anos** (quase duplicou em cinco anos e sextuplicou em dez anos) e um **agravamento da dependência** entre os consumidores de canábis. Por outro lado, houve nos últimos dois anos um **aumento da experiência de problemas** relacionados com o consumo de drogas entre os jovens de 18 anos.

A evidência aponta ainda para uma tendência de decréscimo de consumidores recentes de opiáceos e de consumidores de drogas por via endovenosa em Portugal Continental, mas, no sentido inverso, as estimativas indicam um **acréscimo de consumidores de cocaína** (inclui crack).

Quanto à evolução recente de alguns indicadores no domínio da redução da procura, há a assinalar o **aumento dos que iniciaram tratamento** por problemas relacionados com o consumo de drogas (o mais elevado desde 2015) e dos **processos de contraordenação por consumo** (embora ainda aquém dos valores pré-pandemia). Mantêm-se as tendências positivas ao nível de **doenças infecciosas como a hepatite C e o VIH**, apesar da subida nos últimos anos da proporção de novas infeções (VIH+) entre os injetores novos utentes e, a persistência de mais **diagnósticos tardios** (VIH+) nas notificações associadas à toxic dependência.

No **V Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, Portugal 2022 (INPG 2022)** realizado na população residente em Portugal (15-74 anos), as **prevalências de consumo de qualquer droga** foram de 11% ao longo da vida, 3% nos últimos 12 meses e de 2% nos últimos 30 dias. A canábis, a cocaína e o ecstasy foram as substâncias ilícitas com as maiores prevalências de consumo, embora as duas últimas muito aquém da canábis. De um modo geral, a **população de 15-34 anos** apresentou consumos recentes mais altos do que a de 15-74 anos.

Mantiveram-se idênticas as prevalências de **consumo de risco moderado e de risco elevado de canábis na população total, aumentando a de risco elevado entre os mais jovens, e em particular nos 15-24 anos** (0,2%, 0,7% e 1,3%, em 2012, 2017 e 2022).

As regiões (NUTS II) **do Norte** e Centro surgiram com as prevalências de consumo recente e atual de qualquer droga mais elevadas, tanto nos **15-74 anos** como nos **15-34 anos**.

⁴⁸ https://www.sicad.pt/BK/Publicacoes/Lists/SICAD_PUBLICACOES/Attachments/192/Sumario_Executivo_DROGA_2022.pdf

Em 2022, no inquérito anual Comportamentos Aditivos aos 18 anos: **inquérito aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional**, as prevalências de consumo de qualquer droga foram de 34% ao longo da vida, 27% nos últimos 12 meses e de 16% nos últimos 30 dias. A canábis surgiu com prevalências próximas às de qualquer droga, e 11%, 8% e 4% dos inquiridos consumiram outra droga ao longo da vida, nos últimos 12 meses e 30 dias. Quanto a **consumos atuais mais intensivos**, 3% dos inquiridos (24% dos consumidores) tinha um consumo diário de **canábis**, existindo também a prática de consumo de várias substâncias psicoativas na mesma ocasião, em particular de canábis com álcool (8% dos inquiridos e 36% dos consumidores fizeram-no nos últimos 12 meses). Cerca de **30% dos consumidores teve a experiência recente de problemas relacionados com os consumos**, sendo os mais referidos as situações de mal-estar emocional e o envolvimento em relações sexuais desprotegidas. Os consumos continuam a ser **mais expressivos nos rapazes**.

Também em 2021 Portugal participou no **Flash Eurobarometer – Impact of drugs on communities** realizado na população geral com **15+ anos dos países da UE** e, 75% dos portugueses (78% a média da UE) consideraram as drogas como um problema na sua comunidade. Em Portugal, os problemas relacionados com as drogas mais identificados na comunidade foram a **facilidade de acesso às drogas** (48%), **pessoas a fumar canábis em lugares públicos** (47%) e a **pobreza e o desemprego relacionados com o consumo** (44%). Os menos identificados foram traficantes e consumidores intimidam a população local (20%), conflitos e violência (24%) e violência doméstica (28%) relacionados com o consumo de drogas.

No **contexto das populações escolares**, o estudo mais recente, aplicado em 2022, evidenciou uma descida dos consumos, sendo que nos estudos de 2018 e 2019 não houve alterações muito relevantes nas prevalências de consumo recente e atual de drogas ilícitas face a 2014 e 2015. A canábis continuava a apresentar prevalências muito superiores às das outras drogas, destacando-se entre estas, a cocaína (nos mais novos) e o ecstasy (nos mais velhos).

No **Health Behaviour in School-aged Children, 2022** (HBSC/OMS, 2022), 0,3%, 2%, 8% e 21% dos **alunos do 6.º, 8.º, 10.º e 12.º ano já tinham experimentado canábis**, sendo os consumos das outras drogas bastante inferiores (entre 0,3% e 2%, consoante a substância e ano de escolaridade). Cerca de 3% dos alunos consumiram drogas nos últimos 30 dias e um quarto destes mencionou fazê-lo regularmente. Estes consumos continuavam a ser **superiores no grupo masculino**. As prevalências de consumo de drogas ilícitas diminuíram face às de 2018, sendo os decréscimos tendencialmente superiores entre os rapazes.

No **Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco e Droga e outros Comportamentos Aditivos e Dependências, 2019 (ECATD-CAD, 2019)**, a nível nacional, a **prevalência de consumo ao longo da vida de qualquer droga nos alunos de 13-18 anos foi de 15% e a de consumo recente 13%**. As prevalências do **consumo de canábis** foram próximas destas, sendo bastante inferiores as das outras drogas, como é o caso do ecstasy e da cocaína, as mais prevalentes entre estas (cerca de 2% ao longo da vida). O consumo atual de canábis nos **13-18 anos** foi de 6% e, 2% dos de 18 anos (15% dos consumidores) tinham um consumo diário. Os consumos continuam a ser **mais expressivos nos rapazes**, existindo também algumas diferenças regionais, como é exemplo o consumo recente de qualquer droga (entre 12% no Norte e na R. A. da Madeira e 18% no Algarve).

No **European School Survey Project on Alcohol and Other Drugs, 2019 (ESPAD 2019)**, Portugal teve **prevalências de consumo de qualquer droga (14%) e de canábis (13%) inferiores** às médias europeias, embora a de outras drogas que não canábis (6%) tenha sido um pouco superior. **4% dos alunos portugueses de 16 anos foram classificados como consumidores de canábis de alto risco (CAST), representando 38% dos consumidores recentes** (médias europeias: 4,0% e 35%). 2% experimentaram canábis em idades iguais ou inferiores a 13 anos (3% em 2015), valor idêntico à média europeia. Entre 2015 e 2019 desceu pela segunda vez consecutiva a prevalência de consumo ao longo da vida de qualquer droga, devido à diminuição do consumo de canábis, dado que **Portugal foi dos poucos países em que aumentou o consumo de outras drogas**. A **canábis foi uma vez mais a substância ilícita** a que os alunos portugueses de 16 anos atribuíam um menor risco elevado para a saúde, havendo uma diminuição do risco percebido associado ao consumo de drogas entre 2015 e 2019, tal como sucedido no quadriénio anterior. De um modo geral, face às médias europeias, os portugueses percecionavam mais como de grande risco o consumo regular e ocasional das várias substâncias, ocorrendo o inverso com a experimentação.

Pela primeira vez foi realizado, em 2022, um estudo de abrangência nacional e representativo do ensino superior público, o **ES+Saúde**. **As prevalências de consumo de qualquer droga foram de 37% ao longo da vida, 22% nos últimos 12 meses e 14% nos últimos 30 dias, surgindo a canábis com as maiores prevalências (35%, 20% e 11%)**. Cerca de 15% dos consumidores (6% dos inquiridos) teve a experiência recente de **problemas relacionados com o consumo de drogas**, sendo os mais reportados os relacionados com o **rendimento escolar** ou **trabalho**, os **problemas com os amigos**, os **problemas de comportamento na família** e as **relações sexuais sem preservativo**.

Em 2022 estiveram em tratamento 24 176 utentes com problemas relacionados com o uso de drogas no ambulatório da rede pública. Dos 3 596 utentes que iniciaram tratamento em 2022, 1 681 eram readmitidos e 1 915 novos utentes. Pelo segundo ano consecutivo houve um ligeiro aumento (+1%) dos utentes em tratamento no ambulatório. À semelhança do ano anterior, o aumento dos que iniciaram tratamento no ano (+11%) foi mais acentuado nos novos utentes do que nos readmitidos. Na rede pública e licenciada registaram-se 518 utentes internados por problemas relacionados com o uso de drogas em Unidades de Desabilitação (UD) e 1 565 em Comunidades Terapêuticas (CT), correspondendo a 51% e 56% do total de internados nestas estruturas. A heroína continua a ser a droga principal mais referida entre os utentes em ambulatório e das UD, mas já há uns anos que a canábis é a mais prevalente entre os novos utentes em ambulatório e, a cocaína é predominante nos utentes das CT. Em 2022, é de assinalar o relevante aumento de utentes a iniciarem tratamento com a cocaína como droga principal. Os indicadores sobre o consumo de droga injetada e partilha de seringas apontam para reduções destas práticas.

V Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, Portugal 2022⁴⁹

O INPG (Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral) é um estudo iniciado em 2001, tendo sido replicado em 2007, 2012, 2016/17 e em 2022, sob a responsabilidade científica de uma Equipa de investigação do CICS.NOVA, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, constituída por Casimiro Balsa, Clara Vital e Cláudia Urbano. O estudo é realizado por iniciativa do SICAD (Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências) do Ministério da Saúde. O INPG tem como alvo a população geral residente no Continente e nas Regiões Autónomas com idades compreendidas entre 15 e 64 anos, população alargada para os 15-74 anos a partir da aplicação do INPG realizada em 2012.

✓ **Prevalências de Qualquer Substância Ilícita ao longo da vida**

Entre 2001 e 2022, a prevalência ao longo da vida, para qualquer substância psicoativa ilícita, passa de 7,8 % para 12,8 %. Se fizermos intervir a diferença de género observamos que nos vinte

⁴⁹ https://www.sicad.pt/BK/EstatisticaInvestigacao/EstudosConcluidos/Lists/SICAD_ESTUDOS/Attachments/245/CICSNOVA_INPG_2023.pdf

anos de recolha as mulheres passam de uma prevalência de 4,0 % para 7,4 % enquanto os homens passam de 11,7% em 2001 para 18,6 % em 2022.

Estes valores aumentam quando isolamos a [população dos jovens adultos \(15-34 anos\)](#). Nesta população o consumo das mulheres, que registavam uma prevalência de 7 % em 2001 passa para 9,6% em 2022, enquanto o consumo dos homens passa de 18,2 % para 21,8 % no mesmo intervalo de tempo.

✓ **Evolução do consumo de álcool, tabaco e medicamentos entre 2001 e 2022 (população 15-64 anos)**

Álcool: Na aplicação do INPG realizada em 2022, a prevalência do consumo de álcool ao longo da vida – 75,8 % – desce em relação a 2017 – 86,4 % – e aproxima-se dos valores registados entre 2001 e 2012. Excetuando a subida em 2017, vemos, assim, que no decorrer dos últimos vinte anos, o consumo de álcool ao longo da vida, na população geral, manteve-se estável – três quartos da população entre 15 e 64 anos declara algum consumo – embora os níveis de prevalência possam ter oscilado ao longo do período.

Tabaco: A prevalência do consumo de tabaco aumentou, entre 2017 e 2022 de 48,8 % para 51,0 %. Entre as substâncias psicoativas estudadas, o tabaco é a segunda (abaixo do álcool) com a experiência de consumo mais generalizado: em torno de 50 % da população entre os 15 e os 64 anos declara ter consumido tabaco alguma vez ao longo da vida. O perfil da evolução dos consumos é, no entanto, diferente segundo os géneros. No caso dos homens ela é relativamente estável: em 2022 os homens recuperam uma prevalência de 40 %, que tinham registado já em 2001 e em 2007, depois de a baixarem entre 4 a 5 pontos percentuais em 2012 e em 2017. Já no caso das mulheres os consumos atuais aumentam progressivamente, situam-se entre 18 e 19 % na primeira década do milénio para atingir os 25 % em 2017, baixando, no entanto para 23,4 % em 2022.

Sedativos: Na população dos 15 aos 64 anos, a prevalência do consumo de sedativos em 2022 confirmou, com uma taxa de 13,0 %, a linha de descida registada em 2017, quando o consumo destas substâncias se fixou nos 12,1 % depois de ter atingido 22,5 % em 2001, 19,1% em 2007 e 20,4 % em 2012. De todas as substâncias psicoativas estudadas, esta é a terceira com maior expressão, depois do álcool e do tabaco. Contrariamente ao álcool e ao tabaco, o consumo de sedativos caracteriza-se por ser uma prática mais seguida pelo sexo feminino: em 2022, ela afetava 16,9 % das mulheres contra 9,0 % dos homens. No momento da aplicação, em 2022, 5,5 % da população total (15-64 anos) declarou consumir algum medicamento do tipo sedativo nos últimos 30 dias, sendo que a prevalência é de 3,2 % no caso dos homens e de 7,7 % no caso das mulheres. A dominância feminina neste tipo de consumo mantém-se através dos diferentes anos da aplicação do Estudo.

A prevalência do consumo de sedativos nos jovens adultos (15-34 anos) situa-se em torno dos 2,0 %, igualmente repartidos entre homens e mulheres. Os rácios de consumo entre homens e mulheres nos jovens adultos aumenta progressivamente ao longo do tempo para atingir uma igualdade em 2022, que se deve, exclusivamente, à redução gradual dos níveis de consumo das mulheres.

✓ **Comportamentos aditivos sem substâncias**

Prevalências de jogos de fortuna ou azar: No computo de todas as modalidades oferecidas, a prevalência de jogos de fortuna ou azar (jogos a dinheiro) em 2022 é de 55,6 % na população dos 15 e 74 anos residente em Portugal. Em relação a 2017, ano em que a prevalência era de 48,0 %, registamos uma subida de 7,6%, não sendo atingidos, no entanto, o nível observado em 2012: 65,7 %. A prevalência é mais elevada entre os homens (62,7 %) do que entre as mulheres (49,0 %), sendo o rácio mulheres/homens o mesmo em 2012 e 2022 (78/100), após uma subida em 2017 (88,6). Na população dos jovens adultos (15-34 anos) a prevalência de jogadores é inferior à do total da população (41,6 %), mantendo-se estável em relação a 2017 (42,8 %) mas inferior à registada em 2012 (61,7 %). Nesta população, o comportamento das mulheres aproxima-se mais do dos homens, quando a comparamos com a população total: em 2022 há 82,5 mulheres para 100 homens que jogam, rácio que vem descendo em relação às duas aplicações anteriores: 85,7 em 2017 e 86,3 em 2012

Jogos eletrónicos: Considerando a população geral, a prevalência de jogo eletrónico nos últimos 12 meses é de 8,8 %, sendo superior entre os homens (13,2 face a 4,7 % para as mulheres). Quando temos em conta a população jovem adulta, a prevalência chega aos 19,8 %, atingindo os 30 % nos homens e os 9,5 % nas mulheres. A prevalência de jogo eletrónico é particularmente prevalente no grupo etário dos mais jovens (15-24), onde cerca de um quarto destes afirma jogar este tipo de jogo. A prevalência de jogo eletrónico vai diminuindo à medida que se avança na idade.

Uso de internet: No total da população geral, subiu em quase 20 pontos percentuais os utilizadores de Internet entre 2017 e 2022 na temporalidade últimos 12 meses, passando de 60,4 para 79,6 %. Na análise destes números dever-se-á ter em conta o contexto pandémico vivenciado. Esta prevalência de uso é mais elevada entre os mais jovens (15-24 anos), chegando quase à totalidade da população deste grupo etário (98,4 %), quer entre os rapazes (98,2 %) quer entre raparigas (98,6 %), sendo consideravelmente mais baixa entre os 65 e os 74 anos, onde a prevalência é de um terço. Apenas neste grupo etário as prevalências são mais elevadas entre os homens.

No Estudo “Comportamentos aditivos nos jovens de 18 anos residentes na Região Norte de Portugal”⁵⁰ - 2014 DICAD – ARS Norte, I.P, e considerando a distribuição da amostra por concelho de residência é apresentada nos quadros seguintes os resultados relativos À Sub-região do Tâmega e Sousa (sobre os 200 jovens baionenses participantes no Estudo, aconselha-se leitura do estudo em causa e respectivos anexos).

Figura 63 | Utilização da Internet - Comportamentos aditivos nos jovens de 18 anos residentes na Região Norte de Portugal - 2014

NUT III	Utilização de internet (> 4 horas/dia)					
	Redes sociais (%)		Jogos online (%)		Apostas online (%)	
	2ª a 6ª	Fim de semana	2ª a 6ª	Fim de semana	2ª a 6ª	Fim de semana
Alto Minho	14,8	20,8	4,5	6,9	1,1	1,4
Cávado	15,1	21,8	6,1	9,5	0,9	1,6
Ave	12,4	18,0	4,6	7,2	1,3	1,9
Área Metropolitana do Porto	15,7	22,9	7,3	11,8	1,6	2,4
Alto Tâmega	13,1	18,2	4,6	7,7	1,1	1,9
Tâmega e Sousa	15,7	19,5	5,2	7,8	1,8	2,2
Terras de Trás-os-Montes	20,4	26,8	9,5	13,0	2,9	3,7
Douro	20,1	25,8	9,2	11,8	2,6	3,3

Fonte: <https://www.arsnorte.min-saude.pt/wpcontent/uploads/sites/3/2019/12/RelatorioDDN2014.pdf>

Figura 64 | Consumo Tabaco e álcool - Comportamentos aditivos nos jovens de 18 anos residentes na Região Norte de Portugal - 2014

NUT III	Tabaco (%)			Álcool (%)		
	LV	12M	30D	LV	12M	30D
Alto Minho	63,9	52,3	43,7	89,4	83,2	66,3
Cávado	64,0	51,8	41,6	89,7	83,6	62,7
Ave	69,0	57,4	48,6	90,3	83,9	68,2
Área Metropolitana do Porto	62,9	51,0	42,3	88,0	81,2	62,4
Alto Tâmega	66,8	57,2	48,0	90,4	83,4	67,4
Tâmega e Sousa	62,6	51,5	44,1	83,2	76,1	58,8
Terras de Trás-os-Montes	68,1	59,9	52,9	92,2	87,3	74,4
Douro	67,3	57,6	49,7	90,1	84,4	71,0

Fonte: <https://www.arsnorte.min-saude.pt/wpcontent/uploads/sites/3/2019/12/RelatorioDDN2014.pdf>

⁵⁰ <https://www.arsnorte.min-saude.pt/wpcontent/uploads/sites/3/2019/12/RelatorioDDN2014.pdf>

Figura 65 | Consumo Tabaco e álcool - Comportamentos aditivos nos jovens de 18 anos residentes na Região Norte de Portugal - 2014

NUT III	Haxixe (%)			Outras ilícitas (%)		
	LV	12M	30D	LV	12M	30D
Alto Minho	26,1	19,9	13,0	4,8	2,7	1,3
Cávado	29,3	22,2	14,1	7,1	4,5	2,2
Ave	33,4	26,2	18,6	8,9	6,8	3,3
Área Metropolitana do Porto	33,4	25,2	16,7	7,8	4,6	2,2
Alto Tâmega	27,1	19,0	12,0	3,4	2,4	1,2
Tâmega e Sousa	21,8	16,2	11,2	6,1	4,0	2,2
Terras de Trás-os-Montes	31,8	25,1	15,1	7,3	4,5	2,8
Douro	32,1	24,8	16,9	8,2	5,2	2,4

Fonte: <https://www.arsnorte.min-saude.pt/wpcontent/uploads/sites/3/2019/12/RelatorioDDN2014.pdf>

No estudo, intitulado, “**Scroll. Logo existo! Comportamentos aditivos no uso dos ecrãs Lisboa, 2023⁵¹**” foi também possível perceber as Práticas regionais de utilização aditiva dos ecrãs e definir perfis de risco regionais.

O quadro seguinte apresenta o perfil de risco do **utilizador de internet** na região Norte.

Figura 66 | Perfil de risco do utilizador de internet na Região Norte

Região	Perfil de risco
Norte	Género masculino Grupo etário: menos de 24 anos e 25 a 34 anos Escolaridade: Ensino básico Solteiro ou união de facto Estudantes e desempregados Sem rendimento mensal e Até 705 €

O quadro seguinte apresenta o perfil de risco do **utilizador de Redes Sociais** na região Norte.

Figura 67 | Perfil de risco do utilizador de Redes Sociais na Região Norte

Região	Perfil de risco
Norte	Género masculino Grupo etário: menos de 24 anos e 25 a 34 anos Escolaridade: ensino secundário Solteiros e união de facto Estudantes e desempregados Sem rendimento mensal e Até 705 €

⁵¹ https://www.sicad.pt/BK/EstatisticaInvestigacao/EstudosConcluidos/Lists/SICAD_ESTUDOS/Attachments/250/Scroll_logo_existo.pdf

3.3.2 | Saude Mental

Segundo o “Programa Nacional para Saúde Mental 2017” da Direção Geral de Saúde (DGS), “o registo de utentes com perturbações mentais nos cuidados de saúde primários tem vindo a aumentar desde 2011, no que diz respeito às perturbações de ansiedade, às perturbações depressivas e às demências”. Uma das principais conclusões apresentadas centra-se na evidência de que embora as pessoas estejam a viver mais anos, fazem-no com maior incapacidade na área da saúde mental, o que representa um crescimento esperado de pessoas afetadas com doenças do foro da saúde mental e, conseqüentemente, também uma enorme sobrecarga, para as famílias, para as respostas e serviços sociais e de saúde, bem como para a sociedade em geral, dados os múltiplos efeitos que daí advêm.

De acordo com um relatório sobre a demência, publicado em 2018 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), “Care Needed – Improving the Lives of People with Dementia”, Portugal ocupava o quarto lugar com mais casos de demência, nos países que integram a organização, em 2017, estimando-se um agravamento da situação a prazo (subida de uma posição, até 2037). Sendo uma enfermidade cuja prevalência aumenta com a idade, em particular, a partir dos 80 anos de idade, o acelerado processo de envelhecimento demográfico e os índices de longevidade registados contribuirão amplamente para o seu aumento, sobretudo, atendendo às incipientes ou nulas estratégias de intervenção na maioria dos países da Organização.

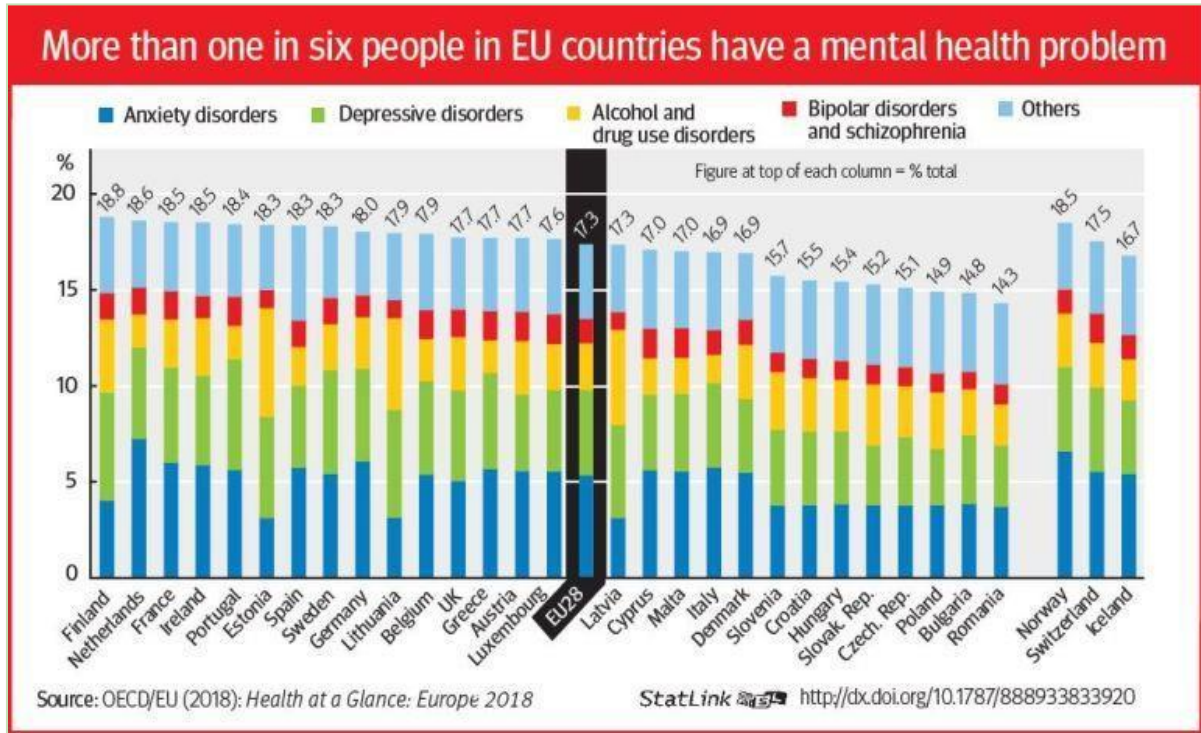
De acordo com o relatório Health at a Glance 2018, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), 18,4% da população portuguesa sofre de doença mental, onde se inclui ansiedade, depressão ou problemas com o consumo de álcool e drogas (quase um quinto da população portuguesa).

De acordo com o relatório da OCDE, “mais de uma em cada seis pessoas nos países europeus sofre de um problema mental”. A média europeia é de 17,3%, ou seja, as estimativas apontam para perto de 84 milhões de pessoas sofrem de doença mental.

Os problemas mais comuns são ansiedade, com uma estimativa de 25 milhões de pessoas a viver com este problema, seguido de depressão, que afeta 21 milhões de pessoas. Estima-se que 11 milhões de indivíduos na Europa tenham problemas de consumo de álcool e/ou drogas. Doenças

mentais graves como a doença bipolar afeta quase cinco milhões de pessoas e a esquizofrenia 1,5 milhões.

Figura 68 | Prevalência das Doenças Mentais na União Europeia, 2018



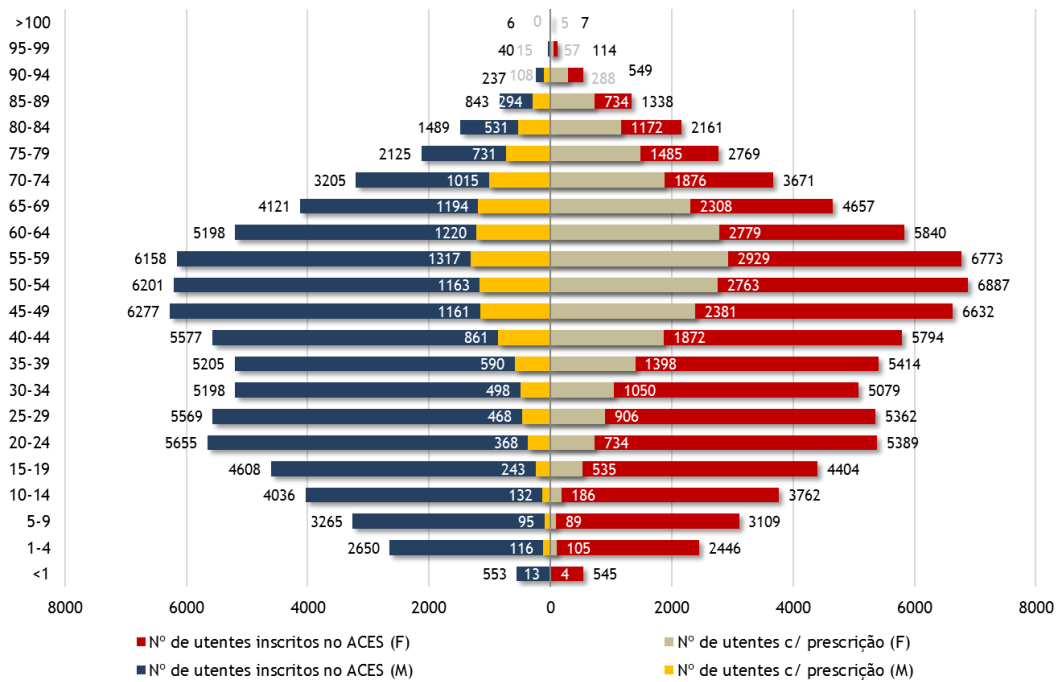
Fonte de dados: OECD/EU (2018): Health at a Glance: Europe 2018 (2018, s.d.)

A figura seguinte indica-nos o número de utentes com prescrição de ansiolíticos, sedativos e hipnóticos, por grupo etário e sexo, no ACES. É possível afirmar que: a idade em que se verifica mais incidência desta prescrição no sexo masculino é entre os 45 e os 49 anos, com 6277 casos, e no sexo feminino entre os 50 e os 54 anos com 6887 casos.

Verifica-se ainda uma grande incidência do fenómeno entre as idades mais jovens, nomeadamente nas faixas etárias dos 20-24 anos e 25-29 anos. No sexo masculino verificámos valores de 5655 e 5569 casos verificados respetivamente. No sexo feminino, verificámos valores de 5389 e 5362 casos verificados respetivamente.

De salientar ainda que à medida que a idade aumenta, o fenómeno vai diminuindo no sexo masculino e prevalecendo no sexo feminino, muito devido à esperança média de vida ser superior nas mulheres

Figura 69/ Número de utentes inscritos no ACES e número de utentes com prescrição de ansiolíticos, sedativos e hipnóticos, por grupo etário e sexo, no ACES, em 2021



Não se dispõe de números que possam aferir esta realidade no concelho de Baião, mas, a Rede Social percebe um aumento significativo de pessoas com problemas de saúde mental, referindo mesmo que se observa um agravamento da saúde mental na população adulta. As respostas e serviços sociais tipificados que visam o apoio a pessoa com doença do foro mental/psiquiátrico/demências são inexistentes no concelho, não obstante a crescente consciencialização por parte do Conselho Local e Ação Social de Baião da sua necessidade para responder aos desafios crescentes na área da saúde mental deste segmento da população.

A saúde mental é referida pelos técnicos de primeira linha, como área de grande incidência e complexidade dos casos sociais e das problemáticas associadas: instabilidade familiar, exclusão social e dificuldade de resolução ou de apoio técnico.

3.3.3 | Disfuncionalidade e Desestruturação Individual e Familiar

A pobreza, a falta de saúde física e mental, a exposição a situações de stress e a violência doméstica, a parentalidade de risco são fatores identificados pelos parceiros do CLASB como estando na origem ou no agravamento da disfuncionalidade e desestruturação individual e das famílias.

A disfuncionalidade familiar refere-se a padrões de comportamento disfuncionais e relações disfuncionais dentro de uma família, que podem levar a problemas de saúde mental, comportamentais, emocionais e relacionais.

A desestruturação familiar é um termo mais amplo que se refere a mudanças na estrutura e na dinâmica de uma família. Isso pode incluir separação, divórcio, desemprego, doença, perda de um membro da família, mudanças na composição da família e outras mudanças significativas. Ambos os termos podem levar a consequências negativas para o bem-estar emocional e psicológico dos membros da família.

Nos capítulos anteriores, nomeadamente na **área do Risco** (Crianças e Jovens em situação de privação e/ou em Perigo, Violência Doméstica, situações de emergência social) e na **área da vulnerabilidade social** (Seniores e Idosos, Pessoas com deficiência, Incapacidade ou dependência, Migrantes e Refugiados), foi possível apurar e identificar perfis de risco, a ampla rede de respostas, serviços e recursos existentes, bem como apontar necessidades futuras que reforcem a vontade e a capacidade concelhia de atender à “Disfuncionalidade e Desestruturação Individual e Familiar”.

A **Disfuncionalidade e Desestruturação individual e Familiar** é passível de ser analisada recorrendo-se a indicadores gerais como a caracterização das “famílias Clássicas”, das famílias monoparentais e unipessoais, pelo indicador do número de indivíduos desempregados inscritos no IEPF (duração e grupos etários), pelos indivíduos beneficiários do subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego, pela remuneração média auferida pelos trabalhadores por conta de outrem, pela disparidade salarial entre géneros, entre outros. Indicadores já retratados nos capítulos anteriores.

Neste sentido, optamos neste ponto 3.3.3 por apresentar uma síntese de indicadores, uns mais gerais outros mais específicos, que traduzem ou potenciam as questões da **Disfuncionalidade e Desestruturação individual e Familiar**”, evitando a repetição dos indicadores já suficientemente

retratados. Optamos assim por apresentar duas sínteses, uma que traduz a expressão da Disfuncionalidade e Desestruturação Familiar junto do universo das Crianças e Jovens e outra junto dos Agregados Familiares e /ou indivíduos.

CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DE BAIÃO

Respostas/Medidas/Programas/Apoios	Crianças e jovens (Nº)
Beneficiários de Prestação Garantia para a Infância	269
Crianças (idade inferior a 15 anos) residentes	1919 crianças
Crianças(idade inferior a 15 anos) residentes, por Tipo de núcleo familiar	1.374 estavam integradas em casais de direito, 291 em Casais de facto, 244 em núcleos monoparentais (238 mãe com filhos e 16 pai com filhos)
Nº de crianças (idade inferior a 15 anos)em agregados com RSI (INE)	244 tinham idades inferiores a 25 anos (INE)
Nº de crianças (idade inferior a 15 anos)em agregados familiares de RSI e SAAS (ação social Local)	191 Crianças
Nº de crianças(idade inferior a 15 anos) em agregados familiares beneficiários de medidas de apoio alimentar (ação social local)POAPMC + Programa do Banco Alimentar	82
Nº de crianças com escalões da Ação Social Escolar(ano letivo 2022/2023- todos ciclos ensino)	438 (1º escalão), 416 (2º escalão) e 242 (3º escalão).
Alunos/As Transportados em transporte regular (autocarro, viaturas da Junta freguesia e do município) e Transporte Adaptado (ambulância/taxi) no letivo 2022/2023	1.200 alunos/as transportados, dos quais 23 em transporte adaptado, dos 1.561 matriculados
Rede solidária: Transporte nas respostas de primeira infância – Creche e Educação Pré-escolar -2023	24 transportados em Creche (dos 102 inscritos) e 88 em Pré-escolar (dos 193 inscritos)
Bolsas de Estudo Ensino Superior do Município - 2022 e 2023	19 Bolsas (7 em 2022 e 12 em 2023)
Crianças e jovens em Perigo: na CPCJ de Baião	102 (2022) e 112 (2023)
Crianças e Jovens em Perigo: na EMAT Baião/Marco de Canaveses	107 no conjunto(2022)
Resposta de Apoio Psicológico (RAP) para crianças e jovens vítimas de violência doméstica	12(2022), 8 (2023) e 11(janeiro 2024)
Equipa Local de Intervenção Precoce (crianças entre os 0 e os 6 anos)- dez. 2022	35
Educação inclusiva: crianças com Medidas Seletivas, ano letivo 2021-2022	106 alunos/As
Centro de Apoio à Aprendizagem: Unidades Especializadas (UE)alunos portadores de Perturbações do Espectro do Autismo-ano letivo 2021-2022	13
PROJETO DE SAÚDE MENTAL NA ÁREA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIACentro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E. - Serviço de Psiquiatria da Infância e da Adolescência, dez. 2022	29
Dificuldades das Criança entre os 9 e os 14 anos de idade, por tipo e grau mais elevado de dificuldades (INE Censos 2021)	83 Crianças
Crianças e jovens titulares de abono de Família (com idades inferiores a 24 anos)-2022	2 251
Titulares do Subsídio de bonificação por deficiência da Segurança Social -com idades inferiores a 24 anos- 2022	291
"Subsídio por frequência de estabelecimento de Educação Especial"crianças e jovens com deficiência e idade inferior a 24 anos- 2022	119
Comportamentos aditivos nos jovens de 18 anos residentes na Região Norte de Portugal - 2014 - Concelho Baião universo de 200 jovens abrangidos (%) - REDES SOCIAIS	> 4h dia /semana (15,7%) e > 4h dia /fim-semana(20,4%)
Comportamentos aditivos nos jovens de 18 anos residentes na Região Norte de Portugal - 2014 - Concelho Baião/ universo de 200 jovens abrangidos (%) - JOGOS ONLINE	> 4h dia /semana (6,8%) e > 4h dia /fim-semana(8,6%)
Comportamentos aditivos nos jovens de 18 anos residentes na Região Norte de Portugal - 2014 - Concelho Baião/ universo de 200 jovens abrangidos (%) - TABACO E ÁLCOOL	LV 60,5% (Tabaco) e LV 78,5% (álcool)
Comportamentos aditivos nos jovens de 18 anos residentes na Região Norte de Portugal - 2014 - Concelho Baião/ universo de 200 jovens abrangidos (%) - HAXIXE E OUTROS ILÍCITOS	LV 17,0% (Haxixe)) e LV 5,0%(Outras Ilícitas)

Tabela 176 | Disfuncionalidade e Desestruturação individual e familiar – CRIANÇAS E JOVENS

Fonte: Autora, com base nos dados disponíveis no presente documento de diagnóstico

CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DE BAIÃO

Respostas/Medidas/Programas/Apoios	Agregados Familiares (Nº)	Indivíduos (Nº)	Perfis
RSI - (INE)		711 em 2022, 773 em 2021 e 793 em 2020	Mulheres , com menos de 25 anos ou 55 e mais anos
RSI _ Equipa Local (2022)	316	621	Isolados (167) e Nuclear com filhos (61) e Monoparental (38)
SAAS-Equipa Local	551	1109	Isolados(185), Nuclear Sem filhos(177) e Com filhos(125) e Monoparental (26)
Pensionistas SS (2022)		5 345	Velhice (3 427) e sobrevivencia (1.522) e Invalidez (396)
Valor médio das pensões		4.869€	velhice (5 692€), lvalidez (4 929€) e Sobrevivencia (3 043€)
Apoio Alimentar (POAPMC)	161	387	47 crianças com idade inferior 14 anos
Apoio Alimentar (PEA)	16	16	Totalidade - Nucleos familiares Unipessoais
Apoio Alimentar (Banco Alimentar)	75	176	35 crianças com idade inferior 14 anos
Residentes com 65 e mais anos de idade		4.074	1.720 são homens e 2.534 são mulheres e 1990 possuem 75 ou mais anos, dos quais 759 são homens e 1231 são mulheres.
Famílias Classicas /Agregados Domésticos	6704		
Famílias Classicas /Agregados Domésticos UNIPESOAIS	1 328		802 constituídos por pessoas com 65 e mais anos
O Complemento Solidário para Idosos (CSI), 2022		621	Feminização do CSI
Beneficiários da Prestação Social para a Inclusão (PSI) - 2021		285	H(134), M (151). Dos quais 77 com 30-39 anos, e 71 55 e + anos
Beneficiários de Subsídio por Assistência à 3ª pessoa (Nº)- 2022			21 beneficiários
Titulares do Estatuto de Cuidador Informal (Nº), no Concelho, 2022-2023		33	23 (2022) e 33(2023). Feminização
Agregados domésticos privados constituídos por um NÚCLEO MONOPARENTAL	587		274 ATIVOS(239 Empregados e 35 Desempregados) e 313 INATIVOS . Monoparentalidade feminina.
Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) - a pessoas com deficiência, com idade igual ou superior a 18 anos		60	Jovens adultos, com retaguarda familiar envelhecida
"Idosos Isolados + 65 anos"		47	33 Mulheres e 14 Homens
População Sénior isolada e/ou só, (N.º), integrada nos serviços e projetos municipais (CLDS G e Centros de Relação Comunitária), 2022		28	28 Vive sozinha , dos 127 integrados
Incapacidades (Prevalência) 2021- população residnete com 5 ou mais anos idade (16 978 indivíduos) - 2021		2.715 (16% população residente)	887 (VER) , 639 (Ouvir), 1 675 (andar ou subir degraus) e 797 (memoria ou concentração).
População estrangeira - indivíduos residentes com estatuto legal de residente- 2021		143 indivíduos	estrangeiros de nacionalidade brasileira e de países asiáticos aumentaram
Refugiados (Ucrânia)	23	33 indivíduos	Agregados Familiares: 17 isolados, 5 monoparentais e 1 Nuclear Sem Filhos . Dos 33 indivíduos, 26 sexo feminino e 7 masculino.
Violência domestica Guarda Nacional Republicana (GNR) -2022		58 Vítimas, 55 Agressores/as	Vítimas: 50 Mulheres e 8 Homens, com idades entre os 41 e os 64 anos(31) e com 1º ciclo escolaridade(23). Agressores/As: 48 Homens e 7 Mulheres, com idades entre 41 e 64 anos(27) e com 1º ciclo (10).
Desempregos Incritos IEFP - dez 2023		797	550 Mulheres e 247 Homens. 1º emprego 101, Novo emprego 696. Inscritos menos de 1 ano, 352 e, 1 ano ou mais, 445. A maioria tinha 55 ou mais anos de idade , seguidos pelos que tinham idades entre os 45-54 anos.
Desempregos Incritos IEFP - dez 2022		963	684 Mulheres e 279 Homens. 1º emprego 167, Novo emprego 796. Inscritos menos de 1 ano 463 e 1 ano ou mais 500. A maioria tinha 55 ou mais anos de idade, seguidos pelos que tinham idades entre os 45-54 anos.
Beneficiários Subsídio de Desemprego - 2022		172	92 Mulheres e 80 Homens
Beneficiários Subsídio Social de Desemprego - 2022		7	3 Mulheres e 4 Homens
Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem - 2019(INE)		742,50 €	696,6€ Mulheres e 771,3€ Homens -
Ganho Médio mensal - 2021 (INE)		957,82 €	853,97€ Mulheres e 1022,13€ Homens . Disparidade no ganho médio mensal, entre sexos, 8,5%
Apoios municipais - Gabinete de Apoio Família - 2023	289		219 Programa Via verde Família, 64 Programa Fundo Social de Baião e 6 Programa Linha Amiga
SAAS/RSI - Concessão Subídios Eventuais -2023	65		36 de RSI e 29 de SAAS

Tabela 177/ Disfuncionalidade e Desestruturação individual e familiar – AGREGADOS FAMILIARES E INDIVÍDUOS / Fonte: Autora, com base nos dados disponíveis

Estes números confirmam a percepção dos parceiros do CLASB de que são as famílias monoparentais, sobretudo as femininas e as famílias com dependentes menores a cargo, as famílias unipessoais, sobretudo idosos, que estão mais expostas à pobreza e à exclusão social. Individualmente, as mulheres, os estrangeiros com nacionalidade extracomunitária, pessoas com um grau de limitação da atividade severo, os desempregados longa duração, a população com 65 anos ou mais anos e os que padecem de problemas de dependências, que estão mais expostas à pobreza e à exclusão social.

Os parceiros do CLASB, especificam ainda que as pessoas que procuram habitualmente os serviços sociais por carência apresentam maioritariamente, quadros de saúde muito frágeis, com doenças crónicas ou doenças do foro da saúde mental e com dificuldades de aceder a cuidados de saúde, sobretudo mental, e à integração laboral. Identificam ainda outras problemáticas que contribuem para a desestruturação individual e familiar, como:

- ✓ a violência doméstica;
- ✓ as redes familiares fragilizadas;
- ✓ as situações de endividamento;
- ✓ os despejos habitacionais;
- ✓ a precariedade laboral e habitacional;
- ✓ os níveis de escolaridade baixos e de analfabetismo.

Identificam ainda uma série de problemáticas associadas aos jovens:

- ✓ a dificuldade em equacionarem o seu projeto de vida;
- ✓ a falta de resistência à frustração;
- ✓ comportamentos e estilos de vida de risco/perigo;
- ✓ Aumento dos problemas de saúde mental nas crianças e jovens;
- ✓ Comportamentos desviantes nas camadas mais jovens;
- ✓ Número de Crianças e jovens em situação de Violência Doméstica;
- ✓ Nº crianças e jovens com medidas cautelares, tutelares educativas e PPP (judiciais e não judiciais);
- ✓ Adoção de comportamentos de risco /perigo;
- ✓ Absentismo e abandono escolar, nas camadas jovens mais vulneráveis;
- ✓ Ausência de respostas de ocupação tempo livre para camadas adolescentes e juvenis.

Os parceiros do CLASB consideram que, na generalidade, a resposta dada pelos serviços e instituições fica aquém do desejado e necessário, subestimando-se a importância de se desenvolverem com as pessoas, estratégias que promovam uma efetiva mudança. Recomenda-se que a intervenção social junto destes públicos se focalize nas potencialidades e nas soluções, enfatizando a importância das pessoas como agentes ativos no seu processo de mudança. Sublinham, ainda, a importância de se efetuar uma Ação Social Integrada, identificando os interlocutores e os canais de comunicação de forma a prover uma resposta qualificada às problemáticas das pessoas, que permita construir, com elas, projetos de vida.

Referem ainda a importância de se fazerem ações de capacitação técnica e institucional para a assunção deste novo modelo de intervenção social integrado com enfoque na criação de oportunidades de inclusão e de desenvolvimento social.

3.4. - Área da Exclusão Estrutural

Inclui problemáticas sociais em que pessoas ou grupos sociais se encontram numa situação de desvantagem perante as possibilidades e oportunidades de inclusão. Determinadas características internas decorrentes do desajuste de competências, perspetivas pessoais e sociais ou de percursos de vida de afastamento dos mecanismos de inserção ou de características externas como perda de rendimentos ou de possibilidade de acesso a recursos básicos e estruturais para a inclusão (como a habitação) colocam-nas em situação de não inclusão social. Na área da Exclusão Estrutural estão incluídas as seguintes problemáticas sociais: Desemprego, sobretudo de longa duração e jovem, e Habitação.

3.4.1 Desemprego Longa Duração

Define-se que alguém é desempregado de longa duração, como todos os que estão inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) há mais de 12 meses.

Os dados dos desempregados inscritos no IEFP dão-nos uma ideia mais precisa dos grupos que sofrem mais com esta problemática.

À data de dezembro de 2023;

- Desemprego nas mulheres: 550
- Desemprego nos homens: 247
- Procura do 1º Emprego: 101
- Procura de novo Emprego: 696
- Inscritos há menos de 1 ano: 352
- Inscritos há 1 ano ou mais: 445

Os desafios e consequências do desemprego de longa duração

Um dos problemas do desemprego de longa duração é a discriminação que ainda existe. Esta discriminação aliada à pressão emocional faz com que uma pessoa desempregada esteja mais propensa a altos níveis de ansiedade e depressão. E com o tempo, a saúde mental só tende a agravar-se. Segundo alguns estudos realizados é mais fácil arranjar emprego quando se está empregado do que desempregado, sobretudo de longa duração.

Estar numa situação de desemprego de longa duração pode revelar-se um problema estrutural, com implicações a nível emocional e financeiro que afeta todo o núcleo familiar. Alguém desempregado de longa duração que deixou de ter acesso à prestação de subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego social, resta-lhe recorrer a outras prestações sociais para sobrevivência individual e familiar, prolongando ou agravando a situação de pobreza e exclusão social.

É importante perceber que existe um impacto emocional e financeiro muito grande quando se está desempregado há muito tempo, tendo tido trajetórias de inserção anteriores bem-sucedidas.

Além dos números específicos, não dispomos de diagnósticos que permitam aferir sobre o perfil dominante das pessoas desempregadas de longa duração, das razões que subjazem a este desemprego de longa duração, se se tratam pessoas que já experienciaram o mercado de trabalho ou se retratam um conjunto de pessoas inscritas sem experiência anterior e que se mantêm inscritas para garantir o acesso a medidas adicionais, nomeadamente formação e prestações sociais que obrigam a condição de inscrição.

A Rede Social considera que as questões de saúde mental das pessoas desempregadas de longa duração deve ser atendida e equacionarem-se ações e medidas de apoio não exclusivamente materiais:

- ✓ Fazer voluntariado;
- ✓ Fazer formação;
- ✓ Frequentar ações, iniciativas desportivas, culturais e recreativas;

3.4.2 Desemprego jovem: NEET

O termo NEET é utilizado para descrever os jovens que não trabalham, não estudam nem seguem uma formação.

NEET é um acrónimo para "not in employment, education or training", utilizado para se referir à situação de muitos jovens, com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos, na Europa. O objetivo do conceito NEET é alargar a compreensão do estatuto vulnerável dos jovens e controlar melhor o seu acesso problemático ao mercado de trabalho.

A redução da taxa de Jovens NEET é um dos objetivos do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. O objetivo é baixar para 9% em 2030.

Segundo dados da **Eurofound**⁵² - **uma agência da União europeia** - publicados em 2023, em 2022, na União Europeia, mais de um em cada dez (11.7%) jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos estavam em situação NEET, o que indica uma diminuição de 1.4 pontos percentuais em comparação a 2021 (Eurostat, 2023).

Alguns jovens enfrentam dificuldades especiais no acesso ao emprego: aqueles que têm uma deficiência ou outros problemas de saúde têm 40% mais probabilidades de se tornarem NEET.

Os NEET são uma população muito heterogénea⁵³. O maior subgrupo tende a ser constituído por pessoas em situação de desemprego convencional. Outros subgrupos vulneráveis incluem os doentes e os portadores de deficiência e os jovens prestadores de cuidados. Os subgrupos não vulneráveis incluem os que simplesmente optaram por gozar um período sem trabalhar e os que se dedicam construtivamente a outras atividades como a arte, a música e a autoaprendizagem. O que todos têm, efetivamente, em comum é o facto de não estarem a acumular capital humano através de canais formais.

Alguns jovens correm um risco mais elevado de se tornarem NEET do que outros. Aqueles com um baixo nível de instrução têm três vezes mais probabilidades de se tornarem NEET do que os que possuem um curso superior, enquanto os jovens provenientes de comunidades de imigrantes têm 70 % mais probabilidades de se tornarem NEET do que os nacionais. Os jovens

⁵² <file:///C:/Users/CPCJ/Desktop/EF12541PT.pdf>

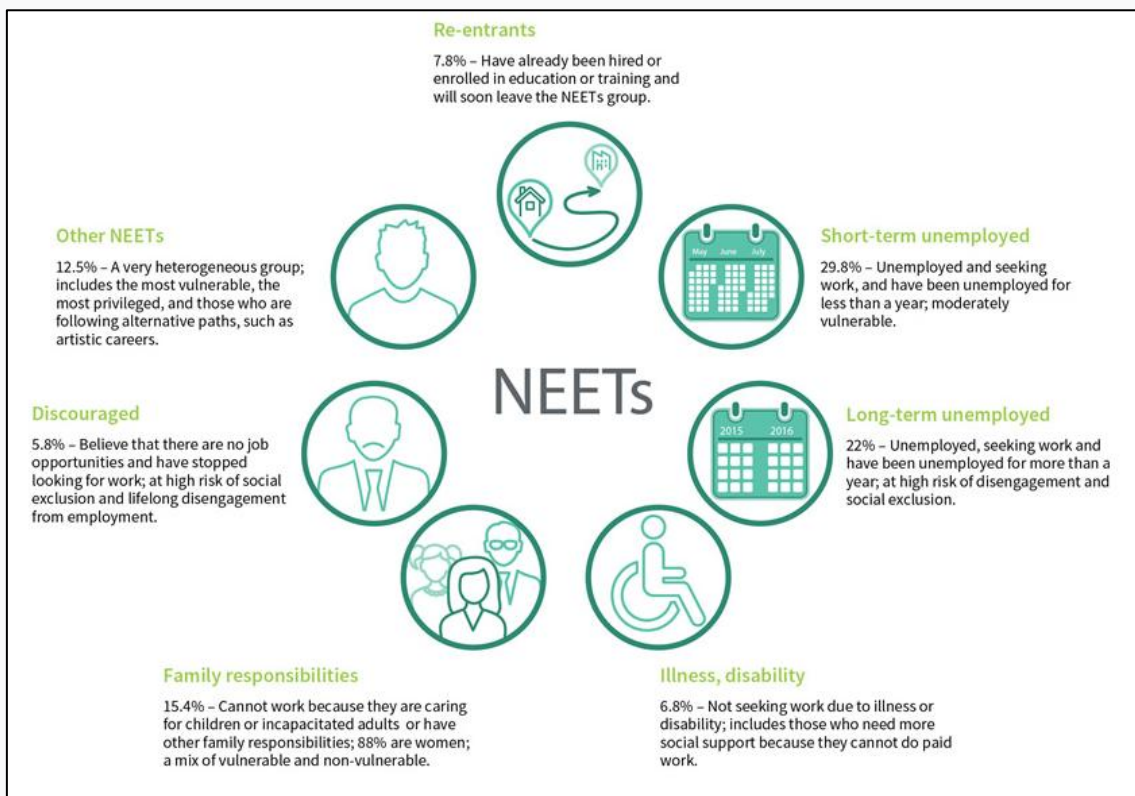
⁵³ https://www.eurofound.europa.eu/system/files/2021-11/youth_infographic_26112021.pdf

portadores de algum tipo de deficiência ou problema de saúde têm 40 % mais probabilidades de se tornarem NEET do que os jovens em boas condições de saúde. O meio familiar tem também uma influência determinante.

Ser NEET acarreta consequências negativas graves para o indivíduo, a sociedade e a economia. Os períodos passados na condição de NEET são passíveis de conduzir a um largo espectro de problemas sociais, como isolamento, trabalho precário e mal remunerado, criminalidade juvenil e patologias mentais e físicas.

A Eurofound procurou esclarecer a heterogeneidade da população NEET. O seu estudo de 2016 sobre a diversidade dos NEET fornece uma nova categorização em sete subgrupos, a fim de compreender melhor a composição deste grupo de jovens. Cada um desses grupos é formado por uma mistura de jovens vulneráveis e não vulneráveis.

Figura 70 | Diversidade de NEET's, os 7 Subgrupos



Fonte: <https://www.eurofound.europa.eu/en/topic/neets#recent-updates>

Os subgrupos são:

- Reentrantes - jovens que procuram emprego após um período de inatividade.
- Desempregados de curta duração - jovens que procuram emprego há menos de 12 meses.
- Desempregados de longa duração - jovens que procuram emprego há mais de 12 meses.

- Inativos desencorajados - jovens que não procuram emprego por acreditarem que não há oportunidades para eles.
- Inativos indisponíveis - jovens que não procuram emprego por motivos pessoais ou familiares, como doença, deficiência ou cuidados.
- Inativos disponíveis - jovens que não procuram emprego mas estariam disponíveis para trabalhar se surgisse uma oportunidade.
- Outros inativos - jovens que não procuram emprego por outros motivos, como voluntariado, viagens ou lazer.

Não dispomos de dados nem diagnósticos para efetuar a caracterização e análise quantitativa e qualitativa dos jovens NEET do Concelho, contudo sabendo tratar-se de jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos de idade, apresentamos algumas evidencias.

São 1345 os jovens residentes no concelho com idades entre os 15 e os 29 anos de idade, sendo que 14,42% estavam desempregados.

Tabela 178| Nº jovens residentes com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos de idade, Baião, 2021

	População ativa (N.º) e desempregada no Grupo etário 15-29 anos (Censos 2021)			
	Pop ativa 15-29 anos	Pop. desemp.15-29 anos	Tx Incidência desemprego jovem	
	total	nº	concelho 100%	Freguesia 100%
Baião	1345	194	14,42	
Frende	29	6	0,44	20,68
Gestaçõ	79	16	1,18	20,25
Gove	144	18	1,33	12,5
Grilo	36	4	0,29	11,11
Loivos do Monte	30	5	0,37	16,66
Santa Marinha do Zêzere	190	34	2,52	17,89
União das freguesias de Ancede e Ribadouro	191	24	1,78	12,56
União das freguesias de Baião (Santa Leocádia) e Mesquinhata	43	5	0,37	11,62
União das freguesias de Campelo e Ovil	293	42	3,12	14,33
União das freguesias de Loivos da Ribeira e Tresouras	54	8	0,59	14,81
União das freguesias de Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas	115	16	1,18	13,91
União das freguesias de Teixeira e Teixeira	46	3	0,22	6,52
Valadares	67	10	0,74	14,9
Viariz	28	3	0,22	10,71

Fonte: INE

Os parceiros do CLASB, apontam para um aumento dos jovens em Absentismo escolar crónico e um aumento do Abandono escolar, sobretudo no 3º Ciclo de Ensino e Ensino Secundário, sendo mais prevalente nos rapazes.

3.4.3 Habitação

O 1.º Direito - Programa de Apoio ao Direito à Habitação – representa um importante passo em frente na forma como a questão do acesso à habitação é entendida e vertida para o plano da ação política. Assumindo como objetivo central garantir o acesso a uma habitação adequada, conferindo condições de vida dignas aos agregados familiares em situação de grave carência habitacional, o 1.º Direito veio inaugurar uma nova fase no pensamento e planeamento estratégico em matéria de habitação. Assenta numa visão de direitos e liberdades fundamentais, e perspetiva a cidadania como uma condição que acontece em lugares físicos, ao invés de ser uma condição abstrata, quase incorpórea. Representa, em larga medida, um ponto de confluência de um conjunto de medidas e programas avulsos, mas traz como grande novidade o papel central da pessoa em todo o processo. Preconiza, efetivamente, uma abordagem dirigida às pessoas, às suas necessidades, expectativas e preferências, consideradas em contexto e pensadas, sempre, a partir de lógicas de capacitação, capazes de gerar soluções sustentáveis promotoras de trajetórias individuais de integração e participação social.

De seguida, são caracterizados os alojamentos e edifícios no Concelho, segundo os Censos, seguida de uma caracterização das carências habitacionais expressas na Estratégia Local de Habitação – 1.º Direito.

À data do censo de 2021, foram recenseados 2.876 edifícios⁵⁴, num total de 10.700, a necessitarem de médias ou grandes reparações.

Tabela 179 | Edifícios segundo os Censos: total e por estado de conservação

Edifício	Estado de conservação				
	Total	Sem necessidade de reparação	Com necessidade de pequenas reparações	Com necessidade de médias reparações	Com necessidade de grandes reparações / Muito degradado
Anos	2021	2021	2021	2021	2021
Baião	10 700	5 430	2 394	1 785	1 091

Fonte: INE

⁵⁴ **Edifícios:** Construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins. (metainformação - INE)

Foram registados um total de 11 879 Alojamentos⁵⁵, sendo na esmagadora maioria Alojamentos Familiares Clássicos. De 2011 para 2021 aumentou o número de alojamentos.

Para uma grande maioria desses alojamentos, o período da sua construção ocorreu já há algumas décadas, com um pico entre 1961 e 1990. Trata-se, por isso, e compreensivelmente, de um parque habitacional que vai sendo marcado pelos efeitos do tempo e da deterioração que tal significa nas estruturas habitacionais, nomeadamente quando não são objeto de melhorias e manutenção.

Tabela 180| Alojamentos segundo os Censos: total e por época de construção do edifício

Alojamento	Época de construção								
	Total	Anterior a 1919	1919 - 1945	1946 - 1960	1961 - 1980	1981 - 1990	1991 - 2000	2001 - 2010	2011 - 2021
Baião	6 704	195	238	420	1 548	1 346	1 404	1 313	240

Tabela 181| Tipo de alojamentos, segundo os Censos

Alojamento	Tipo de alojamento				
	Total	Alojamentos familiares clássicos	Alojamentos familiares não clássicos	Alojamentos coletivos - Hotéis	Alojamentos coletivos - Convivências
Baião	.11879	11 875	0	0	4

Fonte: INE

Tabela 182| Nº Alojamentos Familiares Clássicos em Baião, 2011-2021

Alojamento	Número	
	2011	2021
Baião	11 643	11 863

Fonte: INE

Tabela 183| Alojamentos ocupados pelos proprietários segundo os Censos: total e por existência de encargos de compra

Alojamento	Alojamentos familiares clássicos ocupados por proprietários					
	Total		Com encargos de compra		Sem encargos de compra	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Baião	5 539	5 177	1 555	1 438	3 984	3 739

Fonte: INE

⁵⁵ O alojamento familiar clássico é a casa onde moram as pessoas, como é o caso dos apartamentos ou das moradias. O alojamento é o local onde moram pessoas. Há alojamentos familiares, como apartamentos ou moradias, e alojamentos coletivos, como hotéis, lares ou prisões.

Tabela 184| Alojamentos segundo os Censos: total e por entidade proprietária2021

Alojamento	Tipo de entidade proprietária							
	Total	Ocupante proprietário	Total Outra entidade proprietária	Outra entidade proprietária - Ascendentes, descendentes de 1º ou 2º grau	Outra entidade proprietária - Particulares ou empresas privadas	Outra entidade proprietária - Estado, institutos públicos autónomos, instituições s/ fins lucrativos, empresas públicas	Outra entidade proprietária - Autarquias Locais	Outra entidade proprietária - Cooperativas de habitação
Baião	6 704	5 177	1 527	423	1 042	21	12	29

Fonte: INE

Tabela 185| Alojamentos segundo os Censos: total e por forma de ocupação

Alojamento	Alojamentos familiares clássicos por forma de ocupação				
	Total	De residência habitual	De residência secundária - uso sazonal	Vagos- Para venda ou arrendamento	Vagos- Outros casos
Baião	11 875	6 704	2 936	1 201	1 034

Fonte: INE

O indicador “Poder de compra per capita” é um indicador compósito que pretende traduzir o poder de compra em termos per capita. É um número índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, nos diferentes municípios ou regiões. É pertinente a sua demonstração neste capítulo da habitação, uma vez que os encargos com a Habitação (seja pelos encargos da compra seja pelos encargos de renda) são os que colocam as pessoas em situação de maior ou menor vulnerabilidade e risco de pobreza e exclusão social.

Tabela 186| Evolução do Poder de compra per capita, Baião 2017-2021

Número Índice - %	Poder de compra		
	2017	2019	2021
Anos			
Portugal	100,0	100,0	100,0
Norte	92,1	93,0	92,9
Tâmega e Sousa	73,0	73,7	75,9
Amarante	71,8	72,6	75,3
Baião	58,2	59,5	62,7
Castelo de Paiva	65,7	68,1	70,6
Celorico de Basto	56,1	57,5	63,3
Cinfães	56,9	59,4	64,1
Felgueiras	81,6	80,3	81,2
Lousada	71,1	72,6	74,6
Marco de Canaveses	74,1	73,5	75,5
Paços de Ferreira	79,4	80,5	82,4
Penafiel	78,9	79,7	80,4
Resende	59,5	61,7	65,7

Fonte: INE

Tabela 187 | Alojamentos ocupados pelos proprietários segundo os Censos: total e por escalão de encargos com compra (2021)

Alojamento	Alojamentos familiares clássicos de residência habitual							
	Total	Menos de 100€	100€ - 199,99€	200€ - 299,99€	300€ - 399,99€	400€ - 649,99€	650€ - 999,99€	1000€ ou mais
Baião	1 438	45	336	536	292	164	40	25

Fonte: INE

Tabela 188 | Alojamentos arrendados segundo os Censos: total e por escalões de renda (2021)

Alojamento	Escalões de renda							
	Total	Menos de 50€	50€ - 99,99€	100€ - 199,99€	200€ - 399,99€	400€ - 649,99€	650€ - 999,99€	1000€ ou mais
Baião	902	59	62	387	380	10	2	2

Fonte: INE

Tabela 189 | Alojamentos por instalações existentes segundo os Censos (%)

Proporção - %	Alojamentos familiares ocupados por instalações existentes									
	Água canalizada		Duche / Banho		Instalações sanitárias		Eletricidade		Cozinha	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Baião	95,9	x	91,9	x	95,6	x	x	x	x	x

Proporção - %	Alojamentos familiares ocupados por instalações existentes									
	Esgoto		Aquecimento central		Aquecimento não central		Ar condicionado		Lugar de estacionamento ou garagem	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Baião	97,0	x	4,4	10,7	86,7	63,6	4,3	10,5	57,5	64,6

Fonte: INE

O cenário de carências habitacionais, resultantes da impossibilidade de fazer face a obras de reabilitação de imóvel próprio ou a rendas do mercado de arrendamento privado, motivou o desenvolvimento pela câmara municipal de algumas medidas específicas de política local, como os Programas Municipais “Linha Amiga”, “Via Verde Família” e “Fundo Social de Baião”. Estes programas incluem no seu âmbito de intervenção as questões da reabilitação e beneficiação habitacional, o apoio ao arrendamento, a eliminação de barreiras arquitetónicas, entre outros. A mesma preocupação presidiu à elaboração da Estratégia Municipal de Habitação.

A experiência de trabalho das parcerias revela que a autarquia se traduz na única entidade local que possui um programa de apoio regulado para esse tipo de apoio junto dos estratos da população mais desfavorecida.

Foi feito um levantamento de diagnóstico da situação das necessidades habitacionais no âmbito da Estratégia Municipal de Habitação (Programa 1º Direito), tendo sido identificadas 153 situações que se apresentam como de indignidade habitacional. Estas são, na sua maioria, situações que envolvem condições habitacionais muito comprometidas, caracterizadas por níveis elevados de insalubridade e insegurança, algumas vezes conjugados com outras pressões como precariedade, inadequação ou sobrelotação. Uma quantidade razoável das situações identificadas envolve imóveis que são propriedade dos agregados familiares envolvidos (quase metade). Os restantes ocupam os seus alojamentos como arrendatários ou em condições de ocupação marcadas por alguma instabilidade/vulnerabilidade jurídica. Em termos gerais, estamos na presença de agregados familiares onde se acumulam fatores múltiplos de exclusão social e de vulnerabilidade, sendo uma constante os baixos ou muito baixos recursos financeiros próprios disponíveis. São, ainda, situações onde há uma presença forte de agregados unipessoais, ou seja, pessoas que vivem isoladas. A estas situações acrescentam-se alguns grupos particularmente vulneráveis, cuja integração social deverá perspetivar-se, e será potenciada, quando articulada com soluções que envolvam respostas habitacionais coletivas. Tal é o caso de vítimas de violência doméstica e de pessoas com deficiência.

Tabela 190| Agregados Familiares sinalizados na Estratégia Municipal de Habitação do município, por tipo de soluções habitacionais

	Agregados Familiares Sinalizados no âmbito Programa 1º Direito, por tipologia de solução habitacional		
	Realojamentos em Parque Habitacional Público	Reabilitação Imóvel próprio (beneficiários directos)	Reabilitação de fogos terceiro setor(Solidário)
Baião	65	61	27
Freunde	3	2	3
Gestaçô	3	2	0
Gove	3	1	3
Grilo	2	3	0
Loivos do Monte	3	1	3
Santa Marinha do Zêzere	5	3	0
União das freguesias de Ancede e Ribadouro	9	4	10
União das freguesias de Baião (Santa Leocádia) e Mesquinhata	7	7	0
União das freguesias de Campelo e Ovil	9	11	4
União das freguesias de Loivos da Ribeira e Tresouras	8	8	0
União das freguesias de Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas	5	6	1
União das freguesias de Teixeira e Teixeiró	5	7	0
Valadares	2	2	3
Viariz	1	4	0

Fonte: Estratégia Local de Habitação

Figura 71 | Valores Globais da Estratégia Local de Habitação de Baião

Valores Globais	
ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO	
DIAGNÓSTICO - Vivem em condições habitacionais indignas:	
153	Agregados habitacionais
291	Pessoas
SOLUÇÕES HABITACIONAIS - promovidas por:	
	município de Baião: 69
	outras entidades beneficiárias: 23
	beneficiários diretos: 61

Fonte: Estratégia Local de Habitação

O Observatório Nacional da Luta Contra a Pobreza (ONLCP) procurou caracterizar e analisar alguns dos principais indicadores relacionados com a vulnerabilidade e privação habitacional, bem como compreender o impacto dessas mesmas vulnerabilidades no dia-a-dia das pessoas. O livro publicado “Pobreza habitacional em Portugal: desafios e vulnerabilidades”⁵⁶, elaborado pela EAPN, pretendeu não só caracterizar as vulnerabilidades habitacionais impressas nas estatísticas oficiais, mas também dar voz às pessoas que vivenciam ou vivenciaram na primeira pessoa estas diferentes vulnerabilidades e o impacto destas vivências no seu dia-a-dia. Os dados qualitativos aí referidos servem de referência para a intervenção qualificada nos que carecem de habitação condigna.

⁵⁶ https://www.eapn.pt/wp-content/uploads/2023/10/EAPN_ebook_FINAL.pdf

CAPÍTULO IV – Mapeamento SIG das problemáticas sociais

O capítulo seguinte incide no mapeamento de diversos indicadores gerais e específicos, permitindo que através da sua visualização, se identifiquem padrões espaciais, se visualize a distribuição dos diferentes fenómenos sociais e se identifiquem concentrações, disparidades ou correlações espaciais que podem ajudar a entender a sua expressão no território concelhio.

Os mapas fornecem uma representação visual dos quatro domínios dos problemas sociais retratados e suas dimensões espaciais, facilitando a interpretação e análise da dinâmica social. Ao usá-los como ferramentas, podemos obter uma compreensão mais profunda da expressão espacial dos problemas e auxiliar na promoção de estratégias de intervenção territorial mais eficazes.

Em termos de metodologia utilizada, para elaboração dos mesmos, presidiram alguns pressupostos consensualizados nos 11 municípios da CIM, a saber:

- ✓ Todos os valores em número foram convertidos em percentagem;
- ✓ Em termos de cálculo, o valor mais elevado representado assumiu-se com o 100%;
- ✓ Foram definidas escalas/níveis de análise dos mapas SIG, assim como pressupostos base da sua leitura (o tom de cor mais carregado deve corresponder ao dado mais positivo (valores mais elevados) e o tom de cor mais leve ao dado mais negativo (valores mais reduzidos);
 - Nível 0 – sem cor;
 - Nível 1 – Reduzido – de 1% a 40%;
 - Nível 2 – Médio – de 41% a 60%;
 - Nível 3 – Elevado – de 61% a 80%;
 - Nível 4 – Muito Elevado – de 81% a 100%
- ✓ Foram definidos layout – código de cores,
 - Dinâmica Demográfica – Castanho
 - Dinâmica Sócia economia – Vermelho
 - Área do Risco – Azul
 - Área da Vulnerabilidade – Amarelo
 - Área da Pobreza e Exclusão Social – Verde
 - Área da Exclusão Estrutural – Laranja

NOTA: O tom de cor mais carregado deve corresponder ao dado mais positivo, e o tom de cor mais leve ao dado mais negativo.

- ✓ Para os mapas que representam a **taxa de incidência nas freguesias**, foram efetuados cálculos individualizados por freguesia através da fórmula: regra de 3 simples, em que 100% corresponde ao número total da população por freguesia e X ao número de indivíduos do indicador em causa;

- ✓ Mediante cada indicador específico foi ajustada a população base de cálculo:

A opção por esta metodologia comum de mapeamento prende-se com a necessidade posterior, da CIM Tâmega e Sousa tem, de elaborar o Diagnóstico Social Supraconcelhio e a informação estar toda recolhida com base na mesma metodologia, assim como a interpretação da mesma.

Contudo, no exercício de aplicação desta metodologia em função dos valores apurados em vários indicadores para o concelho de Baião, deparamo-nos com vários constrangimentos que inviabilizaram a total correspondência daquela metodologia no que respeita aos níveis de análise acima referidos;

Depois de analisar as indicações técnicas fornecidas pela CIM para a elaboração da cartografia, verificou-se que não é possível a aplicação dos intervalos de classes fornecidos uma vez que em grande parte dos indicadores os valores percentuais são reduzidos (entre 0% e 24%). Se fosse aplicada a metodologia da CIM, o mapa ficaria todo da mesma cor porque a primeira classe é de 0 a 20%.

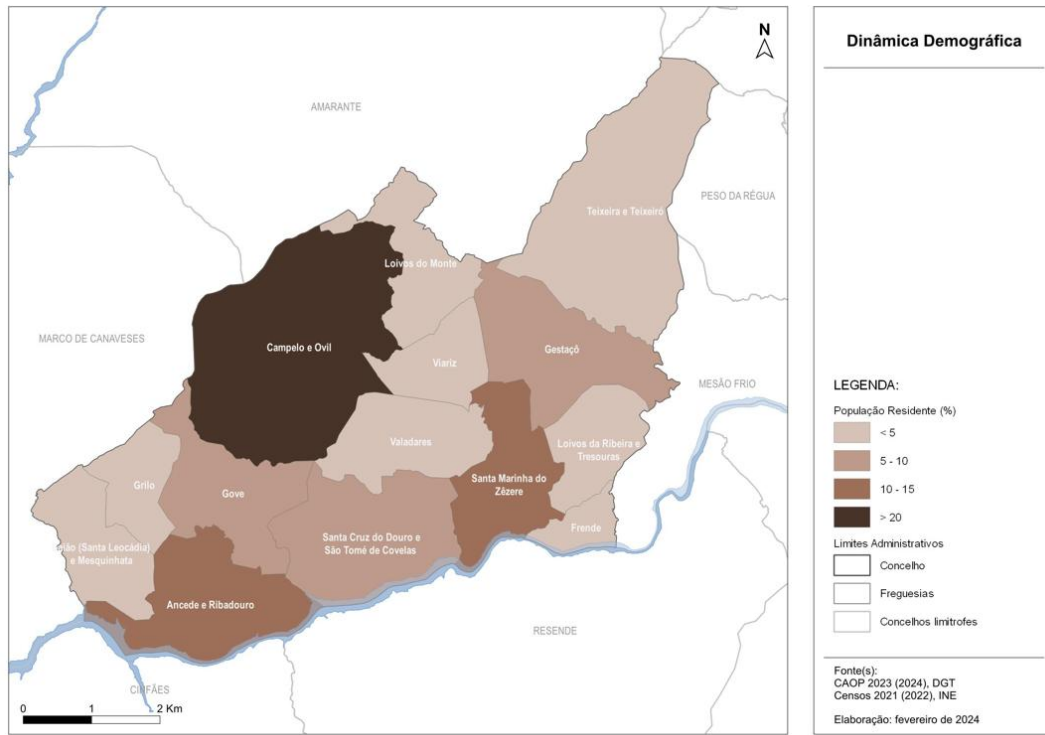
Assim, utilizou-se a metodologia estatística dos quantis, para um melhor ajuste à realidade estatística de Baião. Deste modo, os mapas possuem uma leitura adequada.

SHP - freg2023_dinam_demograf_p.shp – informação relativa ao Capítulo “Dinâmica Demográfica” em percentagem.

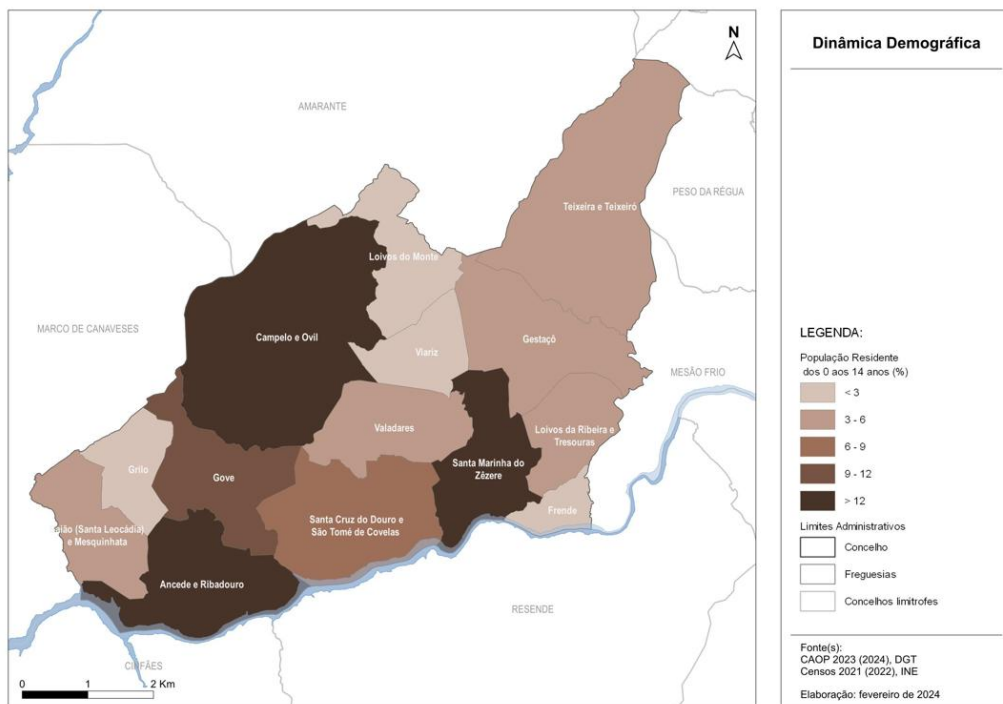
4.1 Mapeamento dos indicadores estatísticos gerais

Dinâmica demográfica

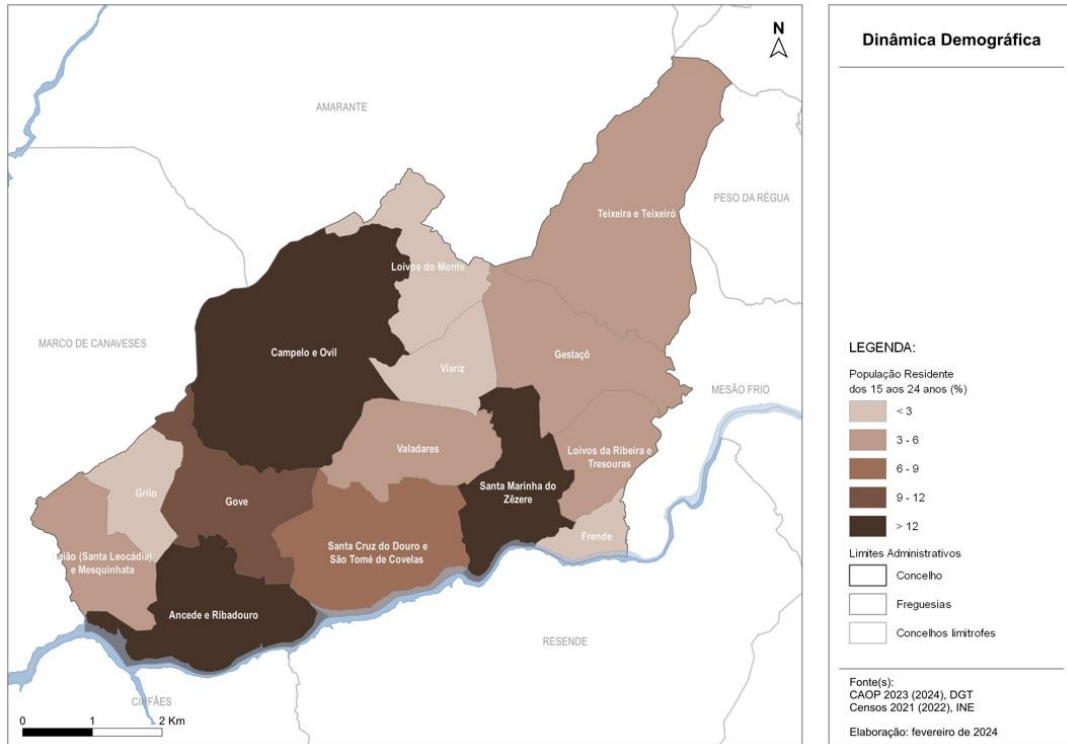
1 – População Residente em 2021



2 - População residente dos 0 aos 14 anos

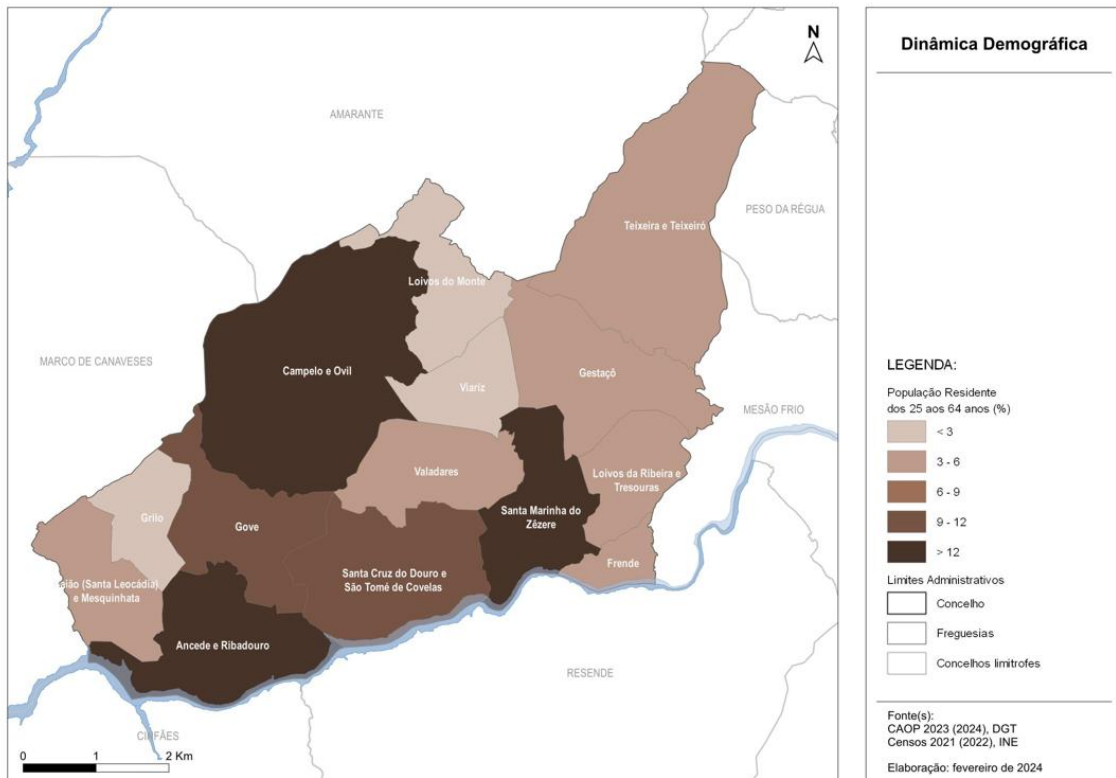


3 - População residente dos 15 aos 24 anos

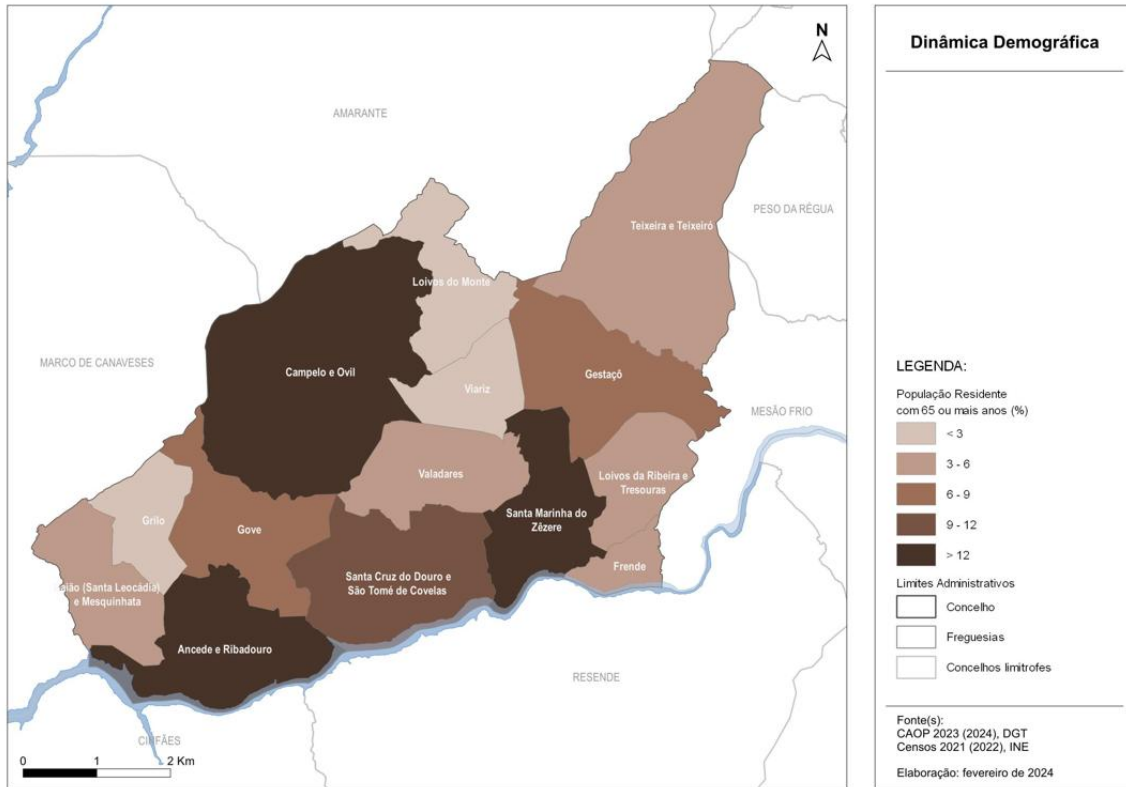


NOTA: a representação cartográfica da população dos 0-14 é exatamente igual à representação cartográfica dos 15-24 (%)

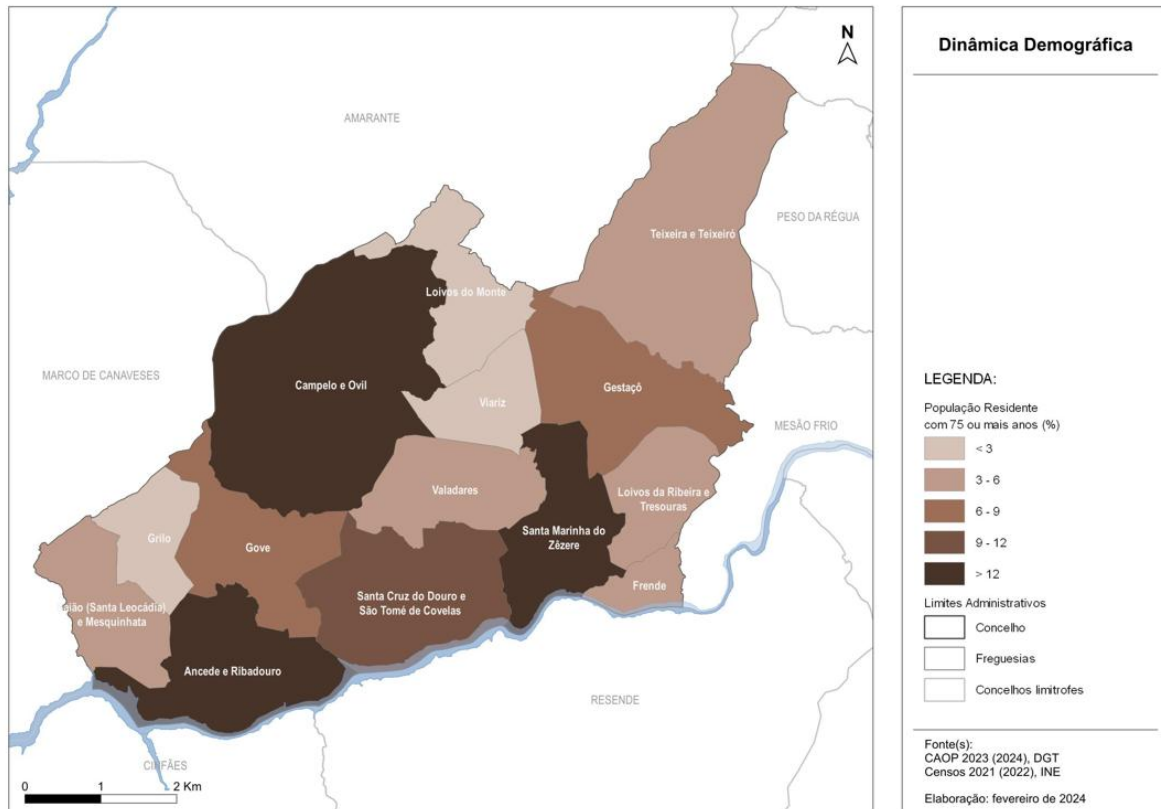
4 - População residente dos 25 aos 64anos



5 - População residente dos 65 e mais anos

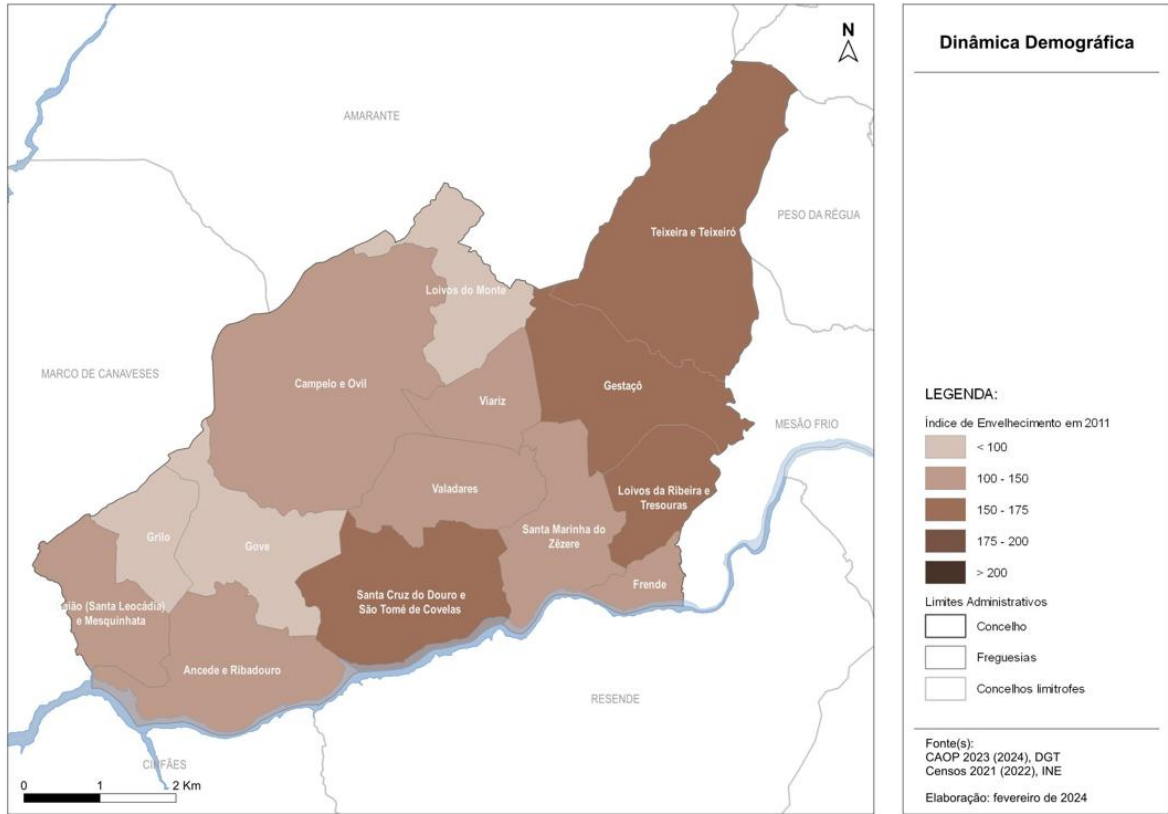


6 - População residente com 75 ou mais anos

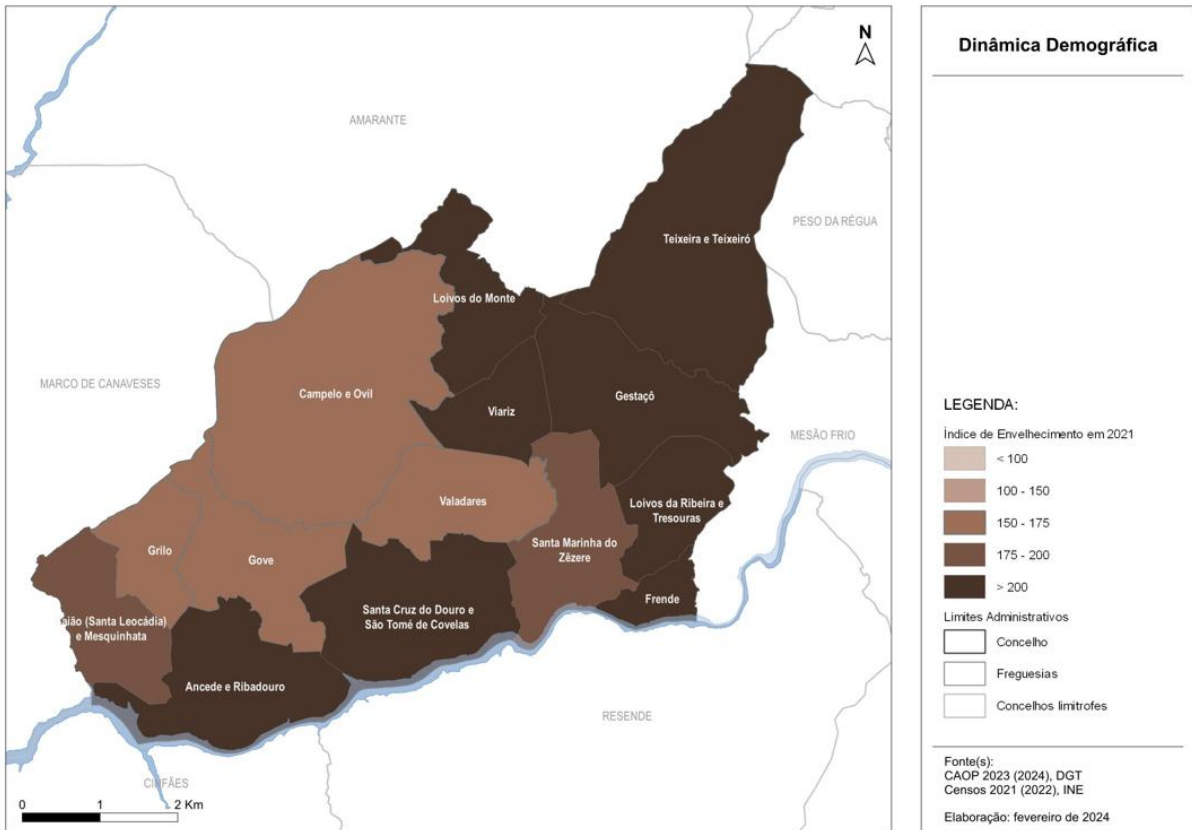


NOTA: a representação cartográfica da população com mais de 65 anos é exatamente igual à representação cartográfica da população com mais de 75 anos (%)

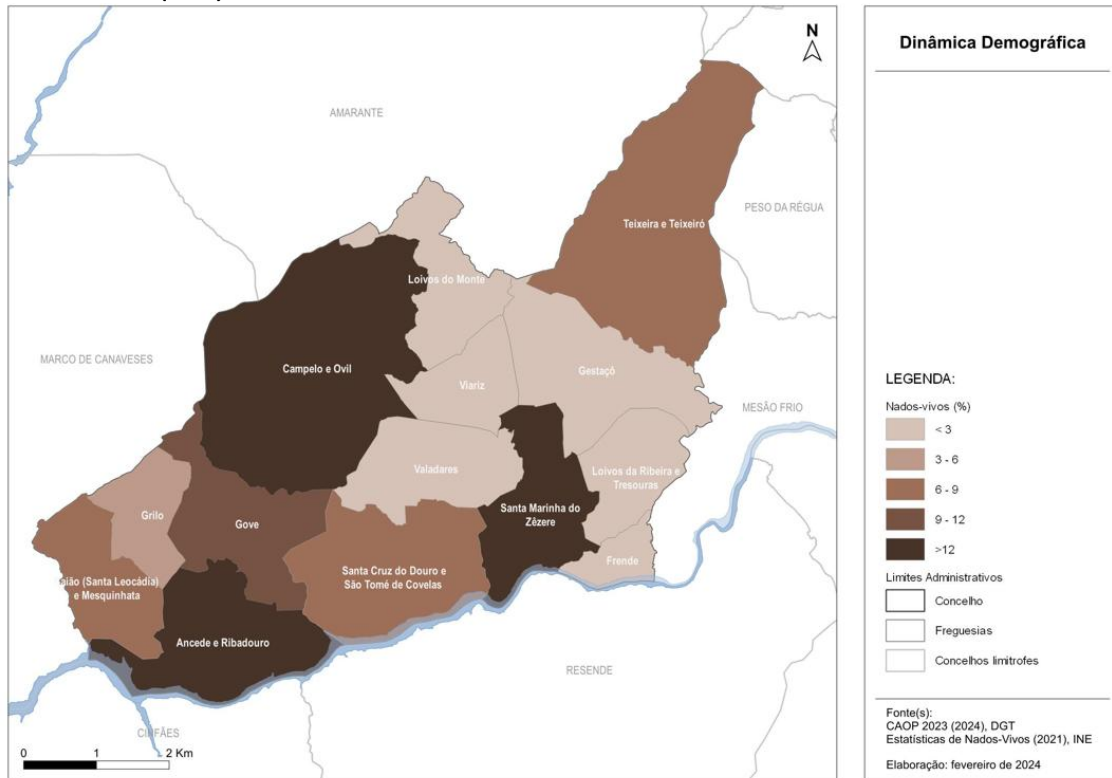
7a - Índice Envelhecimento – 2011



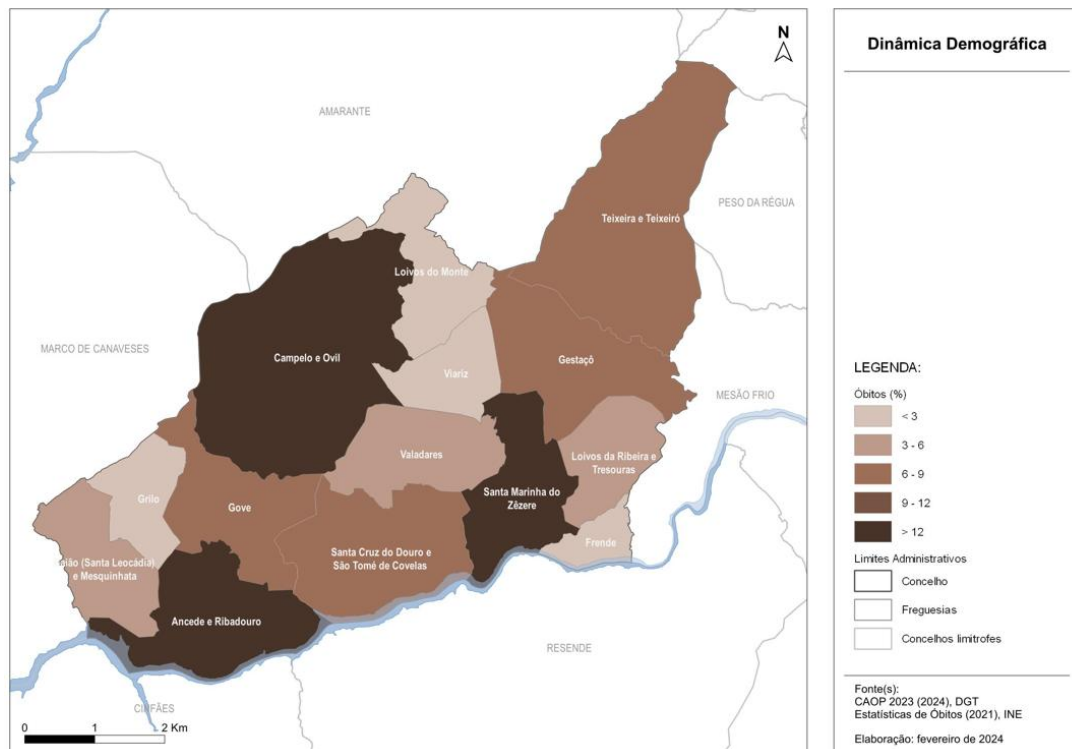
7b - Índice Envelhecimento – 2021



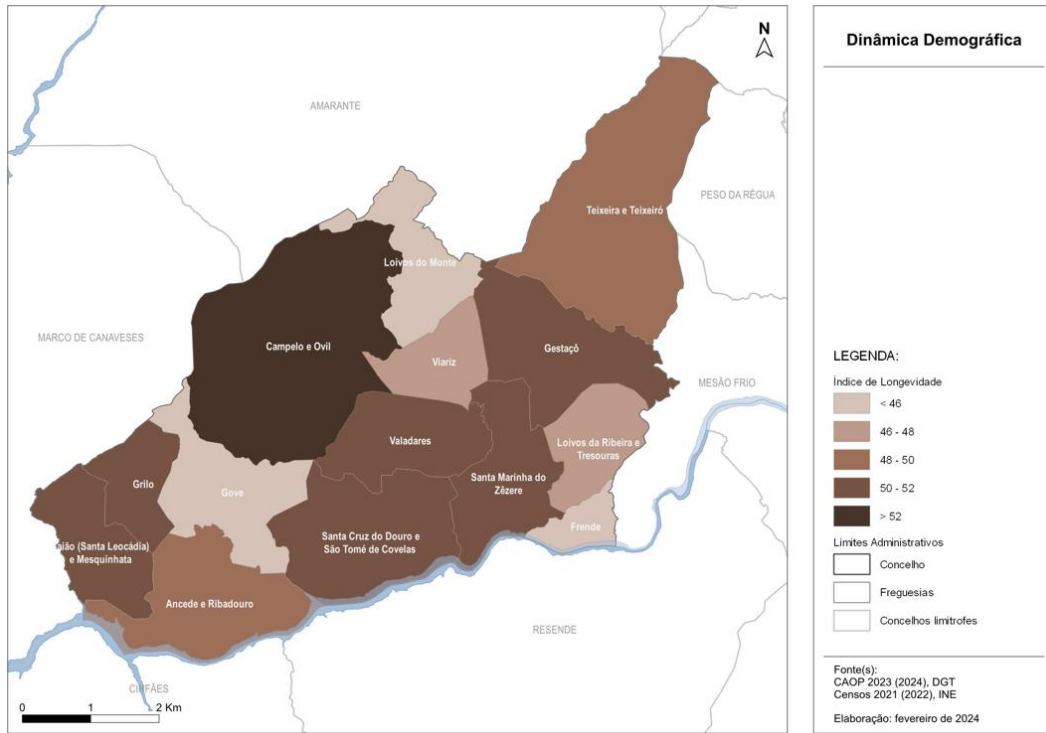
8 - Nados-Vivos (2021)



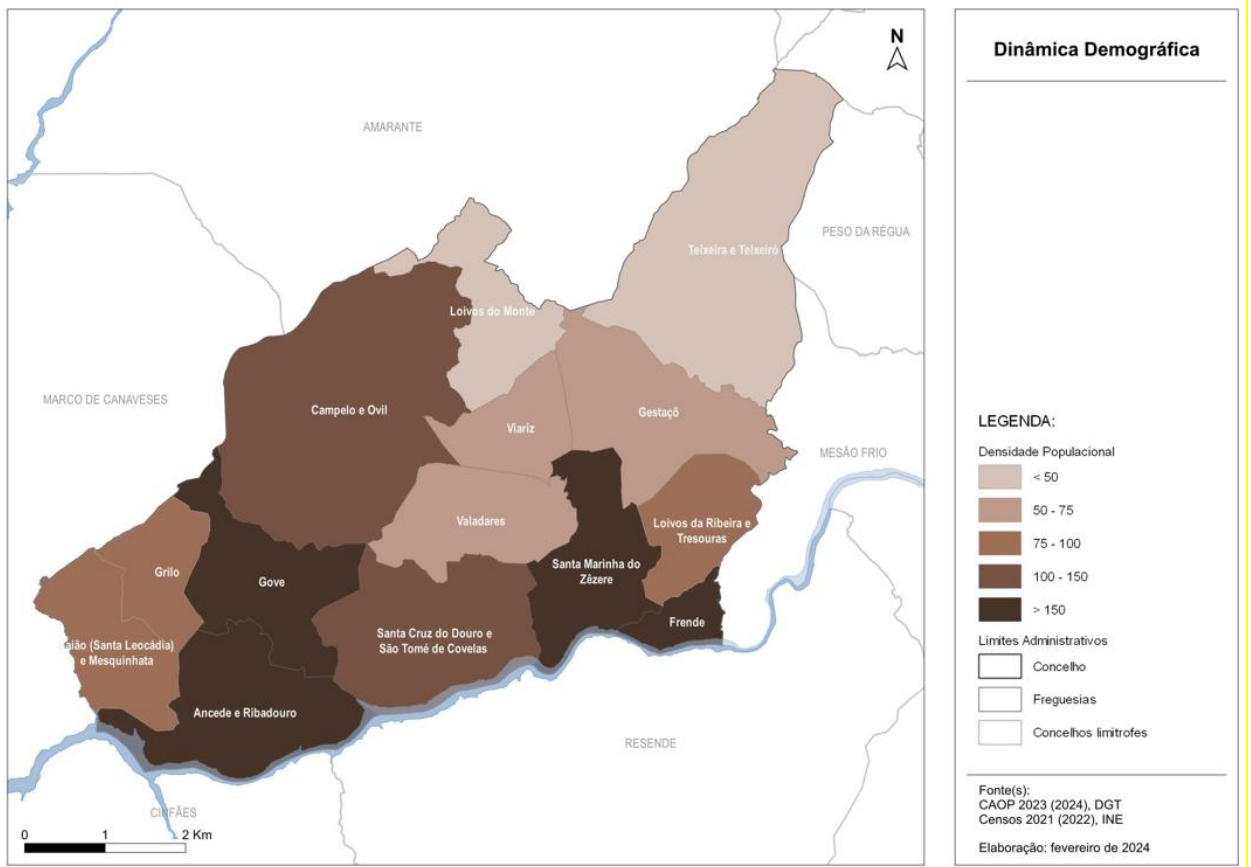
9 - Óbitos (2021)



10 - Índice longevidade

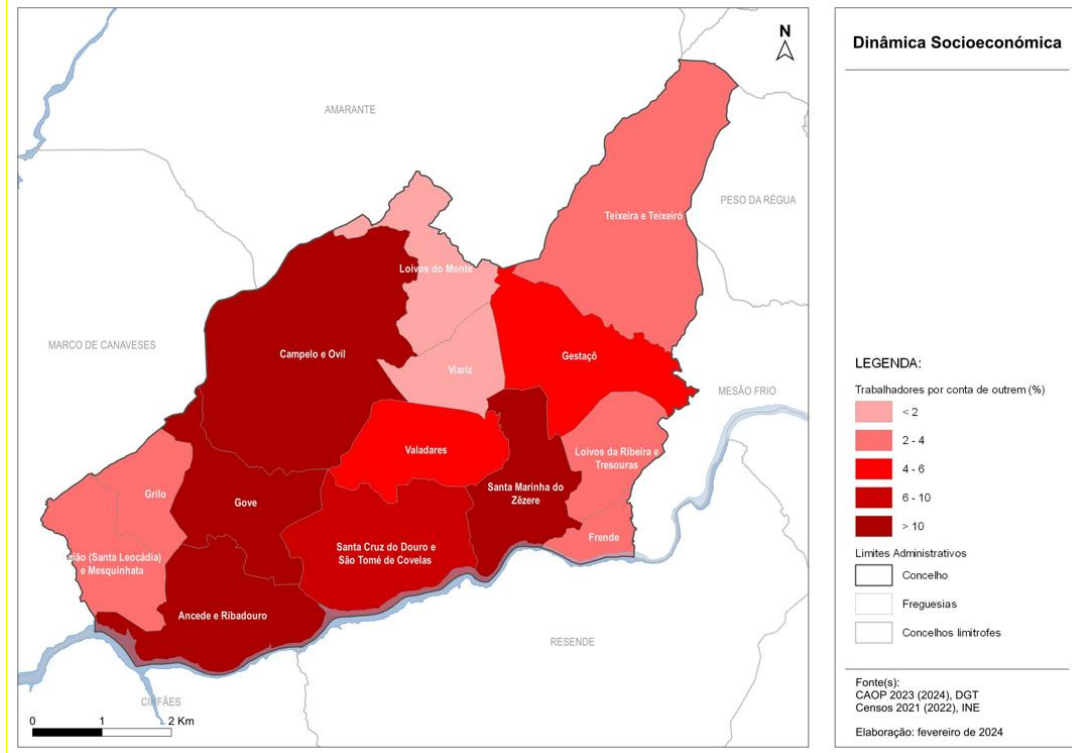


11 - Densidade populacional

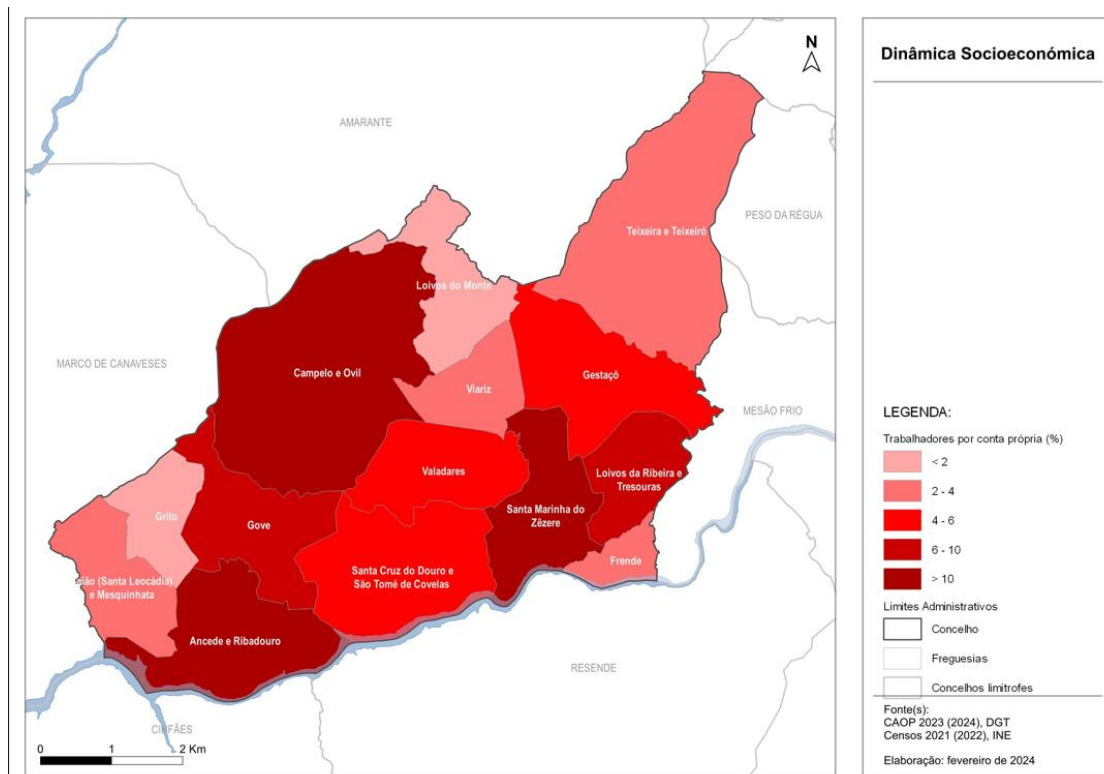


Dinâmica Socioeconómica

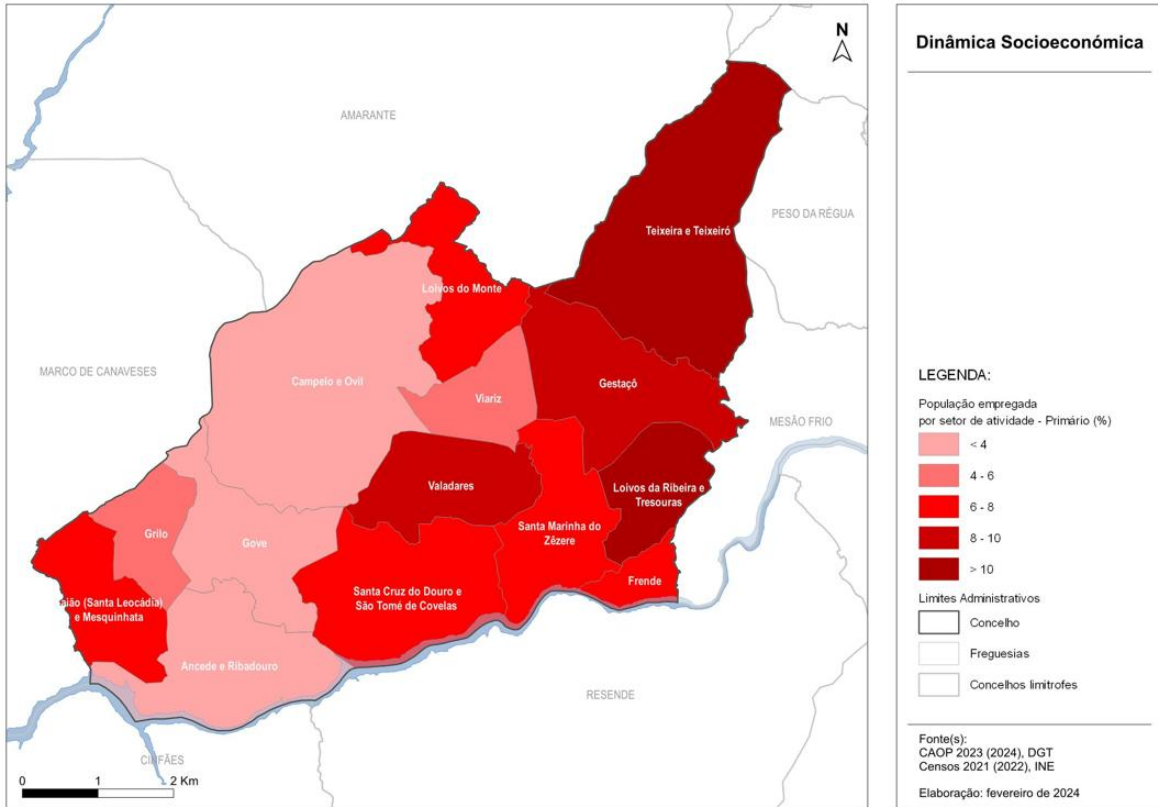
1- Trabalhadores por conta de outrem



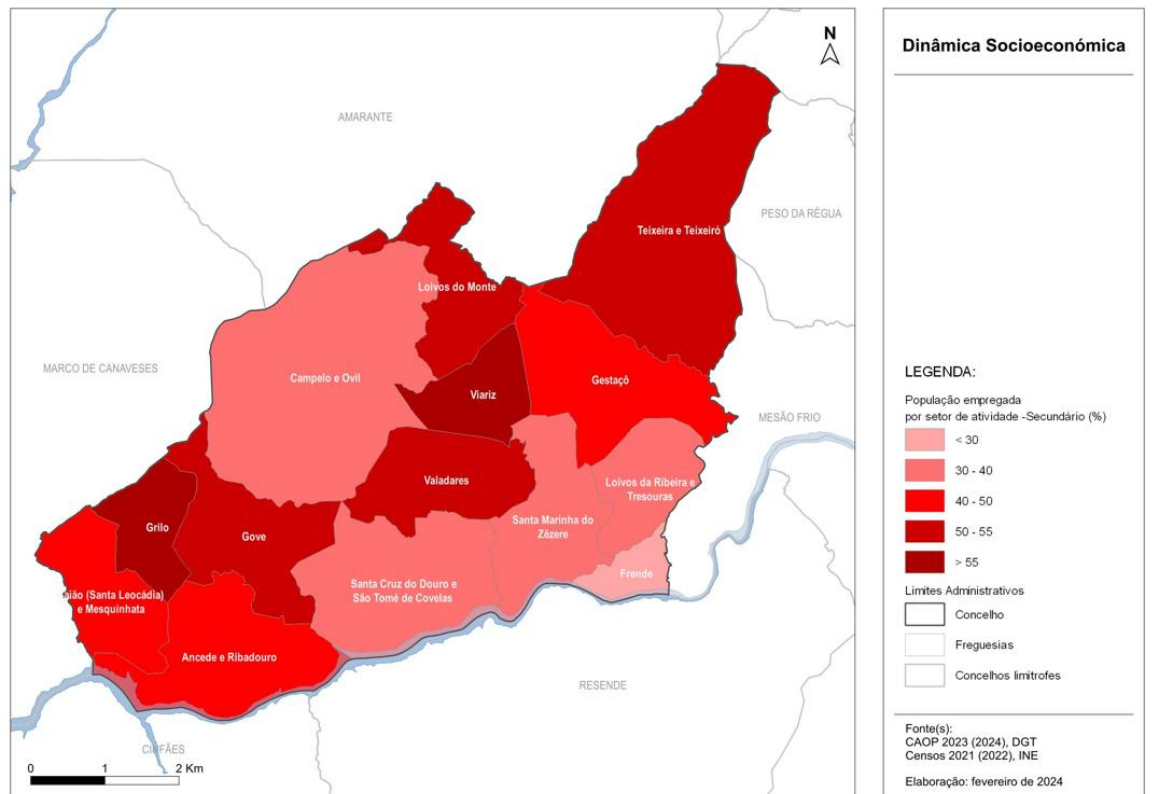
2. Trabalhadores por conta própria



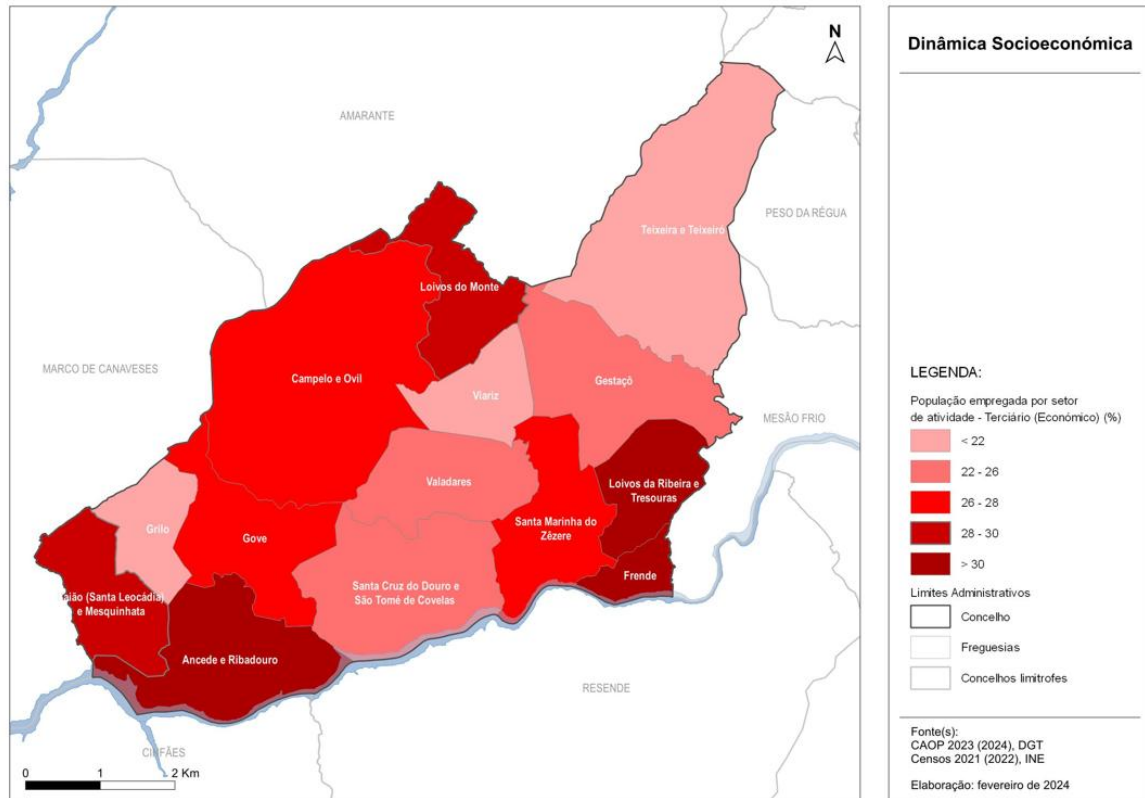
3-População empregada, por setor de atividade Primário



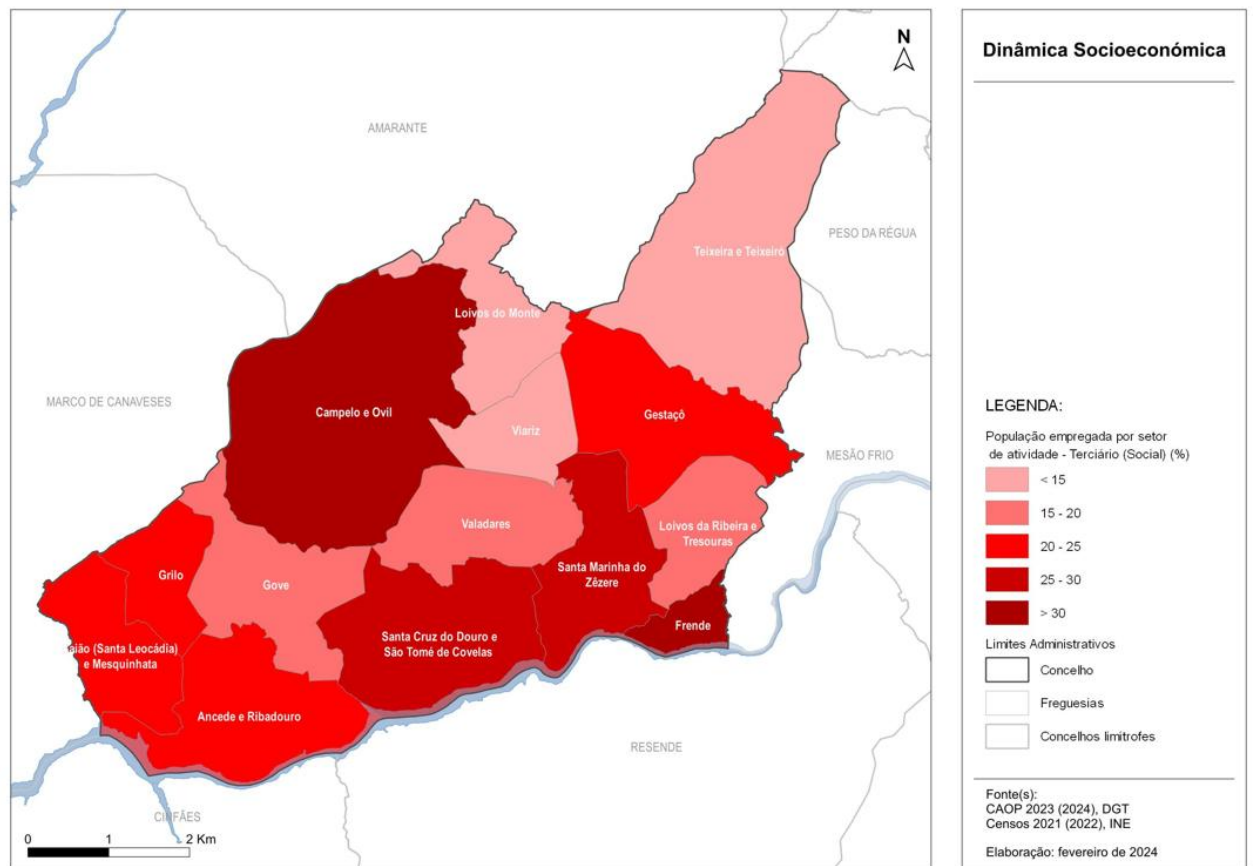
4-População empregada, por setor de atividade Secundário



5-População empregada, por setor de atividade Terciário Económico



6-População empregada, por setor de atividade Terciário Social

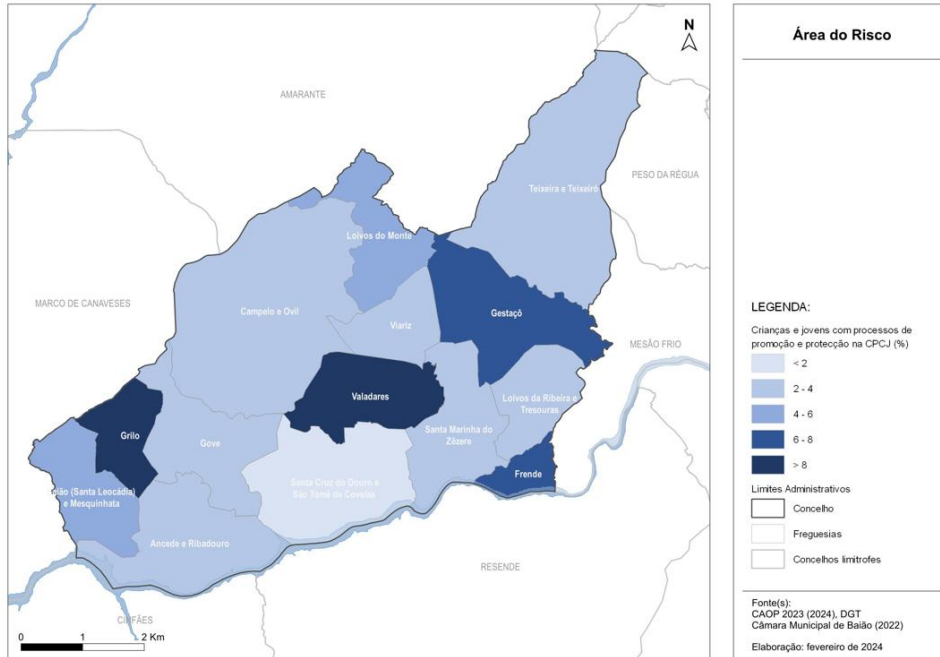


4.3. Mapeamento das problemáticas sociais (incidência territorial)

Nas diferentes áreas, os mapas que se seguem traduzem a Taxa de incidência dos diferenciados indicadores.

“Área de Risco”

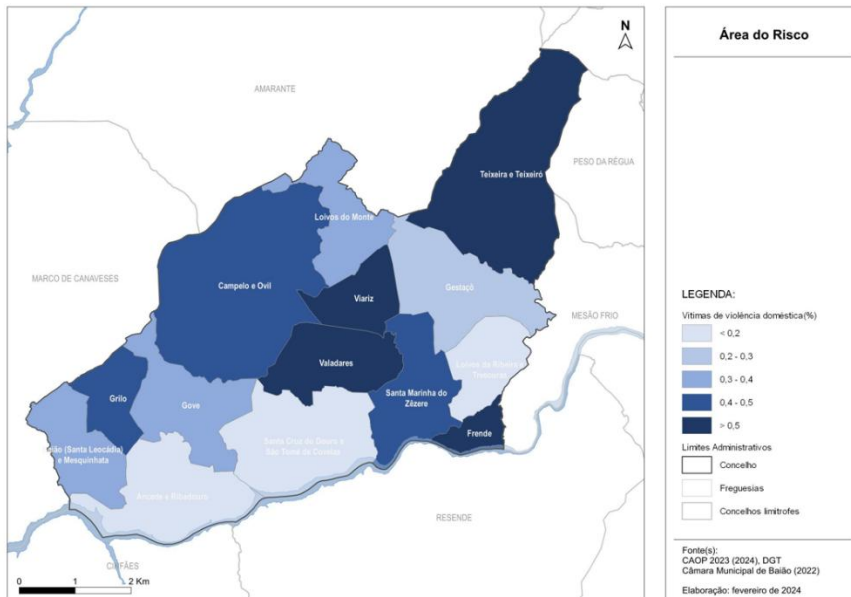
1- Criações e Jovens na CPCJ Baião



População base de cálculo:

- População residente com idades até 18 anos
- Nº crianças com PPP na CPCJ, no concelho, 2022

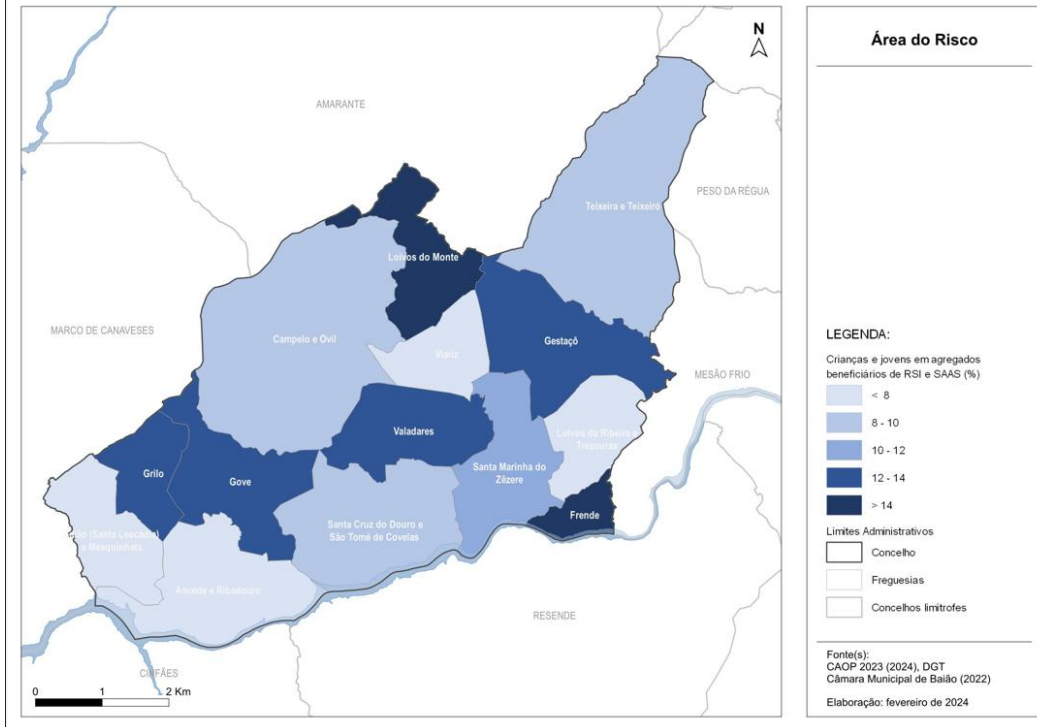
2- Vítimas de Violência Doméstica



População base de cálculo:

- População residente com 18 ou + anos idade
- Nº Vítimas, 2022(GNR)

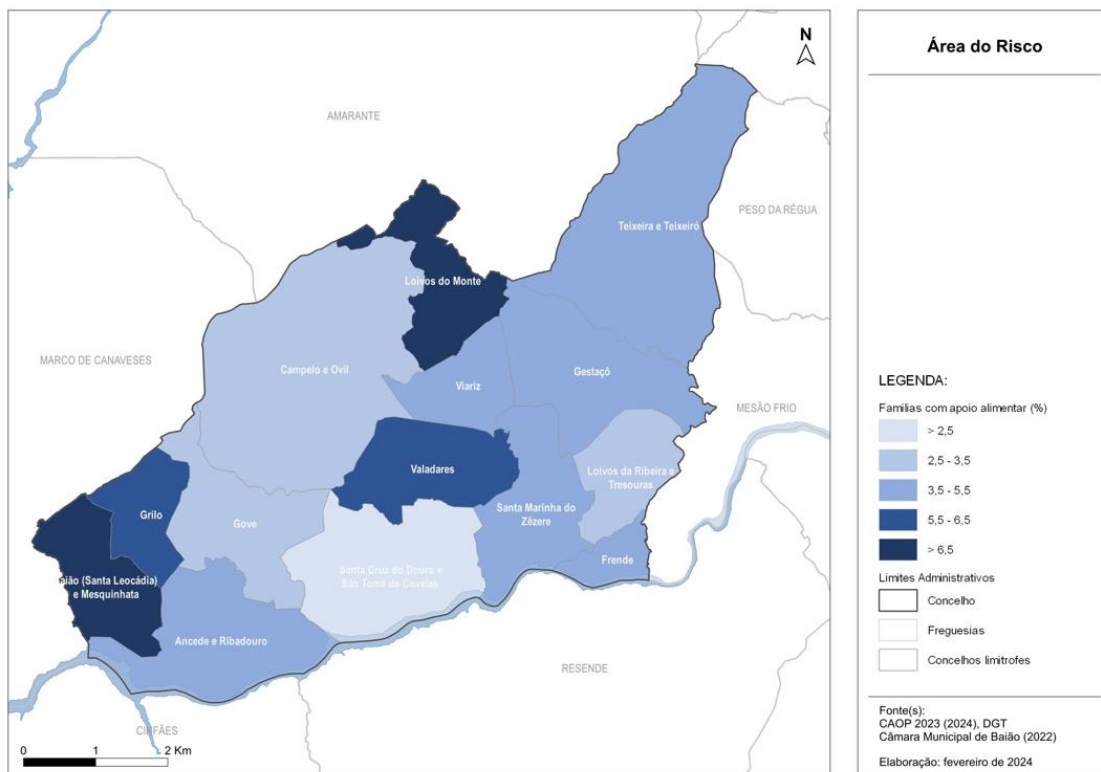
3- Crianças e Jovens em Agregados familiares de RSI e SAAS



População base de cálculo:

- População residente com idades entre 0-14 anos
- Nº crianças em SAAS+RSI dos 0 -14 anos, por freguesia 2022

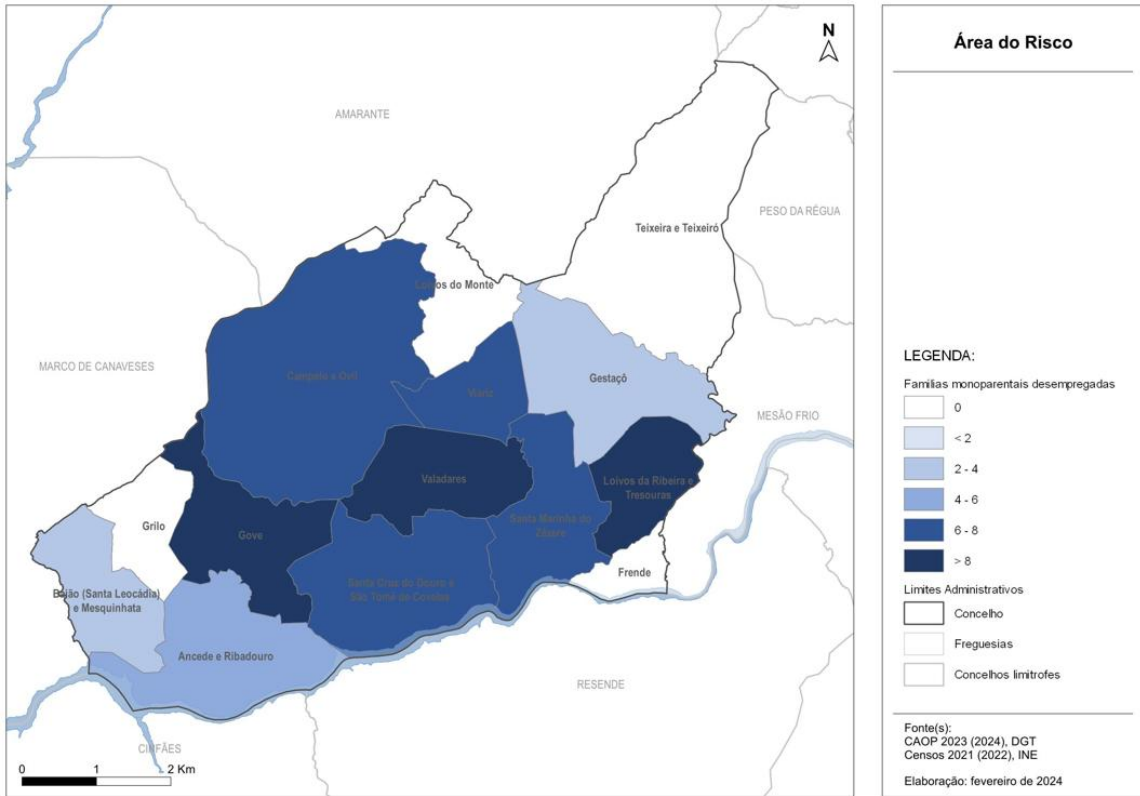
4- Agregados Familiares com Apoio Alimentar



População base de cálculo:

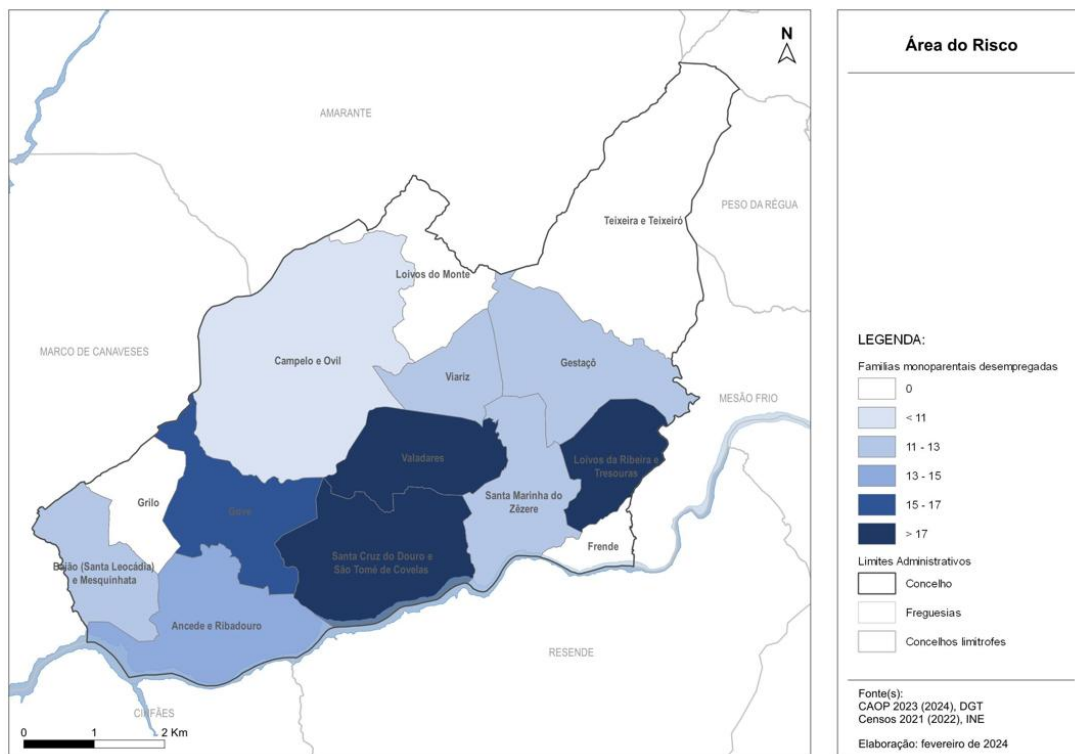
- Agregados Domésticos Privados
- Nº Agregados com medidas apoio alimentar, por freguesia, 2022

5- Famílias Monoparentais: total e desempregadas



CENÁRIO 1: população base de cálculo: *Agregados Domésticos Privados Monoparentais * Nº Agregados Monoparentais desempregados

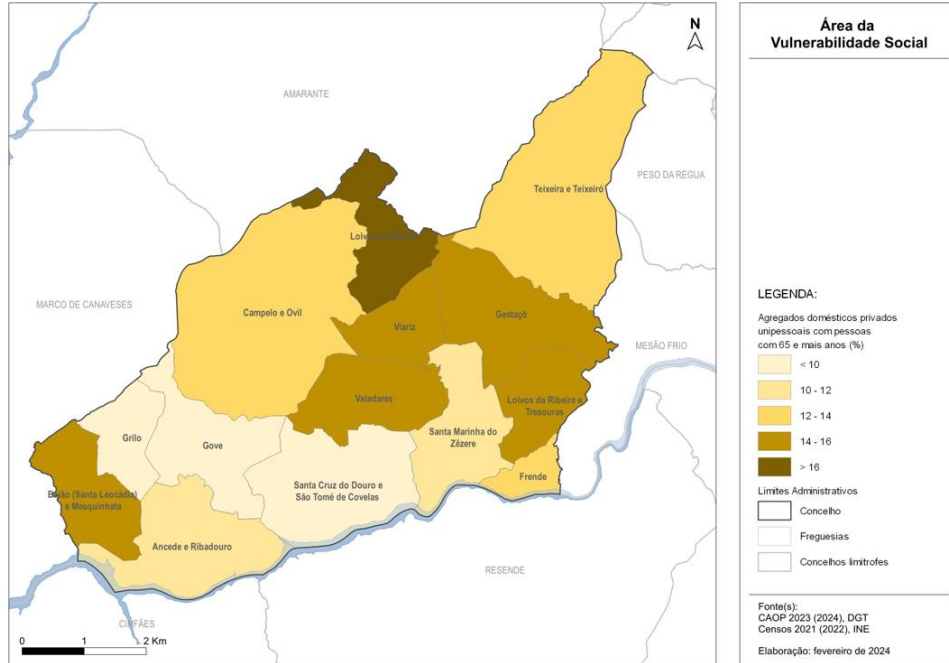
5- Famílias Monoparentais Ativas e desempregadas



CENÁRIO 2: população base de cálculo: *Agregados domésticos monoparentais ativos e * Nº Agregados Monoparentais desempregados

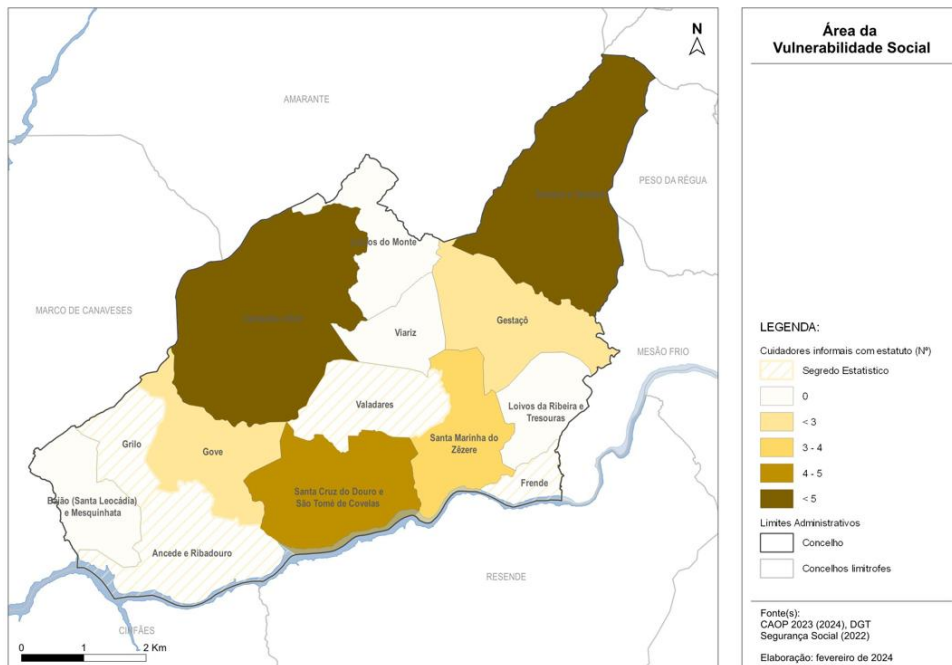
“Área da Vulnerabilidade Social”

1- Agregados domésticos privados unipessoais com pessoas de 65 ou mais anos



Cálculo: Proporção (%) de agregados domésticos privados unipessoais com pessoas de 65 ou mais anos por Local de residência (à data dos Censos 2021)

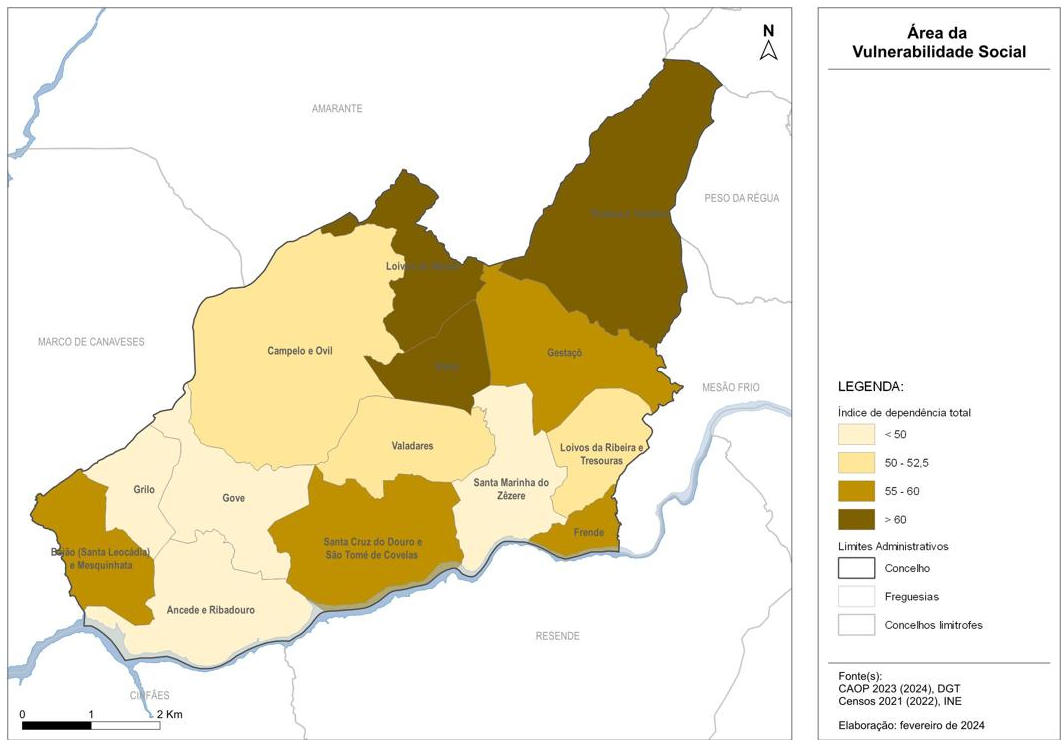
2- Cuidadores Informais Com Estatuto



População base de cálculo:

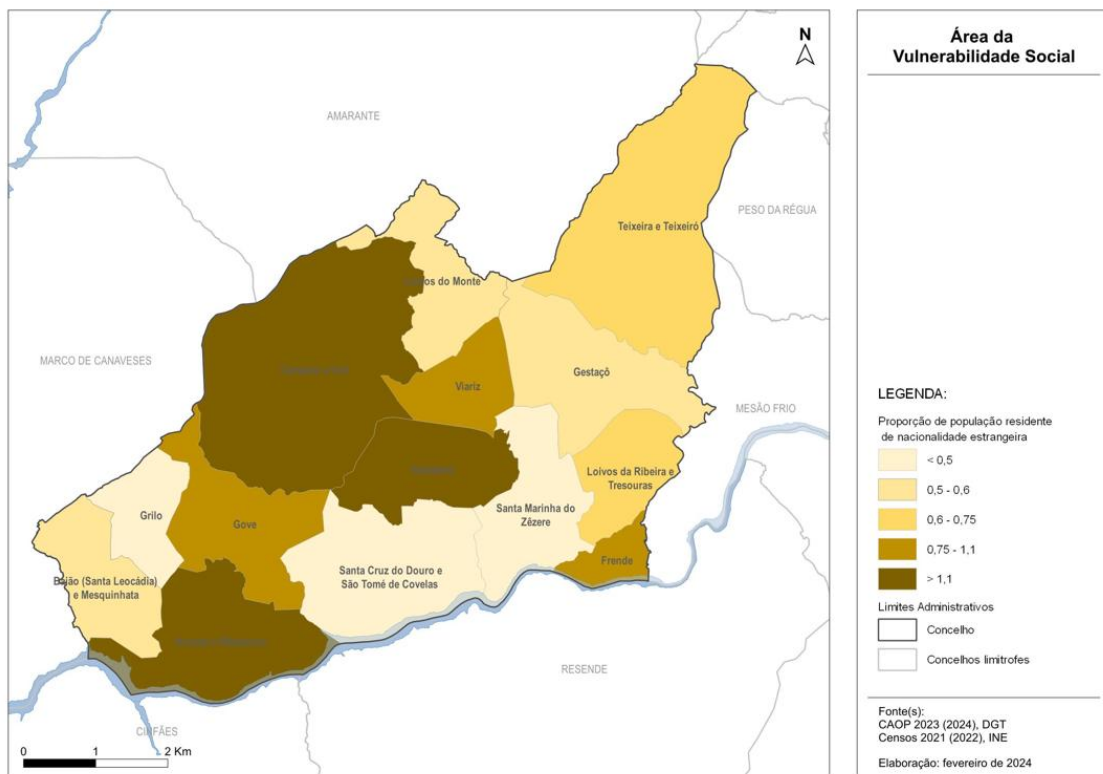
- pop. Residente
- Nº cuidadores informais com estatuto, por freguesia. NOTA: As freguesias de Frende/grilo/Ancede e Ribadouro/Valadares possuem um nº inferior ao considerado segredo estatístico, encontrando-se no mapa a sublinhado riscado apenas.

3- Índice de Dependência Total



Cálculo: Índice de dependência total (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021]

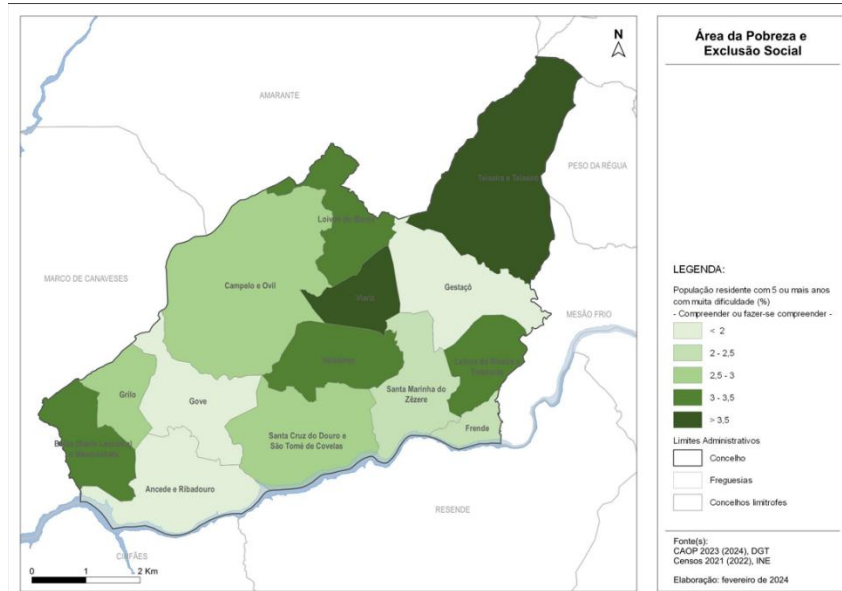
4-População estrangeira



Cálculo: Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por Local de residência à data dos Censos [2021]

área da pobreza e exclusão social

1- Prevalência da incapacidade para a população com 5 ou mais anos- Compreender ou fazer-se Compreender

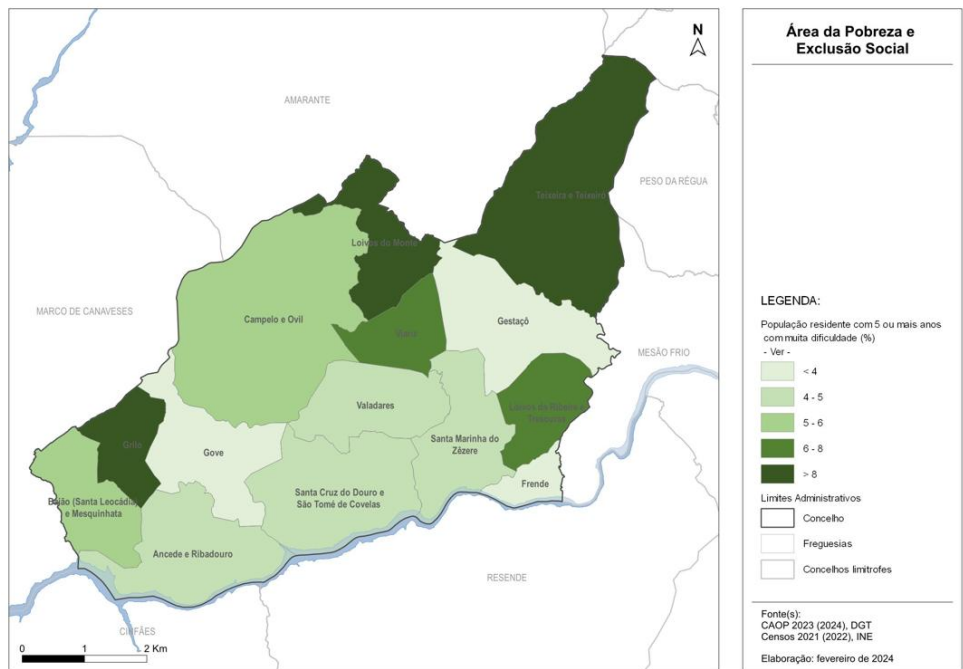


População base de cálculo:

▪ Total pop. Residente 5 e mais anos idade

* Total pop com Grau Mais elevado Dificuldade (Tem Muita dificuldade ou Não Consegue efetuar a ação), por tipo dificuldade “Compreender ou fazer-se Compreender”

2- Prevalência da incapacidade para a população com 5 ou mais anos- VER

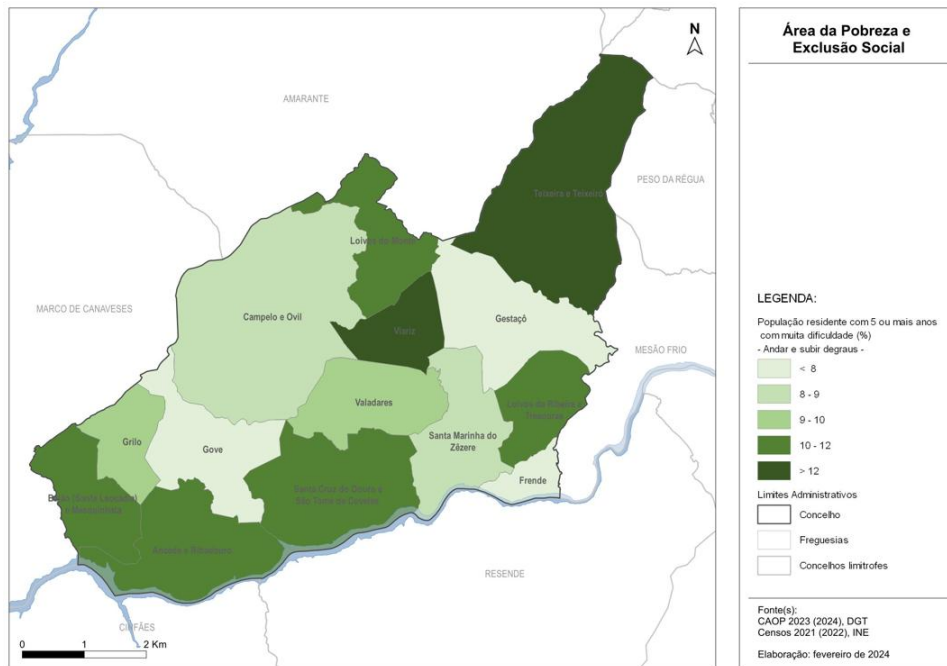


População base de cálculo:

▪ Total pop. Residente 5 e mais anos idade

* Total pop com Grau Mais elevado Dificuldade (Tem Muita dificuldade ou Não Consegue efetuar a ação), por tipo dificuldade em VER

3- Prevalência da incapacidade para a população com 5 ou mais anos- ANDAR E SUBIR DEGRAUS

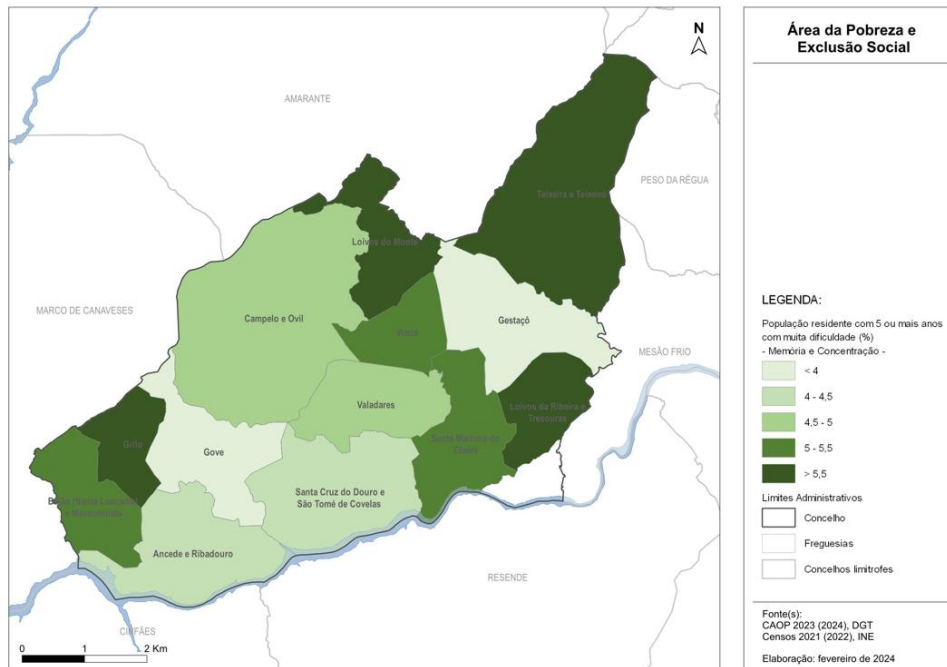


População base de cálculo:

▪ Total pop. Residente 5 e mais anos idade

* Total pop com Grau Mais elevado Dificuldade (Tem Muita dificuldade ou Não Consegue efetuar a ação), por tipo dificuldade em ANDAR E SUBIR DEGRAUS

4- Prevalência da incapacidade para a população com 5 ou mais anos- MEMÓRIA E CONCENTRAÇÃO

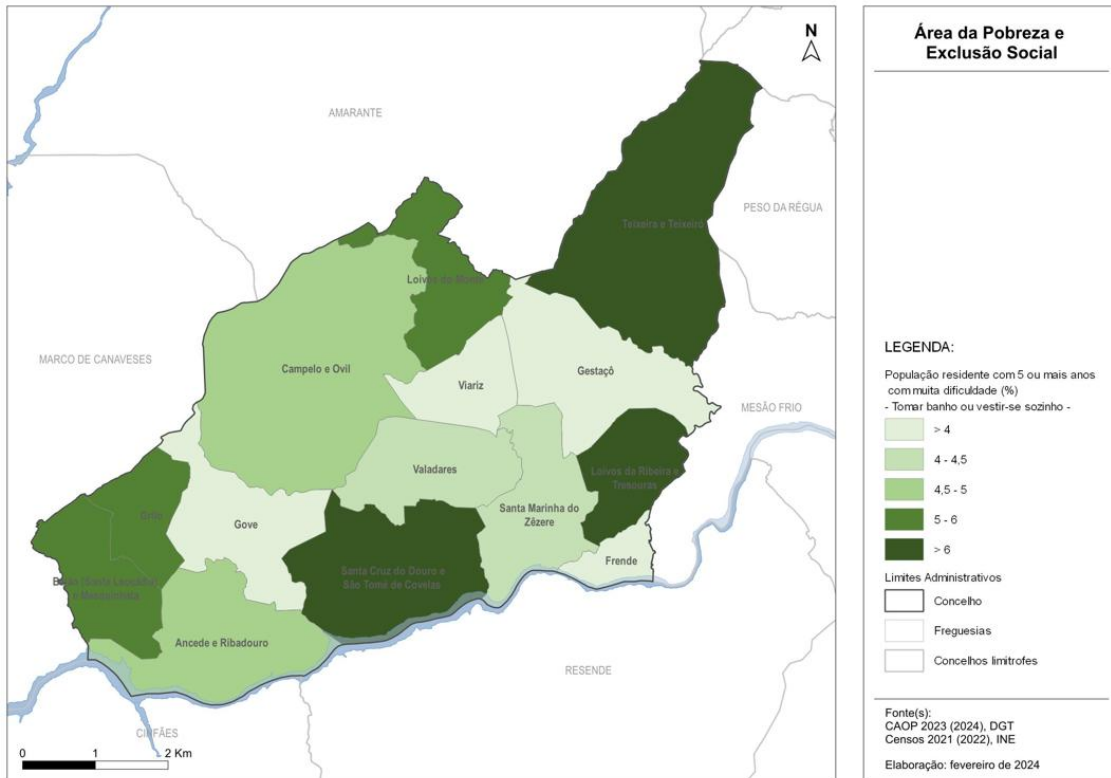


População base de cálculo:

▪ Total pop. Residente 5 e mais anos idade

* Total pop com Grau Mais elevado Dificuldade (Tem Muita dificuldade ou Não Consegue efetuar a ação), por tipo dificuldade em MEMÓRIA E CONCENTRAÇÃO

5- Prevalência da incapacidade para a população com 5 ou mais anos- TOMAR BANHO OU VESTIR-SE SOZINHO



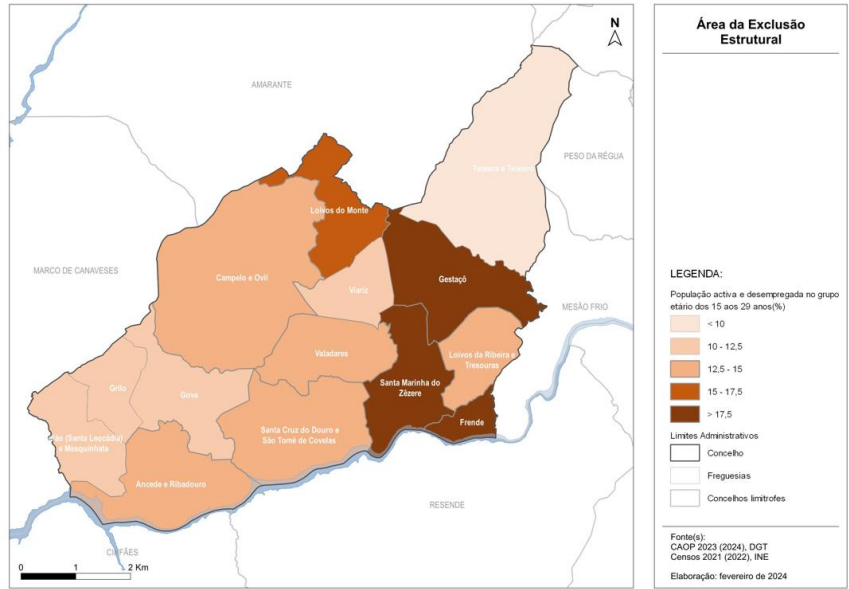
População base de cálculo:

▪ Total pop. Residente 5 e mais anos idade

* Total pop com Grau Mais elevado Dificuldade (Tem Muita dificuldade ou Não Consegue efetuar a ação), por tipo dificuldade em MEMÓRIA E CONCENTRAÇÃO

exclusão estrutural.

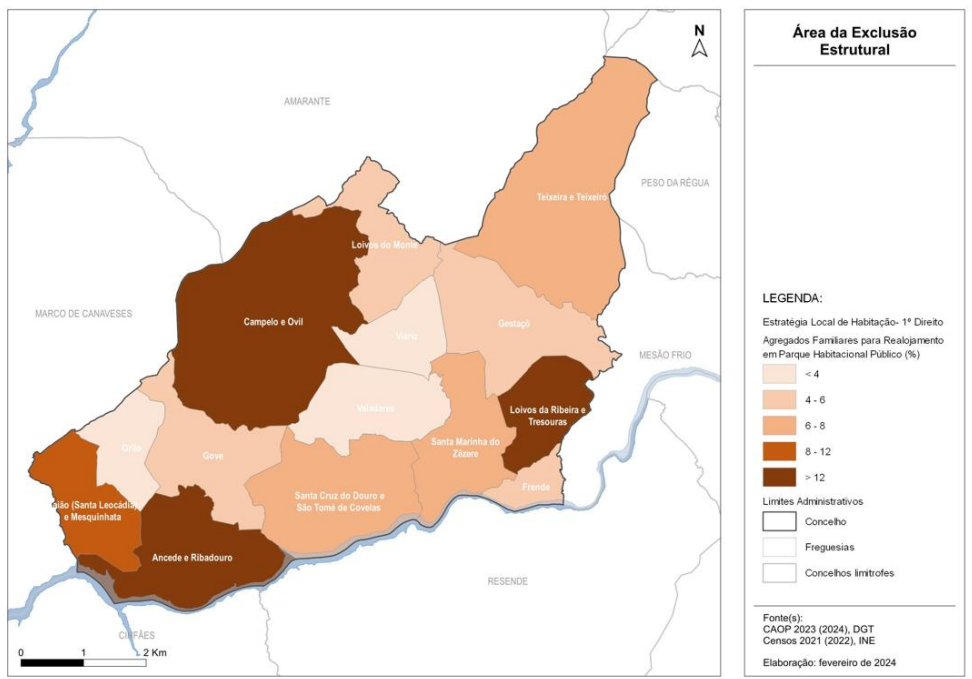
1- Jovens NEET - Tx Incidência desemprego jovem



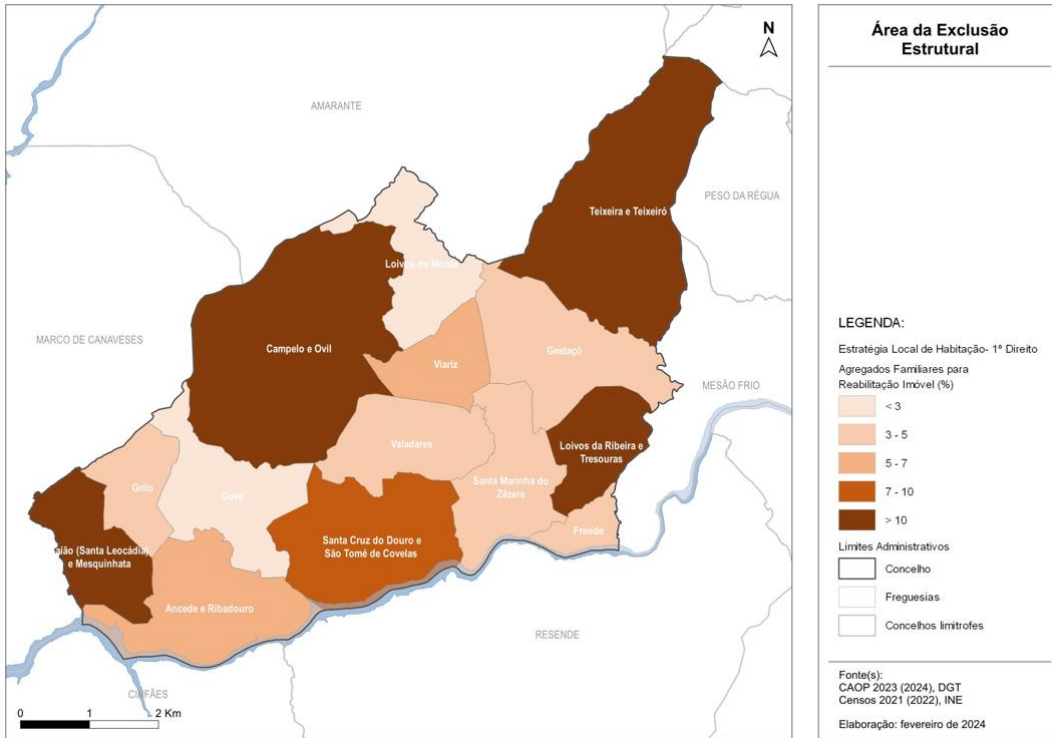
População base de cálculo:

- Total pop. Residente ativa 15-29 anos
- * Total pop ativa desempregada dos 15-29 anos, 2022

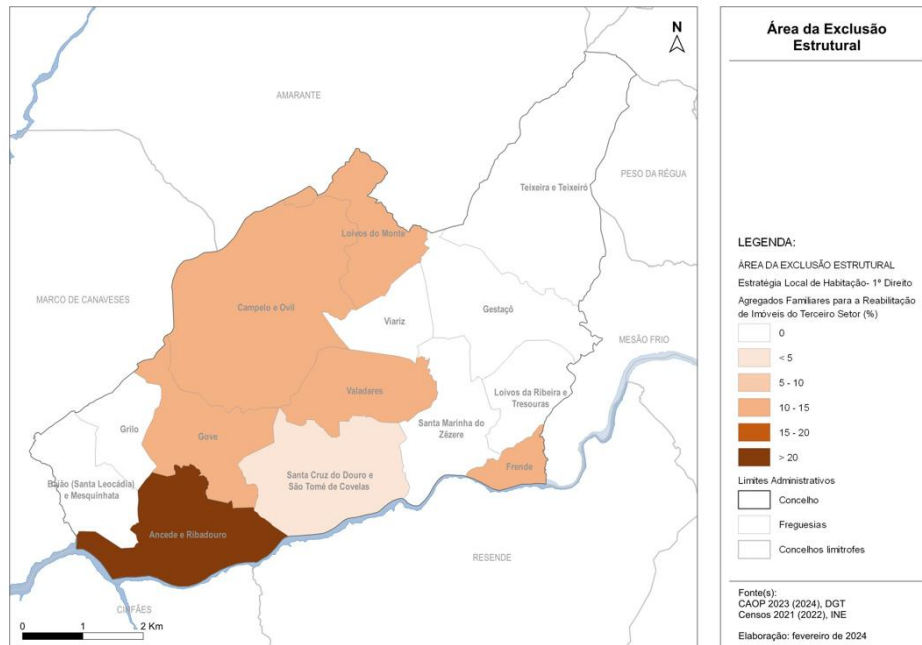
2- Habitação 1º Direito: Situações de Realojamento em Habitação Social Pública



3- Habitação 1º Direito: Reabilitações de Imóveis de Beneficiários Diretos



4- Habitação 1º Direito: Reabilitações de Imóveis da Rede Privada Solidária – Habitação Social



CAPÍTULO V – Quadro síntese das ações, por problemática

A síntese diagnóstica que a seguir se apresenta resulta de um exercício que garantiu a coerência e articulação transversal que teve como referência transversal a “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” que, sob o lema «Ninguém pode ficar para trás», toma como referencia os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nomeadamente, dos seguintes ODS: ODS 1 - Erradicar a pobreza; ODS 3 - Saúde e Bem-estar; ODS 4 - Educação de qualidade; ODS 5 - Alcançar a Igualdade de Género e Empoderar todas as mulheres e raparigas; ODS 8 - Trabalho Digno e Crescimento económico; ODS 10 - Reduzir as Desigualdades; ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis; ODS 16 - Paz; justiça e instituições eficazes; ODS 17 - Parcerias para a Implementação dos Objetivos.

Outra importante referência foi o “Pilar Europeu dos Direitos Sociais” cujo objetivo é conferir aos cidadãos novos direitos, mais eficazes, baseando-se em 20 princípios que se estruturam em torno de três categorias: Igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho; Condições de trabalho justas; Proteção e inclusão sociais.

Os QUADROS SÍNTESE que se seguem resultam também da sistematização das metodologias participativas, de carácter mais quantitativo, quer em sede do Núcleo Executivo do CLASB, quer resultantes dos Focus Group promovidos⁵⁷ junto dos diversos stakeholders pelas quatro áreas temáticas multiproblemáticas deste Diagnóstico Social.

4.1. Quadros Síntese das Ações, por áreas Temáticas Multiproblemáticas

⁵⁷ Ver Anexos.

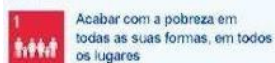
1 ÁREA DO RISCO:

Crianças e Jovens em Situação de Privação e em Risco/Perigo

Violência Doméstica

Emergência Social

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030



1 Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares



2 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição



3 Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos



4 Garantir educação inclusiva, equitativa e de qualidade



16 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável



17 Fortalecer os mecanismos de implementação e revitalizar a parceria global



5 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas



8 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável



10 Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles



11 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes

A- IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO - CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO E EM RISCO/PERIGO

PROBLEMATICAS PRIORITÁRIAS (Domínios)	Grupos alvo vulneráveis		Principais áreas de intervenção	
	Grupos alvo	Identificação dos Problemas	Respostas /serviços /Projetos Sociais necessários (Não Tipificadas) ¹	Linhas Intervenção grandes domínios de intervenção
<p>Saúde Mental</p> <p>Educação</p> <p>Família</p> <p>Bem-estar</p> <p>TIC – Tecnologias Informação e Comunicação</p> <p>Serviços/respostas</p>	<p>Crianças e jovens em situação de privação material e social</p> <p>Crianças e jovens em risco e perigo</p>	<p>Aumento dos problemas de saúde mental nas crianças e jovens, nomeadamente com sintomatologia grave (depressões, tentativas suicídios, automutilações e outros comportamentos risco individual);</p> <p>Estigma associado à saúde mental;</p> <p>Sinalizações e diagnóstico tardias;</p> <p>Elevado Absentismo às consultas agendadas (infância e Juventude);</p> <p>Dificuldade no acompanhamento regular na área da saúde mental infantojuvenil;</p> <p>Ausência de diagnóstico sobre identificação Crianças e Jovens em situação de privação material e social (Tipologia famílias, condições habitacionais, rendimento académico, etc....);</p> <p>Aumento de consumo de substâncias e problemas de saúde mental e conflitos parentais;</p> <p>Práticas parentalidade de risco (Negligencia face impacto da parentalidade na saúde mental crianças e jovens);</p> <p>Comportamentos desviantes nas camadas mais jovens;</p> <p>Défice de respostas ao nível da saúde mental para crianças e jovens;</p> <p>Desarticulação, falta cultura de planeamento concertado (técnica institucionalmente) entre as respostas /projetos/serviços destinados às Crianças e Jovens em Risco/Perigo e suas famílias;</p> <p>Ausência de resposta social, vocacionada para desenvolver uma intervenção pedagógica e/ou psicossocial que permita a prevenção e reparação de situações de risco psicossocial através da capacitação das famílias ao nível do desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais;</p> <p>Número de Crianças e jovens em situação de Violência Doméstica;</p> <p>Nº crianças e jovens com medidas cautelares, tutelares educativas e PPP (judiciais e não judiciais);</p> <p>Adoção de comportamentos de risco por parte das próprias crianças / jovens, (fatores individuais, sociais e familiares);</p> <p>Absentismo e abandono escolar, nas camadas jovens mais vulneráveis.</p>	<p>Diagnóstico social, do qual conste a caracterização do fenómeno de pobreza infantil, assim como as problemáticas identificadas ao nível do acesso efetivo, ou afetivo e gratuito, à educação e acolhimento na primeira infância, à educação e a atividades em contexto escolar, a, pelo menos, uma refeição saudável por dia letivo, a cuidados de saúde, a uma alimentação saudável e a uma habitação adequada;</p> <p>Promover junto da camada infantojuvenil local ação de auscultação indireta (como aplicação de questionários, acerca de hábitos, opiniões, expectativas, representações, etc.) e ações de auscultação direta, (como sessões de debate, assembleias, fóruns, etc);</p> <p>Elaboração do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens;</p> <p>Definição de um modelo de intervenção integrada e participada na área infantojuvenil local no âmbito do CLASB, preconizado pelo PAGPI 2022-2030;</p> <p>Ações/formação estruturadas de Literacia em Saúde Mental;</p> <p>Sessões individuais de acompanhamento psicossocial e Educativo;</p> <p>Criação de respostas integradas e sustentadas para a Parentalidade Positiva;</p>	<p>1- Concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais na área da Inclusão e Proteção Social:</p> <p>a) Promover a inclusão ativa e combater a privação material</p> <p>b) Promover um diagnóstico participado da realidade infantojuvenil local</p> <p>c) Definir um Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens:</p> <p>d) Promover o bem-estar e o desenvolvimento socioeducativo das crianças e jovens</p> <p>e) Criar, adequar e requalificar respostas sociais e serviços/projetos/programas destinados às crianças e jovens</p> <p>f) Prevenir e combater os comportamentos desviantes e suas implicações.</p> <p>g) Prevenir e combater problemas saúde mental junto das Crianças e Jovens</p> <p>h) Promover a salvaguarda dos direitos das crianças e jovens.</p> <p>i) Definir um eixo estratégico dedicado à prevenção e intervenção no âmbito da pobreza infantil, onde se definam estratégias para melhoria das respostas às problemáticas existentes e implementação de respostas em falta</p> <p>j) adoção do modelo de intervenção integrada e participada preconizado pelo PAGPI 2022-2030,</p> <p>k) Atuar na Parentalidade de Risco e Vulnerabilidade Familiar</p>

Nota: 1 Respostas (Não Tipificadas) /serviços /Projetos Sociais necessários (e não existentes) com Impacto direto no grupo alvo e/ou Respostas (Não Tipificadas) /serviços /Projetos Ações de Articulação e Melhoria dos Serviços/respostas já existentes

CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DE BAIÃO

	<p>Níveis de retenção e desistência mais elevadas entre os rapazes em todos os ciclos de estudo do ensino básico e secundário; Desvalorização do poder parental; Desvalorização da importância da escolarização pelos pais e pelas crianças e jovens; Disfunção de comunicação entre o sistema escolar e o familiar; Falta de adequação dos programas educativos direcionados às expectativas das crianças e jovens; Dificuldades económicas no seio familiar; Baixa autoestima, desregulação emocional; Perda de ligação afetiva à escola; Falta de motivação e estímulos por parte da rede formal e informal; Bullying e outros tipos de violência entre pares; Exposição e Dependência digital.</p> <p>Ausência de respostas estruturadas de apoio regular e gratuito ao estudo; Poucas oportunidades de formação em contexto de trabalho; Atratividade dos cursos profissionalizantes; Ausência de políticas de emprego para jovens a tempo parcial e ausência respostas formais de ensino secundário para jovens que queiram trabalhar e estudar dentro da escolaridade obrigatória (sobretudo partir dos 16 anos); Diminuição do tempo livre para a criança; Falta de docentes e de outros profissionais de Educação Especial e de outros Profissionais Qualificados (Psicólogos, Assistentes sociais e educadores sociais) nas escolas públicas; Excessiva intervenção institucional junto destes jovens/crianças, sem eficácia ou impacto positivo; Intervenção integrada do Sistema de promoção e proteção das Crianças e Jovens em Risco/perigo deficitária; Isolamento e dependência digital; Capacidade limitada da resposta Creche; Aumento da gravidade e da complexidade das situações sinalizadas à CPCJ; Ausência de resposta de acolhimento familiar; Ausência de CATL- Centros Atividades Tempos Livres; Ausência de CAFAP.</p>	<p>Reforço da Equipa Técnica Multidisciplinar de Intervenção no Desenvolvimento das Crianças e Jovens; Campos e Férias inclusivas para adolescentes e jovens a partir do 2.º ciclo; Operacionalização do Núcleo Local da Garantia para a Infância de Baião;</p> <p>Insuficiente intervenção estruturada e especializada nas crianças e jovens em situações de violência doméstica.</p> <p>Criação de espaços na comunidade de apoio ao estudo e aprendizagem, vocacionados para crianças e jovens em risco de insucesso escolar com ou sem referência dos serviços;</p> <p>Criação de respostas e serviços de orientação vocacional e profissional para jovens, ao nível da autonomização e trabalho de competências para a vida adulta; Campanhas promoção emprego jovem a tempo parcial e aposta na criação de oportunidades para ensino secundário para jovens em idade escolar a tempo parcial (potenciar estatuto trabalhador estudante) para jovens do Secundário com problemas absentismo grave e/ou abandono antes de terminar ensino secundário; Campanhas de Incentivo à Inscrição dos Jovens no IEFP; Qualificações e Escolarização de Jovens em Risco de Exclusão, NEE e NEET.</p>	<p>l) Apostar em ações promotoras do bem-estar familiar e parental</p> <p>m) Incluir no PDS eixo estratégico dedicado à prevenção e intervenção no âmbito da pobreza infantil, onde se definam estratégias para melhoria das respostas às problemáticas existentes e implementação de respostas em falta;</p> <p>n) Promover e qualificar a ação preventiva e protetiva das Crianças e Jovens em risco e Perigo pelas entidades com competência em matéria de infância e juventude.</p> <p>2- Concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais na área da Educação e Formação</p> <p>a) Qualificações e Escolarização de Jovens em Risco de Exclusão, NEE e NEET</p> <p>b) Acolhimento prioritário de crianças em pré-escolar e creche</p> <p>c) Promoção do sucesso escolar, combatendo abandono precoce e melhoria da satisfação dos/As alunos/as com ensino e com seu desempenho escolar e aumento da conclusão ensino secundário, especialmente profissionalizante</p> <p>d) orientação vocacional e profissional para jovens, ao nível da autonomização e trabalho de competências para a vida adulta</p> <p>e) promoção emprego jovem a tempo parcial, reflexão partilhada acerca das oportunidades para ensino secundário para jovens em idade escolar a tempo parcial (potenciar estatuto trabalhador estudante) para jovens do Secundário com problemas absentismo grave e/ou abandono antes de terminar ensino secundário.</p>
--	--	--	---

				<p>f) Promoção de estratégia inovadoras nas respostas das AEC's</p> <p>g) Promoção de Iniciativas de Inovação e Empreendedorismo em contexto escolar;</p> <p>h) Promoção intercâmbios e experiências de voluntariado internacional a jovens estudantes;</p> <p>i) Reforçar o estabelecimento de redes de parceria para a formação/qualificação profissional e a inserção dos jovens no mercado de trabalho</p> <p>j) Valorização profissional papel dos professores</p> <p>3- Capacitação dos agentes de intervenção e Qualificação da intervenção</p>
--	--	--	--	---

B-IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E EMERGÊNCIA SOCIAL

PROBLEMATICAS PRIORITÁRIAS (Domínios)	Grupos alvo vulneráveis		Principais áreas de intervenção	
	Grupos alvo	Identificação dos Problemas	Respostas /serviços /Projetos Sociais necessários (Não Tipificadas)	Linhas Intervenção
<p>Igualdade de Género</p> <p>Segurança e Proteção</p> <p>Saúde</p> <p>Rendimentos</p> <p>valores culturais</p> <p>Direitos e Cidadania</p> <p>Serviços/respostas</p>	<p>Vítimas de Violência doméstica</p>	<p>Consumos aditivos persistentes (maior incidência no consumo de álcool);</p> <p>Desestruturação social e familiar;</p> <p>Baixa literacia social sobre temática;</p> <p>Precariedade e fragilidade económica;</p> <p>Ausência de reconhecimento da importância da componente patológica nos perfis de agressor e de vítima;</p> <p>A violência em contexto familiar;</p> <p>Impacto do fenómeno nas Crianças;</p> <p>Ineficácia do Estatuto de Vítima por parte das Crianças;</p> <p>A violência no namoro;</p> <p>Ausência de respostas de acolhimento de emergência social local e nacional adequadas e sem revitimização;</p> <p>Desconfiança na eficácia do apoio efetivo;</p> <p>Complexidade do fenómeno (Fatores biológicos/ Fatores socioeconómicos/ Fatores culturais/Comportamentos aditivos/ Convivência num seio familiar com comportamentos violentos/ Problemas de saúde/Baixa escolaridade;</p> <p>Comprometimento da integridade física e emocional das vítimas;</p> <p>Distúrbios emocionais;</p> <p>Consequências financeiras;</p> <p>Consequências profissionais;</p> <p>Desagregação familiar;</p> <p>Dificuldade de integração social;</p> <p>Insuficiente consciência cívica na denúncia;</p> <p>Sequelas pessoais a nível da saúde, integridade física, emocional e afetiva de que as vítimas são alvo, muitas destas vítimas vêm as suas vidas familiares em grave perigo de desestruturação;</p> <p>Constrangimentos que limitam as vítimas na denúncia destas situações associados ao terror e medo de represálias físicas, ao temor da perda da habitação, guarda dos filhos e da ocupação</p>	<p>Promover e qualificar a ação (preventiva e protetiva) do Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação, que visa a eliminação dos estereótipos, o combate à discriminação, a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e violência doméstica (Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 “Portugal Mais Igual” (ENIND));</p> <p>Aposta na Dinamização Continuada da Rede Especializada de Intervenção na Violência Doméstica de Baião;</p> <p>Ações de Sensibilização na Comunidade para a denúncia como crime público;</p> <p>Ações de Sensibilização e Capacitação na Comunidade Educativa, no setor público, no tecido empresarial/económico e no setor social e desportivo;</p> <p>Ações de intervenção terapêutica para as vítimas e para os/as agressores/as;</p> <p>Integração da problemática da violência doméstica nos projetos, instituições e serviços, públicos e privados;</p> <p>Intervenção e Mediação junto dos agressores;</p> <p>Medidas de apoio à proteção e autonomia da vítima;</p> <p>Ações de Proximidade e de Sensibilização para a população e grupos mais vulneráveis.</p>	<p>1- Concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais na área da Inclusão e Proteção Social:</p> <p>a) Promover a inclusão e proteção social de grupos e pessoas Vítimas de VD;</p> <p>b) Promover a inclusão e proteção social de grupos e pessoas mais vulneráveis e combater as desigualdades sociais;</p> <p>c) Promover e qualificar a ação (preventiva e protetiva), especialmente no âmbito do PMIND de Baião</p> <p>d) Prevenir o consumo de substâncias psicoativas e comportamentos de risco e promover e reforçar respostas adequadas</p> <p>e) Prevenir, intervir e reinserir no âmbito da violência doméstica</p> <p>f) Combater estereótipos de género e promover a igualdade entre mulheres e homens</p> <p>g) Promover a intolerância social à violência doméstica e discriminação</p>

		<p>profissional, enquanto o agressor não tem qualquer perda efetiva de direitos sobre os filhos ou bens familiares; A teia de dependência psicológica e afetiva que gera a indecisão ou bloqueio por parte das vítimas e outros constrangimentos à denúncia como a resignação ou o próprio sentimento de culpabilidade cultivado pelo agressor;</p> <p>Insuficiente intervenção especializada nas vítimas adultas em situações de violência doméstica; Falta de reconhecimento da importância da componente patológica nos perfis do agressor e da vítima;</p> <p>Programas de prevenção não têm um carácter estruturado e de continuidade; Ausência de programa para agressores a nível local e regional, que colmatem ausência de intervenção junto agressores não condenados judicialmente.</p>	<p>Criação de programa para agressores Intervenção Psicossocial especializada para adultos;</p> <p>Criação de resposta de acolhimento de emergência;</p> <p>Aposta continuada na efetivação do Protocolo para Territorialização da Rede Nacional de Apoio as Vítimas de Violência Doméstica- CIM Tâmega e Sousa.</p>	<p>h) Dinamizar a Rede de Intervenção na Violência Doméstica e em Contexto Familiar i) Criação de programa para agressores e Intervenção Psicossocial especializada para Vítimas adultas j) Intervenção na empregabilidade e autonomia financeira</p> <p>2- Promoção Igualdade entre Homens e Mulheres, Prevenção e combate à Violência e à Discriminação</p>
Serviços e recursos	Famílias /indivíduos em situação de emergência social ²	<p>Precariedade e fragilidade económica Subsidiodependência; Ciclo geracional de pobreza e exclusão; Constrangimentos na identificação e estabelecimento de circuitos/protocolos de intervenção imediata entre serviços de primeira linha e a saúde (USF e Saúde Pública); Necessidade de identificar os serviços, os seus interlocutores e os compromissos assumidos; Prover um processo de funcionamento e de organização de acordo com as diversas situações de emergência identificadas, com recurso a fluxogramas que espelhem de forma clara os circuitos a estabelecer; Proceder à divulgação e partilha institucional junto da Comunidade da organização dos serviços em situações de crise; Reforço na preparação e treino para a intervenção em crise.</p>	<p>Promoção de estratégia inovadoras nas respostas a emergência social que dignifiquem os indivíduos e famílias;</p> <p>Redefinição da estratégia e abordagem no apoio alimentar aos indivíduos e famílias em situação de emergência;</p> <p>Iniciativas de Inovação e Empreendedorismo Social para a promoção da Saúde Mental em situação de crise;</p> <p>Estabelecer Circuitos/Protocolos de intervenção imediata entre serviços de primeira linha e a saúde (USF e Saúde Pública);</p>	<p>3- Capacitação dos agentes de intervenção e Qualificação da intervenção</p> <p>Definição de fluxograma de intervenção em situações de emergência social;</p> <p>Banco Local de Voluntariado como apoio famílias vulneráveis;</p>

² Nota: Perfil de situações padrão que levam à necessidade de se acionarem respostas de emergência social, como, a privação material, quadros críticos de saúde física e mental, situações de dependência, desalojamentos, conforme se especificam: Pessoas isoladas em situação de precariedade extrema; Reformados com baixas pensões em situação de pobreza severa; Doentes crónicos com pensões muito reduzidas; Idosos em situação de vulnerabilidade por ausência de vagas sociais; Pessoas em situação de risco e exclusão; Pessoas com dependências de consumos; Famílias em situação de insolvência súbita; Multidesemprego familiar; Pessoas com baixa mobilidade e/ou dependência física; Quadros de crise de saúde mental e deficiência.

			<p>Concertação das respostas e dos projetos de proximidade na área da emergência social, com avaliação do impacto gerado na comunidade;</p> <p>Momentos de análise e avaliação para pensar a estratégia social local para a emergência social e criar uma abordagem disruptiva nas políticas públicas;</p> <p>Criar mecanismo de organização e planeamento de emergência social que defina papéis e responsabilidades, circuitos de colaboração técnica e institucional, mapeamento de recursos de retaguarda e bolsa de recursos;</p> <p>Ações de Capacitação técnica e institucional para a emergência social.</p>	<p>Resposta de acolhimento temporário local para pessoas em situação de emergência social;</p> <p>Aumento de vagas de emergência nas respostas sociais;</p> <p>Estabelecer Circuitos/Protocolos de intervenção imediata entre serviços de primeira linha e a saúde (USF e Saúde Pública);</p> <p>Ações de Capacitação técnica e institucional para a emergência Social.</p>
--	--	--	--	---

2 Área da Vulnerabilidade Social:

Seniores e Pessoas Idosas

Pessoas com Deficiência e/ou Dificuldades, Dependências, Migrantes e Refugiados

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030



A-IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO - SÉNIORES E PESSOAS IDOSAS

PROBLEMATICAS PRIORITÁRIAS (Domínios)	Grupos alvo vulneráveis		Principais áreas de intervenção	
	Grupos alvo	Identificação dos Problemas	Respostas /serviços /Projetos Sociais necessários (Não Tipificadas)	Linhas Intervenção
Bem-Estar Acessibilidade/Mobilidade Saúde Cidadania	Séniore	<p>Acentuado envelhecimento populacional, com ênfase particular nos elevados índices de longevidade e no aumento das situações demenciais e de dependência;</p> <p>Falta de diagnóstico específico de necessidades e problemas;</p> <p>Auto percepção negativa;</p> <p>Preconceito Social de desvalorização dos Séniore;</p> <p>Isolamento e afastamento de circuitos de sociabilidade;</p> <p>Dificuldades de mobilidade sobretudo para os seniores residentes nas freguesias mais distantes dos centros mais urbanos;</p> <p>Carência de alfabetização digital e de Literacia em Saúde;</p> <p>Estigma sobre o envelhecimento;</p> <p>Falta de atividades de empoderamento e Capacitação;</p> <p>Isolamento e falta de contacto com familiares e amigos;</p> <p>Adequação dos serviços, respostas e projetos a novos perfis Séniore;</p> <p>Redes de apoio de proximidade deficitária;</p> <p>Deficit nas respostas estruturadas de apoio atividades físicas e lúdico-desportivas;</p> <p>Acessibilidade às respostas existentes;</p> <p>Fragilidade socioeconómica.</p>	<p>Plano Municipal integrado de cidadania ativa e saudável;</p> <p>Grupos de Encontro Seniores e Projetos Inter Geracionais;</p> <p>Ações promotoras identidade dos seniores;</p> <p>Projetos de literacia em saúde;</p> <p>Alargar a oferta da acessibilidade a equipamentos digitais;</p> <p>Diversificação da oferta de atividades e espaços ocupacionais diversificados para os seniores;</p> <p>Programas de estimulação em áreas diversificadas;</p> <p>Ações de Capacitação/formação para serviços e IPSS;</p> <p>Redes de apoio de proximidade Ações de esclarecimento de proximidade;</p> <p>Recriação de um novo modelo de resposta SAD e Alargamento dos horários dos SAD;</p> <p>Criação de respostas que prevejam o apoio noturno no domicilio;</p> <p>Incrementar nas instituições a utilização de equipamentos digitais para a comunicação e interação dos idosos com a família e a comunidade;</p>	<p>1- Concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, especificamente nas seguintes áreas;</p> <p>a) Promoção envelhecimento ativo e saudável</p> <p>b) Promoção da Inclusão e Proteção Social (inclusão ativa e combater privação material e social)</p> <p>c) Justiça e Segurança</p> <p>d) Terceiro setor e associativismo</p> <p>2- Promover a Capacitação dos agentes de intervenção e Qualificação da intervenção</p> <p>a) Definir Plano Estratégico Local para o Envelhecimento ativo e saudável</p> <p>b) Promover um diagnóstico participado da realidade do envelhecimento local</p> <p>c) Criar, adequar e requalificar respostas sociais e serviços/projetos/programas destinados à população sénior e idosa</p> <p>d) Prevenir e intervir em situações de violência contra pessoas idosas</p> <p>e) Diagnóstico das necessidades formativas dos agentes de intervenção</p> <p>f) Promoção de formação qualificante para responder necessidades diagnosticadas</p>

Nota: Considera-se sénior é toda a pessoa que independentemente da sua idade, mantém as suas condições funcionais e de mobilidade e que idoso é aquela pessoa que se encontra dependente, necessitando do apoio permanente de uma terceira pessoa.

Desenvolvimento Pessoal e Social			Capacitação/formação de cuidadores formais;	g) Prevenir e combater o isolamento social da população idosa.
Habitação			Capacitação dos cuidadores informais Banco Local e Produtos Apoio Médico.	h) Ações de valorização dos mais velhos e Encontro Seniores e Projetos Inter-Generacionais
Respostas Sociais				i) Políticas de promoção de acessibilidades e mobilidade
Cuidadores				j) Plano de Cuidados de Saúde Integrados
Serviços	Pessoas idosas	O aumento de pessoas idosas que vivem sós e falta de contacto com familiares e amigos; Dificuldade no acesso a bens de satisfação pessoal; Dificuldade em manterem as habitações em condições de conforto e de Segurança; Dificuldade em aceder a produtos de apoio/ajudas técnicas de apoio as atividades de vida diária; Idosos com dificuldades em efetuar as atividades de vida diária; Barreiras arquitetónicas no interior dos domicílios; Baixos recursos económicos (Abdicação de cuidados de saúde/ Diminuição da qualidade de vida e agravamento do estado de saúde/Isolamento social e solidão/Pobreza e exclusão social....); Vulnerabilidade à violência; Acesso limitado a respostas sociais; Insalubridade das habitações; Falta de respostas flexíveis e integradas de apoio aos idosos no domicílio; Falta de vagas sociais em ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas);	Eliminação barreiras arquitetónicas no domicílio; Planeamento e articulação dos centros de saúde com as valências e respostas sociais (SAD, Centros de Dia, Centros Convívio,...) para a prestação de cuidados de saúde, nutrição e preparação e administração de medicação; Maior articulação das respostas sociais com as instituições de saúde; Identificação de interlocutores privilegiados na saúde que permitam maior eficácia na articulação entre IPSS/ projetos e o ACES e a Saúde Pública; Criação de equipas multidisciplinares de intervenção e avaliação imediata no domicílio, nas várias áreas de Intervenção; Divulgação do Estatuto do Cuidador Informal junto dos serviços e IPSS;	a) Criar, adequar e requalificar respostas sociais e serviços/projetos/programas destinados aos Séniores e Idosos e Cuidadores b) Reforço e divulgação dos Programas de apoio à melhoria das condições de habitabilidade c) Programa de atividades ocupacionais, terapêuticas e socialmente úteis d) Aumentar estratégias e recursos de apoio aos cuidadores e) Aumento de competências de controlo e orientação das famílias f) Criação de uma [bolsa] de trabalhadores/as com formação/experiência a ser usada em situação de ausência de profissionais pelas IPSS g) Respostas de apoio ao descanso do cuidador h) Promover dinâmicas de participação das pessoas idosas na definição de políticas publicas locais

	<p>Déficit de orientação para a prestação de cuidados pelos cuidadores Informais; Falta de cuidadores formais que respondam as necessidades dos cuidadores, designadamente a nível noturno; Falta de respostas que proporcionem o descanso ao cuidador; Ausência de Estrutura Residencial para Pessoas com Demência e problemas de Saúde Mental; Ausência de Serviço de Apoio Domiciliário Integrado e Especializado para idosos com demências e outros problemas de saúde mental; Ausência de Equipa Comunitária Multidisciplinar para a Saúde Mental nos Adultos; Ausência de Respostas Comunitárias de Proximidade para Pessoas com Doença Mental; Necessidade de proteção dos direitos e bens; Prevalência das demências e problemas de saúde mental em grupos etários muito avançados com múltiplas vulnerabilidades; Rutura funcional na vida diária por carências múltiplas sem possibilidade de assegurar as necessidades básicas; Déficit de competências de controlo e orientação das famílias (dificuldades em autonomização, excessiva subsidiopendência e transferência de responsabilidades para instituições / entidades); Ausência de estudos epidemiológicos com mapeamento e caracterização da população idosa; Fraca motivação/aceitação para a frequência de respostas sociais; Pessoas idosas a coabitar com descendentes com diagnóstico de doença mental; Ausência de cuidadores formais que respondam às necessidades dos cuidadores, designadamente ao nível noturno / e o descanso do cuidador; A falta de preparação de profissionais no saber lidar com população idosa com problemas demenciais; Falta de respostas ao nível de Equipas Multidisciplinares com acompanhamento psicossocial, supervisão da medicação, nos que diz respeito a idosos e doenças do foro mental; Dificuldade na aquisição de ajudas técnicas para os utentes de Apoio Domiciliário.</p>		
--	--	--	--

B- IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU DIFICULDADES GRAVES

PROBLEMATICAS PRIORITÁRIAS (Domínios)	Grupos alvo vulneráveis		Principais áreas de intervenção	
	Grupos alvo	Identificação dos Problemas	Respostas /serviços /Projetos Sociais necessários (Não Tipificadas)	Linhas intervenção
<p>Acessibilidades e Mobilidade</p> <p>Conhecimento</p> <p>Direitos</p> <p>Educação e Formação</p> <p>Trabalho e Emprego</p>	<p>Pessoas com Deficiência e/ou</p> <p>Pessoas com Dificuldades Funcionais graves em realizar algumas tarefas/atividades, como ver, ouvir, andar, memória, tomar banho e compreender os outros ou fazer-se compreender</p>	<p>Ausência de respostas em lar residencial, residência autónoma; Sobrecarga familiar e suas consequências;</p> <p>Aumento de despesas médicas e com produtos de apoio médico;</p> <p>Comprometimento da independência e autonomia das pessoas com deficiência;</p> <p>Dificuldade no acesso aos serviços e na participação ativa na comunidade;</p> <p>Responsabilidade acrescida para as mulheres que se assumem como as grandes cuidadoras no seio dos agregados familiares;</p> <p>Ausência de estudos epidemiológicos com mapeamento e caracterização;</p> <p>Sobrecarga dos cuidadores formais;</p> <p>Escassos recursos especializados no domínio das terapias;</p> <p>Pobreza aguda e privação material;</p> <p>Falta de vagas nas instituições;</p> <p>Poucas respostas de ocupação dos tempos livres e atividades extracurriculares;</p> <p>Múltiplas dificuldades na inclusão em meio escolar;</p> <p>Carência de cuidados específicos em meio não institucional Isolamento e esgotamento dos cuidadores e famílias;</p> <p>Deficit de competências de controlo e orientação das famílias (dificuldades em autonomização, excessiva subsidi dependência e transferência de responsabilidades para instituições / entidades).</p>	<p>Diagnóstico social, do qual conste a caracterização da deficiência, assim como as problemáticas identificadas ao nível das acessibilidades, educação, formação, saúde, habitação e condições de vida e Cidadania;</p> <p>Criação/ reforço da rede de transportes adaptada;</p> <p>Reforço dos Serviços Prestados pelo Balcão de Inclusão e divulgação da sua atividade;</p> <p>Ações de apoio e de incremento a manutenção, reutilização e das ajudas técnicas;</p> <p>Atividades sociais e culturais acessíveis;</p> <p>Centro de Recursos para a Inclusão Profissional;</p> <p>Ações de informação/formação sobre direitos das pessoas com deficiência;</p>	<p>1- Concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, especificamente nas seguintes áreas;</p> <p>a) Promoção da Inclusão e Proteção Social (inclusão ativa e combater privação material e social)</p> <p>b) Justiça e Segurança</p> <p>c) Saúde,</p> <p>d) Emprego, Formação e Educação</p> <p>e) Terceiro setor e associativismo</p> <p>2- Promover a Capacitação dos agentes de intervenção e Qualificação da intervenção</p> <p>a) Garantir a implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência / Estratégia Nacional da Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 (ENIPD 2021-2025).</p>

CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DE BAIÃO

Respostas Sociais		Cuidadores com dificuldade no acesso ao mercado de trabalho/integração profissional compatível com o cuidado ao dependente; Ausência de cuidadores formais que respondam às necessidades dos cuidadores, designadamente ao nível noturno / e o descanso do cuidador; Decrescente retaguarda familiar (ciclo da vida); Pessoas com deficiência a coabitar com ascendentes idosos; Falta de aceitação, reconhecimento e valorização das competências Invisibilidade Social – estigma sobre a deficiência; Existência de barreiras arquitetónicas nos espaços físicos, edifícios públicos e transportes; Necessidade de reforço na educação e formação inclusiva; Dificuldades no acesso a produtos de apoio/ajudas técnicas e materiais de desgaste rápido; Envelhecimento do cuidador informal, e conseqüente diminuição da capacidade de cuidar de familiar com deficiência; Carência de serviços em âmbito domiciliário que garantam a continuidade de cuidados; Encargos económicos elevados das famílias com pessoas com deficiência a cargo; Dificuldade em conciliar a vida familiar e profissional:	Ações de informação sobre oportunidades de integração profissional e apoios à integração (profissional e formativa) IEFP; Criar novas respostas para pessoas com deficiência (Lar residencial, residências autónomas, ...); Reforço do desporto adaptado de forma estruturada; Reforço e diversificação das ações formativas qualificantes.]	<ul style="list-style-type: none"> b) Definir Plano Local de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência c) Criar novas respostas para pessoas com deficiência (Lar residencial, residências autónomas, ...) d) Ações transversais de Divulgação e promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e) Diversificação da oferta de respostas sociais de apoio às pessoas com deficiência e cuidadores f) Reforço da resposta educativa-formativa g) Estruturas e Programas de apoio que permitam o descanso dos cuidadores h) Criação de Equipas de Transição para a vida pós-escolar i) Programa de atividades ocupacionais, terapêuticas e socialmente úteis j) Diagnóstico das necessidades formativas dos agentes de intervenção e dos destinatários k) Promoção de formação qualificante para responder necessidades diagnosticadas l) Reforço institucional do apoio domiciliário m) Equipas das IPSS prestadoras de cuidados multidisciplinares e especializadas n) Adaptação dos espaços e reforço dos equipamentos para responder a
Bem-Estar				
Cuidadores				
Habitação				
Cidadania				
Desenvolvimento Pessoal e Social				
Serviços				

				<p>doença neuro degenerativa / problemas de saúde incapacitantes</p> <p>o) Integração em Rede com a Saúde Mental</p> <p>p) Promover um diagnóstico participado da realidade</p> <p>q) Criar, adequar e requalificar respostas sociais e serviços/projetos/programas</p>
		<p>Dificuldades acrescidas por parte das pessoas com deficiência no acesso a bens, serviços e ao espaço público;</p> <p>Falta de recursos humanos especializados;</p> <p>Barreiras arquitetónicas no espaço físico, nos edifícios públicos e nos transportes públicos;</p> <p>Insuficiência de casas de banho públicas acessíveis;</p> <p>Desconhecimento ou pouca informação por parte das pessoas com deficiência sobre os seus direitos;</p> <p>Falta de Divulgação dos direitos e benefícios atribuídos as pessoas com deficiência e dos recursos existentes;</p> <p>Invisibilidade da Pessoa com Deficiência;</p> <p>Insuficiência de respostas como Centro de Recursos para a Inclusão;</p> <p>Ausência de abertura de candidaturas a financiamento de ações de formação especializada;</p> <p>Oferta de formação profissional pouco diversificada;</p> <p>Dificuldade acrescida na inserção no mercado de trabalho;</p> <p>Pouca sensibilização das entidades patronais para as necessidades específicas das famílias das pessoas com deficiência;</p> <p>Oferta pouco diversificada das respostas sociais para pessoas com Deficiência.</p>	<p>Reforço da educação inclusiva;</p> <p>Espaços de Discussão pública educação inclusiva;</p> <p>Promoção de oportunidades de emprego para as pessoas com deficiência;</p> <p>Alargamento das respostas de ocupação de tempos livres;</p> <p>Promoção de Iniciativas que aumentem a participação ativa das pessoas com deficiência;</p> <p>Atividades de carácter desportivo, social e ocupacional;</p> <p>Criação de grupos de Pares e de Autoajuda</p>	<p>r) Sensibilização da comunidade para a Deficiência</p> <p>s) Dinamização de ações junto das empresas para a empregabilidade (parceria entre IEFP, Associação Comercial e outras entidades)</p> <p>t) Projeto de Valorização da integração laboral</p> <p>u) Acessibilidade à prática de modalidades desportivas nos clubes/associações - Encontros desportivos e culturais</p> <p>v) Programas de ocupação nas pausas letivas</p> <p>w) Articulação interinstitucional – atividades socialmente úteis (meio natural)</p> <p>x) Equipa técnicas multidisciplinares de intervenção precoce e desenvolvimento</p> <p>y) Dinamização do Balcão da Inclusão</p> <p>z) Plano local de acessibilidades</p> <p>aa) Criação de equipas de transição para a vida pós-escolar</p> <p>bb) Promoção da valorização das pessoas com incapacidade através da sua qualificação técnica e</p>

	<p>Ausência de oferta de OTL - Ocupação Tempos Livres; Ausência de CAVI - Centros de Apoio a Vida Independente no concelho; Falta de soluções que deem resposta à diversidade das necessidades e potencialidades das pessoas com deficiência, com respeito pela individualidade de cada um; Falta de reconhecimento e de valorização das competências das pessoas com deficiência; Encargos económicos elevados das famílias com pessoas com deficiência a cargo; Dificuldade em conciliar a vida familiar e profissional; Isolamento, cansaço físico e emocional por parte dos pais e cuidadores; Insuficiente acompanhamento psicológico aos pais e cuidadores, colocando em risco a sua saúde mental; A falta de preparação de profissionais nomeadamente no saber lidar com pessoas com deficiência; Invisibilidade social das pessoas com deficiência; Falta de capacidade das respostas existentes para atender à diversidade da realidade das pessoas com deficiência</p>		<p>profissional e integração no mercado de trabalho</p>
--	--	--	---

C-IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO - MIGRANTES E REFUGIADOS

PROBLEMATICAS PRIORITÁRIAS (Domínios)	Grupos alvo vulneráveis		Principais áreas de intervenção	
	Grupos alvo	Identificação dos Problemas	Respostas /serviços /Projetos Sociais necessários (Não Tipificadas)	Linhas Intervenção
Bem-Estar	Migrantes	Inexistência de diagnóstico; Isolamento social e cultural;	Diagnóstico social;	<p>Concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, especificamente nas seguintes áreas; Promoção da Inclusão e Proteção Social (inclusão ativa e combater privação material e social) Justiça e Segurança Saúde, Emprego, Formação e Educação Terceiro setor e associativismo</p> <p>2- Promover a Capacitação dos agentes de intervenção e Qualificação da intervenção</p> <p>a) Reforço da ação do Gabinete Apoio ao e/i migrante de Baião</p> <p>b) Ações de sensibilização e consciencialização para a diversidade cultural</p> <p>c) Identificação e diagnóstico das situações presentes no concelho</p>
Serviços		Dificuldades na gestão de expectativas; Difícil integração na comunidade dificultada pelas barreiras linguísticas; Morosidade e complexidade dos processos de Regularização e de cidadania; Dificuldades nos processos de deferimento do Reagrupamento Familiar;	Criação de programas de atividades multiculturais e interculturais; Apoio e dinamização de iniciativas de apoio a auto-organização; Ações de literacia em saúde;	
Habituação		Dificuldades na atribuição dos Números de Identificação da Segurança Social, de Identificação Fiscal e de Número do Serviço Nacional de Saúde;	Ações de sensibilização e consciencialização para a diversidade cultural;	
Educação/Ensino		Dificuldade no acesso aos apoios sociais; Dificuldade de reconhecimento dos graus de ensino do país de origem; Modelos de ensino da língua portuguesa pouco adaptados e flexíveis;	Reforço da oferta do ensino da língua portuguesa, adaptada e flexíveis; Ações de Capacitação para as equipas de intervenção técnica; Ações que reforcem e qualifiquem as respostas de apoio aos migrantes e refugiados;	
Trabalho		Dificuldade no acesso aos apoios sociais; Dificuldade de reconhecimento dos graus de ensino do país de origem; Modelos de ensino da língua portuguesa pouco adaptados e flexíveis;	Ações de Divulgação do site dos Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) - são gabinetes ou espaços de acolhimento, informação e apoio destinados a ajudar as/os migrantes	
		Dificuldades no acesso a serviços fruto das barreiras à legalização; Instabilidade e precariedade profissional; Aumento do risco de pobreza; Acessibilidade à Saúde; Risco de discriminação e integração social;	Identificação dos interlocutores chave por serviço/entidade e definir canais de comunicação; Criação de um guia de recursos das respostas existentes de apoio aos migrantes e refugiados; Ações de sensibilização para empresários no acesso ao emprego e/ou formação profissional, da divulgação do CLAIM e Gabinete Apoio Ao Emigrante de Baião	

Respostas Sociais			<p>Reforço divulgação do Gabinete de Apoio E/I migrantes de Baião (informações e aconselhamentos ao nível da legalização, do apoio existente vários níveis);</p> <p>Ações de Capacitação para o desenvolvimento de competências para a empregabilidade;</p> <p>- Definição Plano acompanhamento para migrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade</p>	<p>d) Ações de Capacitação para as equipas de intervenção técnica</p> <p>e) Ações que reforcem e qualifiquem as respostas de apoio aos migrantes e refugiados</p> <p>f) Ações de Divulgação do site do CLAIM</p> <p>g) Identificação dos interlocutores chave por serviço/entidade e definir canais de comunicação</p> <p>h) Criação de um guia de recursos das respostas existentes de apoio aos migrantes e refugiados</p>
	Refugiados	<p>Pessoas (adultos e crianças) em situação de stress pós-traumático;</p> <p>Valor baixos da prestação pecuniária de apoio;</p> <p>Existência de barreiras linguísticas, sociais, culturais e religiosas</p>	<p>Apoio e acompanhamento psicossocial por forma a uma inclusão efetiva;</p> <p>Reforço da oferta do ensino da língua portuguesa, adaptada e flexíveis;</p> <p>Ações de Capacitação para as equipas de intervenção técnica.</p>	<p>i) Identificação e diagnóstico das situações presentes no concelho</p> <p>j) Estratégia de celeridade no processo de legalização</p> <p>k) Criação de Portal municipal Residentes Estrangeiros com informação sobre legislação, documentos orientadores e recursos</p> <p>l) Apoio e acompanhamento social por forma a uma inclusão efetiva</p>

3 ÁREA DA POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

Dependências Saúde Mental

Disfuncionalidade e Desestruturação Individual e Familiar

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030



A- IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO - DEPENDÊNCIAS

PROBLEMATICAS PRIORITÁRIAS (Domínios)	Grupos alvo vulneráveis		Principais áreas de intervenção	
	Grupos alvo	Identificação dos Problemas	Respostas /serviços /Projetos Sociais necessários (Não Tipificadas)	Linhas Intervenção
Prevenção	Pessoas com Comportamentos aditivos	Falta de programas de prevenção no âmbito do consumo das novas substâncias psicoativas e dos novos comportamentos aditivos, em particular o jogo patológico;	Ações de Capacitação dos técnicos e dos serviços para problemáticas das novas dependências (jogo patológico, novas tecnologias, assédio digital e pornografia infantil);	1- Concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, especificamente nas seguintes áreas; a) Promoção da Inclusão e Proteção Social (inclusão ativa e combater privação material e social) b) Justiça e Segurança c) Saúde, d) Emprego, Formação e Educação e) Terceiro setor e associativismo 2-Promover a Capacitação dos agentes de intervenção e Qualificação da intervenção
Respostas e serviços		E	Falta de respostas de apoio que trabalhem concertadamente os processos de inclusão das pessoas com dependências; Distanciamento do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD) para intervenção local nos comportamentos aditivos e dependências e custos associados na sua acessibilidade para as pessoas do concelho;	
Tratamentos	Dependências	O tratamento de uma pessoa com comportamentos aditivos ou dependência requerer a combinação de diferentes intervenções terapêuticas não disponíveis no concelho de forma estruturada e concertada (psicofarmacológicas, psicológicas/psicoterapêuticas, médicas, intervenções sistémicas e reabilitação social);	Aproximar dos agrupamentos de saúde local as respostas do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD); Pugnar pela operacionalização do Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI) no território do concelho para o desenvolvimento territorial de um Programas de Respostas Integradas (PRI).	
Alcoolismo e Toxicodependência				

<p>Dependência Jogos (digitais e outros)</p>		<p>Fatores genéticos e biológicos; Fatores psicológicos; Fatores sociais, culturais e ambientais facilitadores dos consumos; História familiar; Consumo em idades precoces; Situação de desemprego e fatores económicos; Ausência de estratégias de coping; Fácil acesso e preço acessível de bebidas alcoólicas; Baixa supervisão parental (no caso das camadas mais jovens); Transversalidade geracional nos consumos; Presença alcoolismo / toxic dependência em todas classes etárias e sociais (transversalidade do consumo); Dependência crescente do mundo virtual e da internet/jogos – dificuldade no estabelecimento de laços sociais e socialização; Ausência de serviços de proximidade no âmbito do consumo das novas substâncias psicoativas e novos comportamentos aditivos, em particular o jogo patológico; Aumento no consumo de substâncias/problemas de saúde mental e conflitos parentais; Consumos associados à desestruturação familiar e social em contexto de crise (fragilidade e precariedade socioeconómica, violência doméstica);</p> <p>Dificuldade de acesso aos serviços/consultas de especialidade, por escassez económica e atual falta de resposta do SNS, nomeadamente ao nível de psicologia clínica, psiquiatria, pedopsiquiatria;</p> <p>Necessidade de resposta ao nível da Saúde Mental, mais concretamente ao nível de consultas de Pedopsiquiatria e Psiquiatria;</p>	<p>Definir um plano de intervenção específico que integra respostas interdisciplinares e multisectoriais, com alguns ou todos os tipos de intervenção (prevenção, dissuasão, redução de riscos e minimização de danos, tratamento e reinserção);</p> <p>Gabinete de Acompanhamento Psicológico e Social;</p> <p>Respostas relacionadas com a reabilitação de Pessoas com Comportamentos aditivos (projetos integrados);</p> <p>Oficinas Inclusivas;</p> <p>Reforçar o trabalho articulado entre serviços Saúde das Intervenções sociais para a reabilitação social dos visados;</p> <p>Ausência de serviços de proximidade no âmbito do consumo das novas substâncias psicoativas e novos comportamentos aditivos, em particular o jogo patológico;</p> <p>Projeto concelhio de prevenção primária para as dependências.</p>	<p>a) Alargamento de repostas de intervenção de proximidade para a sinalização, encaminhamento e apoio as situações de dependência.</p> <p>b) Criar serviços de proximidade no âmbito do consumo das novas substâncias psicoativas e novos comportamentos aditivos</p> <p>c) operacionalização de um Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI) no território do concelho para o desenvolvimento territorial de um Programas de Respostas Integradas (PRI).</p> <p>d) Ações de prevenção e sensibilização na comunidade</p> <p>e) Ações de qualificação técnica</p> <p>f) Grupos de autoajuda</p> <p>g) Maior investimento em metodologias inovadoras de prevenção primária de comportamentos de risco</p> <p>h) Reforço da intervenção m meio escolar – novos consumos/dependências novas substâncias tóxicas e aditivas</p> <p>i) Criar mecanismos de alerta e sinalização para novas dependências na área das tecnologias</p> <p>j) Formação e orientação técnica dos agentes educativos, técnicos dos</p>
--	--	--	--	---

	<p>Necessidade de reforço de técnicos de psicologia no Centro de Saúde e dos tempos de afetação, que atualmente muito reduzidos;</p> <p>Reforço de Médicos de Família para toda a população, desde a Infância até à Terceira Idade;</p> <p>Dificuldade de deslocação inter-hospitalar (hospitais de referência para algumas especialidades);</p> <p>Utentes do Sistema Nacional de Saúde, com difícil acesso à informação relativamente aos seus direitos, designadamente, isenção da taxa moderadora, necessidade de transporte para tratamentos de fisioterapia, bem como, benefícios sociais para idosos, crianças e jovens com necessidades especiais</p>		<p>serviços e famílias sobre a gravidade das dependências</p> <p>k) associadas as novas tecnologias</p> <p>l) Projeto concelhio de prevenção primária para as dependências</p>
--	---	--	--

B- IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO – SAÚDE MENTAL

PROBLEMATICAS PRIORITÁRIAS (Domínios)	Grupos alvo vulneráveis		Principais áreas de intervenção	
	Grupos alvo	Identificação dos Problemas	Respostas /serviços /Projetos Sociais necessários (Não Tipificadas)	Linhas Intervenção
<p>Diagnóstico</p> <p>Respostas e Serviços de Apoio</p>	<p>Comunidade</p> <p>Saúde Psicológica, Pedopsiquiátrica e Psiquiátrica / saúde mental e doença mental</p>	<p>Aumento significativo dos problemas na área da saúde mental;</p> <p>Falta de respostas sociais e de saúde destinadas a pessoas com défices cognitivos e demências;</p> <p>Baixos recursos económicos;</p> <p>Desconhecimento real da problemática / falta de dados / inacessibilidade à informação;</p> <p>Isolamento Social e dispersão territorial;</p> <p>Aumento do número de familiares /cuidadores com risco acrescido de desenvolver doença mental associado ao ato de cuidar de alguém com perturbação mental e/ou outra deficiência;</p> <p>Intervenções desarticuladas entre sistemas social e de saúde;</p> <p>Necessidade de Equipa Comunitária Multidisciplinar para a Saúde Mental;</p> <p>Ausência de Fórum Socio Ocupacional para Pessoas com doença Mental;</p> <p>Poucas respostas de apoio para crianças e jovens com necessidade de intervenção terapêutica especializada;</p> <p>Ausência de serviços de apoio e acompanhamento terapêutico a saúde mental no domicílio.</p>	<p>Ações de literacia em saúde mental;</p> <p>Ações de sensibilização dirigidas aos serviços públicos e privados para a assunção de práticas inclusivas orientadas para a saúde mental;</p> <p>Partilha de recursos humanos especializados entre organizações;</p> <p>Criação de um mecanismo para a sinalização e acompanhamento em rede dos casos de saúde mental;</p> <p>Equipa técnica concelhia multidisciplinar de apoio à intervenção nas instituições de ensino (enfoque autismo);</p> <p>Equipa multidisciplinar (reforço intervenção precoce) intervenção especializada em faixas etárias posteriores;</p> <p>Projeto de Intervenção Integrado de resposta a crianças e jovens dos 6 aos 16 anos com NEE</p>	<p>1- Concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, especificamente nas seguintes áreas;</p> <p>a) Promoção da Inclusão e Proteção Social (inclusão ativa e combater privação material e social)</p> <p>b) Saúde,</p> <p>c) Emprego, Formação e Educação</p> <p>d) Terceiro setor e associativismo</p> <p>2- Promover a Capacitação dos agentes de intervenção e Qualificação da intervenção</p> <p>a) Ações de Literacia em Saúde mental</p> <p>b) Ações de capacitação dos agentes de intervenção</p> <p>c) Diagnóstico concelhio Saúde mental e Plano Local de Intervenção na Saúde Mental</p> <p>d) Grupos de autoajuda</p> <p>e) Reforço dos programas de saúde mental no ambiente escolar com projetos de prevenção do Bullying, agressividade e de promoção de empatia e gestão das emoções</p> <p>f) Criação de Unidades Socio ocupacionais para a infância, adolescência e população adulta;</p> <p>g) Criação de respostas residenciais no âmbito da saúde mental para pessoas de diferentes grupos etários;</p>

CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DE BAIÃO

			<p>Equipa Local de Intervenção com recursos humanos a tempo inteiro;</p> <p>Equipa Comunitária multidisciplinar para a saúde mental;</p> <p>Criação de projetos e estruturas comunitárias de apoio a saúde mental;</p> <p>Criação de espaços de descanso de curta duração para descanso emocional e físico dos cuidadores informais e das pessoas com doença mental;</p> <p>Ações de sensibilização dirigidas aos serviços públicos e privados para a assunção de práticas inclusivas orientadas para a saúde mental;</p> <p>Partilha de recursos humanos especializados entre organizações;</p> <p>Ações de reflexão e partilha Boas práticas</p>	<p>h) Criação de alojamento temporário de emergência de apoio aos agregados familiares cuidadores</p> <p>i) Criação de equipas técnicas multidisciplinares e interinstitucionais para a intervenção</p> <p>j) Programa Psicoeducativo dirigidos as famílias /cuidadores de pessoas com perturbação mental para as dotar de competências para melhor lidar com as alterações inerentes à doença</p> <p>k) Estabelecimento de canais abertos para a comunicação / intervenção integrada de proximidade entre saúde e outros sistemas, contextos de desenvolvimento da pessoa</p>
--	--	--	--	--

C-IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO – DISFUNCIONALIDADE E DESESTRUTURAÇÃO INDIVIDUAL E FAMILIAR

PROBLEMAS PRIORITÁRIAS (Domínios)	Grupos alvo vulneráveis		Principais áreas de intervenção	
	Grupos alvo	Identificação dos Problemas	Respostas /serviços /Projetos Sociais necessários (Não Tipificadas)	Linhas Intervenção
<p>Pobreza</p> <p>Exclusão estrutural</p> <p>Saúde</p> <p>Exposição a Situações de Stress</p> <p>Violência Doméstica</p> <p>Estigma e resistência à mudança</p> <p>Serviços e respostas</p> <p>Configurações familiares e parentalidade de risco</p> <p>Subsidiodependência</p>	<p>-Famílias monoparentais e/ou com dependentes a cargo</p> <p>- Isolados em famílias unipessoais</p> <p>-Pessoas vulneráveis à pobreza e exclusão social com níveis baixos de saúde (doentes crónicos, doenças socialmente estigmatizantes, saúde mental...).</p> <p>- Indivíduos com comportamentos autodestrutivos e com rede de suporte familiar inexistente ou insuficiente</p> <p>- Situações familiares de violência doméstica</p> <p>- Famílias/Indivíduos em situações de grande vulnerabilidade (endividamento; despejos habitacionais; precariedade laboral e habitacional; níveis de escolaridade baixos e de analfabetismo)</p> <p>- Famílias expostas a Vulnerabilidades sócio económicas iminentes.</p> <p>- Famílias em situação de exclusão estrutural e resistente à mudança</p>	<p>Persistência do círculo vicioso da pobreza nas famílias.</p> <p>Famílias com dificuldade em exercer as suas funções parentais</p> <p>Famílias com dependentes a cargo em situação de grande vulnerabilidade e com maior instabilidade familiar</p> <p>Conflitualidade e violência interpessoal no agregado familiar.</p> <p>Insuficiente proximidade entre os Serviços de Saúde e as Famílias, provocando barreiras de acesso e comunicação</p> <p>Intervenção social efetuada numa lógica imediatista, sem uma dimensão estruturante que contemple estratégias que desenvolvam uma efetiva mudança nas famílias</p> <p>Atuação baseada nos problemas e vulnerabilidades das pessoas em detrimento das suas potencialidades, comprometendo o processo empoderamento dos indivíduos</p>	<p>Ações de estimulação cognitiva e treino de competências sociais para famílias e indivíduos.</p> <p>Grupos de Discussão/formação sobre o modelo de Ação social integrada</p> <p>Promoção de espaços de encontro e de partilha Boas praticas</p> <p>Literacia em saúde</p> <p>Serviços de apoio psicológico</p> <p>Articulação entre os serviços de saúde e os serviços de apoio social</p> <p>Ações que promovam a reflexão o e a participação das famílias.</p> <p>Ações de apoio aos cuidadores informais</p> <p>Ações de Mediação familiar, conflitos, terapia familiar e de casal.</p> <p>Ações que promovam junto dos serviços e das empresas a conciliação entre a vida familiar e profissional.</p> <p>Ações de intervenção de cariz comunitário abrangentes que trabalhem a prevenção do problema e que favoreçam a integração social das pessoas, promovendo a sua autoestima e as suas competências.</p> <p>-Intervenção social com foco nas potencialidades e nas soluções que enfatize os indivíduos como agentes ativos no seu processo de mudança e que construa relações de confiança e de empoderamento dos indivíduos e famílias</p> <p>- Ações de Intervenção Social que considerem as várias dimensões do indivíduo como um ser biopsicossocial</p> <p>-Promoção e instituição do modelo de intervenção social integrado e multidisciplinar de proximidade e de empoderamento dos indivíduos e das famílias em alternativa aos modelos de intervenção social instituídos</p>	<p>1- Concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, especificamente nas seguintes áreas;</p> <p>a) Promoção envelhecimento ativo e saudável</p> <p>b) Promoção da Inclusão e Proteção Social (inclusão ativa e combater privação material e social)</p> <p>c) Justiça e Segurança</p> <p>d) Terceiro setor e associativismo</p> <p>2 -Promover a Capacitação dos agentes de intervenção e Qualificação da intervenção</p> <p>a) Diagnóstico necessidades participado</p> <p>b) Ações de Intervenção Social que considerem as várias dimensões do indivíduo como um ser biopsicossocial.</p> <p>c) Ações de Capacitação técnica e institucional para o modelo de intervenção integrada e para a figura do gestor de caso</p> <p>d) Ações que promovam junto dos serviços e das empresas a conciliação entre a vida familiar e profissional.</p> <p>e) Promoção de ações de base comunitária direcionadas</p>

			<p>Potenciar alcance do Gabinete Municipal de Apoio a Família que preveja um conjunto de serviços e apoios organizados de apoio a família, designadamente: Aconselhamento; Apoio a maternidade e paternidade; Educação parental; Terapias de desenvolvimento; Terapia familiar e de casal; Apoio psicossocial; Apoio a saúde; Apoio ao envelhecimento;</p> <p>Instituição e validação da figura do gestor de caso, no modelo de intervenção integrada, enquanto facilitador do processo da Capacitação dos indivíduos e comunidades;</p> <p>Identificação dos interlocutores e dos recursos das comunidades e melhoria dos canais de comunicação;</p> <p>Apoio/reforço na criação de férias para adolescentes e jovens a partir do 2.º ciclo, independentemente escalão Abono Familiar.</p>	<p>para as necessidades dos indivíduos e famílias.</p> <p>f) Respostas de apoio a saúde mental</p> <p>g) Respostas de apoio ao exercício da parentalidade positiva e responsável</p> <p>h) Respostas de apoio aos cuidadores – formais e informais</p> <p>i) Criação de ações promotoras do bem-estar familiar e parental</p> <p>j) Implementação de projeto promotor da conciliação familiar, social e profissional</p>
--	--	--	---	--

4 ÁREA DA EXCLUSÃO ESTRUTURAL

Desemprego

Habitação

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030



A- IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO – DESEMPREGO e HABITAÇÃO

PROBLEMATICAS PRIORITÁRIAS (Domínios)	Grupos alvo vulneráveis		Principais áreas de intervenção	
	Grupos alvo	Identificação dos Problemas	Respostas /serviços /Projetos Sociais necessários (Não Tipificadas)	Linhas Intervenção
Formação / Qualificação/Competências Mercado de Trabalho (oferta e a procura) Diagnóstico Públicos Vulneráveis Dificuldades de mobilidade	Pessoas Desempregadas	Falta de um diagnóstico atualizado sobre realidade dos desempregados; Falta de um diagnóstico atualizado das necessidades de formação da população ativa empregada e desempregada e das necessidades de formação entidades empregadoras do concelho; Desajuste entre a formação profissional e as necessidades das empresas; Desajuste no Matching das competências entre a oferta e a procura; Reduzidas ofertas de emprego para jovens com qualificação superior; Falta de oportunidades de emprego para Pessoas com Deficiência; Aumento de situações de carência e privação material e exclusão; Subsidiodependência como sinónimo / barreira integração profissional; Adaptação a estratégias de sobrevivência baseadas no trabalho intermitente, desqualificado e precário; Acessibilidades e transportes	Diagnóstico de Necessidades de Formação em colaboração com as empresas e entidades públicas e privadas de forma a conseguir-se obter uma maior convergência entre a oferta de formação e a procura de emprego. Realização de uma feira bimestral que mobilize as empresas, as escolas e entidades formadoras para exporem as suas ofertas educativas, formativas e de emprego; Diagnóstico atualizado sobre realidade dos desempregados inscritos IEFP.	1- Concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, especificamente nas seguintes áreas; a) Promoção da Inclusão e Proteção Social (inclusão ativa e combater privação material e social) c) Saúde, d) Emprego, Formação e Educação 2- Promover a Capacitação dos agentes de intervenção e Qualificação da intervenção a) Promover oportunidades de (re) integração no mercado de trabalho e de inclusão social. b) Sensibilização para as medidas de apoio do IEFP na contratação de Pessoas com Deficiência c) Programa e desenvolvimento de capacidades de procura ativa de emprego/oportunidades
	Desempregados de Longa Duração	Pouca valorização dos níveis de certificação dos adultos para obtenção, manutenção ou progressão no emprego Desempregados de longa duração com baixos níveis de qualificação e baixa literacia digital da população ativa desempregada Pouca valorização e adesão a formação profissional na área do desenvolvimento de competências técnicas e soft skills	Diagnóstico específico do público DLD; Desenvolvimento de competências relacionais, de auto-organização, de comunicação e de formulação de ideias e propostas (soft skills)	d) Criação de bolsa de DLD (Desempregados de Longa Duração) para Integração em projetos de formação, Empreendedorismo e Criação dos próprios emprego e) Reforço da escolarização para adultos f) Sensibilização para as medidas de apoio do IEFP na contratação de Pessoas com Deficiência g) Programa e desenvolvimento de capacidades de procura ativa de emprego/oportunidades

CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DE BAIÃO

		<p>Necessidade das pequenas e médias empresas desenvolverem processos formativos internos;</p> <p>Necessidade de adaptar a formação profissional aos novos contextos empresariais;</p> <p>Necessidade de aprofundar e valorizar o trabalho em contexto real, nos currículos da formação profissional;</p> <p>Reduzidas ofertas de trabalho e pouco atrativas para jovens qualificados pela precariedade ou baixas remunerações;</p> <p>Ofertas de emprego desajustadas face aos novos inscritos/nova tipologia de desempregado/Jovens mais qualificados;</p> <p>Prevalência de Doenças incapacitantes associadas ao perfil dos desempregados de longa duração;</p> <p>Resistência à mudança no perfil dos DLD;</p> <p>Dificuldades acrescidas de integração profissional /reconversão profissional face ao perfil dos DLD.</p>		
	Jovens NEET	<p>Dificuldade dos jovens em planear o acesso ao mercado de trabalho (necessidade de estruturar instrumentos de procura ativa;</p> <p>Ausência de expectativas pessoais dos jovens NEET em relação ao projeto/ vida profissional;</p> <p>Falta de cultura de compromisso por parte dos jovens NEET;</p> <p>Cultura da precariedade e da intermitência laboral por parte dos jovens NEET;</p> <p>Jovens NEET sem projetos de vida estruturados em que o emprego seja valorizado;</p>	<p>Atividades práticas, mobilizadoras de jovens, através de intervenções de âmbito mais informal;</p> <p>Criação de oportunidades de desenvolvimento de competências pessoais e profissionais com metodologias de inclusão pela arte e cidadania ativa;</p> <p>Ativação de recursos criativos, artísticos e culturais dos jovens NEET como ferramenta de motivação à participação.</p>	<p>h) Diagnóstico Necessidades formativas</p> <p>i) Promoção de estágios de verão para jovens nas empresas e entidades sem fins lucrativos</p> <p>j) Incubadora de Empreendedorismo qualificado para jovens NEET com formação superior</p> <p>k) Campanhas promoção emprego jovem a tempo parcial, aposta na criação de oportunidades para ensino secundário para jovens em idade escolar a tempo parcial (potenciar estatuto trabalhador estudante) para jovens do Secundário com problemas absentismo grave e/ou abandono antes de terminar ensino secundário.</p>
	Públicos Vulneráveis	<p>Desvalorização do papel social do trabalho nos processos de inclusão e integração social;</p> <p>Falta de oportunidades de emprego para a população com deficiência e para outros grupos socialmente estigmatizados ou com particulares dificuldades de inserção (por exemplo: beneficiários de RSI;...)</p>	<p>Desenvolvimento de programas de Capacitação e de contacto com experiências profissionais facilitadoras da sua Integração no mercado de trabalho;</p>	---

CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DE BAIÃO

		<p>Falta de adesão e motivação às oportunidades de reconversão de competências profissionais, competências pessoais para a procura ativa de emprego ou criação de autoemprego;</p> <p>Desconhecimento de programas de incentivo à integração no mercado de trabalho de pessoas com deficiência;</p> <p>Elevado custo de adequação de postos de trabalho a pessoas com deficiência;</p> <p>Desconhecimento sobre as reais capacidades produtivas das pessoas com deficiência.</p>	<p>Desenvolvimento de programas de Capacitação (pessoal, social e profissional).</p>	
<p>Parque Habitacional Público e Solidário</p> <p>Condições Habitacionais</p> <p>Custos e acessibilidade</p> <p>Arrendamento</p> <p>Risco Social Emergência</p>	<p>Pessoas /famílias residentes em habitação indigna ou em carência habitacional</p>	<p>Carência de oferta de habitação no mercado de arrendamento ou a preços incompatíveis para a classe média, jovens e ativos em geral;</p> <p>Diferencial entre os preços de mercado praticados e os rendimentos das pessoas;</p> <p>Dificuldades de realizar obras de beneficiação /eliminação barreiras arquitetónicas a municípes de maior idade e com dificuldades económicas;</p> <p>Arrendamento ilegal a pessoas em situação de fragilidade;</p> <p>Carência de tipologias de arrendamento para grupos específicos e famílias unipessoais: isolados; famílias monoparentais; jovens casais; jovens isolados (a residir em casa dos pais); seniores; migrantes;</p> <p>Maior frequência de despejos habitacionais de famílias com crianças a cargo;</p> <p>Risco de insolvência das famílias abrangidas pelas moratórias em risco de despejo;</p>	<p>Aposta na divulgação recurso 1º Direito;</p> <p>Monitorização e atualização constante do Diagnóstico de Necessidades habitacionais do 1º Direito;</p> <p>Divulgação dos apoios municipais ao arrendamento habitacional;</p> <p>Divulgação e reforço dos apoios municipais à reabilitação habitacional (Programa FSB e Linha Amiga);</p> <p>Apoio aos municípes na elaboração e submissão candidaturas aos programas do IHRU (arrendamento Acessível, porta 65 jovem...)</p>	<p>1- Concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, especificamente nas seguintes áreas;</p> <p>a) Promoção da Inclusão e Proteção Social (inclusão ativa e combater privação material e social)</p> <p>c) Saúde,</p> <p>d) Emprego, Formação e Educação</p> <p>e) Habitação</p> <p>f) Terceiro setor e associativismo</p> <p>2 -Promover a Capacitação dos agentes de intervenção e Qualificação da intervenção</p> <p>a) Reflexão sobre as Soluções habitacionais para pessoas que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada</p> <p>b) Apoios e incentivos a criação de novas tipologias habitacionais destinadas a nichos sociais específicos: casas jovens, famílias monoparentais, isolados seniores, alojamentos partilhados,</p> <p>c) resposta habitacional para agregados familiares que se encontrem em situação de vulnerabilidade social, nomeadamente vítimas de violência doméstica</p>

CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DE BAIÃO

		<p>Falta de bolsa de habitação para situações de emergência e catástrofe;</p> <p>Dificuldades socioeconómicas;</p> <p>Degradação habitacional por falta obras manutenção;</p> <p>Procura por parte de grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social.</p>		<p>d) Reabilitar o parque habitacional e melhorar as condições de habitabilidade dos municípios inquilinos municipais e do setor social e solidário;</p> <p>e) Melhorar as condições de habitabilidade dos municípios sinalizados Âmbito 1º Direito</p> <p>f) Melhorar as condições de habitabilidade dos municípios inelegíveis no âmbito do 1º Direito</p> <p>g) Bolsa de alojamento para situações de emergência social</p> <p>h) Monitorização da implementação da Estratégia Local de Habitação de Baião</p> <p>i) Criar habitação para jovens, em arrendamento acessível e/ou custos controlados</p> <p>j) Continuar a apoiar municípios carenciados através Programas Municipais de apoio a obras de beneficiação e/ou reabilitação habitacional</p>
--	--	---	--	---

Salientamos, por fim, que esta síntese diagnóstica também vem reforçar e complementar o recém documento estruturante elaborado e aprovado, em específico a “**Carta Social de Baião 2023-2026**” que em matéria de criação ou desenvolvimento de serviços e equipamentos sociais tendentes à coesão social concelhia elenca as necessidades e propostas de intervenção, materiais e imateriais, tipificadas e não tipificadas, que respondem às carências e problemáticas sociais diagnosticadas.

Nas tabelas seguintes, é possível recordar que, numa escala de prioridade definida⁵⁸, **quais são as “propostas concertadas de cobertura de respostas e equipamentos sociais tipificados” e “outras propostas e necessidades diagnosticadas para a cobertura de serviços/projetos que concorram para a promoção da coesão social do território”**.

Tabela 191 | Síntese da proposta concertada de cobertura de respostas e equipamentos sociais tipificados - “Carta Social de Baião 2023-2026”

Resposta Social	Taxa Cobertura (fx dados INE 2021)	Manifestação de Intenções Candidatura (Entidade e data Prevista)	Necessidade resposta (Prioridade 1 a 5)
Lar Residencial (Deficiência)	6,7%	Santa Casa Misericórdia de Baião	5
Unidade de Cuidados Continuados		Santa Casa Misericórdia de Baião	5
Alargamento capacidade ERPI	6,3%	Centro Social de Santa Cruz do Douro	5
Criação ERPI (de raiz ou acoplada ERPI já existente) para Pessoas com Demência	S/D	Centro Social de Santa Cruz do Douro	5
Alargamento capacidade Centro de Dia	2,41%	Centro Social de Santa Cruz do Douro	5
Criação de CAFAP- Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	S/D	OBER	5
Centro de Acolhimento Temporário	S/D	CECAJUVI Sta. Leocádia	3
Criação de Centro de Dia	2,41%	ADEGRIL- Associação para o Desenvolvimento do Grilo	5
Alargamento do Acordo de SAD (1)	4,3%	ADEGRIL- Associação para o Desenvolvimento do Grilo	4
Alargamento do Acordo CACI Mesquinhata	6,7	Santa Casa Misericórdia de Baião	3
Alargamento. Acordo SAD Localizado e tradicional	4,3%	Santa Casa Misericórdia de Baião	4
Alargamento. Acordo SAD	4,3%	CECAJUVI	4
Alargamento. Acordo SAD	4,3%	Centro Social e Paroquial de Santa Marinha do Zêzere	4
Alargamento Acordo de ERPI S. Bartolomeu	6,3%	Santa Casa Misericórdia de Baião	3
Alargamento Acordo de Creche	21,75%	Centro Social e Paroquial de Santa Marinha Zêzere	2
Criação de um Serviço de Apoio Domiciliário Integrado	S/D	A concertar junto das entidades da rede solidária	5
Criação /alargamento da Capacidade Instalada de Creche	21,75%	A concertar junto das entidades da rede solidária	2
Criação /alargamento Capacidade de ERPI	6,3%	A concertar junto das entidades da rede solidária	5

S/D (Sem Dados)

(1) Para todos os serviços de SAD, além de alargamento utentes em Acordo, pretende-se equacionar a sua uniformização e reversão para SAD Alargados.

Fonte: “Carta Social de Baião 2023-2026”

⁵⁸ Ver Carta Social, sendo que na escala de 1 a 5, 5 representa elevada Urgência e Importância.

Tabela 192 | Síntese de outras propostas e necessidades diagnosticadas para a cobertura de serviços/projetos que concorram para a promoção da coesão social do território- “Carta Social de Baião 2023-2026”

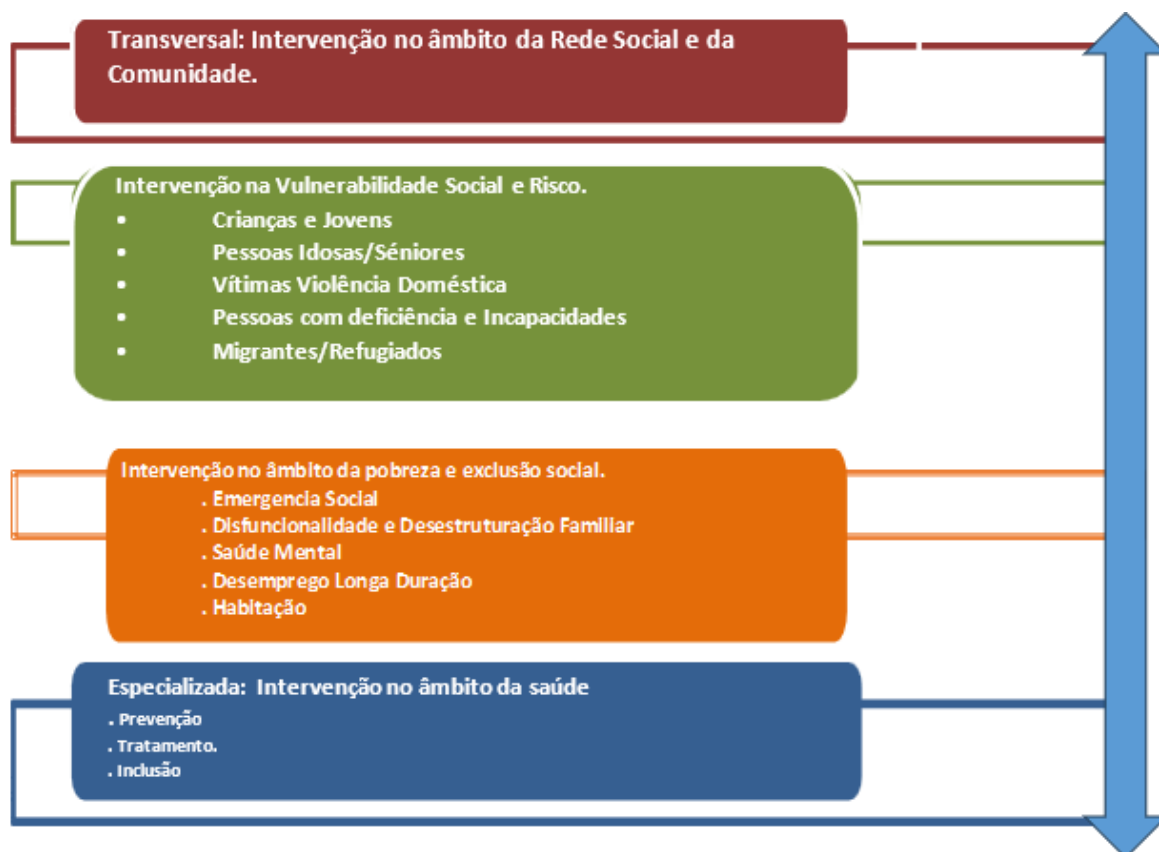
Serviço/Projeto/resposta atípica	Entidades/organismos setor solidário e público	(Prioridade 1 a 4)
PEA – Alargamento do Acordo POAPMC – Alargamento do Acordo	Sta. Casa da Misericórdia de Baião	3
Centro de Alojamento de Emergência Social (CAES)	Município	3
Centro de Relação Comunitário de Gestaçõ	Município	4
Centro de Relação Comunitário da União de Freguesias de Teixeira e Teixeiró	Município	4
Centro de Relação Comunitário de Miguas/Sta. Marinha Zêzere	Município	4
CLDS 4G- 2º Eixo	Município	3
Consolidar a Estrutura Apoio Vítima de Baião	Município	3
Consolidar a Rede Apoio Psicológico (RAP)	Município	3
Alargar Capacidade da ELI – SNIPPI	M. Educação (ME), do M. Saúde (MS) e do M. do Trabalho, Solidariedade e Seg. Social (MTSSS).	4
Alargar e Consolidar a ECCI- UCC Baião	Administração Regional de Saúde do Norte, IP	4
Criar equipa Multidisciplinar Especializada nas dependências e demências de Apoio às respostas Sociais convencionais	Município e entidades solidárias da rede local e M. Saúde	4
Desenvolver estudos e análises aprofundadas na área dos cuidadores informais à escala concelhia,	Município e Núcleo Executivo do CLASB	3
Consulta multidisciplinar de intervenção para dependências alcoólicas nos Centros de Saúde	Administração Regional de Saúde do Norte, IP	4
Estimular a reflexão conjunta acerca das atividades e iniciativas desenvolvidas nos Centros de Dia e Centros de Convívio, Ateliers Inter-Generacionais e Centros de Relação Comunitário, harmonizando modelos de funcionamento e oferta de atividades	Município e entidades solidárias da rede local	3
Estimular a realização de uma reflexão abrangente, entre o Município, a Administração Central e outros atores relevantes, sobre a possibilidade/necessidade de reconfigurar algumas respostas atuais, fazendo por exemplo convergir as modalidades de centro de convívio, Centros de Relação Comunitária e Ateliers Inter-geracionais numa resposta única, mais ajustada aos novos perfis seniores, mas que não fique à margem dos apoios do Estado (reflexão profunda sobre o que devem ser centros e espaços de convívio para pessoas idosas, que se desejam mais qualificados, mas menos standardizados e mais flexíveis), incluindo a resposta da Universidade Sénior.	Município	4
Universidade Sénior	Município	3
REABILITAR OS EQUIPAMENTOS/RESPOSTAS COM PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO e DOTÁ-LOS DOS MEIOS LOGÍSTICOS E MATERIAIS CONDIGNOS: Recensear as lacunas existentes e prioriza-las de acordo com tipologia de investimentos necessários (renovação, remodelação, beneficiação, aquisição meios logísticos, entre outros);	Município e entidades solidárias	4
QUALIFICAR E VALORIZAR OS RECURSOS HUMANOS E AS INSTITUIÇÕES: Estimular e promover o Diagnóstico das qualificações dos RH e das lacunas existentes em termos de formação e qualificação profissional que correspondam às necessidades da entidade face ao perfil das respostas que promove e às exigências/necessidades dos utentes; - Face ao diagnóstico de necessidades de formação estimular a elaboração de um plano de formação conjunto e promover as formações à medida;	Município e entidades solidárias	4
Garantir e promover a implementação do Núcleo Local da Garantia para a Infância	Município- Conselho Local de Ação Social de Baião (CLASB)	4
FORUM SÓCIO-OCUPACIONAL - Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas com desvantagem, transitória ou permanente, de origem psíquica, visando a sua reinserção sociofamiliar e ou profissional ou a sua eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido.	Município e entidades solidárias da rede local	4

Fonte: “Carta Social de Baião 2023-2026”

4.2. Conclusões Finais: Desafios para o PDS

De acordo com os problemas e as realidades sociais retratados no Diagnóstico Social do Concelho de Baião e das orientações constantes nos instrumentos de planeamento e de diagnóstico de âmbito nacional, regional e municipal, já mencionados no presente documento, foram definidas as áreas prioritárias de intervenção que serão objeto de agregação em **Eixos Estratégicos de Intervenção** a considerar no próximo documento estruturante, Plano de Desenvolvimento Social de Baião.

Áreas prioritárias de intervenção:



O Plano de Desenvolvimento Social de Baião estruturar-se-á em torno de quatro eixos estratégicos:

- 1- Governação integrada no âmbito Rede Social
- 2- Desafios demográficos
- 3- Qualificação das pessoas e organizações
- 4- Coesão social e cidadania ativa e saudável

ÍNDICE DE FIGURAS

- Figura 1- Percurso metodológico
- Figura 2| Mapa1| - Enquadramento Regional do Concelho de Baião
- Figura 3| Mapa 2 Enquadramento Administrativo do Concelho de Baião
- Figura 4| Taxa de Variação da Densidade populacional (%), segundo os Censos 2011 e 2021- NUT III e Municípios
- Figura 5| Taxa de variação da população residente (%), NUT I, II e III, segundo os Censos, 2011- 2021
- Figura 6| Taxa de variação da população residente (%) Concelho de Baião e Freguesias, segundo os Censos (2011- 2021)
- Figura 7| Relação Masculinidade (%), Portugal, Norte, CIM, segundo os Censos (2001, 2011 e 2021)
- Figura 8| Relação Masculinidade (%), Concelho de Baião e Freguesias, segundo os Censos 2021
- Figura 9| Distribuição dos nados-vivos de mães residentes em Baião, total e por grupo etário da mãe (N.º) em 2021
- Figura 10| Distribuição dos nados-vivos de mães residentes em Baião (nº) por nível de escolaridade completo mais elevado da mãe, em 2021
- Figura 11| Evolução dos nascimentos e óbitos em Baião (nº), 2001-2021
- Figura 12| Índice de Sustentabilidade Potencial, 2011-2021
- Figura 13| Evolução da População Estrangeira no Município Baião-2011-2022
- Figura 14| População estrangeira, com estatuto de residente (Nº), por nacionalidades, Baião, 2022
- Figura 15| Evolução da População Estrangeira no Município, por nacionalidade, 2020,2021 e 2022
- Figura 16| População residente com 15 ou mais anos, por nível de escolaridade (%) Baião, (2011-2021)
- Figura17| População Ativa, por sexo, Baião 2021
- Figura 18| Pessoal ao Serviço nas Empresas: Total e por situação na profissão, 2011-2019
- Figura 19| Trabalhadores por conta de outrem; total e por nível de escolaridade, 2011-2021
- Figura 20| Desempregados inscritos no IEFP, por nível de escolaridade, 2011, 2021 e 2022
- Figura 21| Desempregados inscritos no IEFP, por nível de escolaridade, 2022
- Figura 22| Desempregados inscritos no IEFP, por grupo etário, 2022
- Figura 23| Evolução do Coeficiente de Gini (%), em Baião 2015-2021
- Figura 24| Evolução do Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total-2021
- Figura 25| Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sexo e por sector de atividade económica
- Figura 26| Crimes registados pelas polícias (Nº): total e por algumas categorias de crime, Baião 2011-2021, Censos
- Figura 27| Proporção de inscritos (%) por diagnóstico ativo no ACES Baixo Tâmega, por sexo, dezembro 2021 (ordem decrescente);
- Figura 28| Mortalidade proporcional por grandes grupos de causas de morte no triénio 2017-2019, para todas as idades e ambos os sexos.
- Figura 29| Mortalidade proporcional por grandes grupos de causas de morte no triénio 2017-2019, para as idades inferiores a 75 anos e ambos os sexos
- Figura 30| Proporção de inscritos (%) por diagnóstico ativo, no continente, região Norte e no ACES BT, em dezembro 2021 (ordem decrescente)
- Figura 31| Proporção de inscritos (%) por diagnóstico ativo no ACES Baixo Tâmega, por sexo, dezembro 2021 (ordem decrescente)
- Figura 32| Evolução da taxa de incidência (/100000 habitantes) da infeção VIH (CRS+PA+SIDA), 2000-2019
- Figura 33| Evolução da taxa de incidência (/100000 habitantes) de TUBERCULOSE, 2006-2020
- Figura 34| Óbitos (%), por algumas causas de morte em Baião, 2021
- Figura 35| Quadro Síntese dos dados da UCC Baião, dezembro de 2023
- Figura 36| Quadro Síntese dos dados da UCSP Baião, dezembro de 2023
- Figura 37| Quadro Síntese dos dados da USF Baião, dezembro de 2023
- Figura 38-| Distribuição da população com menos de 16 anos, segundo o nível de escolaridade dos pais e a privação material e social, Portugal, 2021
- Figura 39| Distribuição da população com menos de 16 anos, segundo a composição do agregado familiar e a privação material e social, Portugal, 2021
- Figura 40| Nº crianças beneficiárias da prestação garantia para a infância, 2023, Baião
- Figura 41| Proporção das Crianças residentes, por Tipo de núcleo familiar, Baião, 2021
- Figura 42| Nº Agregados Familiares com Crianças e Nº Crianças por medida, RSI e SAAS, Baião, 2022
- Figura 43| Total de Crianças Residentes e integradas em medida de RSI e SAAS Baião, 2022
- Figura 44| Total de alunos, por escalão de ASE e ciclo ensino ano letivo 2022/2023
- Figura 45| Alunos Subsidiados, por nível de escolaridade e por Agrupamento Escolar, 2023
- Figura 46| Refeições Escolares por nível de escolaridade e por Agrupamento de Escolas, 2023
- Figura 47| Total de alunos/As transportados, por ciclo de ensino, 2023
- Figura 48| Bolsas Atribuídas Ensino Superior, município Baião, 2022-2023
- Figura 49| Agregados domésticos privados (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021) e Tipo de agregado doméstico privado (Com base nos núcleos familiares - Censos 2021)
- Figura 50| População residente, com idades até aos 18 anos, por freguesia, Censos 2021
- Figura 51| Processos de Promoção e Proteção na CPCJ de Baião, por freguesia, 2022
- Figura 52| Crianças e Jovens com PPP na CPCJ, por Agrupamentos Escolares, 2022
- Figura 53| Evolução das Tipologias de Perigo na CPCJ de Baião, 2019 a 2022
- Figura 54| PPP por tipologia de Perigo, ano 2023

- Figura 55| Evolução dos Processos de Vítimas Violência Doméstica na EAV de Baião, por ano e Nº total de Processos ativos
- Figura 56| Nº Famílias apoiadas pelo GAF do município, na valência de APOIO SOCIAL, 2019-2023
- Figura 57| Quadro Síntese dos dados da UCC Baião, dezembro de 2023
- Figura 58| Proporção dos titulares de subsídio de Bonificação por deficiência (N.º), nos titulares de abono de família, anos de 2019, 2020, 20201 e 2022
- Figura 59| Evolução da População Estrangeira no Município, 2011-2022
- Figura 60| Evolução dos Atendimentos (Nº) do GAE Baião
- Figura 61| Refugiados Guerra Ucrânia: Tipologia de Famílias Acolhidas em Baião
- Figura 62| Prevalências de Consumo de bebidas alcoólicas ao longo da vida, nos últimos 12 meses e nos últimos 30 dias, por sexo, na população total (15-74 anos) e na População Jovem adulta (15-34 anos, 2012, 2016/2017 e 2022
- Figura 63 | Utilização da Internet - Comportamentos aditivos nos jovens de 18 anos residentes na Região Norte de Portugal - 2014
- Figura 64 | Consumo Tabaco e álcool - Comportamentos aditivos nos jovens de 18 anos residentes na Região Norte de Portugal - 2014
- Figura 65 | Consumo Tabaco e álcool - Comportamentos aditivos nos jovens de 18 anos residentes na Região Norte de Portugal - 2014
- Figura 66 | Perfil de risco do utilizador de internet na Região Norte
- Figura 67 | Perfil de risco do utilizador de Redes Sociais na Região Norte
- Figura 68 | Prevalência das Doenças Mentais na União Europeia, 2018
- Figura 69| Número de utentes inscritos no ACES e número de utentes com prescrição de ansiolíticos, sedativos e hipnóticos, por grupo etário e sexo, no ACES, em 2021
- Figura 70 | Diversidade de NEET's, os 7 Subgrupos

ÍNDICE DE TABELAS

- Tabela 1| Densidade populacional (N.º/ km²), do Concelho, segundo os Censos 2011 e 2021
- Tabela 2|População residente segundo os Censos 2011 e 2021: Variação Absoluta
- Tabela 3|População residente segundo os Censos 2011 e 2021 (total e variação)
- Tabela 4|População residente: total e por sexo, município e freguesias, segundo censos 2021-2021
- Tabela 5| Distribuição da população residente (N.º) por grandes grupos etários, segundo censos 2011-2021
- Tabela 6| Taxa de Variação da população residente (2011-2021), por grupos etários município Baião e Freguesias
- Tabela 7| Distribuição dos saldos populacionais (N.º): total, natural e migratório, segundo os censos 2011 e 2021
- Tabela 8| Taxa de natalidade e fecundidade (%0), no concelho e na região, segundo os censos 2021
- Tabela 9| Distribuição da taxa de fecundidade (%0,) por grupo etário, em 2021
- Tabela 10| Distribuição dos nados-vivos de mães residentes, total e por grupo etário da mãe (N.º) no concelho e na região, 2021
- Tabela 11| Nados-Vivos de mães residentes: total e por nível de escolaridade completo da mãe, NUT III e municípios,2021
- Tabela 12| Evolução dos nascimentos e óbitos(nº) em Baião 2001-2021
- Tabela 13| Indicadores de Envelhecimento, segundo os censos, 2001,2011 e 2021
- Tabela 14| índice de longevidade, por freguesia, 2021
- Tabela 15| Evolução do Índice de Sustentabilidade Potencial, segundo os Censos 2001, 2011 e 2021
- Tabela 16| Esperança de Vida à Nascimento e aos 65 anos, por sexo, Portugal, 2020-2022
- Tabela 17| Esperança de vida à nascença e aos 65 anos, Portugal, NUTS I, NUTS II e NUTS III, 2020-2022
- Tabela 18| População residente, no grupo etário dos 65 e mais anos e subgrupo dos 65-74 e 75 e mais anos, Baião, Censos 2011 e 2021
- Tabela 19| População residente, com 85 e mais anos, por sexo, Baião, Censos 2011 e 2021
- Tabela 20| Famílias Clássicas e Unipessoais (nº), segundo censos 2011-2021 NUT III e municípios
- Tabela 21| Evolução de Famílias Clássicas Unipessoais e com 65 e + anos (Nº), NUT III e municípios
- Tabela 22| Proporção da população estrangeira residente, segundo os Censos 2021 e 2022, Portugal, NUTS I, NUTS II e NUTS III
- Tabela 23| Evolução (Nº) da População estrangeira com estatuto legal de residente, Baião, 2013-2022
- Tabela 24| População analfabeta residente com 10 e mais anos segundo os Censos: total e por sexo Portugal, NUTS I, NUTS II e NUTS III
- Tabela 25| Distribuição da população residente (Nº) com 15 ou mais anos, Município e freguesias, por nível de escolaridade
- Tabela 26| Distribuição da população residente (Nº) com 15 ou mais anos, por nível de escolaridade – Baião, (2021)
- Tabela 27| Distribuição da população residente (Nº) com 15 ou mais anos, por nível de escolaridade, Município e Freguesias, censos 2021
- Tabela 28| taxa incidência por freguesia dos níveis de escolaridade mais baixos e mais elevados, por freguesia
- Tabela 29| População Ativa e Inativa, Município e freguesias, 2021
- Tabela 30| População Empregada (Nº), total e por setor de atividade económica, 2011-2021
- Tabela 31| População empregada (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Situação na profissão
- Tabela 32| Pessoal do sexo masculino ao serviço nas empresas: total e por situação na profissão
- Tabela 33| Pessoal do sexo feminino ao serviço nas empresas: total e por situação na profissão
- Tabela 34| População empregada por conta de outrem, segundo nível de escolaridade, 2011-2019

Tabela 35| Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras⁵⁹: total e por setor de atividade económica

Tabela 36| Trabalhadores por conta de outrem: total e por tipo de contrato

Tabela 37| Trabalhadores por conta de outrem: total e por regime de duração de trabalho

Tabela 38| Trabalhadores do sexo masculino e feminino por conta de outrem: total e por regime de duração de trabalho

Tabela 39| Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Dimensão

Tabela 40| Tipo de Pequenas e Médias Empresas (Nº)

Tabela 41| Empresas não financeiras: total e por escalão de pessoal ao serviço

Tabela 42| N.º médio de pessoas ao serviço nas empresas não financeiras: total

Tabela 43| Taxa de natalidade, mortalidade e sobrevivência das empresas não financeiras

Tabela 44| Desempregados inscrito no IEFP (N.º), no concelho de Baião à data dezembro dos anos de 2011 a 2023

Tabela 45| Desempregados inscritos no IEFP, por nível de escolaridade região Norte, Sub-região do Tâmega e Sousa e Concelho de Baião

Tabela 46| Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por grupo

Tabela 47| Taxa de desemprego segundo os Censos: total e por grupo etário (%)

Tabela 48| Taxa de desemprego segundo os Censos: total e por sexo (%)

Tabela 49| Beneficiários das prestações de desemprego da Segurança Social (Nº), por sexo 2021-2022

Tabela 50| Evolução do Coeficiente de Gini (%), Portugal, Norte, Tâmega e Sousa e Concelho de Baião, 2015-2021

Tabela 51| Diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem

Tabela 52| Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sector de atividade económica

Tabela 53| Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sexo

Tabela 54| Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por nível de qualificação

Tabela 55| Disparidade no ganho médio mensal (entre sexos - %), da população empregada por conta de outrem

Tabela 56| Crimes registados pelas polícias (Nº): total e por algumas categorias de crime, Censos

Tabela 57| Crimes registados pelas polícias por mil habitantes, Censos

Tabela 58| Comparação entre população inscrita no ACES e população residente por concelho

Tabela 59| Evolução do n.º de utentes inscritos no ACES e proporção sem MF

Tabela 60| Isenção taxas moderadoras, por motivo no ACES BT

Tabela 61| Proporção de inscritos (%) por diagnóstico ativo, dezembro 2021 (ordem decrescente), ACES BT

Tabela 61| Proporção de inscritos (%) por diagnóstico ativo no ACES Baixo Tâmega, por sexo, dezembro 2021 (ordem decrescente);

Tabela 62| Taxa bruta de mortalidade (‰) por Local de residência (NUTS - 2013); anual

Tabela 63| Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório (‰) por Local de residência (NUTS - 2013); anual

Tabela 64| Taxa de mortalidade por tumores malignos (‰) por Local de residência (NUTS - 2013); anual

Tabela 65| Evolução dos Óbitos por algumas causas de morte (%) 2018-2021

Tabela 66| Evolução do Rácio Habitantes por médico e por farmacêutico 2001-2022

Tabela 67| Utentes Abrangidos pela UCC de Baião, por Freguesia, dezembro de 2023

Tabela 68| População residente, com idade inferior a 16 anos, Baião, 2021

Tabela 69| População residente (Nº) dos 0-18 anos e 0-14 anos, por freguesia, Censos 2021

Tabela 70| Crianças (nº) nos Núcleos Familiares, por tipo de Núcleo e condição perante o trabalho, Baião 2021

Tabela 71| Crianças (Nº) nos Núcleos Familiares, Baião e freguesias, 2021

Tabela 72| Beneficiários do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social: total e por grupo etário

Tabela 73| Nº Crianças, em medida de RSI e SAAS, por freguesia Baião, 2022

Tabela 74| Nº de Famílias e de Beneficiários do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas – POAPMC no Concelho, à data de dezembro de 2022

Tabela 75| Nº de Famílias beneficiárias do Programa Banco Alimentar, no Concelho, à data de dezembro de 2022

Tabela 76| Ação Social Escolar – Pré-escolar, por Agrupamento Escolar, ano letivo 2022/2023

Tabela 77| Ação Social Escolar – 1º Ciclo do Ensino Básico, por Agrupamento Escolar, ano letivo 2022/2023

Tabela 78| Ação Social Escolar – 2º Ciclo do Ensino Básico, por Agrupamento Escolar, ano letivo 2022/2023

Tabela 79| Ação Social Escolar – 3º Ciclo do Ensino Básico, por Agrupamento Escolar, ano letivo 2022/2023

Tabela 80| Ação Social Escolar – Secundário, por Agrupamento Escolar, ano letivo 2022/2023

Tabela 81| Total de alunos, por escalão de ASE, ano letivo 2022/2023

Tabela 82| Refeições Escolares (nº) e Taxa de Utilização do Serviço refeições escolares, por nível de escolaridade e por Agrupamento Escolar Vs Alunos Subsidiados escalão 1 e 2 de ASE

Tabela 83| Nº de Crianças em Creche e Pré-escolar da Rede Solidária, transportadas - 2023

Tabela 84| Atividades Extracurriculares – Município de Baião, ano letivo 2022/2023

Tabela 85| Nº Crianças e Jovens integradas em atividades de Interrupção letiva - 2023

Tabela 86| Agregados Domésticos Privados (Nº), por tipo de Agregado e dimensão

Tabela 87| Agregados Domésticos privados Monoparentais, segundo condição perante o trabalho, 2021

Tabela 88| Agregados Domésticos privados Monoparentais, femininos e masculinos

⁵⁹ Os valores apresentados estão de acordo com o novo Sistema Europeu de Contas (SEC 2010). O total das empresas inclui as secções A a S da CAE Rev.3, com exceção das "Atividades financeiras e de seguros" (secção K) e da "Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória" (Secção O).

Para além das empresas e dos empresários em nome individual, são também contabilizados os trabalhadores independentes. As unidades empresariais relativas às sociedades gestoras de participações sociais não são consideradas no universo de referência.

- Tabela 89| Núcleos familiares monoparentais (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021) e Nível de escolaridade mais elevado completo (Pai ou mãe)
- Tabela 90| Núcleos familiares monoparentais (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021) e Grupo etário (Pai ou mãe)
- Tabela91| Fluxo Processual (PPP entrados), por escalão etário e tipo entrada de PPP
- Tabela 92 -Peso percentual dos PPP entrados, por escalão etário
- Tabela 93| Tipologias de Perigo Sinalizadas, por escalão etário e sexo, 2022
- Tabela 94| Tipologias de Perigo 2022, 2021, 2020 e 2019
- Tabela 95| “Outros Perigos” (Nº de PPP), por dimensão, ano 2023
- Tabela 96| Nº Apoios económicos solicitados e concedidos, CPCJ 2022
- Tabela 97| Acordos de promoção e proteção celebrados por medida e grupo etário, em 2022 (Medidas Cautelares/ provisórias e Medidas definitivas)
- Tabela 98| Processos Arquivados/cessados, por motivo, 2022
- Tabela 99| Entidades Sinalizadoras de casos à CPCJ de Baião, 2022
- Tabela 100| Processos de Crianças e Jovens Acompanhados pela EMAT Baião/Marco de Canaveses)
- Tabela 101| Nº Crianças e Jovens em acompanhamento pela RAP Baião
- Tabela 102| Nº Crianças acompanhadas pela Equipa Local de Intervenção Precoce Baião/Marco de Canavezes, 2022
- Tabela 103| Nº Crianças acompanhadas pela Equipa Local de Intervenção Precoce Baião/Marco de Canavezes, por problemática, 2022
- Tabela 104| Alunos abrangidos por medidas seletivas (N.º), por Agrupamento de Escolas e ciclos de ensino, no ano letivo 2020/2021 e 2021/2022
- Tabela 105| Alunos integrados nas Unidades Especializadas de Apoio ao Autismo (N.º) no ano letivo 2020/2021 e 2021/2022
- Tabela 106| Crianças e Jovens (Nº) acompanhados Equipa Multidisciplinar da Saúde Mental na Área da Infância e Adolescência, por grupo etário e principais grupos de diagnóstico, no Concelho, 2022
- Tabela 107| Ocorrências de Violência Doméstica (Crimes/Vítimas /Agressores) registadas pela GNR
- Tabela 108| Vítimas de Violência Doméstica, por freguesia de residência, GNR
- Tabela 109| Vítimas de Violência Doméstica, por sexo GNR
- Tabela 110| Agressores/as de Violência Doméstica, por sexo GNR
- Tabela 111| Vítimas de Violência doméstica, por escalão etário, GNR
- Tabela 112| Agressores/as de Violência doméstica, por escalão etário, GNR
- Tabela 113| Vítimas Violência Doméstica, por nível de escolaridade
- Tabela 114| Agressores/as de Doméstica, por nível de escolaridade
- Tabela 115| Vítimas Violência Doméstica, por situação na Profissão
- Tabela 116| Agressores/as de Violência Doméstica, por situação na Profissão
- Tabela 117| Relação de Parentesco da Vítima em relação ao Agente(s) Suspeito(s) de Agressão a Vítimas Violência Doméstica
- Tabela 118| Tipo de Violência Doméstica, GNR, 2020-2021
- Tabela 119| Fluxo Processual e Tipologia de atendimentos na EAV de Baião
- Tabela 120| Vítimas e Agressores/as de Violência Doméstica na EAV de Baião, por sexo
- Tabela 121| Vítimas e Agressores/as de Violência Doméstica na EAV de Baião, por nível escolaridade
- Tabela 122| Vítimas e Agressores/as de Violência Doméstica na EAV de Baião, por escalão etário
- Tabela 123| Vítimas e Agressores/as de Violência Doméstica na EAV de Baião, por situação profissional
- Tabela 124| Relação de Parentesco da Vítima em relação aos/às agressores/as, na EAV de Baião
- Tabela 125| Tipos de Família das Vítimas, na EAV de Baião
- Tabela 126| Limiar de risco pobreza (€), 2011, 2021 e 2022, Portugal
- Tabela 127| Poder de Compra per capita Concelho
- Tabela 128| Beneficiários do RSI, segundo o sexo Portugal, NUTS I, NUTS II e NUTS III, Baião, 2020-2022
- Tabela 129| Beneficiários do RSI, em % da população residente Portugal, NUTS I, NUTS II e NUTS III, Baião, 2020-2022
- Tabela 130| Beneficiários do RSI, segundo grupo etário Portugal, NUTS I, NUTS II e NUTS III, Baião, 2020-2022
- Tabela 131| Agregados Familiares e Pessoas beneficiárias de RSI e SAAS, por freguesia, 2022-2023
- Tabela 132| Tipologia de Família beneficiárias de RSI e de SAAS, 2022-2023
- Tabela 133| Principais problemáticas identificadas nas Família beneficiárias de RSI e de SAAS, 2022-2023
- Tabela 134| Nº Famílias em RSI /SAAS, com atribuição de Subidos Eventuais, RSI e SAAS, 2022-2023
- Tabela 135| Nº de Agregados Familiares com Apoio Alimentar, por tipo de Programa e freguesia, 2022
- Tabela 136| Nº de Agregados Familiares beneficiários de medidas sociais (RSI, SAAS e Apoio Alimentar) em 2022 e Agregados Domésticos, segundo os Censos 2021
- Tabela 137| Processos Familiares no GAF (Valência de Apoio Social, Apoio Psicológico e Apoio Jurídico, 2023
- Tabela 138| Proporção da População residente: por grandes grupos etários (%)
- Tabela 139| População residente (Nº): total, por grupo etário dos 65 e mais anos e sexo
- Tabela 140| População residente (Nº): distribuição do grupo etário dos 65 e mais anos por sexo e subgrupos etários dos 65-74 anos e 75 e mais anos de idade
- Tabela 141| População residente (Nº): distribuição do grupo etário dos 85 e mais anos por sexo
- Tabela142| Famílias Clássicas e Unipessoais (nº), por escalão etário dos 65 e mais anos segundo censos
- Tabela 143| Distribuição das Pensões da Segurança Social, por tipo de Pensão (N.º) no País, Norte, Sub-região Tâmega e Sousa e Município Baião, 2020 e 2021
- Tabela 144| Valor médio das pensões da segurança social (€/ N.º) por Tipo de pensão; Anual-2021-2022
- Tabela 145| Nº Beneficiários do Complemento Solidário para Idosos, Portugal, Anual-2019, 2020 e 2021

- Tabela 146| Beneficiários de CSI (Nº), no Concelho Baião, Anual-2021-2022
- Tabela 147| Utentes a frequentar os Centros de Relação Comunitária de Baião
- Tabela 148| Idosos integrados nos Ateliers Inter – Gerações do CLDS 4G “Rede +”
- Tabela 149| Utentes a frequentar a Universidade Sénior de Baião e tipo atividades desenvolvidas - 2023
- Tabela 150| Iniciativas realizadas Programa “Sénior é Fixe” e nº Sêniores e Idosos participantes – 2023
- Tabela 151| Evolução índice de longevidade 2011-2022
- Tabela 152| Índice de longevidade Baião e Freguesias, censos 2021, por sexo
- Tabela 153| População residente (Nº): distribuição do grupo etário dos 65 e mais anos por sexo e subgrupos etários dos 65-74 anos e 75 e mais anos de idade
- Tabela 154| População residente (Nº): distribuição do grupo etário dos 85 e mais anos por sexo
- Tabela 155| - Nº Idosos integrados em Centro de Dia
- Tabela 156| Nº Idosos em Centro de Convívio
- Tabela 157| Nº Idosos integrados em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
- Tabela 158| Nº Idosos integrados no Serviço Apoio Domiciliário
- Tabela 159| População Sénior isolada e/ou só, (N.º), acompanhada pelo Programa de Policiamento de Proximidade- “Idosos Isolados + 65 anos”
- Tabela 160| População Sénior isolada e/ou só, (N.º), integrada nos serviços e projetos municipais (CLDS G e Centros de Relação Comunitária), 2022
- Tabela 161| Taxas de prevalência da incapacidade para a população com 5 ou mais anos, total e para os quatro domínios essenciais da funcionalidade, por local de residência (NUT I/II/III/Município), Portugal, 2021
- Tabela 162| População residente com 5 ou mais anos com dificuldades, por grau mais elevado de dificuldade e pelos cinco domínios essenciais da funcionalidade, total e Tx Incidência, 2021
- Tabela 163| Total de Crianças com grau de “Muita dificuldade” ou “Não conseguem efetuar a ação”, por tipo de dificuldade
- Tabela 164| Requerentes e titulares do abono de família para crianças e jovens da Segurança Social (N.º), anos de 2019, 2020, 20201 e 2022
- Tabela 165| Titulares de bonificação por deficiência da Segurança Social (N.º), anos de 2019, 2020, 20201 e 2022
- Tabela 166| Titulares de subsídio por frequência de estabelecimento de Educação Especial (N.º), residentes em Baião, anos de 20201 e 2022
- Tabela 167| Dificuldades (N.º) da população residente com 15 e mais anos de idade com dificuldades na população Idosa e por grau mais elevado de dificuldade e Grupo etário, seis domínios essenciais da funcionalidade.
- Tabela 168| Beneficiários da Prestação Social para a Inclusão (Nº), por sexo e grupo etário, no Tâmega e Sousa e Concelho, 2019, 2020 e 2021
- Tabela 169| Valor processado da Prestação Social para a Inclusão(€milhares), por sexo, no Tâmega e Sousa e Concelho, 2019, 2020 e 2021
- Tabela 170| Beneficiários de Subsídio por Assistência à 3ª pessoa (Nº), no Tâmega e Sousa e municípios, em 2022.
- Tabela 171| Resumo dos Titulares e Beneficiários de prestações Sociais por Deficiência (Nº), no Concelho, 2022.
- Tabela 172| Nº Titulares do Estatuto de Cuidador Informal (Nº), no Concelho, 2022.
- Tabela 173| Nº Utentes dos Centros de Atividade e Capacitação para a Inclusão- CACI, no Concelho, 2022
- Tabela 174| População residente que entrou no Concelho (MIGRAÇÃO), por motivo de entrada, Censos 2021
- Tabela 175| Caracterização dos Refugiados Ucrânia acolhidos em Baião, por sexo e escalão etário
- Tabela 176 / Disfuncionalidade e Desestruturação individual e familiar – CRIANÇAS E JOVENS
- Tabela 177/ Disfuncionalidade e Desestruturação individual e familiar – AGREGADOS FAMILIARES E INDIVÍDUOS
- Tabela 178| Nº jovens residentes com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos de idade, Baião, 2021
- Tabela 179| Edifícios segundo os Censos: total e por estado de conservação
- Tabela 180| Alojamentos segundo os Censos: total e por época de construção do edifício
- Tabela 181| Tipo de alojamentos, segundo os Censos
- Tabela 182| Nº Alojamentos Familiares Clássicos em Baião, 2011-2021
- Tabela 183| Alojamentos ocupados pelos proprietários segundo os Censos: total e por existência de encargos de compra
- Tabela 184| Alojamentos segundo os Censos: total e por entidade proprietária2021
- Tabela 185| Alojamentos segundo os Censos: total e por forma de ocupação
- Tabela 186| Evolução do Poder de compra per capita, Baião 2017-2021
- Tabela 187| Alojamentos ocupados pelos proprietários segundo os Censos: total e por escalão de encargos com compra (2021)
- Tabela 188| Alojamentos arrendados segundo os Censos: total e por escalões de renda (2021)
- Tabela 189| Alojamentos por instalações existentes segundo os Censos (%)
- Tabela 190| Agregados Familiares sinalizados na Estratégia Municipal de Habitação do município, por tipo de soluções habitacionais
- Tabela 191| Síntese da proposta concertada de cobertura de respostas e equipamentos sociais tipificados - “Carta Social de Baião 2023-2026”
- Tabela 192| Síntese de outras propostas e necessidades diagnosticadas para a cobertura de serviços/projetos que concorram para a promoção da coesão social do território- “Carta Social de Baião 2023-2026”

ÍNDICE DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

ARSN- Administração Regional de Saúde do Norte
 ADEGRIL- Associação para o Desenvolvimento do Grilo
 AEB – Associação Empresarial de Baião
 CECAJUVI-Centro de Convívio e Apoio à Juventude e Idosos de Santa Leocádia
 CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
 CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa
 CLASB – Conselho Local de Ação Social de Baião
 CLDS 4G – Contratos Locais de Desenvolvimento Social de 4.ª Geração
 CMB – Câmara Municipal de Baião
 CSSCD- Centro Social de Santa Cruz do Douro
 CACI – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão
 CAF – Centro de Apoio à Família
 CAFAP- Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
 CAO – Centro de Atividades Ocupacionais
 CC- Centro Convívio
 CD – Centro de Dia
 CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
 CSPSMZ- Centro Social e Paroquial de Santa Marinha do Zêzere
 DGRSP – Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
 DLIGND – Diagnóstico Local da Igualdade de Género e Não Discriminação
 ECMIJ – Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude
 EIVL – Equipa para a Igualdade na Vida Local
 ENIND – Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação, Portugal + Igual
 ENEAS - Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável
 ENCP- Estratégia Nacional Combate à Pobreza (2021-2023)
 GAF – Gabinete de Atendimento à Família
 GNR – Guarda Nacional Republicana
 EAVB- Estrutura Apoio Vítima de Baião
 ECCI- Equipa Cuidados Continuados Integrados
 ELI – Equipa Local de Intervenção (Precoce)
 ELH- Estratégia Local de Habitação
 ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
 IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
 INE – Instituto Nacional de Estatística
 ISS, I.P. – Instituto da Segurança Social, Instituto Público
 IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social
 NUT – Nomenclatura de Unidade Territorial
 OBER- Obra do Bem Estar Rural de Baião
 PAGPI- Plano de Ação da Garantia para a Infância (2022-2030)
 PARES – Programa de Alargamento da Rede de Respostas Sociais
 PNCT - Programa Nacional para a Coesão Territorial
 PNPOT - Política de Ordenamento do Território
 PMIND- Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação
 POAPMC – Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas
 PORDATA- Base de Dados de Portugal Contemporâneo
 PPP- Processo de Promoção e Proteção
 PRR – Programa de Recuperação e Resiliência
 PROCOOP – Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais
 RAP – Resposta de Apoio Psicológico (Crianças e Jovens)
 RIIAV – Rede Intermunicipal e Integrada de Apoio à Vítima
 RNAVVD- Rede Nacional de Apoio Vítimas Violência Doméstica
 RSI- Rendimento Social de Inserção.
 SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social
 SAD – Serviço de Apoio Domiciliário
 SIG – Sistema de Identificação Geográfica
 SCMB- Santa Casa da Misericórdia de Baião
 SSVp - Sociedade de S. Vicente de Paulo – Portugal
 UAC - Unidade de Apoio ao Cuidador
 UAG - Unidade de Acolhimento Geriátrico
 UCC- Unidade de Cuidados Continua

ANEXOS

CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DE BAIÃO

I- Base Cálculo para o Sistema identificação Geografia (SIG) -Mapeamentos

dicofre	FREGUESIA	POPULAÇÃO RESIDENTE EM 2021 %	POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS 0 - 14 ANOS %	POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS 15 - 24 ANOS %	POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS 25 - 64 ANOS %	POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS 65 E MAIS ANOS %	População residente com 75 ou mais anos %	Índice de Envelhecimento em 2011	Índice de Envelhecimento em 2021	Nados-vivos 2021 %	Óbitos 2021 %	Densidade Populacional em 2021	Índice de Longevidade 2021	Trabalhadores por conta de outrem - Censos 2021 %	Trabalhadores por conta própria - Censos 2021 %	População empregada por sector de actividade - Primário %	População empregada por sector de actividade - Secundário %	População empregada por sector de actividade - Terciário (Social) %	População empregada por sector de actividade - Terciário (Económico) %	Taxa de Incidência PPP na CPCJ 2022 (Relação com a Pop Residente até aos 18 anos) %
130204	Frende	3,31	2,67	2,25	3,37	4,00	3,34	142,50	309,62	1,30	1,80	200,00	41,61	2,79	3,32	7,82	28,49	31,28	32,40	6,85
130205	Gestaçô	5,78	5,08	5,15	5,71	6,58	6,84	165,88	267,68	2,60	8,11	71,24	51,70	4,92	5,75	8,97	45,19	22,76	23,08	6,85
130206	Góve	9,93	10,67	10,91	10,42	7,94	6,89	87,43	153,85	9,09	8,11	151,08	43,13	10,94	9,73	2,89	51,66	18,09	27,35	2,36
130207	Grilo	2,69	2,77	2,95	2,82	2,21	2,25	91,75	164,81	3,90	0,90	79,46	50,56	2,79	1,99	5,11	55,68	20,45	18,75	10,13
130208	Loivos do Monte	1,72	1,49	2,25	1,46	2,16	1,75	100,00	300,00	0,00	1,35	34,40	40,23	1,44	1,77	7,37	50,53	13,68	28,42	4,44
130215	Santa Marinha do Zêzere	14,08	14,11	14,86	14,19	13,43	13,63	114,61	196,73	12,99	13,51	230,96	50,46	14,01	14,38	6,45	39,68	27,53	26,34	3,08
130219	Valadares	4,18	4,77	4,05	4,22	3,87	3,94	113,85	167,74	2,60	3,60	73,82	50,64	4,17	5,31	8,49	50,97	15,44	25,10	8,59
130220	Viariz	2,26	2,36	2,25	2,05	2,71	2,60	144,00	236,96	1,30	1,35	63,56	47,71	2,00	2,43	4,92	62,30	11,48	21,31	2,90
130221	Ancede e Ribadouro	13,31	12,72	13,21	13,64	12,86	12,43	119,57	208,87	14,29	14,86	162,53	48,07	13,51	13,72	2,61	43,75	22,27	31,36	2,12
130222	Baião (Santa Leocádia) e Mesquinhata	4,17	4,67	3,75	4,12	4,25	4,29	135,90	187,91	6,49	4,95	85,30	50,29	3,61	3,76	7,79	41,80	20,49	29,92	5,00
130223	Campelo e Ovil	21,02	24,47	21,56	21,04	19,04	21,02	110,25	160,80	31,17	22,07	115,88	54,89	24,66	23,45	2,88	35,38	34,74	26,99	3,77
130224	Loivos da Ribeira e Tresouras	3,99	3,34	4,20	3,93	4,34	4,14	151,61	269,23	1,30	4,50	97,63	47,43	3,59	6,19	12,55	38,91	16,74	31,80	2,11
130225	Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas	9,43	7,29	8,90	9,25	11,17	11,43	158,82	316,90	6,49	8,56	102,67	50,89	8,78	5,75	7,94	39,33	27,34	25,40	1,90
130226	Teixeira e Teixeiraó	4,12	3,59	3,70	3,77	5,44	5,44	169,78	312,86	6,49	6,31	27,49	49,77	2,79	2,43	11,60	51,93	14,92	21,55	2,08

dicofre	FREGUESIA	Taxa de Incidência de Crianças e Jovens em Agregados Familiares de RSI e SAAS (Relação com a pop residente até 14 anos) %	Famílias com apoio alimentar (%)	Taxa de incidência de Vítimas de Violência Doméstica em 2022 (%)	Famílias monoparentais desempregadas - Cenários 1 (%)	Famílias monoparentais desempregadas - Cenários 2 (%)	Agregados domésticos unipessoais com pessoas com 65 e mais anos (%)	Cuidadores informais com estatuto	Índice de dependência total	Proporção de população residente de nacionalidade estrangeira	Pop. Residente com 5 ou mais anos, com Grau Mais elevado Dificuldade 2021 - VER (%)	Pop. Residente com 5 ou mais anos, com Grau Mais elevado Dificuldade 2021 - OUVIR (%)	Pop. Residente com 5 ou mais anos, com Grau Mais elevado Dificuldade 2021 - Andar ou Subir Degraus (%)	Pop. Residente com 5 ou mais anos, com Grau Mais elevado Dificuldade 2021 - Memória e Concentração (%)	Pop. Residente com 5 ou mais anos, com Grau Mais elevado Dificuldade 2021 - Tomar banho ou vestir-se sozinho (%)	Pop. Residente com 5 ou mais anos, com Grau Mais elevado Dificuldade 2021 - Compreender ou fazer-se compreender (%)	População Activa e desempregada no grupo etário 15-29 anos (%)	1º Direito - Reajustamento em Parque Habitacional Público (%)	1º Direito - Reajustamento em Reabilitação de Imóvel Próprio (%)	1º Direito - Reajustamento em Reabilitação de Imóvel do Terceiro Sector (%)
130204	Frende	15,38	4,18	1,50	0,00	0,00	12,97	?	58,04	0,86	2,30	2,30	7,77	2,65	3,71	2,47	20,69	4,62	3,28	11,11
130205	Gestaçô	13,13	4,28	0,23	3,13	11,11	15,37	3	56,09	0,59	3,34	2,74	7,09	2,84	3,75	1,93	20,25	4,62	3,28	0,00
130206	Góve	12,50	3,20	0,40	9,23	15,00	8,68	3	43,49	1,15	3,75	3,45	7,98	3,57	2,98	1,31	12,50	4,62	1,64	11,11
130207	Grilo	12,96	5,65	0,49	0,00	0,00	5,65	?	43,47	0,21	9,03	4,85	9,25	5,51	5,29	2,86	11,11	3,08	4,92	0,00
130208	Loivos do Monte	20,69	7,89	0,38	0,00	0,00	18,42	0	62,70	0,66	8,19	3,07	10,24	5,80	5,80	3,41	16,67	4,62	1,64	11,11
130215	Santa Marinha do Zêzere	12,00	4,07	0,42	6,17	11,63	11,26	4	49,36	0,41	4,53	3,23	8,97	5,03	4,40	2,22	17,89	7,69	4,92	0,00
130219	Valadares	12,90	6,55	0,81	15,38	26,67	14,51	?	51,45	1,64	4,15	2,87	9,31	4,73	4,30	3,01	14,93	3,08	3,28	11,11
130220	Viariz	0,00	4,64	0,60	6,67	11,11	14,19	0	64,32	0,76	7,92	5,54	12,93	5,01	3,43	3,69	10,71	1,54	6,56	0,00
130221	Ancede e Ribadouro	5,24	3,71	0,05	4,84	14,29	10,25	?	48,85	1,20	4,90	3,58	11,57	4,20	4,55	1,55	12,57	13,85	6,56	37,04
130222	Baião (Santa Leocádia) e Mesquinhata	7,69	6,76	0,32	3,70	12,50	14,44	0	55,86	0,68	5,99	4,85	10,27	5,42	5,85	3,14	11,63	10,77	11,48	0,00
130223	Campelo e Ovil	9,01	2,86	0,42	6,25	10,34	12,54	6	50,94	1,30	5,56	3,93	8,51	4,97	4,58	2,89	14,33	13,85	18,03	14,81
130224	Loivos da Ribeira e Tresouras	7,69	3,33	0,16	8,33	22,22	14,08	0	52,17	0,71	7,88	4,09	11,82	6,42	6,42	3,36	14,81	12,31	13,11	0,00
130225	Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas	8,45	1,11	0,13	6,25	20,00	8,73	5	55,74	0,42	4,81	3,82	11,91	4,44	6,42	2,53	13,91	7,69	9,84	3,70
130226	Teixeira e Teixeiraó	8,57	4,58	0,63	0,00	0,00	13,91	6	66,59	0,69	8,94	6,67	16,45	7,66	8,94	3,55	6,52	7,69	11,48	0,00

II- Lista de participantes nas sessões e Focus Group

Área do Risco

Crianças e Jovens em Risco /Perigo

- ✓ Agrupamentos Escolares
- ✓ CPCJ
- ✓ RAP
- ✓ CLDS 4G
- ✓ GNR
- ✓ Nucleo Executivo do CLASB

Violência Doméstica

- REDE ESPECIALIZADA MUNICIPAL:
- ✓ Saúde
- ✓ Ministério Público
- ✓ GNR
- ✓ Segurança Social
- ✓ Município
- ✓ CPCJ
- TECNICOAS TAV
- Agrupamentos Escolares
- Núcleo Executivo CLASB

Emergência Social

- ✓ Câmara Municipal de Baião (EQUIPA Técnicas de SASS /RSI/GAF) ...
- ✓ IPSS, com Programas Apoio Alimentar
- ✓ Núcleo Executivo do CLASB

Vulnerabilidade Social

Seniores e Idosos

- ✓ Câmara Municipal de Baião (EQUIPA Técnicas de SASS /RSI/GAF) ...
- ✓ Centros Relação Comunitária
- ✓ IPSS's
- ✓ GNR – Policiamento de Proximidade
- ✓ CLDS 4G “Rede+”
- ✓ Núcleo Executivo do CLASB

Pessoas com Deficiência/Incapacidades/Dependência

- ✓ Câmara Municipal de Baião (EQUIPA Técnicas de SASS /RSI/GAF e Balcão de Inclusão) ...
- ✓ Centros Relação Comunitária
- ✓ IPSS's
- ✓ Núcleo Executivo do CLASB
- ✓ Agrupamentos Escolares

Migrantes e Refugiados

- ✓ Câmara Municipal de Baião (EQUIPA Técnicas de SASS /RSI/GAF) ...
- ✓ Câmara Municipal de Baião- Gabinete Apoio ao Emigrante
- ✓ Núcleo Executivo do CLASB

Pobreza e Exclusão Social

Dependências/ Saúde Mental/ Disfuncionalidade e Desestruturação individual e familiar

- ✓ Câmara Municipal de Baião (EQUIPA Técnicas de SASS /RSI/GAF) ...
- ✓ IPSS, com Respostas sociais para Idosos e Adultos Dependentes
- ✓ CPCJ
- ✓ Agrupamentos Escolares
- ✓ CLDS 4G;
- ✓ Núcleo Executivo do CLASB

Exclusão Estrutural

Desemprego

- ✓ CAMARA (GIP's)
- ✓ IIEFP
- ✓ AEB
- ✓ CLDS

Habitação

- ✓ Câmara Municipal de Baião – Estratégia Municipal de Habitação/1º Direito
- ✓ Câmara Municipal de Baião (EQUIPA Técnicas de SASS /RSI/GAF) ...
- ✓ IPSS e Equiparadas com Habitação social

DIAGNÓSTICO SOCIAL

2024 - 2028



E2020/100



VENCEDOR DESTINO REVELAÇÃO DO ANO



BAIÃO
DESTINO SUSTENTÁVEL
1º Município Português CERTIFICADO

